



01.

2024

CIÊNCIAS SOCIAIS EM REVISTA

CIÊNCIAS SOCIAIS EM REVISTA FICHA TÉCNICA

Editores

Júlio Barroso, UNIFESP
Liana de Paula, UNIFESP
Lilian Maria Pinto Sales, UNIFESP
Maurício Ferreira Silva, UFRB

Conselho Editorial

Marília Veríssimo Veronese, UNISINOS
Melvina Araújo, UNIFESP
Gabriela Nunes Ferreira, UNIFESP
Maria Fernanda Lombardi, UNIFESP
Carolina Pulici, UNIFESP
Maria Inês Caetano Ferreira, UFRB
Cláudio André de Souza, UFRB
Mariella Pitombo Vieira, UFRB

Comitê Científico

1. Adriano Codato (Universidade Federal do Paraná - UFPR)
2. Ângela Figueiredo (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB)
3. Breno Souto-Maior Fontes (Universidade Federal de Pernambuco - UFPE)
4. Bruno Wanderley Reis (Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG)
5. Carlos Benedito Martins (Universidade de Brasília – Unb)
6. Carlos Roberto Sanchez Milani (Universidade Estadual do Rio de Janeiro – IESP/UERJ)
7. Cynthia Sarti (Universidade Federal de São Paulo – Unifesp)
8. Edison Gastaldo (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ)
9. Fabiano Engelmann (Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS)
10. Gustavo Sorá (Conicet/Universidad de Córdoba)
11. Irlys Barreira (Universidade Federal do Ceará - UFCE)
12. Luís Felipe Miguel (Universidade de Brasília – Unb)
13. Marie-Aude Fouéré (École des Hautes Études en Sciences Sociales - EHESS)
14. Miriam Rabelo (Universidade Federal da Bahia - UFBA)
15. Patricia Hill Collins (University of Maryland, College Park)
16. Paula Montero (Universidade de São Paulo – Usp)
17. Pedro Meira Monteiro (Princeton University)
18. Rachel Meneguello (Universidade Estadual de Campinas – Unicamp)
19. Rafael Bayce (Universidad de la República – Uruguai)
20. Sérgio Costa (Lateinamerika-Institut, Freie Universität Berlin)
21. Véronique Boyer (École des Hautes Études en Sciences Sociales – EHESS)

Projeto gráfico, diagramação e capa: Duo Comunição

PARTICIPE DA CSR

Envie seu texto, sugestões, críticas ou qualquer outra informação que julgue importante para o fortalecimento da CSR para o e-mail:

e-mail.e-mail@e-mail.com



sumário

Editorial	06
-----------	----

ESPECIAL PATRÍCIA HILL COLLINS

Apresentação Melvina Araújo	08
Intersecções letais: raça, gênero e violência Patrícia Hill Collins	10
Opressão e resistência no pensamento feminista negro: a teoria social crítica de Patricia Hill Collins Nathalie Bressiani; Rúrion Melo	23

ARTIGOS

Sobre alteridade: aproximações e distanciamentos entre Sayad e Todorov Mariana Eunice A. de Almeida; Erika Andrea Butikofer	42
Configurações de policiamento e desorganização econômica-sociodemográfica para alta taxa de homicídio: Brasil e macrorregiões (1991-2010) Sandro de Freitas Ferreira; Suzana Quinet de A. Bastos; Admir Antonio Betarelli Junior	60
Da sociologia pragmática à sociologia do trabalho: as gramáticas sociais e o processo de debate da reforma trabalhista de 2017 no Congresso Nacional brasileiro Vinicius Foletto Bevilaqua	89

A “carta de alforria” dos canavieiros: um estudo sobre a Greve de 1984 em Campos dos Goytacazes Filipe Moreira de Azeredo Tavares	118
Desengajamento ao trabalho: autenticidade, crítica e caminhos de pesquisa Andressa da Silva Corrêa; Cinara Rosenfield	145
Propriedade e acesso aberto: uma análise a partir dos conceitos de renda e de valor-trabalho de Marx Vinícius Aleixo Gerbasi	167
Ruy Braga e o conceito de precariado Rodrigo da Costa Lima; João Henrique Zanelatto	191

Editorial

Prezados leitores, autores e pareceristas:

É com satisfação que informamos que a Ciências Sociais Unisinos, agora rebatizada de Ciências Sociais em Revista, completou em meados de 2024 um longo período de transição, iniciado em fins de 2022. O periódico deixou sua instituição de origem, a Universidade do Vale do Rio dos Sinos, que o abrigou por décadas, para estabelecer-se na Universidade Federal de São Paulo. Aqui, será gerido conjuntamente por essa instituição e pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Estamos ansiosos para recebê-los em nossa nova página web (<https://periodicos.unifesp.br/index.php/csr>).

A mudança de nome não é inédita na história de uma revista que já se chamou Estudos Leopoldenses. Assim, não é demais enfatizar que a CSR não é uma nova revista, mas está em relação de continuidade com a Ciências Sociais Unisinos. Dar prosseguimento a um periódico de larga trajetória aumenta o desafio da já exigente tarefa de editar uma publicação científica. Como o deus romano Jano, temos de ser bifrontes, com uma face que olha para o que nos espera, para a renovação continuada, sem perder de vista a história de muitas décadas da revista e a preservação desse patrimônio.

Contudo, e a despeito dessas dificuldades, cabe mencionar que, graças à previdência dos antigos editores, a nova equipe editorial foi envolvida nas atividades de gestão da revista antes de a transferência se consumar, de modo que teve tempo de se aclimatar e cultivar as habilidades que o ofício editorial exige, num ritmo compatível com a preservação da memória institucional. Nesse ínterim, o Conselho Editorial também foi renovado, e tem-se mostrado extraordinariamente comprometido com o periódico.

A lista de pessoas que contribuíram para uma transição relativamente suave não é pequena, e este talvez não seja o espaço adequado para homenagearmos todos que tiveram algum papel no processo. No entanto, não podemos deixar de manifestar nosso agradecimento a algumas pessoas e instituições cujo apoio foi absolutamente fundamental nesse período.

Em primeiro lugar, agradecemos aos docentes do antigo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unisinos, especialmente à profa. Marília Veronese, pelo empenho em garantir a sobrevivência da revista. A Cristian Jobi Salaini, um dos antigos editores, agradecemos pela paciência com os editores entrantes. No âmbito dos Programas de Pós-Graduação que agora sediam a revista, cabe menção à disposição com que as profas. Melvina Araújo (Unifesp) e Maria Inês Caetano (UFRB) abraçaram o compromisso de preservar o periódico. Tampouco poderíamos deixar de referir-nos ao prof. Flamínio de Oliveira, do Portal de Periódicos da Unifesp, pessoa de admiráveis espírito público e capacidade de trabalho, que nos assistiu em virtualmente todas as etapas da transferência. Agradecemos ainda às equipes técnicas – tanto administrativas quanto informáticas—da Unisinos e da Unifesp, que nos ajudaram a desfazer os nós burocráticos e tecnológicos desse processo. Também cabe menção às administrações centrais da UFRB e da Unifesp, por encamparem esse empreendimento. A todos vocês, nosso muito obrigado.

E, finalmente, muito obrigado também à comunidade científica –a legião de autores, pareceristas anônimos, leitores e pesquisadores-- que oferece seu trabalho à revista e contribui com ela diariamente.

Que a CSR tenha um futuro ainda maior do que o seu passado.

Os editores

(Júlio Barroso, Liana de Paula, Lílian Sales e Maurício Ferreira da Silva).



Apresentação

Presentation

Presentación

**Melvina
ARAÚJO**

melvina.araujo@unifesp.br

Doutora em Antropologia pela Universidade de São Paulo – USP, professora associada à Universidade Federal de São Paulo – Unifesp.

8

Neste texto dis corro sobre a estadia de Patricia Hill Collins no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), como parte do Programa Anpocs-Fubright (PAF) de cooperação acadêmica.

Palavras-Chave: *Patricia Hill Collins; interseccionalidade; diferença; desigualdade.*

In this text, I discuss Patricia Hill Collins' stay at the Graduate Program in Social Sciences at the Federal University of São Paulo (Unifesp), as part of the Program Anpocs-Fubright (PAF) of academic cooperation.

Keywords: *Patricia Hill Collins; intersectionality, difference, inequality.*

En este texto hablo de la estancia de Patricia Hill Collins en el Programa de Posgrado en Ciencias Sociales de la Universidad Federal de São Paulo (Unifesp), como parte del Programa Anpocs-Fubright (PAF) de cooperación académica.

Palabras clave: *Patricia Hill Collins; interseccionalidad; diferencia; desigualdad.*

O Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) recebeu, entre maio e junho de 2023, no quadro do Programa Anpocs-Fulbright (PAF) de cooperação acadêmica, a socióloga Patricia Hill Collins. Referência central para os estudos contemporâneos sobre desigualdade, as perspectivas desenvolvidas por ela vêm ao encontro do eixo central das investigações desenvolvidas no PPGCS, que tem como foco um problema de fundo das sociedades contemporâneas: as diversas formas da desigualdade.

Embora o conceito de desigualdade seja usualmente associado à dimensão econômica da vida social, seu alcance é bem mais amplo, compreendendo a dimensão política, cultural e social; incluindo os diversos aspectos das diferenças sociais, como: as relações raciais, étnicas, de gênero, religiosas e regionais. Na sociedade contemporânea, a desigualdade está na raiz dos sérios problemas sociais, tais quais a injustiça, a segregação, a discriminação, o preconceito e a violência. A depender da situação estudada e da abordagem teórica escolhida, a desigualdade expressa-se por termos afins — assimetria, diferença, diversidade, disparidade, distinção — com consequências e implicações decisivas para a produção de conhecimento pelos cientistas sociais.

A estadia de Patricia Hill Collins conos-

co certamente contribuiu para adensar, qualificar e fertilizar o debate interno no PPGCS por meio de perspectivas advindas das discussões que vêm sendo elaboradas ao longo dos anos. Desenvolvemos uma longa e densa agenda de discussões com participação de um público que extrapolou a comunidade acadêmica da Unifesp e demais instituições de ensino e pesquisa de São Paulo, congregando pessoas ligadas aos movimentos sociais e a organizações não governamentais. Para receber esse público, oferecendo-lhe condições para acompanhar as aulas públicas ministradas por Patricia Hill Collins, contamos com o auxílio inestimável da Fundação Friedrich Ebert (FES), da Fundação Tide Setubal e da Fundação Perseu Abramo. Essas também se encarregaram do trabalho de gravação e edição das quatro aulas públicas, que podem ser assistidas nos canais do YouTube da Unifesp e da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (Anpocs).

Os leitores da Ciências Sociais em Revista serão brindados agora com a transcrição de uma das aulas públicas proferidas por nossa ilustre visitante, assim como com o artigo escrito por Nathalie Bressiani e Rúrion Melo sobre a obra da autora. Boa leitura!



Conferência

Intersecções letais: raça, gênero e violência

Por **Patricia Hill Collins**

Hola! Oh, wait a minute. That is Spanish. Oi. How are you all? Tudo bem? This has been a wonderful visit for me. I would like to say that. I would like to thank Melvina Araújo and the faculty. But I especially want to thank those of you who are students, because I have found the students here to be quite wonderful. I think you are smart. I think you are energetic, and I have thoroughly enjoyed being here.

What I am going to do tonight is tell you about my work that is coming. It is not yet published. Let me show you what we have been doing. So this is my talk today “Lethal intersections: race, gender and violence”. This is the title of my newest book. This is a book that takes the ideas from black feminism, from intersectionality, from my work and uses them to think about the issue of violence much more broadly than just violence that you think of immediately. I am bringing to you an analysis of an important social issue.

The fourth lecture in a series on intersectionality builds on black feminist thought as foundational to intersectional violence. Because the framework of intersectionality sees race, gender, class, and sexuality as interconnected, all of these systems inform different expressions of violence that affect all our lives. By taking up the social problem of how violence shapes the lives of Black women, Black feminist thought offered an innovative approach to violence. Grounding my work in the particulars of black women and black feminism allowed me to see broader issues. And we have spent the last two weeks talking about intersectionality, “Intersectionality”, the book, and “Intersectionality in terms of theory”. So you are probably thinking: “That Patricia Hill Collins, four books. I mean, come on, she needs to go take a break”. Maybe I should take a nap. But it is too important. This particular work is too important because what you see

⁰ A conferência foi proferida em 05 de junho de 2023 no Teatro William Silva Moares, do campus Guarulhos da Universidade Federal de São Paulo, como fechamento de um ciclo de quatro conferências de Patricia Hill Collins durante sua visita ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais, financiada pela Fundação Fulbright. Agradecemos à professora Collins a autorização para publicarmos a conferência, transcrita por Marcelo Perilo, doutor em antropologia pela Unicamp, e revisada por Lilian Sales e Liana de Paula, professoras da Unifesp e editoras desta revista

here are the three books that are “Intersectionality”.¹

Now, here is what I am going to argue in general and what I have been arguing over the last three weeks. This is a very powerful set of ideas that enables people to think about how they are connected to each other, how race is connected to class, is connected to gender, is connected to sexuality. That when you enter through one door, you find other things waiting. You may enter through the door of race and anti-racism, but you quickly discover that in order to be effective in anti-racist work, you have to attend to gender because black women remind you of that if in fact you are doing anti-racist work with black people. Or if you enter through the door of gender, you cannot just talk about some generic man or some generic woman. There is a big difference between Lula and Bolsonaro. They are both men, but they are very different kinds of men. So we cannot generalize with those big categories. We have to look at masculinity and femininity through an intersectional lens that is also including race. So that is just starting with race and gender.

Why these three books about intersectionality? The “Intersectionality” book is content. That is the book that I wrote when I realized that intersectionality was getting popular and that other people were going to take the ideas and define them for their own purposes. We needed a book where we self define what this field is, and where people can find each other in the field. So “Intersectionality” is the first book and it's a good entry point if you are interested in the ideas and want an overview. The second book, “Intersectionality in terms of theory”, is a book on theory. And this one is not just ideas. It is claiming the space of politics and political theory for the work that we do. So we are not just relegated to... as I said earlier, in an earlier talk, data for someone else's theory. We have had enough theories that do not explain the reality of people who experience social injustice. But those two were not enough. The third book is about method, particularly those of you who are doing your own research.

Now, you will not find method and methodology written throughout the book “Lethal In-

¹ Nota dos editores: em cada uma das conferências, Patricia Hill Collins apresentou a discussão de um de seus livros. Na primeira conferência, “Por que feminismo negro?”, proferida em 17 de maio de 2023, Collins focou o seguinte: COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment*. 30th anniversary ed. Abingdon (UK): Routledge, 2008.

Tradução para o Português: COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019.

Na segunda conferência, “Interseccionalidade e solidariedade política”, proferida em 25 de maio de 2023, Collins focou seu seguinte livro:

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Intersectionality (Key Concepts)*. 2nd. ed. Cambridge(UK): Polity, 2020.

Tradução para o Português: COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2021.

Na terceira conferência, “Afirmando as bordas críticas da interseccionalidade”, proferida em 30 de maio de 2023, Collins focou seu seguinte livro:

COLLINS, Patricia Hill. *Intersectionality as Critical Social Theory*. 1st. ed. Durham (USA): Duke University Press Books, 2019.

Tradução para o Português: COLLINS, Patricia Hill. *Bem Mais que Ideias: a Interseccionalidade Como Teoria Social Crítica*. Boitempo, 2022.

Finalmente, na quarta e última conferência, proferida em 05 de junho de 2023, e que transcrevemos aqui, Collins tratou de última obra, que foi lançada nos Estados Unidos em novembro daquele ano:

COLLINS, Patricia Hill. *Lethal Intersections: Race, Gender, and Violence*. 1st. ed. Cambridge(UK): Polity, 2023. (Ainda sem tradução).

tersections", but the entire book was a challenge to me to take the ideas from intersectionality as they are commonly understood, and to take the theory that I was arguing about and spelling out critical social theory, critical of, critical for whom, but to take those ideas and say "How would I go about studying something that is intersectionality and that is needed?" One thing that comes out of intersectionality and the work of black women is the significance of violence as a social problem. It is a social problem that we all experience in some way. It touches our lives. It is global. It touches people very differently. And there is a reason violence is important. The kind of violence that I look at in this book is not violence of being, but political violence. The kind of violence that accompanies systems of racism, heterosexism, class exploitation, nationalism, and other "isms". This is the violence that is a common thread that pulls people together, although it is violence that is experienced quite differently.

What I want to do today is take you through very briefly what is in the book and why I approach the book the way I do. This book is not yet published. It will be published in English in October 2023, and I am hoping by spring 2024 it will be translated into Portuguese. I don't know yet, but we shall see. You can think of these three books as a three legged stool. A stool cannot stand up if it is just two legs, it falls over. But if you have all three, if you have content, if you have a theory, and if you have a method, you have a very good intellectual program, a research program. But you also have a very solid political program, these are all needed. It is not like ideas are just for scholars and researchers and then the doing of the work is for activists. Not at all. So these three ideas of content, theory, and method are crucial.

So I am going to talk about three things. First, I am going to be talking about conceptualizing violence, not just violence out there. We all know what it is. But when we think about an intersectional analysis of violence as it affects black women, latinas, black men, poor people, and indigenous people. When we start thinking about an intersectional analysis of violence and how it is implicated with power relations, how do we think about it? So I want to share with you that. In the second part, I am going to share three main ideas from the book that should be familiar to you, but hopefully will get you thinking. Three puzzles that come out of the book. And finally, for those of you who are students, something called "Toward a decolonial methodology". When we do our work, whether it is scholarly work or intellectual work, how do we know that we are not just supporting the status quo? How can we hold ourselves accountable through our methods for decolonizing the power relations that are around us? So today, I strongly urge you to write down questions as I go through the presentation so that you can ask them afterward and we can talk about aspects of this presentation.

I really think it is important to think about how we are conceptualizing. What is our mental picture of violence when we talk about this? The way I wanted to do this book was not to start from the top down. "What do scholars say violence is?" I know that. You can go find that. You can read that work. I start from the bottom up. Who are the people who are experiencing violence, who are in something called a lethal intersection? This idea of a lethal intersection has forms of

violence where power relations of race, gender, class, and nation converge. These are saturated sites or examples of cases where intersectional violence is especially visible.

I started looking for a lethal intersection as my guiding metaphor. I am going to start looking for cases. These are cases where that are lethal violence or the threat of violence is used to uphold social hierarchy. So this is where you find violence. "If you get out of line, bam! Upside your head". "If you don't conform, we'll kill your brother". "If you don't behave, I will kidnap your child". But often this form of lethal violence is not that direct. It is buried in the rules and regulations of systems. It is buried in statistics like in the US. Do you know we have higher rates of black maternal mortality than other groups? Black women who die having children. Now, that is hidden in the rules. It is not like someone comes along and shoots that woman, but she is dead nonetheless. This violence is lethal because it leaves evidence. Premature death or excess death. This violence is in the statistics of all the children who died too young. And they did not die too young because they were bad children. They died because they did not have enough food or because they just were malnourished or they were poorly housed. That is violence, but it is often not identified as such.

I want to start off with one case of what it means to be in a lethal intersection so that you can see how I go about building the building blocks of this book. Because each of you can find lethal intersections in your life if you yourself are not already in a lethal intersection. This is the case of Ms. Dhu, that happened in Australia in 2014. Ms. Dhu was a 22-year-old Australian Aboriginal woman, an Indigenous woman, and her neighbors called the police because there was a domestic violence situation. Ms. Dhu's partner was abusing her. The neighbors were concerned. The police came. The police looked at Ms. Dhu. They looked at the partner who was about 17 years older than her, and they said "What's going on here?" They looked up Ms. Dhu's record. She is in pain because she had been beaten. They look up her record and they discover that she had unpaid fines. She had not paid many of the nuisance tickets that Aboriginal people get. She had not had the resources to pay for her tickets, so the police took both of them to the police station. Both Ms. Dhu and her partner were arrested. Now keep in mind the original call was for domestic violence, intimate partner violence. But Ms. Dhu, who did not make the call, when the police came to help her, they arrested her. She is in a lethal intersection.

Here is what happens next. She asks for medical care because it turns out she had a broken rib from earlier days. She was on her way to the hospital when she was stopped by the police. So she is locked up. She says "I'm... I'm in pain". The police do not believe her because very often people who are at the bottom are disbelieved when they tell their own truth. People simply disbelieve you that there is something called black feminist thought. They disbelieve you if you do not have power. Ms. Dhu is disbelieved. The police say okay. They take her to see the medical professionals. The medical professionals look at her and they say "How much pain do you think you're in?" Ms. Dhu describes her level of pain as high and the medical professionals put it down as low. There was a nurse. [The police] tells the nurse "We think she just wanted to come when

she realized she'd have to stay in the cell all night. We don't think she's really injured". So, she was taken back to her cell. The next day, she complains again "I am ill, I am sick, I am in pain. Please, can you give me something? Can you take me to see someone?". The police once again took her to the medical professionals. They look at her and they say "She's fit for custody. She's healthy enough to be arrested and stay in the cell". She is taken back to her cell. By the third day, 24 hours later, she once again is moaning. They drag her off the bed. She cannot walk at this point. They drag her to the health professionals who once again send her back to her cell where she dies.

How is this being in a lethal intersection? There are many cases like this that we do not know about because the people for whom the violence is lethal do not survive the violence to speak for themselves. But in this particular case, the death of Ms. Dhu in private, hidden, no one took a gun and shot her or anything like that, was carried on by her family and friends who resisted. The official findings about her death were unexplained causes. No one could remember anything who was there because they were guilty. This is what was going on. So the family rejected that particular story. And we have here a case of a lethal intersection that is resistance from below, people decided to resist. Her grandmother and her mother have a march for her. The artists who project... started an art project projecting onto the buildings – pictures of Ms. Dhu saying "No justice for Ms. Dhu" and projecting the images on the buildings that were responsible for the official findings in this case. We also have the project called "The Deathscapes Project" of academics and activists who begin collecting evidence of cases like this and create an archive on deaths... and disappearances of Aboriginal women both in Australia and globally. So this one incident... and Ms. Dhu makes it onto YouTube where someone has a song about Ms. Dhu. And what you find is many facets of resistance to violence from below. This is a case we would not know about had there not been resistance.

What I decided to do in this book, in the book "Lethal Intersections", was to look for cases like this. What is the lethal intersection here? Racism. Racism against Aboriginal people is deeply intertwined with indigeneity and colonialism. Australia is a place with a very ancient indigenous population that has suffered under colonialism and continues to suffer with the racism in the institutions that are there. There are many places like that. Australia is very far away, but its story is very familiar. Gender, sexism, the fact that Ms. Dhu was experiencing gender violence from her partner. She was 22 – I think I said that –, she could not get away, she was being abused and she was not protected by the agencies that were supposed to protect her. This was a gendered case, very much so, because of how the police viewed her not as a victim. They did not believe her when she said she was in pain because she was experiencing violence. They did not believe her. This lethal intersection also has a class dimension to it. The fact that they kept her because she had not paid fines is very significant. Those of you who are familiar with Ferguson, Missouri, in the US, which had a big protest, once they investigated the fact of poor people being in debtors' prison. All the people who get locked up, who cannot get out, who cannot post bail, it is like being in a debtor's prison. So using the police to control a population, Ms. Dhu was swept

up in that. The whole notion of paying fines for a government that did not protect her and would not support her and their nation, nationalism, and the laws in this particular case matter. Do not let anybody kid you that laws do not matter. They matter profoundly.

I looked for cases, this was my methodology. The case of Ms. Dhu opens the book because everything is in this case. People defined violence as a social problem and took action in response. Critical theorizing through case analysis. People defined violence as a social problem and took action in response to it. This is a book that rests on resistance to violence that does not start from the fact of violence or start from the fact of what we think we know about it but starts from what people did and learned as a result of resisting violence. Their actions could be visible or invisible, actions could be individual or collective, and actions relied on multiple strategies. They tried everything: courts, lawsuits, public protests, the internet, art. All of that is political, particularly if it is resisting violence.

This is a bottom-up view versus a top-down view of anti-violence projects. So what I try and do in this book is uncover the view from below and write the book grounded in that view. Another example, just for comparison, because you can get deep into one case, but you cannot see how one case is connected to another case until you place those cases in dialogue. Now, two years after Ms. Dhu, in 2016, we have the case of Philando Castile.

There are many cases that are ordinary of police violence. Ms. Dhu was held in police custody and died alone. Her death was not witnessed. But there are also cases of police custody, of being taken into police custody or the police treating you a certain way where the violence is visible and unexpected in a lethal intersection, like the case of Philando Castile, what should have been a simple traffic stop of a young black man who is riding in the car. He is a food service worker who works in an elementary school. He is black, male, working class, no prison record. But he had been stopped 49 times by the Minneapolis Saint Paul police in the US. 49 times because the police had the power to do that. This is the differential treatment. In this particular case, Philando Castile was shot seven times while he was sitting in the passenger seat by a police officer who felt threatened by him. This particular case did generate outcry, but it did not generate a social movement like Black Lives Matter in 2020. This is one of the pieces of violence, resisting violence from below that leads up to the movement. Because what happened in this particular case was that a young woman, Diamond Reynolds, who was Philando Castile's girlfriend, and Diamond's daughter, a four-year-old daughter, were also in the car. So the police officer shot into a car that had two additional passengers, one of whom was a four-year-old girl. But what happened was Diamond Reynolds took out her cell phone and began filming. And she filmed while she was talking "I can't believe it. Oh, my God. He just shot him. Oh, look". She is filming, and her daughter in the back seat is clearly upset. Both of them get taken and put in the back of the police car where the police cam picks up the footage and picks up their conversation. Diamond Reynolds is extremely upset, she does not know if he is dead or not. It turns out he did subsequently die en route to the hospital. All she knows is she is in a police car and they were just going home one night. This is how this happens, you

know. And she is really upset, and her daughter says to her “Mom, mom, calm down. I don't want you to get shot too”. Now what? Four-year-old. I want you to hear that. “Mom, calm down. I don't want to get shot too”. In her four-year-old language. This is a child who has seen violence. This is a child who understands that she lives in a community where some people can get shot and die. Philando Castile was an ordinary-looking guy. He could have been anyone in here. Two years later the police officer was acquitted. It is sometimes not just the violence, it is the institutional response to the violence that is of concern. So the point that I am making here is that each of these moments creates, makes a contribution to a larger discussion about resisting violence, even if it does not... it is not aware that it is making that contribution.

This is a picture of a young woman, a nurse who did not witness anyone die. She has a five-year-old son. And she... it was the killing of Alton Sterling in Baton Rouge, Louisiana. She said, “How can I look my child in the eye and talk to him about this? I must do something”. She is a very religious woman. So armed with her faith, she drives to a protest and stands proud with her back straight, knowing that this is a righteous cause to resist power that is inauthentic or wrong. Now look at what... how the state is, the people of the state are dressed. These are stormtroopers she is facing and she is in a sundress. That is the power of conviction, and this is the power of conviction that many people who have a view from the bottom who are dealing with violence have. This image is a metaphor for black feminist thought. Armed with the power of ideas, you go up against a formidable foe who has guns, who has the power of the state, and who has the authority to inflict violence on you and your loved ones. All these examples, from Australia, a woman; from the US, a man, there are examples from many places in the world because state-sanctioned violence is a common issue. It is not particular to any one nation, but it takes a specific form. In the cases that I chose, sometimes individuals reacted even if they didn't know anybody else was reacting, or sometimes it was collective action. All of these cases have dual uses of intersectionality as critical social theory, because I wanted to come back to building my ideas, and all of the cases have a transnational context. The book includes examples from Australia, Brazil, Germany, Ireland, the Democratic Republic of Congo, Vietnam, and the USA. We live in a global world, we are surrounded by local stories and cases like this that when we begin to analyze them, we can get greater depth.

In the second part of my talk, “Dimensions of Intersectional Violence”, there are three main ideas that I want to talk about, that come from the book, and I want to introduce them through the cases. Each chapter has a signature case. In chapter one, the signature case was the case of Ms. Dhu, and there are other cases in it where I can build an argument. The first main idea is violence and the... power of ideas.

There is the case of Marielle Franco, who was visible, vocal, and resisted multiple forms of intersectional violence. When I came to Brazil, I believe this was 2018, she had died and I went to Rio shortly after. So I was meeting people who were still hurt by it, resigned to silence dissent. But does it work? When you kill the messenger, do you kill the idea or does something else hap-

pen? The common interpretation of Marielle Franco's death is that she was assassinated. Not just street crime, she was assassinated for her political beliefs. But what were those political beliefs that were so threatening? She took on the government and police power about the policing in Rio and the policing in certain neighborhoods. She spoke up about violence against LGBTQ people and trans people, she spoke up about the violence against black women, she spoke up against the violence against poor people. Her work is very much an intersectional analysis. And some people found that so threatening, certainly based on her activities in the city council where she raised these issues on International Women's Day shortly before her death, that they felt perhaps killing this messenger would kill her ideas. But what is interesting to me is that before coming to Brazil, I might not have known about Marielle Franco because there are many people who are like her, who are working for change. But it was with her death that her ideas traveled because people claimed those ideas and kept them dear. They wrote about it, they talked about her, they put pictures of her up on street art. There is an effort to remember her in ways that keep her ideas alive. And this example as the signature case of chapter two opens the door to how I handle in this chapter the power of ideas.

The notion of the power of ideas in resisting violence is an important theme in this particular chapter. I take on what I call “resistance to durable ideologies of white supremacy and heteropatriarchy”. I focused this chapter on how people resisted these ideas. And when I began to look for intellectual resistance, I found it in what appeared to be impossible situations.

Surprisingly, looking for resistance to violence through ideas took me to the 1933 book burning in Nazi Germany, because one of the first things that the Nazis did and that Hitler did was to burn books, and to tell people “We have the truth. We, Nazis, have the truth”, and to install propaganda and conspiracy theories, and use media spectacle as a way of convincing the public to support a regime that was deeply violent and intersectional. There are parallels to today. Many people make the same parallels between the fascism of the 20s in Italy and the 30s and 40s in Nazi Germany, and the re-emergence of fascism today.

What I found was there was resistance even in a situation that was extremely difficult. Some people survived, and even though Jews, LGBTQ people, and political dissidents, many people were locked up and killed. And some were so traumatized that they could not even talk about it. But then the memoirs began to come and the books began to come. Are you familiar with “The Diary of Anne Frank”? The diary of a 13-year-old girl who keeps a diary. She is witnessing the violence that she is experiencing. We have testimony from witnesses who are held in prisons, not like Ms. Dhu, who died, but who find ways to tell their story. And when they die, others tell their story for them. That's the case of Anne Frank with her father [who published the diary]. I am interested in how ideas travel to create a critical education in response to violence. You have here the example of Mano Brown, the rapper. I started watching his videos in Portuguese and he was talking about the exact same thing, the origins of hip-hop. In the US, coming from resistance from below, the voice of youth, coming from below through art and creating through

poetry, spoken word, and rap, and dance, and music. Resistance to violence. There would be no need for any of that if there were no violence. For me, people are very resilient in finding ways to resist the ideas that are imposed upon us and to find ways to find a voice from below.

The next chapter talks about violence and national identity. And in this chapter, I take on a different puzzle. Intersectional violence presents itself as permanent and invincible. It is so powerful you cannot defeat it. The army is so big, it cannot fall. It seems to control every aspect of your life. And power can be like that, slavery is like that, colonialism was like that. But is it really that powerful? If we look within national histories in terms of how nations tell their story, do we find resistance?

One of my favorite stories is about Robert E. Lee. It is the statue of Robert E. Lee, a general from the Confederate Army. This was the army that defended slavery. The Confederacy lost, but the backlash after the Civil War was such that many white Southerners refused to accept the end of the war and did everything they could through violent means to suppress the black population in the US. They had pretty much stripped black people of their rights to vote, education, health, housing, and security. Taken over, similar things are trying to... happen now. And they did it through violence, something called the KKK, the Ku Klux Klan, a vigilante group that rode at night, and lynched people. Now that'll scare you half to death, right? But what happens is just because no black people spoke up and protested does not mean that there was no resistance. There has been incremental resistance to that violence every single year until today.

Now, 2020 comes. The statue of Robert E. Lee was erected in the capital of the Confederacy, which was the losing side of the war. The statue of Robert E. Lee up on his horse on a pedestal, looking down on a whole section of town that has monuments to white supremacists. And it was meant to be permanent, it was meant to be "This will never come down". It took over 20 years for them to put this up. But in 2020, the catalyst of George Floyd, which had been building on all of those cases you never heard of, the outrage of it all, not just in the United States, but globally, came to a head. And in 2020, things started to look really different for Robert E. Lee. So here is what people did. There are the artists. Now, for those of you who are artists, most times people think of artists as just painting flowers and blue skies. And I don't know, that is not what artists often do. Artists are often cutting-edge cultural critics. They are the ones who bring the criticism before the scholars and before the papers. So here is what people did. Well, first of all, the graffiti artists wrote all over Robert E. Lee. They covered the base of that statue with slogans, with Black Lives Matter, with names of people whom they wanted to memorialize, who had been killed. They changed the meaning of the statue by saying "We no longer see this statue as an authoritative story of America". There are so many things in the US named after Confederate victors: streets, universities, buildings, all kinds of things. This is one thing: public art. People took pilgrimages to this particular monument and what happened next was even more remarkable: the monument became a screen for video installation. And the artist superimposed images of black people on this palette and presented an alternative history. The one on the top far left is George Floyd, who is sporting the phrase "Black Lives Matter", that is his face. And to give you a sense of the intersec-

tional nature of the discussion, we have on... next to George Floyd in the middle, this is an image of Breonna Taylor, who was also killed by the police in Louisville, Kentucky, in her own apartment, who were executing a drug raid to the wrong address and shot her. So there she is, raising the question of "it's not just black men's lives that matter or black women's lives that matter, all black lives matter". If you look further down on the left, you see an image of John Lewis, who was a pioneer in the civil rights movement. He's the one who had his skull cracked during a march at Selma, Alabama, and he served in Congress. And next to him, we see Harriet Tubman. Harriet Tubman is particularly egregious to Robert E. Lee because they were contemporaries, and what Harriet Tubman did was... she is called the Moses of her people. She is described as being a general who took enslaved black people from the South and helped them escape to the North. So this is a very powerful image to superimpose on the statue of Robert E. Lee.

These artists are beginning to rewrite the American national story. Because if a statue that is designed to be permanent – the built environment that we live in confines us and teaches us to see the world in a certain way –, if a statue that was designed to be permanent is not permanent, what does that mean about the power relations themselves? They too can be resisted and taken down. And just so you are convinced the statue came down. It came down, interestingly, by an African-American firm because white contractors were afraid that they would become targets of violence if they took the statue down. So this is the period to write the new story. That is what is happening in the US and that is why it is so contentious. They are now writing a new national story that does not paper over the old one, but that says "No, that official story is not the official story. That official inquest that looked into the death of Philando Castile is not legitimate. That official inquest that looked into the death of Ms. Dhu may be official, but it may not be the truth". There is an effort to rewrite that story, and here we have the power of ideas joined with the significance of political power.

In this book, this is what I had to do for invisible violence. Violence that you do not see because it is taken for granted. Violence that is hidden in the rules and regulations of everyday life. Violence that is hidden in your own behavior. But what about the violence that happened in the past that people say we want you to forget? This is the whole notion of the invisible violence. "That was then, get over it". The signature case from chapter four is called "The Children of Tuam, Ireland". And this is a case that I would like to describe. This was a case where, about 20 years ago, 20, 30 years ago, two little boys around eight years old were playing in this town, Tuam, Ireland, poking around and they came across a slab of concrete in the ground. They pulled it aside, they looked in and they said, "I think those are bones!". They went to the elders of Tuam and they said, "We think we found bones". And the elders said, "Yeah, those are probably famine bones from the 1830s" when there was an Irish famine and Irish people migrated from Ireland to many places in the world. The beginning of the Irish Diaspora, and so many people died from the famine. 20 years go by, they've forgotten, no one investigated. But there was a woman by the name of Kathleen Corless who was disturbed by those bones, and she began

to investigate because she had gone to school with children who were the children at a home. This site had housed a home for mothers and babies, and they were in a lethal intersection, which I'll get to in just a quick minute. Kathleen Corless investigated, she said, "On the site, the Mother and Baby Homes building is no longer there. It first was a workhouse, and then it was a barracks, and then it was a mother and baby home for unmarried women and their babies". She started checking the records and she discovered that 99 children who were born at the home did not have registered deaths, so she began to wonder whether the bones that the boys had discovered were the bones of missing babies. This is real. She begins to follow the story. She is the one who, as a child, noticed the treatment of the home children who went to school with her, which was very bad treatment. They were ill-housed, they did not have good clothes, they did not talk, they had to hurry back to the home. And she began to wonder, "What happened to the children at the home?". And that got her started investigating this mystery of the bones, and this began a very large investigation in Ireland.

First, people blew her off. Blessed the journalists they did not. This is why I think more favorably about journalists these days. They began to publish her story. People wanted it to remain buried, but when this story came to light, finding the bones of the children, you began to see an entire institutional infrastructure where girls went to Mother and Baby Homes. They were told they could give birth, they had to work in the home for a year, their babies were taken from them, they were not allowed to take their babies with them because they were unmarried. They carried the stigma of the pregnancy and not whoever had fathered the child, whether it was legal or not, or a child of rape or some other situation. They had shame, so the girls left the home and tried to forget their sins, and their shame, but they never forgot their babies. And many of them wondered what happened to their babies, so that is one way of coming at it. And then there were children who were adopted because that was considered a good outcome from the home, to have babies adopted. Many of them were adopted by Catholic families in the US, so this was not a small thing. But when they began to investigate whose bones were they, they came to the conclusion that this was a mass grave for babies who had been buried in a cistern, an unused water cavity or cavern when nuns – because this was a Catholic establishment – decided they would simply put the babies who died there because they were illegitimate, they did not deserve a proper burial. So this opened up a tremendous scandal in Ireland.

The connection between the Mother and Baby Homes, institutions where young, unmarried women were sent to work in the laundries for free for some transgression, whether it was illegal childbearing or they were simply too poor to live on their own. So much poverty that they worked for free and provided laundry for the government, for the Catholic Church. And for that, in exchange, they had a place to live. So this particular case is a lethal intersection. My point here is this violence was invisible and buried for decades, but it eventually came to light. And when it began to come to light, we discovered many, many people who knew parts of the puzzle, but not the bigger puzzle. So this particular case opens the whole chapter on invisible

violence and children. It was really important to write about children and invisible violence because this particular case tells me about that.

So just a point or two here just to pull this together. First, the refuse to forget. Refusing to forget, memory as resistance. Violence is buried in the silences and absences around us. Who is not there? Who is not speaking? But violence is also buried in the physical landscape. Indigenous groups have discovered whose children who were taken away have discovered the bones of Indigenous children buried in boarding schools. So the bones talk, the landscape talks, the built environment talks, and it matters. Who refuses to forget it and why? Indigenous people and stolen children, mothers of murdered and disappeared children. This is a really important issue right now, and these are the people who refuse to forget. So we have here a case of intersectional violence that was race through ethnicity. It was religious, it was gendered, it affected young people, it had to do with sexuality, normal and deviant sexuality, and it had to do with family separation, and creating some children as disposable and others as not. It is very important that we begin to shed light on violence that is hidden in plain sight. We have all around us in this globe today disposable children who through no fault of their own, are thrown away by the societies in which they live. And we have around us people who deeply care about them and who are doing their best, and many of those people are mothers. This is a very different path to get to feminism than starting in the sphere of violence against women. This is how mothers see children. Their child matters. What will it take to develop a broader discussion about youth, and children mattering? Intersectionality is at that table.

Let's begin to cheer. We have made it to the last section: "Toward a decolonial methodology: resisting intersecting intersectional violence". There was a March for Our Lives in 2018 that came as a reaction to a school shooting in a suburban high school where the high school students --peaceful high school students-- in a very short amount of time had their world turned upside down. And they are young people. They cannot vote, they are in high school, they were hurt, they got together and they said, "What can we do?". And in one month's time, using their networks, the networks of existing organizations that were anti-violence came to them to help them. People who are extremely disturbed by the fact that we have a major gun violence problem in New York, in the United States. These young people in one month organized a march called "March for Our Lives". Now, they did not say "March for Your Lives". These are young people saying, "This is our future we are marching for". But, if you look at the multitudes that showed up, and they used social media, they planned local marches, they assembled thousands of people in Washington, D.C., This was one of the largest marches that had ever occurred in this seat of power. And they did it in one month thereby putting on notice all the adults and public officials who said, "Nothing can be done. We are with you. We feel so bad. Let's get more guns to protect you". This was a march not of white people, or of black people, or of Latinos, or of Asians. This was a march of young people who saw in each other's experiences across a very large country a common shared social problem. Alliance. And they said, "This is enough. We are afraid for our

lives. We are afraid for our future. We will march for our lives". Can you imagine talking to this many people? These were the people on the podium. Kids ran it. And a black young girl, who is like 11, said, "Many people think we are not old enough to speak for ourselves. They think adults are putting ideas in our minds. But I am old enough to speak for myself and my friends, and I know we are for black feminism". This is a little black feminist up here at this march who is talking about joining in solidarity with other youth. A generation of people who did not know they knew each other. You know, if you have your friends, social media is isolating, but you do not know how many people really agree with you until you go to something this big.

So this is my image of how to think about lethal intersections and their methodology. You have, on the one hand, the case of gun violence that was a stimulus to each of these people who felt that they had a shared common problem, but they just did not know about each other. And the multitude is the kind of methodology we need that takes this kind of multitude into account. The joining together of the individual cases, the individual people, the individual cases into something that is bigger.

Intersectional violence is one unifying theme. There are many others. Violence is differently experienced and analyzed by multiple groups. All of the cases that I treated ... they were from different nations, and different groups of people: Aboriginal, Black, Irish, and Brazil. They experienced different forms of violence in different times, but this was a common thread that pulled systems of power together. It is the tie that binds systems of power, of race, and class, and gender. Violence may be visible or invisible.

I leave you with a thought to look for what is not there and listen to who is not speaking because that is often where you will find the ideas and the resistance that may not yet have made it to the front stage but is there nonetheless. And I want to finish by saying resisting violence is an ongoing, open-ended process. None of these cases has an ending. We don't know. This is what history is about. You do not know how it is going to turn out. All you can do is take your piece and carry it a little further and talk to more people, write better dissertations. Get those dissertations written, people, because you do not know how your piece will travel, whether its ideas will travel beyond the national borders of Brazil in this case, or whether what you are saying someone else picks up on like hip hop traveling globally. Who knew that kids in a terrible neighborhood in New York through creativity, would create something that would travel and endure for 30 years? So you don't know. The issue is these people who do these projects have an unshakable belief that violence is wrong and they may not know what to do about it, but they have a belief in social justice and they are moving toward a more socially just world. So as I wrap up my presentations with you at this wonderful university, the overarching theme of this series was "Intersectionality, social inequalities and social justice". And we end up at the end of the four weeks where we started, but hopefully with a deeper understanding of how all of this connects together and connects to you. Thank you.



Opressão e resistência no pensamento feminista negro: a teoria social crítica de Patricia Hill Collins

Oppression and resistance in black feminist thought: the critical social theory of Patricia Hill Collins

Oppresión y resistencia en el pensamiento feminista negro: la teoría social crítica de Patricia Hill Collins

**Nathalie
BRESSIANI**

nathalie.bressiani@ufabc.edu.br

Professora de Filosofia na Universidade Federal do ABC (UFABC)

**Rúrion
MELO**

rurion@usp.br

Professor de Ciência Política na Universidade de São Paulo (USP)

23

Este artigo tem o intuito de apresentar como Patricia Hill Collins desenvolve uma compreensão interseccional da relação entre opressão e resistência com base nas experiências de mulheres negras. Para isso, o texto foi dividido em três partes; na primeira, procuraremos mostrar porque Collins considera o pensamento feminista negro como uma teoria social crítica, e porque, ao partir da perspectiva de outsider interna das mulheres negras, esse pensamento se encontra em uma posição privilegiada para compreender os fenômenos interseccionais de opressão e resistência (I). Na segunda parte, apresentamos a compreensão interseccional de opressão desenvolvida por Collins e analisamos o que a autora entende por “matriz de dominação”, a saber, os quatro diferentes domínios nos quais as formas interseccionais de opressão atuam: o estrutural, o disciplinar, o hegemônico e o interpessoal (II). Partindo, por fim, do pressuposto fundamental de que uma teoria social crítica tem de atentar para as tendências realmente existentes de superação prática das injustiças sociais, na terceira parte do artigo, analisaremos a relação dialética que Collins estabelece entre opressão e resistência a partir dos processos no interior dos quais as mulheres negras produzem autodefinições e formas individuais e coletivas de luta por justiça social. Argumentaremos que a relação dialética entre opressão sofrida e ativismo exercido é central à teoria social crítica de Collins e está na base de sua análise sobre as diferentes práticas de resistência de mulheres negras contra a opressão em cada um dos quatro domínios da matriz de dominação (III).

Palavras-Chave: *Opressão; resistência; pensamento feminista negro*

In this paper, we aim to analyse how Patricia Hill Collins develops an intersectional understanding of the relationship between oppression and resistance based on the experiences of black women. To do this, the paper was divided into three parts. First, we explain why Collins claims that the black feminist thought is a critical social theory, and why this thought is in a privileged position to understand the intersectional phenomena of oppression and resistance, once it departs from the outsider within perspective of black women (I). In the second part, we present the intersectional understanding of oppression developed by Collins and analyze what she understands by “matrix of domination”, namely, the four different domains in which intersectional forms of oppression operate: the structural, the disciplinary, the hegemonic and the interpersonal (II). Finally, starting from the fundamental assumption that a critical social theory must pay attention to the actually existing tendencies to overcome social injustices in practice, we analyze the dialectical relationship Collins establishes between oppression and resistance drawing on the processes through which black women produce self-definitions as well as individual and collective forms of struggle for social justice. Our argument is that the dialectical relationship between suffered oppression and activism is central to Collins' critical social theory and corresponds to the basis of her analysis of the different practices of black women's resistance against oppression in the four domains of the matrix of domination (III).

Keywords: oppression; resistance; black feminist thought

Este artículo tiene como objetivo presentar cómo Patricia Hill Collins desarrolla una comprensión interseccional de la relación entre opresión y resistencia a partir de las experiencias de las mujeres negras. Para hacer esto, el texto se dividió en tres partes. En la primera, buscaremos mostrar por qué Collins considera el pensamiento feminista negro como una teoría social crítica, y por qué, al partir de la perspectiva de outsider interna de las mujeres negras, este pensamiento se encuentra en una posición privilegiada para comprender los fenómenos interseccionales de la opresión y resistencia (I). En la segunda parte, presentamos la comprensión interseccional de la opresión desarrollada por Collins y analizamos lo que la autora entiende por “matriz de dominación”, es decir, los cuatro dominios en que operan las formas interseccionales de opresión: lo estructural, lo disciplinar, lo hegémónico e interpersonal (II). Finalmente, partiendo del supuesto fundamental de que una teoría social crítica debe prestar atención a las tendencias realmente existentes para superar prácticamente las injusticias sociales, en la tercera parte del artículo analizaremos la relación dialéctica que Collins establece entre opresión y resistencia a partir de los procesos dentro de los cuales las mujeres negras producen autodefiniciones y formas individuales y colectivas de lucha por la justicia social. Argumentaremos que la relación dialéctica entre la opresión sufrida y el activismo ejercido es central para la teoría social crítica de Collins y es la base de su análisis de las diferentes prácticas de resistencia de las mujeres negras contra la opresión en cada uno de los cuatro dominios de la matriz de dominación (III).

Palabras clave: opresión; resistencia; pensamiento feminista negro

Introdução

Aopressão contra mulheres negras desencadeou, ao longo da história, importantes movimentos de resistência e lutas contra injustiças sociais. Esse fenômeno explicita, por um lado, a existência de relações estruturais de opressão que afetam a vida de mulheres negras em diferentes regiões do mundo, relações que estão vinculadas a problemas sociais que extrapolam as dimensões de raça e gênero, incluindo também classe, sexualidade, idade, capacidade (vinculada ao preconceito contra pessoas com diferentes formas de deficiência – o capacitismo), nacionalidade e outros sistemas de opressão. Por outro lado, ele também explicita o vínculo da opressão, com experiências e práticas políticas de resistência. Esses vínculos parecem impor ao menos duas tarefas bastante exigentes a uma teoria social crítica compromissada com a justiça social. Cabe a ela, em primeiro lugar, produzir um diagnóstico amplo acerca das várias e complexas dimensões do poder e da dominação nas sociedades realmente existentes, considerando as experiências de opressão vivenciadas pelas mulheres negras. Em segundo lugar, cabe a ela descobrir quais formas de resistência e de luta são engendradas por essas mesmas experiências, partindo do pressuposto de que a justiça social não poderá ser efetivada se o propósito da superação da opressão não estiver inscrito nas próprias práticas e saberes das mulheres negras em sua vida cotidiana e em seus laços de sociabilidade.

Este artigo tem o intuito de apresentar

como Patricia Hill Collins desenvolve uma compreensão interseccional da relação entre dominação e resistência com base nas experiências de mulheres negras. Para isso, o texto foi dividido em três partes; na primeira, procuraremos mostrar porque Collins considera o pensamento feminista negro como uma teoria social crítica, e porque, ao partir da perspectiva de outsider interna das mulheres negras, esse pensamento se encontra em uma posição privilegiada para compreender os fenômenos interseccionais de opressão e de resistência (I). Na segunda parte, apresentamos a compreensão interseccional de opressão desenvolvida por Collins e analisamos o que a autora entende por “matriz de dominação”, a saber, os quatro diferentes domínios nos quais as formas interseccionais de opressão atuam: o estrutural, o disciplinar, o hegemônico e o interpessoal (II). Partindo, por fim, do pressuposto fundamental de que uma teoria social crítica tem de atentar para as tendências realmente existentes de superação prática das injustiças sociais, na terceira parte do artigo, analisaremos a relação dialética que Collins estabelece entre dominação e resistência a partir dos processos no interior dos quais as mulheres negras produzem autodefinições e formas individuais e coletivas de luta por justiça social. Argumentaremos que a relação “dialética entre opressão sofrida e ativismo exercido” (Collins, 2019, p. 63) é central à teoria social crítica de Collins e está na base de sua análise sobre as diferentes práticas de resistência de mulheres negras contra a opressão em cada um dos quatro domínios da matriz de dominação (III).

I

Patricia Hill Collins dá início ao seu livro, *Pensamento feminista negro*, com o relato de Maria Stewart, uma intelectual negra que, depois de ter se tornado órfã aos cinco anos de idade, foi entregue aos serviços da família de um clérigo para trabalhar como empregada doméstica. No relato, que teria sido escrito em 1831, Stewart se pergunta: “até quando as nobres filhas da África serão forçadas a deixar que seu talento e seu pensamento sejam soterrados por montanhas de panelas e chaleiras de ferro?” (Collins, 2019, p. 29). A importância do relato de Stewart para os propósitos de Collins não se restringe, porém, à pertinência da questão formulada por ela já na primeira metade do século XIX. O talento e o pensamento de Stewart não foram propriamente soterrados. Mesmo que de modo fragmentado e em condições precárias, Stewart escreveu textos nos quais analisa a natureza e as causas da opressão das mulheres negras, e propõe estratégias para resistir a ela. Ao citar Stewart, portanto, o objetivo de Collins não parece ser o de defender que os obstáculos enfrentados pelas mulheres negras cercearam sua capacidade de resistência e de pensamento. Trata-se, antes, de mostrar que, apesar desses obstáculos – na verdade, em resposta a eles –, as mulheres negras produziram conhecimento sobre sua situação de opressão e forjaram modos de resistirativamente a ela.

Para Collins, o lugar específico ocupado pelas mulheres negras proporciona a elas uma perspectiva diversa e privilegiada so-

bre a realidade social. O fato de que mulheres negras trabalharam por muito tempo nas casas de famílias brancas (não só desempenhando serviços domésticos, mas também ouvindo os segredos, compartilhando conselhos, e criando os seus filhos de seus patrões), as colocou na posição de outsiders internas dessas famílias. Sua posição interna permitiu a elas ouvir relatos e observar cenas familiares, como se fossem de dentro; ao mesmo tempo, como não pertenciam a elas, mantinham uma certa distância diante do que viam, permanecendo como outsiders. Essa mesma posição de pertencimento e distanciamento se repete, ainda que de outros modos, na relação que as mulheres negras estabelecem com outros grupos, como o de homens negros. Ao mesmo tempo em que compartilham com eles diversos aspectos de suas vidas no interior de suas comunidades, as experiências das mulheres negras não se confundem com as deles, algo que se repete em suas intersecções com outros grupos.

Para Collins, essa posição de outsider interna teria permitido que as mulheres negras enxergassem padrões interseccionais de opressão social e forjassem formas de resistência que não estão disponíveis nem àqueles que são membros do grupo, nem àqueles que estão inteiramente fora dele. É, nesse sentido, que ela reitera a importância sociológica do pensamento feminista negro e a de outros grupos marginalizados. Como afirma ela:

Como outsiders internas, estudiosas feministas negras podem pertencer a um dos vários distintos grupos de

intelectuais marginais cujos pontos de vista prometem enriquecer o discurso sociológico contemporâneo. Trazer esse grupo – assim como outros que compartilham um status de outsider interna ante a sociologia – para o centro da análise pode revelar aspectos da realidade obscurecidos por abordagens mais ortodoxas (Collins, 2016, p. 101).

Partindo de suas experiências, enquanto outsiders internas, as mulheres negras produziram um corpo de saberes voltado à compreensão das injustiças interseccionais que sofrem. Elas elaboraram um conhecimento, um pensamento feminista negro, cujo intuito é elucidar as razões sociais de seu silenciamento, exclusão e sofrimento.

Tal conhecimento sobre a sociedade, porém, não possui apenas uma dimensão teórica, ainda que esta seja crucial para a autocompreensão ou, mais precisamente, para a “autodefinição” almejada pelo pensamento feminista negro¹. Collins também sublinha que, para as mulheres negras, a teoria tem um propósito prático específico, o “propósito do pensamento coletivo das mulheres negras”, que consiste fundamentalmente em produzir “um pensamento social concebido para se opor à opressão” (Collins, 2019, p. 42). Em outros termos, o conhecimento coletivo produzido por mu-

lheres negras, que é gestado com base em experiências cotidianas, estruturais e institucionais de injustiça, tem o propósito de superar, em termos práticos, as injustiças sofridas. Por essa razão, Collins afirma que, “a identidade do pensamento feminista negro como teoria social ‘crítica’ reside em seu compromisso com a justiça” (Collins, 2019, p. 43)².

Não é fortuito, assim, que o projeto de Collins não objetive compreender as formas interseccionais de opressão que incidem sobre as mulheres negras partindo de uma análise externa – ou, por assim dizer, neutra – em relação às experiências dessas mulheres. Para ela, só podemos compreender as formas interseccionais de opressão que as mulheres negras enfrentam se partirmos de um resgate do próprio pensamento feminista negro. Além disso, também não é fortuito que, ao formular uma teoria social crítica a partir desse resgate, Collins tenha, no horizonte, o intuito de incentivar a voz e a produção de conhecimento das mulheres negras e dos grupos historicamente oprimidos. O objetivo é resgatar o pensamento feminista negro, mas que foi apagado da história oficial, enquanto teoria social crítica.

Antes de iniciar o resgate desse pensamento, porém, é importante explicitar o

¹ Para Collins (2019), “autodefinição” é o poder de dar nome à própria realidade, mais precisamente, o poder de ‘definir nossas realidades em nossos próprios termos’”(p. 434).

² Em outra formulação, cuja articulação conceitual ainda será analisada no presente texto: “Como teoria social crítica, o pensamento feminista negro visa empoderar as afro-americanas em um contexto de injustiça social sustentado por opressões interseccionais. Na medida em que as mulheres negras não podem ser plenamente empoderadas a menos que as opressões interseccionais sejam eliminadas, o pensamento feminista negro apoia princípios amplos de justiça social”(Collins, 2019, p. 63).

que significa falar em pensamento feminista negro no singular, afinal, uma vez que o campo de experiências vivido por mulheres negras oprimidas é diverso, é preciso explicitar em que medida é possível preservar a diversidade das categorias de “mulher negra” ou de “pensamento feminista negro” sem reduzi-las a uma unidade essencialmente comum. Para Collins, aquilo que nos permite falar hoje de um pensamento feminista negro é o fato de que as mulheres negras sofrem formas similares – ainda que não idênticas – de opressão, o que acaba por fazer com que elas desenvolvam perspectivas similares, um conjunto compartilhado de saberes.

Reconstruir o pensamento feminista negro não implica, assim, uma homogeneização da experiência de opressão ou a pressuposição de uma identidade unívoca da mulher negra. Trata-se, antes, do resgate de um ponto de vista que tem elementos comuns – mesmo que não homogêneos – e que tende a ser sistematicamente silenciado. Como afirma ela:

[...] não existe um ponto de vista homogêneo da mulher negra. Não existe uma mulher negra essencial ou arquetípica cujas experiências sejam típicas, normativas e, portanto, autênticas. Um entendimento essencialista do ponto de vista da mulher negra suprime as diferenças entre as mulheres negras em busca de uma unidade de grupo enganosa. Em vez disso, pode ser mais correto dizer que existe um ponto de vista coletivo das mulheres negras, caracterizado pelas tensões geradas por respostas diferentes a desafios comuns. Ao reconhecer e buscar incorporar essa heterogeneidade na elaboração dos saberes de resistência

cia das mulheres negras, esse ponto de vista renuncia ao essencialismo em favor da democracia. Uma vez que o pensamento feminista negro tanto surge no interior de um ponto de vista das mulheres negras como grupo quanto visa articulá-lo com as experiências associadas às opressões interseccionais que elas sofrem, é importante ressaltar a composição heterogênea desse ponto de vista do grupo (Collins, 2019, p. 73).

Em outras palavras, se, por um lado, falar em pensamento feminista negro no singular não implica pressupor sua homogeneidade, por outro lado, o reconhecimento da heterogeneidade do ponto de vista das mulheres negras também não implica negar que ele contém um corpo comum de saberes, que contém um diagnóstico sobre as formas estruturais de opressão e potenciais práticos de transformação. É por isso que, para Collins, embora precisemos ter cuidado para não essencializar ou simplificar as experiências das mulheres negras, é importante reconstruí-las e reiterar seu potencial de conhecimento e de transformação sociais. Somente por meio dessa estratégia seria possível identificar quais são os vários sistemas de opressão que afetam as diversas mulheres negras em sentido específico às suas experiências. Um conhecimento que é necessário para que elas produzam uma perspectiva compartilhada acerca dos modos de combatê-los.

II

Ora, mas quais são, afinal, as formas de opressão social a que mulheres negras estão sujeitas? E quais são as contribuições

que o pensamento feminista negro traz à compreensão dos fenômenos de injustiça em geral, considerando não apenas o racismo e o sexismo, mas também outras opressões e formas de violência interseccionais? Como a “interseccionalidade” amplia nossa compreensão acerca das experiências das mulheres negras? Quais são os desafios específicos enfrentados pelas mulheres negras em sua luta feminista, bem como seus potenciais de transformação social? Como a interseccionalidade pode ajudar a abordar esses desafios e potenciais de maneira mais apropriada?

“Opressão”, escreve Collins,

é um termo que descreve qualquer situação injusta em que, sistematicamente e por um longo período, um grupo nega a outro grupo o acesso aos recursos da sociedade. Raça, classe, gênero, sexualidade, nação, idade e etnia, entre outras, são as principais formas de opressão” (Collins, 2019, p. 33).

“A ideia de interseccionalidade”, por sua vez, é descrita pela autora como se referindo

“a formas particulares de opressão interseccional, por exemplo, intersecções entre raça e gênero, ou entre sexualidade e nação. Os paradigmas interseccionais nos lembram que a opressão não é reduzível a um tipo fundamental, e que as formas

de opressão agem conjuntamente na produção da injustiça” (Collins, 2019, p. 57)³.

Considerar a opressão da perspectiva da interseccionalidade permite a Collins uma compreensão mais complexa e sistemática acerca da organização e do funcionamento do poder. Em primeiro lugar, a interseccionalidade propicia ver que “as formas de opressão mudam constantemente” (Collins, 2019, p. 435). Em segundo lugar, ela nos mostra que essas formas de opressão configuram as experiências negativas das mulheres negras de modo diverso⁴. As mulheres negras são afetadas por formas diversas de injustiça porque estão posicionadas na intersecção de diferentes sistemas de opressão – sistemas de gênero, de raça, de classe social, de etnia, de nação, de idade, de religião etc. Além disso, dependendo do contexto, a posição da mulher negra em relação a tais opressões interseccionais se altera:

O gênero de uma mulher pode sobressair quando ela se torna mãe; a raça, quando ela procura moradia; a classe social, quando ela tenta obter crédito; a orientação sexual, quando ela anda na rua com uma companheira; e a origem nacional, quando ela se candidata a um emprego” (Collins, 2019, p. 435).

³ Não será possível, no espaço deste artigo, introduzir o já amplo e rico debate em torno do conceito de “interseccionalidade”. A nosso ver, Collins adota o conceito em todas as dimensões de seu trabalho, chamando especial atenção para o caráter interseccional ou sobreposto das relações de opressão social. Para um balanço exaustivo da bibliografia e visão de conjunto acerca da discussão mais atual do conceito, cf. Collins, Bilge (2021) e Carastathis (2016). Para o projeto de Collins de pensar a interseccionalidade como teoria social crítica, cf. Collins (2022).

É central, portanto, o modo como a interseccionalidade amplia, enriquece e complexifica nosso conhecimento sobre as experiências de opressão das mulheres negras, propiciando “uma compreensão mais robusta da experiência no âmbito da interseccionalidade” (Collins, 2022, p. 223).

A interseccionalidade não é, porém, o único conceito empregado por Collins para examinar como a opressão afeta mulheres negras. De acordo com ela, quando formas sistemáticas de opressão produzem uma organização hierárquica do poder em uma sociedade, é possível identificar o surgimento do que ela denomina “matriz de dominação”. Tal matriz se refere ao modo como as diferentes formas interseccionais de opressão podem ser identificadas e analisadas em vários domínios sociais diferentes: “domínios de poder estruturais, disciplinares, hegemônicos e interpessoais reaparecem em formas bastante diferentes de opressão” (Collins, 2019, p. 57). O que Collins tem aqui em vista são os diferentes domínios de poder nos quais as formas interseccionais de opressão atuam: o estrutural, o disciplinar, o hegemônico e o interpessoal. Cada domínio de poder compre um propósito específico: “O domínio estrutural organiza a opressão, enquanto o disciplinar a administra. O domínio hegemônico justifica a opressão, e o interpessoal

influencia a experiência cotidiana e a consciência individual dela decorrente” (Collins, 2019, p. 437). Nessa segunda seção, procuremos ver mais de perto o que estaria em jogo em cada um desses domínios.

Collins ressalta que o poder se organiza em diferentes domínios da sociedade, perpassando desde relações informais de interação cotidiana e de convivialidade até instituições e estruturas socialmente cristalizadas de desrespeito, desigualdade e exclusão, por onde as formas interseccionais de opressão se reproduzem. O mais amplo e duradouro domínio é o “estrutural”, com implicações generalizadas sobre a subordinação e a exclusão estrutural de mulheres negras ao longo do tempo. Estão incluídos aí o sistema jurídico, o mercado de trabalho, as instituições de ensino, o setor mobiliário, o setor bancário, a imprensa, entre outros. São instituições que configuram múltiplas formas de segregação e estão organizadas com a finalidade tanto de produzir quanto de reproduzir as opressões sociais⁵. Trata-se, aqui, de um conjunto de instituições que geram formas persistentes e estruturais de opressão. Como exemplo, Collins mostra como a “persistente exclusão das mulheres negras das melhores condições de emprego, ensino, assistência médica e moradia ilustra a ampla gama de políticas sociais destinadas a privá-las do direito pleno

⁴ Em terceiro lugar, como veremos na próxima seção, a interseccionalidade contribui também para enriquecer a perspectiva da agência das mulheres negras e as diferentes formas de resistência à opressão. Assim, se formas de opressão se alteram, igualmente se modificam atitudes e estratégias de ação das mulheres negras quando se trata de superar situações de injustiça.

de cidadania" (Collins, 2019, p. 438).

Além de organizar discriminadamente as instituições para a reprodução da subordinação das mulheres negras, para Collins, essas instituições também oprimem mulheres negras em função de seu modo de funcionamento e de seus procedimentos internos. Collins se refere, aqui, ao fato de que essas instituições são reguladas de modo burocrático, e buscam assegurar a conformidade das mulheres negras ao papel de meras destinatárias ou, quando é o caso, de meras funcionárias das instituições sociais. Esse modo de operar, porém, bloqueia de antemão o comportamento autodeterminado, a comunicação e a negociação reflexivas, e visa controlar sistematicamente as ações de suas subordinadas. A estrutura burocrática das instituições consiste, para Collins, em um dos aspectos mais importantes para entendermos de que maneira o poder pressupõe disciplinamento e passa pelas formas administrativas de controle da vida, em especial a "vigilância"⁶.

No caso do domínio disciplinar do poder, reforça Collins, o que está em jogo não são "políticas sociais explicitamente racistas ou sexistas", mas uma determinada forma de governar que é "baseada em hierarquias burocráticas e técnicas de vi-

gilância" (Collins, 2019, p. 443). A estrutura burocrática vigia e controla os cidadãos de perto, desde dentro, e opera de modo funcionalista e sempre altamente hierarquizada. Ao fazer isso, ela alcança seu objetivo de "formar populações de mulheres negras pacíficas, organizadas, dóceis e disciplinadas" (Collins, 2019, p. 443).

Para Collins, porém, esses dois domínios não são ainda suficientes para explicar o motivo pelo qual, em muitos casos, as pessoas (incluindo as que são diretamente afetadas pela opressão) aceitam como justificado o modo como as opressões interseccionais são socialmente organizadas. Para isso, ainda é preciso compreender de que maneira o racismo ou o sexism se "naturaliza" aos olhos de indivíduos e grupos. Em outras palavras, é preciso entender de que modo o poder hegemônico introjeta ideias e estereótipos na cultura pública de fundo para atender à necessidade da reprodução da dominação.

Voltando-se à formação da consciência, esse domínio abrange a ideologia e a cultura. O domínio hegemônico exerce uma função transversal diante dos outros domínios, criando uma espécie de "liga" que visa assegurar a manutenção de um sistema popular de ideias típicas do senso comum que

⁵ Collins remete, entre outros exemplos, especialmente à doutrina "separados, mas iguais", estabelecida com a decisão do caso Plessy vs. Ferguson, em 1896, quando o Supremo Tribunal reafirmou e instaurou em termos jurídicos à constitucionalidade da segregação racial nos Estados Unidos. Esse caso se refere ao período Jim Crow, iniciado em 1877, após o fim da Guerra Civil no país (1865), quando se aplicaram leis abertamente segregacionistas, e se encerra em 1964, com a promulgação da Lei dos Direitos Civis, instituída depois que movimentos negros pelos direitos civis desafiaram a ordem social racista existente.

⁶ A referência de Collins para formular o domínio disciplinar não poderia deixar de ser Foucault (2014).

geram opressão racial, de gênero, sexual etc., e perpetuam hierarquias naturalizadas (ou seja, tomadas como se fossem naturais) de poder. Como afirma Collins (2019, p. 448), “ao manipular a ideologia e a cultura, o domínio hegemônico atua como um elo entre as instituições sociais (o domínio estrutural), suas práticas organizacionais (o domínio disciplinar) e a interação social cotidiana (o domínio interpessoal)”.

O que está em jogo, nesse caso, é a circulação e a aceitação de ideias sobre a condição da mulher negra que acabam justificando socialmente que elas sejam tratadas de modo opressivo, violento e injusto. Em geral, essa circulação precisa produzir e reproduzir ideologias racistas e sexistas através de meios de comunicação na esfera pública (jornais, revistas, música, cinema, televisão, publicidade etc.), pois “as ideologias racistas e sexistas, quando desacreditadas, perdem seu impacto” (Collins, 2019, p. 449). Ao fazerem isso, elas acabam naturalizando e cristalizando ideias sobre a condição da mulher negra no que Collins chama de “imagens de controle”, voltadas à dimensão ideológica da opressão. Collins afirma que “uma característica importante do domínio hegemônico do poder consiste na necessidade de remodelar continuamente as imagens, a fim de sustentar a matriz de dominação” (Collins, 2019, p. 449). Isso possibilita que as ideologias sejam consideradas naturais e, no geral, se perpetuem como estereótipos negativos, hegemônicos, que oprimem as mulheres negras na cultura pública.

Por fim, temos o domínio interpessoal do poder, que também possui alastramen-

to nos outros domínios. O que está aqui em causa é o modo como o racismo, o sexismo e outras formas de opressão se presentificam em interações cotidianas que se efetuam em esferas sociais privadas e/ou públicas de convivência e proximidade. Como afirma Collins, o

domínio interpessoal funciona por meio de práticas rotineiras e cotidianas que dizem respeito ao modo como as pessoas tratam umas às outras (por exemplo, o nível micro da organização social). Tais práticas são sistemáticas, recorrentes e tão familiares que muitas vezes passam despercebidas” (Collins, 2019, p. 453)

Esse “nível micro” da opressão se reproduz em tratamentos racistas e sexistas que ocorrem em espaços interpessoais que, em princípio, são considerados como seguros para as mulheres negras. Segundo Collins, é precisamente nesses espaços habituais de convivialidade (na escola, no mercado, na universidade, no trabalho, na praça pública, na academia, mas que também podem ser marcados por relações de intimidade e de amizade na esfera privada e doméstica), que certas palavras, comentários, “brincadeiras”, gestos ou comportamentos recorrentes manifestam, de modo supostamente velado, diferentes formas de desrespeito e violência existentes.

Partindo do pensamento feminista negro e sistematizando sua compreensão sobre as diferentes formas de opressão experienciadas pelas mulheres negras, Collins nos apresenta, então, tanto uma compreensão interseccional da opressão como uma compreensão das quatro dimensões nas quais

ela opera. Sua teoria social crítica, porém, não se esgota com a realização dessa tarefa. Collins não busca apenas compreender como as diferentes formas interseccionais de opressão operam na realidade social e se organizam nesses diferentes domínios. Para ela, também é fundamental que a teoria ajude a orientar, em termos práticos, possibilidades de resistência e de luta geradas em tais domínios, mesmo que o poder molde nossas instituições e formas de vida em grandes dimensões. Como nos lembra, a “existência do pensamento feminista negro sugere que sempre existe escolha e poder para agir, não importa quão desoladora pareça a situação” (Collins, 2019, p. 456). Para cada domínio do poder, é preciso conhecer também os respectivos modos imanentes de resistência, as possibilidades existentes de resistir “a partir de dentro”. Tendo isso em vista, passamos agora à análise da dialética que Collins identifica entre as opressões interseccionais e as formas de resistência e de luta ativamente levadas a cabo pelas mulheres negras.

III

Se o objetivo mais amplo do pensamento feminista negro é resistir à opressão, uma tarefa crucial da teoria social crítica consiste em diagnosticar não apenas os sistemas interseccionais de opressão, mas também os potenciais de resistência e de luta das mulheres negras. A dialética de dominação e resistência, conforme concebida por Collins, requer que essas duas tarefas estejam interligadas. As prá-

ticas de resistência devem ser pensadas a partir da complexidade das experiências de opressão das mulheres negras, como o racismo, o sexism, a classe social entre outros. “Ao adotar um paradigma de opressões interseccionais”, diz Collins, e levar “em conta a agência individual e coletiva das mulheres negras, inerente a tais opressões, o pensamento feminista negro reconceitua as relações de dominação e resistência” (2019, p. 433-434). A ênfase nessa possibilidade de identificar elementos de resistência que poderiam emergir de dentro de contextos de opressão recai precisamente na análise crítica dessas interseções e na compreensão das maneiras como elas se manifestam na vida das mulheres negras. Ela argumenta que, ao reconhecerem essas interseções, as mulheres negras podem desenvolver estratégias mais eficazes para enfrentar essas opressões de maneira integrada.

Collins entende esse fenômeno de resistência como o resultado de uma relação dialética entre dominação e resistência, ou opressão e ativismo. Segundo ela, a experiência da opressão enseja, naqueles que a vivenciam, formas de resistência que combinam dimensões práticas e teóricas. Trata-se do esforço individual e coletivo dos oprimidos para compreender e combater a opressão. Para Collins, é isso o que ocorre com as mulheres negras que, mesmo em condições precárias e fragmentadas, teriam desenvolvido formas práticas e teóricas de resistência. Collins é ciente de que falar sobre as múltiplas formas de opressão enfrentadas pelas mulheres negras pode

parecer esmagador e desafiador, no entanto, sua abordagem também destaca a capacidade de resistência e empoderamento das mulheres negras.

A partir da ênfase no caráter dialético da relação entre opressão e resistência, a dialética da opressão busca explicitar a capacidade das próprias mulheres negras de entender melhor suas experiências e de lutar por mudanças sociais que abordem essas interseções de opressão de maneira mais completa e eficaz. Implica dar espaço à agência individual e coletiva das mulheres negras mesmo em condições opressivas, pois “a ideia de relação dialética sugere que as mudanças são consequência da agência humana” (Collins, 2019, p. 434). Para Collins, “enquanto as mulheres negras forem oprimidas, persistirá também a necessidade de seu ativismo”, já que “opressão e resistência permanecem intrinsecamente ligadas, de tal maneira que a forma de uma afeta a da outra” (Collins, 2019, pp. 434-435).

A produção de um diagnóstico sobre como determinadas injustiças podem desencadear lutas em prol da justiça requer uma investigação bastante complexa. Collins se refere à necessidade de que a teoria social crítica “mude o foco” de sua investigação e aprenda com as contribuições do próprio pensamento feminista negro, com suas experiências, conhecimentos e ações. Ao resgatar o pensamento feminista negro, portanto, a abordagem de Collins visa promover a conscientização e a ação contra as opressões interconectadas, em vez de enfraquecer a capacidade de resistência das mulheres negras. Trata-se de um

projeto teórico e prático de grandes proporções, cujo propósito consiste em eliminar as injustiças sociais, afinal, não é possível compreender a força das mulheres negras na luta pela justiça social sem que desenvolvamos outra perspectiva a respeito da agência, dos potenciais de resistência, do ativismo e de atitudes críticas das mulheres negras, ampliando sensivelmente nossa concepção sobre a vida política; algo que passa pela análise da cultura, das relações de intimidade, familiares e de amizade, da arte e da religião, além de organizações políticas e instituições. Como afirma Collins,

mudar o foco de análise para investigar como a matriz de dominação se estrutura em torno de eixos específicos – raça, gênero, classe, sexualidade e nação – e como ela opera em domínios de poder interconectados – estrutural, interpessoal, disciplinar e hegemônico – revela que a relação dialética que conecta opressão e ativismo é muito mais complexa do que sugerem modelos simples de oprimidores e oprimidos [...] Do mesmo modo que a opressão é complexa, a resistência que visa promover o empoderamento expressa uma complexidade semelhante (Collins, 2019, p. 454).

A realização desse projeto, todavia, não é simples. Boa parte daquilo que foi escrito ou feito por mulheres negras estadunidenses foi apagado da história oficial. Além disso, segundo Collins, as práticas de resistência das mulheres negras costumam ocorrer em espaços protegidos e não públicos. Isso faz com que o próprio projeto de resgatar e reconstruir o pensamento feminista negro nos Estados Unidos exija a adoção de um olhar particular. Collins

terá de identificar pequenas práticas de resistência implícitas em ações e relatos de mulheres negras, terá de olhar para as relações interpessoais nas comunidades, associações, igrejas e famílias negras, bem como analisar a produção cultural feita por mulheres negras.

Cabe notar que Collins privilegia o ponto de vista das resistências produzidas “de baixo para cima”⁷, seja no interior de instituições e associações da sociedade civil, seja em esferas comunitárias e familiares. Cabe notar também que ela conceitua o ativismo em duas dimensões: a primeira é a da “luta pela sobrevivência do grupo” (que consiste em ações capazes de criar esferas de influência no interior das estruturas e relações sociais existentes); a segunda é a “luta pela transformação institucional” (que busca mudar políticas e procedimentos discriminatórios na dimensão do poder estrutural e institucional). Nos dois casos, Collins considera atitudes e ações tanto de grupos organizados quanto de pessoas que agem individualmente. No que diz respeito às atitudes individuais de resistência, Collins ressalta a ironia nos comentários, a postura alta no cotidiano, as relações e os conselhos aos filhos, os pequenos gestos de mulheres negras que explicitam a compreensão profunda que elas possuem sobre a forma

interseccional de opressão que experenciam; isso mesmo quando não a desafiam abertamente, pois sabem o custo que tal atitude lhes traria. No que diz respeito às práticas coletivas de resistência, são incluídas aqui tanto as redes mais amplas de parentesco e as diferentes formas de maternidade como as relações e associações comunitárias e as igrejas.

Para Collins, seja agindo individual, coletivamente, ou voltadas para a sobrevivência do grupo ou para a transformação institucional, o fundamental nesse processo de empoderamento e reapropriação da autonomia é que mulheres negras encontram espaços sociais que propiciem margens de ação para estratégias de resistência. É tendo isso em vista que ela volta seu olhar para o que chama de “espaços seguros”, isto é, os espaços em que mulheres negras se consideram protegidas, “falam livremente” e “constroem autodefinições independentes”, mas sempre a partir de dentro da dialética de opressão e ativismo. Em suas análises, a autora sublinha o caráter dialógico desses espaços seguros, onde as mulheres negras se sentem à vontade para compartilhar suas experiências individuais entre si e articular, coletivamente, uma autodefinição positiva, que lhes propicia força, bem como um conhecimento comum sobre sua própria si-

⁷ Esse ponto de vista fica explicitado na conferência proferida por Collins na Unifesp, e que abre esta seção especial sobre a autora na Ciências Sociais em Revista. Nesta conferência, a resistência à violência, tratada a partir de práticas culturais urbanas negras (como música, dança, na poesia), é denominada “resistência de baixo para cima”, ou “a partir de baixo”.

tuação. O poder de autodefinição consiste na “busca de uma voz própria para expressar um ponto de vista coletivo e autodefinido das mulheres negras” (Collins, 2019, p. 183). O corpo de saberes que perfaz o pensamento feminista negro é construído nesses espaços seguros⁸.

Ora, também a perspectiva interseccional nos ajuda a pensar as formas que o ativismo do feminismo negro pode assumir. Além da possibilidade de diagnosticar sistemas interseccionais de opressão, a interseccionalidade pode ainda ampliar nossa compreensão da política de empoderamento e da agência das mulheres negras, porque, na relação dialética tratada, “o poder e as estratégias de resistência são sempre múltiplos e estão em constante mutação” (Collins, 2019, p. 436). Daí a importância de lidar com a complexidade das formas de opressão em termos interseccionais, já que isso significa identificar os âmbitos múltiplos de manifestação do poder para, deste modo, orientar adequadamente as estratégias práticas de resistência. Conforme nos alerta Collins, “se o poder como dominação se organiza e opera por meio de opressões interseccionais, então a resistência deve demonstrar uma complexidade comparável” (2019, p. 331). Dependendo da natureza da injustiça in-

fligida, por exemplo, estratégias voltadas especificamente à questão racial que desconsiderem opressões interligadas de classe, gênero, sexualidade, idade, etnia etc. podem se mostrar inefetivas na luta em prol da justiça social.

Nesse ponto reside um elemento fundamental no contexto de nossa discussão. Collins pressupõe, baseando-se no saber e no modo de ação do feminismo negro, que o poder, por mais estruturante e violento que seja, não leva à completa anulação da agência das mulheres negras. A matriz de dominação não significa a onipresença de um poder que não encontra na sociedade resquício algum de resistência. Essa é a posição que a autora atribui à teoria do poder de Michel Foucault e a certas abordagens pós-estruturalistas⁹. Em sentido contrário, para Collins, “a matriz de dominação e seus domínios inter-relacionados de poder são sensíveis à agência humana” (Collins, 2019, p. 456). A perspectiva teórica da dialética de opressão e resistência reequilibra, portanto, de maneira complexa, a relação entre autonomia e dominação, algo que traz uma importante contribuição para o debate dessa questão no quadro da teoria crítica contemporânea¹⁰.

De que maneira, então, são gestadas resistências e estratégias de ação

⁸ Vale salientar o destaque dado por Collins à dimensão da arte enquanto espaços seguros onde mulheres negras podem buscar sua voz, como nos casos da música (com o blues americano) ou da literatura. Em relação à tradição do blues, ela afirma que “o blues ocupou um lugar especial na música das mulheres negras como espaço de expressão de autodefinição” (Collins, 2019, pp. 193-194).

⁹ Para as críticas a Foucault e ao pós-estruturalismo, cf. Collins (2022).

do interior de cada um dos domínios do poder? Vimos que a dimensão mais abrangente do poder consiste no domínio estrutural, que diz respeito a instituições sociais como o sistema jurídico, o mercado de trabalho, as instituições de ensino, a imprensa entre outros. As lutas por justiça social têm de se direcionar a tais instituições, combatê-las, porém, é algo difícil e que exige muita mobilização social. Como reforça Collins, “as formas de injustiça que permeiam toda a sociedade resistem às mudanças”. Por esse motivo, elas não costumam ser conquistadas apenas por meio de um reformismo gradual, mas “mudam somente, e em parte, quando desafiadas por amplos movimentos sociais, guerras e revoluções que ameaçam a ordem social em geral” (Collins, 2019, p. 439). Collins se refere, aqui, às formas radicais de ativismo que mobilizam a esfera pública política para denunciar as opressões resultantes das instituições, pressionando por uma completa transformação de sua organização e de seus modos de operar. Embora, para ela, protestos sociais de grande magnitude sejam raros, eles podem ser observados desde amplas revoluções civis contra organizações coloniais até as ações diretas de desobediência civil direcionadas a determinadas instituições (mas que orien-

tam sua crítica ao caráter estrutural das opressões sexuais). Apesar de reiterar a importância da pressão por transformações radicais, Collins também reconhece a importância das reformas sociais para alterar políticas e processos no domínio estrutural por meio do sistema jurídico. Ela se refere, ainda, a lutas pelos direitos civis nos Estados Unidos (que denunciaram o racismo, que perpassava uma extensa gama de instituições norte-americanas); a pautas do feminismo negro direcionadas à questão da reprodução social ou às desigualdades identificadas na paridade salarial; as lutas pelo acesso à educação ou à assistência médica. Em todos os casos, o que temos são lutas radicais que buscam alterar o domínio estrutural do poder das sociedades.

Essas formas de luta, em que parcela da sociedade se revolta e pressiona por mudanças nas instituições econômicas, jurídico-políticas, educacionais, são consideradas por Collins como resistências produzidas “a partir de fora” dessas próprias instituições. São mobilizações sociais públicas que combatem publicamente (mediante diversas formas de ação direta e processos de influência da formação da opinião pública, mediante medianas de massa, por exemplo) o caráter injusto das instituições sociais e demandam sua

¹⁰ Essa perspectiva dialética de Collins poderia contribuir para discussões que a teoria crítica e a teoria feminista têm feito sobre o primado da autonomia ou da dominação. Cf. Benhabib, Butler, Cornell e Fraser (2018). Para a reconstrução do debate, seus pressupostos, desdobramentos e tentativa de solução da aporia autonomia versus dominação, cf. Allen (2008).

completa transformação. No entanto, a resistência contra o domínio estrutural do poder também conta com estratégias de luta que precisam ocorrer “a partir de dentro” dessas próprias instituições consideradas. Como nota Collins,

historicamente, grande parte da resistência das mulheres negras às políticas e aos processos no domínio estrutural do poder ocorreu fora de instituições sociais detentoras do poder. Hoje, no entanto, as afro-americanas são mais frequentemente incluídas nessas instituições sociais que por muito tempo nos excluíam (Collins, 2019, p. 442).

Essa inclusão, reconhece Collins, amplia as possibilidades de resistência a opressões interseccionais. Mulheres afro-americanas, por exemplo, têm conquistado progressivamente posições representativas de autoridade “dentro” do sistema político (incluindo os âmbitos executivo, legislativo e judiciário), dentro de escolas e universidades, dentro de empresas. Isso permite que mulheres negras que ocupam posições de autoridade em instituições sociais importantes reivindiquem internamente políticas de inclusão e de paridade.

A resistência desde dentro das instituições se interliga com o domínio disciplinar, principalmente porque, neste âmbito, a burocracia exerce uma função central para o poder. O desafio que se coloca aqui é, então, o de pensar em que medida é possível alterar os fins de controle e vigilância que parecem estar inscritos na própria lógica burocrático-administrativa. Assim, pensar em que medida é possível que meios burocráticos tão aparentemente neutros de

poder sejam empregados para fins emancipatórios. Nesse caso, afirma Collins, “a estratégia geral é resistir de dentro das burocracias. Ironicamente, assim como as organizações podem manter as mulheres negras sob vigilância, as mulheres negras podem vigiar essas organizações” (Collins, 2019, p. 444). Isso ocorre à medida que as próprias mulheres negras passam a atuar no interior dessas instituições e, assumindo propósitos práticos diferentes, veem a oportunidade de resistir às injustiças promovendo mudanças burocráticas. Elas percebem que podem fazer uso da própria burocracia para prosseguir suas estratégias internas de resistência.

Como reforça Collins, essa “resistência desde dentro busca a ocupação de posições de autoridade nas instituições sociais para assegurar que as normas vigentes sejam administradas de forma justa e, se necessário, que políticas sejam mudadas” (2019, p. 444). Ao procurar empregar meios burocráticos para que a administração se aproxime de políticas básicas de justiça, as mulheres negras “encontram formas inovadoras de lidar com o sistema para que ele se torne mais justo” (p. 445).

O empoderamento de mulheres negras no âmbito da cultura também é central na discussão sobre práticas e estratégias de resistência. Para Collins, se, por um lado, a forma de dominação vinculada à cultura e a ideologia se ancora em ideias, representações e imagens hegemônicas que circulam publicamente de modo difuso, por outro lado, ela também gera práticas de oposição e resistência em di-

versas frentes. Como vimos na primeira seção deste artigo, o domínio hegemônico manipula ideias, imagens, símbolos e representações para reproduzir o lugar naturalizado (ou mesmo o “não lugar”) de mulheres negras na sociedade. Por outro lado, ainda que com enorme grau de complexidade, também é possível se defender das ideias hegemônicas presentes na cultura hegemônica e “desenvolver um conhecimento contra-hegemônico que promova a transformação da consciência” (Collins, 2019, p. 449). O que está em jogo nessa forma específica de dominação e resistência é a própria forma de subjetivação das mulheres negras e, com elas, a possibilidade da agência.

A finalidade do domínio hegemônico é produzir o desempoderamento das mulheres negras. Ao disseminar imagens de controle negativas que as naturalizam de maneira injusta e subordinada, porém, essa forma de poder não apenas cria estereótipos e imagens de controle sobre as mulheres negras. Ela impacta a própria formação da consciência das mulheres negras. Ao introjetar as ideologias dominantes, que as aprisionam em imagens de controle sexistas e racistas, as mulheres negras se submetem a essa matriz de dominação desde dentro, ou seja, em seu próprio processo de subjetivação. A absorção dessas ideias e imagens tem consequências para as agências dessas mulheres e pode levar ao enfraquecimento das resistências. Tal absorção, porém, não é integral, pelo contrário: existem lutas contra-hegemônicas, isto é, lutas para substituir imagens de controle

pela autodefinição.

Trata-se de uma disputa importante, afinal, o domínio hegemônico é “uma esfera decisiva não apenas para se defender das ideias hegemônicas presentes na cultura dominante, mas também para desenvolver um conhecimento contra-hegemônico que promova a transformação da consciência” (Collins, 2019, pp. 449-450). Portanto, o poder de autodefinição, que permite que mulheres negras tenham voz própria para denunciar as ideologias racistas e sexistas e criem um conhecimento autodefinido, constitui um elemento fundamental da resistência. Na verdade, todo o conhecimento produzido pelo pensamento feminista negro se dirige criticamente contra as imagens de controle e contra os efeitos da hegemonia na propagação da cultura dominante.

Apesar disso, o sucesso da contra-hegemonia depende também do seu poder de difusão na formação pública da opinião. É por essa razão que mulheres negras disputam seus lugares como difusoras de uma opinião crítica alternativa que seja apropriada às suas experiências e à sua agência, ou seja, à sua capacidade de autodeterminação e autodefinição. O poder de se definir implica propor representações e imagens autodefinidas na cultura pública (em todas as dimensões dos meios de comunicação, por exemplo), criticar as ideologias dominantes responsáveis pelas injustiças sociais e contrapor aos estereótipos destrutivos e desrespeitosos a autoafirmação positiva de suas experiências, modos de vida e identidade.

Resta-nos, por fim, considerar aquele domínio em que opressões interseccionais muitas vezes “passam despercebidas”. Como vimos, isso acontece porque o domínio interpessoal do poder se instaura em práticas de sociabilidade cotidianas, fazendo com que a convivialidade rotineira acabe encobrindo os aspectos opressivos da experiência. Para se falar de resistências nesse domínio, conta-se aqui atitudes, muitas vezes tomadas mais por indivíduos do que por grupos, que tensionam e questionam a normalidade aparente de práticas opressivas. Trata-se de uma estratégia de confrontação, nem sempre aberta e explícita, cuja arena são as experiências habituais da vida cotidiana. “Como o domínio interpessoal enfatiza o cotidiano, as estratégias de resistência próprias desse domínio podem variar de uma pessoa para outra”, e, na maioria das vezes, implicam “transformar sua maneira de viver a vida cotidiana” (Collins, 2019, p. 453).

Podem existir, portanto, “maneiras discretas, mas criativas, de como as pessoas comuns se esforçam para mudar o mundo ao redor delas” (Collins, 2019, p. 454). Comportamentos interpessoais preconceituosos também não têm espaços sociais específicos para se reproduzir: ocorrem em lugares que são familiares e em ambientes novos, na esfera privada e na esfera pública, com pessoas conhecidas e desconhecidas. Deste modo, as estratégias de resistência precisam variar dependendo das situações, dos afetos e até de quais são os laços de confiança que

estão em jogo. Assim como ocorre nos demais domínios da matriz de dominação, as formas interpessoais de opressão que afetam as mulheres negras geram formas específicas de resistência.

Como procuramos mostrar até aqui, as diferentes formas de opressão experienciadas por mulheres negras desencadearam práticas diversas de resistência. O pensamento feminista negro, por meio do qual mulheres negras procuram compreender sua própria posição social e situação de opressão no interior da sociedade já aponta para isso. Trata-se de uma produção de conhecimento que vem acompanhada de um propósito prático: o de entender os obstáculos que precisam ser superados em prol da justiça social.

Ao reconstruir o pensamento feminista negro enquanto teoria social crítica, Patricia Hill Collins nos apresenta a uma compreensão multifacetada e complexa de dominação contida na perspectiva das mulheres negras. Nesse sentido, ela não só nos apresenta a uma compreensão “mais holística implícita no pensamento feminista negro” acerca da interação entre múltiplos sistemas de opressão, como nos mostra que os múltiplos sistemas interseccionais de opressão operam em ao menos quatro diferentes níveis de uma complexa matriz de dominação: o estrutural, o disciplinar, o hegemônico e o interpessoal.

A relação dialética entre opressão e resistência, que caracteriza o pensamento feminista negro tal como compreendido por Collins, faz com que suas contribuições extrapolam esses elementos. Com

base nessa dialética, Collins nos mostra que, “enquanto persistir a subordinação das mulheres negras dentro das opressões interseccionais de raça, classe, gênero, sexualidade e nação, o feminismo negro como resposta ativista a essa opressão continuará sendo necessário” (Collins, 2019, p. 63). Tendo isso em vista, além de conceber a agência política de forma concreta, como uma resposta situada às experiências de dominação, Collins oferece uma compreensão nuançada sobre as diferentes práticas interseccionais de resistências das quais as mulheres negras lançam mão nos quatro

diferentes domínios de poder para se contrapor à opressão. Ao identificar a gênese das formas variadas de luta, resistência e empoderamento das mulheres negras no quadro das experiências de injustiça social, dos sistemas interseccionais de opressão e das organizações particulares dos domínios do poder, Collins enriquece e complexifica a compreensão de interseccionalidade. Além disso, ela nos mostra que o compromisso com a justiça social e a superação de todas as formas de opressão podem ser identificados nas próprias práticas situadas de resistência existentes na realidade social.



Referências Bibliográficas

- ALLEN, A. (2008). *The politics of ourselves: power, autonomy, and gender in contemporary critical theory*. Columbia university press.
- Benhabib, s., Butler, j., Cornell, d., & Fraser, n. (2018). Debates feministas: um intercâmbio filosófico. Unesp.
- Carastathis, a. (2016). *Intersectionality: origins, contestations, horizons*. University of nebraska press.
- Collins, p. H. (2016). Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Revista sociedade e estado*, 31(1), 99-127. [\[Https://doi.Org/10.1590/S0102-69922016000100006\]](Https://doi.Org/10.1590/S0102-69922016000100006)
- Collins, p. H. (2019). Pensamento feminista negro. Boitempo.
- Collins, p. H. (2022). Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica. Boitempo.
- Collins, p. H., & Bilge, s. (2021). Interseccionalidade. Boitempo.
- Foucault, m. (2014). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Vozes.

Sobre alteridade: aproximações e distanciamentos entre Sayad e Todorov¹

About alterity: approximations and distances between Sayad and Todorov

Sobre alteridad: aproximaciones y distanciamientos entre Sayad y Todorov

**Mariana Eunice A. de
ALMEIDA**

42

mariana.eunice@ufabc.edu.br

Doutoranda no Programa de
Pós-graduação em Ciências
Humanas e Sociais da Universi-
dade Federal do ABC.

**Erika Andrea
BUTIKOFER**

erika.butikofer@ufabc.edu.br

Doutoranda no Programa de
Pós-graduação em Ciências
Humanas e Sociais da Universi-
dade Federal do ABC.

Este artigo pretende examinar as abordagens de Abdelmalek Sayad (1998) e Tzvetan Todorov (1983) acerca da noção de alteridade a partir da perspectiva ocidental da colonização na América e da descolonização na África. Tem-se, então, esses dois olhares por meio dos quais os autores discorrem sobre a falta de alteridade nos processos de colonização: enquanto Todorov se debruça sobre o tema a partir do olhar do colonizador (espanhol), Sayad busca trazer o ponto de vista do colonizado (migrante magrebino). A partir de um estudo comparativo, analisa-se, aqui, as obras *A imigração ou os paradoxos da alteridade*, de Sayad, e *A conquista da América: a questão do outro*, de Todorov, nas quais estes pensadores, cada qual à sua maneira, vão tratar das experiências e narrativas sobre o outro em diferentes épocas. A conclusão destaca a relevância dessas obras como objetos de análise essenciais para compreender e reavaliar a noção de alteridade nos cenários coloniais e pós-coloniais.

Palavras-Chave: *Abdelmalek Sayad; Tzvetan Todorov; alteridade; migração; processos de colonização.*

This paper aims to examine Abdelmalek Sayad's (1998) and Tzvetan Todorov's (1983) approaches to the notion of alterity, from the Western perspective of colonization in America and decolonization in Africa. There are these two points of view through which the authors discuss the lack of alterity in the processes of colonization: while Todorov focuses on the theme from the point of view of the (Spanish) colonizer, Sayad tries to present the point of view of the colonized (North African migrant). Through a comparative study, we will analyze the works "Immigration or the paradoxes of alterity", by Sayad, and "The conquest of America: the question of the other", by Todorov, in which these thinkers, each in their own way, will deal with experiences and narratives about the other at different times. The conclusion highlights the relevance of these works as essential objects of analysis to understand and reevaluate the notion of alterity in colonial and post-colonial scenarios.

Keywords: *Abdelmalek Sayad; Tzvetan Todorov; alterity; migration; colonization processes.*

Este artículo pretende examinar los enfoques de Abdelmalek Sayad (1998) y Tzvetan Todorov (1983) sobre la noción de alteridad desde la perspectiva occidental de la colonización en América y la descolonización en África. Se presentan, por tanto, estas dos perspectivas a través de las cuales los autores discuten la falta de alteridad en los procesos de colonización: mientras Todorov se centra en el tema desde la perspectiva del colonizador (español), Sayad busca traer el punto de vista del colonizado (inmigrante magrebí). A partir de un estudio comparado, analizamos aquí las obras "La inmigración o las paradojas de la alteridad", de Sayad, y "La conquista de América: la cuestión del otro", de Todorov, en las cuales estos pensadores, cada uno a su manera, abordarán las experiencias y narrativas sobre el otro en diferentes épocas. La conclusión resalta la relevancia de estas obras como objetos de análisis esenciales para comprender y reevaluar la noción de alteridad en escenarios coloniales y poscoloniales.

Palabras clave: *Abdelmalek Sayad; Tzvetan Todorov; alteridad; migración; procesos de colonización.*

Introdução

As migrações, quer ocorram dentro de um mesmo país ou entre diferentes países, sempre colocaram os homens em contato com diferentes territórios e culturas.

Nesta relação, tensões surgem naturalmente, uma vez que o homem é um ser que interage e é interdependente do outro e, na relação com o outro, surge a questão da alteridade.

¹ Este trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (Capes), Código de Financiamento 001 – Portaria 206 de 04/09/2018.

A colonização pode ser interpretada como uma forma específica de migração, embora seus objetivos se distingam das migrações comumente estudadas pelas Ciências Humanas e Sociais, como as denominadas econômicas ou as forçadas². A colonização, impulsionada por ambições de poder, expansão territorial ou exploração de recursos, implica em um significativo deslocamento de pessoas de um local para outro. Essa mobilidade humana, intrínseca à colonização, afeta não apenas os colonizadores, mas também as comunidades locais, influenciando as dinâmicas sociais, econômicas e culturais envolvidas.

Pensar aqui a questão da migração implica, portanto, pensar também sobre a relação dos sujeitos que interagem nesse contexto: o local e o que vem de fora. A partir desta perspectiva, este artigo tem por objetivo fazer um estudo comparativo exploratório³ entre as obras de Tzvetan Todorov e Abdelmalek Sayad, apresentando as reflexões sobre como os autores compreendem o que é alteridade. Destacamos suas análises sobre processos migratórios relacionados a contextos coloniais, ressaltando, assim, o olhar que o coloni-

zador tem sobre o colonizado. O estudo aqui apresentado se volta mais detalhadamente àquilo que aproxima e distancia as conclusões dos dois autores sobre a questão da alteridade: de um lado, o colonizado visto como inferior, de outro, contextos históricos diferentes e relatos que mostram perspectivas também distintas do processo de colonização (colonizador, em Todorov, e colonizado, em Sayad).

Em *A conquista da América: a questão do outro*, o filósofo e linguista Tzvetan Todorov (1983) reflete sobre o conceito de alteridade ao fazer um mergulho histórico em fontes documentais que remetem à época das navegações espanholas em continente americano, principalmente em cartas e documentos produzidos pelos conquistadores e missionários espanhóis dos séculos XV e XVI. Ao debruçar-se sobre as correspondências da época, Todorov elabora hipóteses sobre o que pode ter gerado a dominação dos povos nativos da América pelos europeus e discorre sobre como estes olhavam e compreendiam o outro (os nativos americanos) no contexto da conquista.

Dividida em quatro capítulos (“Desco-

² É inegável que os temas relacionados à migração desempenham um papel crucial nessas disciplinas. Para uma apreciação mais abrangente da temática da “migração”, recomendamos a consulta a obras de renomados autores clássicos da Sociologia e Antropologia, tais como Fassin (2011) e Tilly (1990). Além disso, destacamos a valiosa contribuição de Feldman-Bianco (2008), entre outros, que participam ativamente desse diálogo.

³ A leitura feita das obras dos dois autores teve como objetivo explorar o entendimento de que eles construíram sobre alteridade, a partir de suas análises sobre os contextos migratórios/coloniais estudados. Desta forma, não foram pré-estabelecidas categorias de análise específicas para guiar o estudo das obras, buscando tão somente entender e apresentar, neste artigo, a visão dos autores sobre o tema e comparar as obras.

brir”, “Conquistar”, “Amar” e “Conhecer”), a obra apresenta as interpretações do autor sobre as concepções que os conquistadores tinham dos povos originários. A partir da análise feita sobre os fatos históricos, Todorov demonstra como os conquistadores espanhóis se utilizaram do conhecimento que tinham sobre os povos nativos para dominá-los e, consequentemente, dominar suas terras. Por meio deste resgate histórico, o autor nos apresenta diferentes interpretações e perspectivas que a questão da migração e o contato entre migrantes e locais pode tomar – a migração, aqui, é vista como uma incursão dos europeus para a conquista e dominação da América e dos americanos. A partir dos documentos estudados, Todorov mostra como ocorreu o contato entre diferentes povos e diferentes culturas e como a questão da alteridade (a partir de sua falta) pode ser compreendida.

Por sua vez, o sociólogo argelino Abdelmalek Sayad, em *A imigração ou os paradoxos da alteridade*, adota uma abordagem distinta de Todorov, empregando ferramentas metodológicas, como a observação participante, a etnografia multissituada e entrevistas⁴ (ocorridas entre os anos 1975 a 1988). Seu enfoque se centra nas relações entre franceses e magrebinos⁵ após as ex-

tensas políticas coloniais de exploração. Notavelmente, Sayad critica o eurocentrismo ao afirmar que as sociedades colonizadoras promoveram uma objetificação dos “nativos” e, posteriormente, dos migrantes⁶ provenientes de suas colônias.

Em suas análises, Sayad (1998) destaca como as migrações foram enquadradas por definições neocoloniais, sendo relegadas à concepção de ser um “problema social” para as metrópoles. Essa perspectiva, segundo ele, as mantém à margem das discussões acadêmicas, situando-as na “parte inferior da hierarquia social dos objetos de estudo, ou da ‘sociologia’” (p. 22), utilizando “pequena” no sentido de marginal. Assim, Sayad argumenta que pesquisadores, frequentemente originários das metrópoles, perpetuam um olhar eurocentrista em seus trabalhos, colocando o outro constantemente em um modelo comparativo de inferioridade em relação às noções de “civilização” e “cultura”. Essa crítica de Sayad destaca a necessidade de uma abordagem mais contextual e descolonizada no estudo das migrações e das relações interculturais.

Para este autor, compreender a condição dos migrantes magrebinos requer a análise da genealogia relacionada aos lon-

⁴ Como meio de comunicação de análise e autoanálise (Sayad, 1998).

⁵ Magreb é uma região que corresponde aos países da Argélia, Marrocos, Tunísia, Mauritânia, Líbia e do Saara Ocidental.

⁶ Optamos por escolher o termo “migrante” justamente para evidenciar a dupla dimensão existencial desses sujeitos que são emigrantes e imigrantes ao mesmo tempo (Sayad, 1998).

gos processos de dominação e de colonização. Pensando desde esse ponto de vista, ele, que estuda a presença de argelinos na França, reconhece a falta de alteridade do nacional francês para com os argelinos, tanto os radicados em Paris quanto os que retornaram às aldeias em Cabília, Argélia. Entende ele que esses sistemas de classificação de alteridade são produzidos por uma experiência social constituída historicamente na ordem do controle, repressão e sujeição. No entanto, apesar de Sayad se consagrar academicamente na França, se coloca em um enquadramento social diferente em relação aos seus compatriotas, assumindo o papel de “escrivão público”, parafraseando Bourdieu (1998, buscando dar voz aos mais excluídos.

Além da introdução e considerações finais, este artigo está dividido em duas seções. Na primeira, salientamos os momentos históricos das obras de cada autor, evidenciando os distintos pontos de vista que cada um irá abordar sobre os processos de dominação coloniais, seja da perspectiva do colonizador europeu em Todorov, seja do colonizado africano em Sayad, trazendo ao debate seus distanciamentos históricos e metodológicos. Na segunda seção, apresentamos uma breve revisão bibliográfica sobre o conceito de alteridade, a fim de embasar a discussão que fazemos a partir das visões sobre os dois autores estudados; trataremos mais profundamente as relações de alteridade constatadas: do nativo americano como “selvagem” na cosmovisão europeia do século XV e XVI e do migrante oriundo da colônia como um

trabalhador “provisório” (ou essa ilusão da provisoriação) para os países da metrópole, após os processos de desocupação colonial. O intuito aqui é evidenciar as aproximações entre estes pensadores no que se refere à falta de alteridade constatada nesses processos históricos de hegemonia eurocêntrica, nos quais as diferenças de origem geográfica se evidenciam e repercutem, de certa forma, nas discussões contemporâneas sobre migrações.

As relações de dominação e os olhares sobre o outro

As obras estudadas neste artigo apresentam relatos de contextos históricos diferentes. No caso de Todorov, o momento é o das grandes navegações, o início da formação de colônias pelas grandes potências mercantis da época, a exemplo de Espanha, Portugal e Holanda. No caso de Sayad, o momento é a descolonização⁷ das colônias francesas na África (da Argélia, em especial). Se, por um lado, Todorov faz um ensaio histórico sobre o momento das grandes navegações e a chegada dos espanhóis no território americano, recém-descoberto, e dá especial destaque para qual é a relação estabelecida pelos conquistadores com os nativos, por outro, Sayad faz um estudo genealógico do processo histórico da migração argelina na França à luz dos desdobramentos coloniais e debates pós-coloniais.

Fato relevante a ser mencionado é que os autores são migrantes⁸ que relatam a experiência de outros migrantes: de um lado,

o olhar sobre o migrante que quer melhores condições de vida, e de outro, o olhar do migrante que quer dominar o território e o povo “estrangeiro”. Enquanto, em Sayad, o migrante é considerado como um ser que não é alguém nem aqui (na metrópole) e nem lá (no seu país), em Todorov, o migrante é o único ser possível, dotado de razão e da missão dita “civilizatória”. Temos, então, esses dois olhares por meio dos quais os autores discorrem sobre os processos de alteridade: enquanto Todorov se debruça sobre o tema a partir do olhar do colonizador (espanhol), Sayad busca trazer o ponto de vista do colonizado (migrante argelino). Nestes dois contextos diferentes, estão postas relações de dominação: de um lado, os conquistadores espanhóis, autoconclamados como detentores de direitos de posse da terra e dos nativos das terras recém-descobertas, de outro, os argelinos (magrebinos, de modo geral) estigmatizados previamente pela sociedade francesa.

É nesse contexto de dominação que estão localizados os olhares sobre o outro narrados nas obras. Todorov, ao analisar as

correspondências de Cristóvão Colombo (tomado aqui como exemplo de conquistador europeu), afirma que o conquistador já tinha uma concepção sobre a América antes mesmo de chegar ao continente, e esta visão foi mantida mesmo após o contato com o novo território e com os povos nativos. A interpretação da realidade que Colombo fazia era fortemente influenciada por suas crenças, por isso ele não tenta buscar a verdade, mas sim “procurar confirmações para uma verdade conhecida de antemão (ou, como se diz, tomar desejos por realidade)” (Todorov, 1983, p. 12). Isso justamente porque o outro por si mesmo não despertava interesse, visto que o esquema cognitivo (julgamento de valor) predominante, até o século XVII, era a identidade europeia e não a alteridade (Bestard & Contreras, 1987).

Por certo, o lugar da diferença estava inserido em uma perspectiva evolucionista, de inferioridade e superioridade. “Selvagem” era a forma como a Europa lidava com a diferença entre aqueles pertencentes ao mundo da floresta. Essa forma de o Ocidente ver o outro como um “não ser”

⁷ O uso do termo “descolonização” neste contexto é objeto de debate. Ao empregar essa categoria, observa-se uma perspectiva centrada nas potências colonizadoras europeias, muitas vezes negligenciando o papel fundamental dos povos africanos nos processos de independência, incluindo negociações e lutas de liberação nacional (1950-1970). Além disso, a expressão pode sugerir erroneamente uma decisão unilateral dos colonizadores europeus de se retirarem, sem considerar a resistência e a participação ativa dos povos africanos. É relevante notar também que a persistência de práticas e dinâmicas coloniais após a independência é reconhecida por estudiosos pós-coloniais, como Franz Fanon (1968), Mahmood Mamdani (2017) e Achille Mbembe (2013). Assim, neste texto, adotamos a expressão “descolonização” por convenção, como uma marcação temporal, reconhecendo a complexidade do termo e incentivando uma reflexão crítica sobre seu uso.

⁸ Sayad, natural da Argélia, e Todorov, natural da Bulgária, ambos construíram boa parte de sua vida intelectual na França.

ou um “ser inferior” ganha força com as teorias evolucionistas⁹, que surgem tempos depois, no século XVIII e se alargam até o século XIX. Tais premissas antropológicas tinham como princípio que a propagação cultural do outro (dos outros) só poderia existir em modelos comparativos, a partir de uma classificação linear e ascendente que relacionasse a noção de “cultura” à de “civilização”, como se isso fosse algo tangível gradualmente, e não algo que lhe é próprio de cada povo. Os pensadores evolucionistas, dessa maneira, desconsideravam que cada sociedade pudesse produzir sua história particular de diferentes maneiras e direções.

Nesse sentido, por tomar como única realidade verdadeira e possível a europeia, Colombo, segundo a interpretação de Todorov, não reconhece que existe uma diversidade de línguas nos territórios recém-descobertos. Nessa acepção, quem estivesse fora do campo linguístico do colonizador era tido como um povo que não falava língua alguma, unicamente emitia sons. De acordo com o autor, ainda que o colonizador se encontre diante de uma língua estrangeira, “só há dois comportamentos possíveis e complementares: reconhecer que é uma língua, e recusar-se a aceitar que seja diferente, ou então reconhecer a diferença e recusar-se a admitir que seja

uma língua” (Todorov, 1983, p. 19).

Reconhecer a existência de outras línguas é reconhecer também a existência de outras culturas e, portanto, de outras identidades possíveis. Uma vez que as identidades expressam seus sentidos por meio da linguagem e de seus sistemas de símbolos, temos que a linguagem é heterogênea e dinâmica, o que significa afirmar que não existe somente uma forma de observar, significar e vivenciar a realidade humana. A identidade, portanto, passa a ser marcada pela diferença, e esta se sustenta na exclusão – para que alguém construa a sua identidade, ele deve fazê-lo na relação com o outro, com o que lhe falta. Assim, afirmar uma identidade é uma demarcação de fronteiras, é afirmar o que se é e ao mesmo tempo o que não se é (Lunardi, 2005).

Apesar disso, de acordo com o que Todorov (1983) interpreta sobre os registros de Colombo, a visão do conquistador recai sobre duas possibilidades, ambas negando a existência autêntica de outras línguas, culturas e identidades possíveis. Ao relatar a percepção que Colombo tem dos indígenas, o autor aponta dois componentes que continuarão a persistir no presente, em toda relação do colonizador diante do colonizado: 1) ou ele [colonizador] pensa que os nativos são seres humanos e os considera não somente iguais,

⁹ Encabeçadas, principalmente, pelo americano Lewis Morgan em *Systems of Consanguinity and Affinity of the Human Family* (1871), pelo inglês Edward Tylor, em *Primitive culture: researches into the development of mythology, philosophy, religion, art, and custom* (1920), pelo escocês James Frazer, em *The Golden Bough* (1890), entre outros.

mas idênticos, comportamento que recai no assimilacionismo, na projeção de seus próprios valores sobre o outro; ou 2) parte da diferença, estabelecida em termos de superioridade e inferioridade (os indígenas, obviamente, tidos como inferiores).

Ao lidar com as diferenças de culturas e identidades, a sociedade costuma produzir e utilizar classificações, o que geralmente é sinônimo de hierarquização. Essas classificações são, em sua maioria, binárias, em que há a concepção de duas classes, nas quais um lado ocupa uma posição e um valor positivo, enquanto o outro receberá um atributo negativo (Lunardi, 2005). No contexto da conquista/colonização do continente americano relatado por Todorov (1983), a crença do conquistador, de que sua cultura é o único modelo possível e verdadeiro de civilização, é o que vai reforçar a certeza de que ele tem o direito e mesmo o dever de conquistar aquela terra e subjugar aqueles povos.

Podemos constatar, portanto, que a visão que o colonizador tem sobre o outro é que determina a relação de dominação e poder que exerce sobre o colonizado. O processo de ocupação colonial na Argélia, entre 1830 e 1847, a título de exemplo dessa relação de domínio, ocasionou a morte de aproximadamente 1,5 milhão de pessoas. Embora Sayad não se debruce exata-

mente sobre aquele período, é impossível desconsiderar a situação colonial, pois a sua pesquisa medular retrata justamente o momento histórico da desocupação francesa em seu país, entre 1954 e 1962, e traz ao debate público as barbaridades sangrentas ocasionadas com o “fim” dos processos de hegemonia e controle, como os campos de reagrupamento de argelinos, onde os camponeses foram transferidos pelo exército francês durante a guerra de independência.

Desde a guerra de libertação da Argélia, quando houve um aumento significativo da migração argelina para a metrópole¹⁰, a circulação de argelinos em Paris, por exemplo, era restringida ao máximo nos espaços públicos, seguida de confinamento, toques de recolher e de intervenções de controle policial, com a finalidade de preservar a ordem social e colonial. Essas ações para com os indesejáveis “franceses muçulmanos da Argélia”, ou simplesmente FSNA¹¹ (Blanchard, 2012), contavam desde:

[...] prisões em massa a internações nas instalações da polícia, de fichamentos a deportações, de controles de identidade a detenções administrativas, os argelinos partilhavam a sorte dos outros “cidadãos diminuídos” (prostitutas, vadios, homossexuais...) e de um subproletariado nacional cujo controle constituiu durante muito tempo o essencial do trabalho da polícia (Blanchard, 2012, p. 47).

¹⁰ Entre 1962 e 1968, 162 mil argelinos emigraram para a França, no entanto, em 1968, 30% deles tinham de 8 a 17 anos de residência no país (Sayad, 1998, p.68).

¹¹ A sigla FSNA traduzida significa “franceses de origem norte-africana”.

Assim, o outro, neste caso, o migrante argelino, só é possível na metrópole como residente provisório por definição, concedendo-lhe meramente a condição de sobrevivência, vivendo em habitações precárias e degradantes. Para Sayad, a projeção do espaço social definida por “hotel-alojamento”, “habitação excepcional”, “habitação de emergência”, “habitação provisória”, “apartamento mobiliado”, “centro de hospedagem”, “alojamento-dormitório”, “alojamento-hotel”, “alojamento-apartamento”, “alojamento-habitação”, “habitação-alojamento” (Sayad, 1998, p. 77-78) é parte de um sistema social e cultural que faz alusão à condição de provisoredade destes migrantes na França, sendo vistos sempre sob o ponto de vista de um ser diminuído, mutilado, alienado (Sayad, 1998).

Tendo apresentado os contextos analisados nas obras dos dois autores e como o outro é visto nesses contextos, trataremos, na próxima seção, sobre o conceito de alteridade, que envolve justamente o olhar e o entendimento da relação entre o eu e o outro, e como Todorov e Sayad, cada um partindo das reflexões sobre os distintos processos coloniais analisados, constroem o entendimento do que é alteridade nesses contextos.

Sobre a (falta de) alteridade

Os estudos sobre alteridade ganharam destaque no início do século XX, momento de muita instabilidade política, econômica e social, que acarretaram as duas grandes guerras mundiais. Dentro das Ciências Hu-

manas e Sociais, os estudos sobre alteridade encontram seu espaço. Na Filosofia, nomes como Martin Buber e Emmanuel Lévinas contribuem, direcionando o foco para “as relações entre o ‘eu’ e o ‘outro’, transcendendo os limites da noção clássica e racional da subjetividade para uma proposta de uma perspectiva da ‘intersubjetividade’” (Oliveira, 2018, p. 170). Essa abordagem filosófica abre caminho para a compreensão das noções de alteridade.

Para compreender o que Lévinas define como o outro, é necessário que este continue sendo sempre o outro e não outro eu; ele é outrem, isto é, o outro que não é minha representação – o outro deveria ser definido a partir dele mesmo. Ver o mundo a partir de nós mesmos, de nossas representações, é o que o filósofo chama de Totalidade, entendida como algo finito, enquanto o outro é transcendente, Infinito, já que sempre que tentamos definir o outro, ele será sempre mais do que essa limitação. A Totalidade e sua ruptura (portanto, a alteridade) são produzidas a partir da relação do eu com o outro. Lévinas propõe, então, uma nova relação entre totalidade e alteridade, não excludente, mas de aceitação mútua (Rodrigues, 2007; Martins & Lepargneur, 2014; Oliveira, 2018).

Buber apresenta suas reflexões sobre alteridade a partir do entendimento das relações entre Eu-Tu, uma atitude de abertura ao outro, de reciprocidade que culmina, portanto, na alteridade, e entre Eu-Isto, que é a atitude de coisificação, de manipulação e, portanto, da ausência de alteridade (Bentes et al., 2020). A atitude Eu-Tu, na qual ocorre

a alteridade, pode ser compreendida:

[...] a partir do sentido da existência e das relações autênticas entre os seres humanos, que se dão por meio da linguagem. A condição para que ocorra é a de abertura, de aguardo, de favorecimento do encontro, no momento que duas pessoas se entreolham, desprendidas do mundo e algo lhes toca sem nenhuma pretensão ou motivações interesseiras. Nos termos que a relação Eu-Tu ocorre no espaço do entre, em uma interação social, sendo este o termo primordial que define a interação, a reciprocidade, o diálogo, a relação, o encontro, a alteridade (Bentes et al., 2020, p. 16).

A alteridade também recebeu atenção dos estudos da área da linguagem. Para o Círculo de Bakhtin¹², a temática é abordada a partir das reflexões de como se organiza e se vivencia o mundo concreto, a partir de valores do eu e do outro em três dimensões: o eu para mim, o eu para o outro, e o outro para mim. Esses valores não são construções abstratas – surgem a partir das variadas relações sociais dos sujeitos no mundo da vida (Oliveira, 2018).

Para esses pensadores, a alteridade é fundamental à constituição do sujeito e de sua identidade, uma vez que o ser humano concreto é inacabado e incompleto. O princípio da alteridade indica, portanto, que, na relação entre os seres humanos, a diferença é o que os constitui e os tor-

na humanos (Bentes et al., 2020; Oliveira, 2018). Essa concepção de alteridade exerce um papel fundamental: “o indivíduo sozinho é parcial, precisa do Outro para se completar, para atingir o todo, permitindo uma série de inter-relações: com o discurso, a realidade, a ideologia, a interação, o contexto, a compreensão, os sentidos” (Bentes et al., 2020, p. 33).

A alteridade, portanto, é uma concepção que parte do pressuposto básico de que o homem:

[...] interage e interdepende de outros indivíduos. Assim, como muitos antropólogos e cientistas sociais afirmam, a existência do eu-individual só é permitida mediante um contato com o outro (que em uma visão expandida se torna o Outro – a própria sociedade diferente do indivíduo). Dessa forma eu apenas existo a partir do Outro, da visão do Outro, o que me permite também compreender o mundo a partir de um olhar diferenciado, partindo tanto do diferente quanto de mim mesmo, sensibilizado que estou pela experiência do contato (Rodrigues, 2007, p. 58).

Essas concepções, no entanto, estabelecem os alicerces necessários para a compreensão da alteridade, criando o terreno propício para uma análise mais detalhada das obras de Todorov e Sayad. Ao mergulharmos nos textos desses autores, revisitamos suas visões acerca do outro,

¹² Nome dado ao grupo de pensadores de diversas áreas do conhecimento, dentre os quais se destacam os russos Mikhail Bakhtin (1895-1975), Valentin N. Volóchinov (1895-1936) e Pável N. Medvídev (1891-1938), que se dedicaram aos estudos sobre linguagem, literatura e arte, dentre outras temáticas, nas primeiras décadas do século XX.

empregando-as como ponto de partida para uma reflexão mais abrangente sobre a alteridade e sua manifestação (ou ausência) nas obras em questão. A visão sobre o outro que nos apresenta Todorov, dos espanhóis sobre os nativos americanos, e Sayad, dos argelinos sobre os colonizadores franceses, é o pano de fundo sobre o qual ambos os autores discorrem acerca da questão da alteridade, apresentada nos dois contextos das obras sempre no sentido de sua ausência, de sua assimetria, destacando a falta de consideração e reconhecimento dos espanhóis em relação aos nativos americanos e dos franceses em relação aos migrantes argelinos.

Todorov (1983) afirma que a alteridade de Colombo é baseada no egocentrismo, uma vez que tem por referência apenas os seus próprios valores que devem ser tidos como valores em geral, únicos possíveis e que, portanto, devem ser adotados pelos nativos, à maneira assimilacionista: “Sua simpatia pelos índios traduz-se ‘naturalmente’, no desejo de vê-los adotar seus próprios costumes” (p. 25-26).

O autor afirma que o contexto da descoberta e conquista da América é marcado por uma ambiguidade sobre a alteridade – ela é “simultaneamente revelada e recusada” (Todorov, 1983, p. 30). Quando reflete sobre a questão da linguagem, Todorov tenta comprovar essa afirmação. Ao argumentar sobre as razões da dominação dos espanhóis sobre os nativos americanos, o autor narra as conquistas do explorador Cortez em 1519, que aprendeu a língua dos nativos a fim de compreender sua cul-

tura, não como forma de construir qualquer relação de alteridade, mas sim para manipulá-los e reforçar sua dominação. O autor conclui, então, que a linguagem “serve igualmente à integração no seio da comunidade e à manipulação de outrem” (Todorov, 1983, p. 70).

O domínio da linguagem e, portanto, a compreensão do outro, não impediu que os conquistadores destruíssem a civilização nativa da América, pelo contrário. Todorov (1983) afirma que é justamente graças a esse domínio da linguagem e, portanto, da aproximação com os nativos proporcionada pelo conhecimento de suas línguas e culturas, que essa destruição se tornou possível. O autor reproduz a fala do filólogo espanhol Elio Nebrija, que afirma que a língua “sempre foi a companheira do império” (Todorov, 1983, p. 70), para ilustrar o papel da linguagem nesse processo de dominação.

Então, além de comprovar – por meio dos estudos das correspondências da época da colonização espanhola na América – a falta da alteridade por parte dos conquistadores para com os nativos nos moldes que se entende a alteridade de uma forma geral nas Ciências Sociais, Todorov (1983) destaca que, à época, alteridade era o que existia no olhar do colonizador sobre os nativos: vê-los como seres inferiores que precisariam assimilar a única cultura possível, correta, a europeia. Além de tornar o nativo algo mais próximo ao “aceitável” de um ser humano nos moldes europeus, mas sempre demarcando a sua inferioridade, o colonizador buscava

conhecer sua língua e cultura com interesses bem-marcados – a alteridade praticada pelos colonizadores, constatada por Todorov, reproduz a visão colonizadora, tipicamente dominadora e exploratória.

A partir deste entendimento, o autor se questiona se a compreensão do outro não deveria vir junto com a simpatia. Ele afirma que os espanhóis podem até falar bem dos nativos, mas quase nunca falam aos nativos: “Ora, é falando ao outro (não dando-lhe ordens, mas dialogando com ele), e somente então, que reconheço nele uma qualidade de sujeito, comparável ao que eu mesmo sou” (Todorov, 1983, p. 73). Para Todorov, a noção de alteridade se refere à compreensão e aceitação da diferença, ou seja, como encaramos e lidamos com aqueles que são diferentes de nós. Ele argumenta que a alteridade é uma categoria fundamental na formação da identidade e da moral, e que a compreensão do outro é crucial para o desenvolvimento da empatia e da tolerância.

Segundo ele, essa relação pode se dar de três maneiras: por meio da negação da existência do outro, da aceitação do outro como igual, ou através da objetificação do outro, ou seja, da representação do outro como algo diferente e exótico. A esse respeito, Todorov (1983) afirma que a relação com o outro não acontece em somente uma dimensão – é preciso observar pelo menos três eixos em que podemos situar a problemática da alteridade: 1) [...] um julgamento de valor [...]: o outro é bom ou mau, gosto dele ou não gosto dele, ou, como se dizia na época, “me é igual ou me é infe-

rior” [...] ; 2) [...] a ação de aproximação ou de distanciamento em relação ao outro [...] – os valores do outro, identifico-me a ele, ou então assimilo o outro, impondo-lhe minha própria imagem – entre a submissão ao outro e a submissão do outro há ainda um terceiro termo, que é a neutralidade, ou indiferença; 3) [...] conheço ou ignoro a identidade do outro [...] – aqui não há, evidentemente, nenhum absoluto, mas uma graduação infinita entre os estados de conhecimento inferiores e superiores (Todorov, 1983). O autor destaca, ainda, a importância de superar a tendência natural de julgar o outro como inferior ou ameaçador, e de buscar compreender as diferenças culturais de forma crítica e respeitosa.

Destaca-se, ademais, que a manipulação e dominação do outro por meio do conhecimento da língua é possível uma vez que a produção de significados por meio da linguagem envolve relações de poder, inclusive o poder para determinar quem é incluído e quem é excluído. A palavra pode ser vista como um elemento ideológico por si, pois, além de possibilitar a aproximação, o entendimento e a integração, possui também o poder de influenciar, seduzir e reprimir (Bakhtin, 1997; Woodward, 2000).

Nesse ponto, em contrapartida, Sayad usou o seu conhecimento da língua berbere para se aproximar de seus conterrâneos que viviam nas periferias de Paris para compreender as penúrias e dificuldades vividas por estes, e, dessa maneira, se utilizar do seu saber para agir como um “escrivão público”, dando voz àqueles que viviam o paradoxo da identidade provisória, “isto sem

jamais instituir-se como porta-voz, sem jamais se valer da palavra dada, como o fazem tantos os defensores imprudentes das boas causas, para dar lições ou exibir bons sentimentos" (Sayad, 1998, p. 10). Ainda mais relevante, Sayad enfatiza a responsabilidade dos cientistas sociais e pesquisadores em não obscurecer as narrativas de seus interlocutores, reconhecendo que são esses indivíduos, e não os acadêmicos, que verdadeiramente produzem teorias sobre a migração (Vettorassi & Dias, 2017). Esse enfoque ressalta a importância da escuta ativa e do respeito pelas experiências dos outros, evidenciando uma abordagem mais colaborativa e inclusiva na produção de conhecimento social.

Ao explorar esses distintos pontos de vista, emerge uma reflexão mais aprofundada sobre o papel do conhecimento linguístico na dinâmica social. Sayad oferece uma perspectiva na qual o domínio da linguagem pode ser uma ferramenta poderosa para amplificar as vozes marginalizadas, desafiando assim as narrativas hegemônicas. Por outro lado, ao considerar as análises de Todorov sobre os processos de dominação colonial, evidencia-se que o conhecimento linguístico também pode ser instrumentalizado para consolidar relações de poder e dominação. Nesse contexto, a linguagem não é apenas uma ferramenta de comunicação, mas um campo de batalha onde as narrativas competem, moldando as percepções coletivas e, consequentemente, moldando as estruturas de poder em uma sociedade. Essa dicotomia ressalta a complexidade do papel da linguagem,

revelando seu potencial tanto para a emancipação quanto para a opressão, dependendo das lentes teóricas e das práticas sociais através das quais é examinada.

Ao considerarmos esse panorama, torna-se evidente que as premissas civilizatórias estavam intrinsecamente presentes nas relações de poder entre colonizadores e colonizados, e foram justificadas por muitos antropólogos que se aliaram à administração colonial (Kuper, 1978). Na análise genealógica do pensador argelino, é importante resgatar esse processo histórico. O migrante oriundo da colônia, ao se tornar o outro na metrópole, permanece inserido nessa dinâmica de dominação, sendo visto como um ser temporário, provisório, e sua força de trabalho sendo considerada como a única representação social possível na sociedade de residência. Essa constatação sublinha a continuidade das estruturas de poder colonial e reforça a importância de se compreender as implicações linguísticas e sociais que moldam a experiência do migrante na sociedade de residência¹³. Nas palavras de Sayad:

"E esse trabalho, que condiciona toda a existência do imigrante, não é qualquer trabalho, não se encontra em qualquer lugar; ele é o trabalho que o 'mercado de trabalho para imigrantes' lhe atribui e no lugar em que lhe é atribuído: trabalhos para imigrantes que requerem, pois, imigrantes; imigrantes para trabalhos que se tornam, dessa forma, trabalhos para imigrantes" (1998, p. 55).

Importante destacar, portanto, que o trabalho define, então, todas as outras particularidades, materiais e simbólicas, do

estatuto do migrante (Sayad, 1998). É à luz disso e sob o olhar do colonizado que Sayad nos apresenta as razões basilares da mobilidade argelina campesina aos subúrbios franceses, ao se converterem em operários assalariados. Nota-se que os “proventos” econômicos e provisórios desta migração apresentam lucros e vantagens ao serviço dos empregadores e de sua ex-colônia.

Entre os acordos na descolonização, a França ofereceu ajuda militar e política às antigas colônias africanas. Parte dessa ajuda incluía incentivar temporariamente a imigração de pessoas dessas colônias para o país, com o objetivo de ajudar na reconstrução demográfica e econômica pós-Segunda Guerra Mundial, devido à falta de mão de obra na metrópole. Aqui, a língua francesa foi fundamental para fortalecer a ideia da francofonia, impulsada por ideais assimilaçãoistas, que exigiam que os migrantes abandonassem sua cultura em favor da cultura dominante.

Na perspectiva de Sayad, a alteridade assume um papel central ao examinar como as disparidades culturais são percebidas e retratadas nas metrópoles. Ele sustenta que essa concepção de diferença é forjada por meio de processos que envolvem estereotipagem e exotização, delineando distinções entre “nós” e “eles”. Além de sublinhar esse aspecto de subordinação, o autor res-

alta que a vivência da alteridade pelos migrantes magrebinos está intimamente relacionada aos seus acessos, ou à ausência deles, à cidadania.

Ao não reconhecê-los como seres de direitos, mas como “coisas”, a sociedade francesa leva em consideração apenas a sua condição de trabalhadores de baixa remuneração e qualificação. Temos aqui, portanto, o colonizador que reconhece a existência desta população, mas lhe nega qualquer tentativa de igualdade. Essa reprodução do outro, por consequência, gera a esses sujeitos um enquadramento social que lhe produz uma percepção de inexistência como seres políticos, sociais, culturais.

Para compreender essa condição paradoxal entre um “ser” e um “não ser” social, Sayad se utiliza da noção epistemológica e semântica de elghorba¹⁴ para traduzir esse sentimento de provisoriação, estranhamento, melancolia, isolamento e discriminação da condição existencial que se encontra o (i)migrante, que antes de mais nada é um (e)migrante. Dessa maneira, entende o autor que o migrante magrebino faz parte de um único processo onde é um e outro na busca por direitos políticos e sociais que dimensionem a sua existência, tanto na sociedade francesa como em sua terra natal.

Observando essa dupla presença e du-

¹³ Optamos pelo uso do termo “sociedade de residência” com o intuito de questionar as expressões “sociedade de acolhida” ou “sociedades receptoras”, pois essas terminologias não refletem adequadamente a realidade da vida que esses migrantes experimentarão na metrópole.

pla ausência, que expõe as proximidades entre o “ser” e o “não ser” social, constata que essa norma faz parte da condição do migrante, produto de identificações culturais híbridas e complexas. Ele entende esse processo como um fato social total¹⁵, tal qual propunha o antropólogo francês Marcel Mauss (2008). À vista disso, segue um trecho da entrevista de um dos interlocutores de Sayad para descrever a França possível para estes migrantes da ex-colônia:

Que França eu descobri! Não era nada do eu esperava encontrar [...] Eu que pensava que a França não era o exílio [“elghorba”]. É realmente preciso chegar aqui na França para conhecer a verdade. Aqui, a gente ouve dizer as coisas que ninguém conta lá; a gente ouve dizer tudo: “Não é uma vida de seres humanos; é uma vida que não se pode amar; a vida dos cães na nossa terra é melhor do que isso...”. Guardarei sempre na memória a imagem de minha chegada à França, foi a primeira coisa que vi, a primeira coisa que ouvi: alguém batendo à porta, ela abre para um quartinho que recende uma mescla de cheiros, a umidade, a atmosfera fechada, o suor dos homens adormecidos. Que tristeza! Quanta infelicidade em seu olhar, em sua voz – eles falavam em voz baixa –, em suas palavras. Eu percebi a partir disso o que é a solidão, o que é a tristeza: a escuridão do quarto, a escuridão no quarto [...], a escuridão da rua....,

a escuridão de toda a França, porque na nossa França só existem trevas (Sayad, 1988, p. 34).

As falas dos sujeitos de sua pesquisa, como a mencionada acima, trazem referências das suas condições existenciais e traduzem as vivências pessoais dessa esfera da vida cotidiana e dos microprocessos que resultam na objetivação da pessoa migrante. O isolamento destes, seja nos campos de agrupamento na Argélia, seja nas regiões periféricas da França, inviabiliza-lhes qualquer tipo de igualdade de direitos políticos e sociais e, consequentemente, uma cidadania plena e, porque não, a própria noção de pessoa. As relações de precariedade – da identidade temporária – que permeiam a vida deles os colocam geograficamente em lugares de eterna exclusão (ainda hoje) nas sociedades das metrópoles, conhecidas como do Norte global.

Considerações Finais

A principal proposta deste trabalho foi refletir sobre como se entende a alteridade em processos migratórios, nem sempre contemplados como contextos em que se discute tal temática, já que a falta de alte-

¹⁴ A expressão “elghorba”, tal como empregada pelo autor Sayad em sua obra, delinea a vivência de estar distante do lar, representando a complexidade da emigração e os obstáculos enfrentados pelos migrantes ao se adaptarem a uma nova realidade. No texto do autor, o termo é utilizado exatamente como apresentado aqui para descrever a experiência dos migrantes argelinos na França.

¹⁵ Já que o multifacetado processo da migração tem relação com a sociedade como um todo (Sayad, 1998, p. 16), tanto com a perspectiva histórica (diacrônica) como nas estruturas de seu funcionamento atual (sincrônica).

ridade já se tem como um pressuposto. A partir do estudo comparativo entre dois autores aparentemente distantes em suas abordagens e campos de atuação, buscamos apresentar as diferentes visões sob as quais eles discutem a alteridade em contextos de colonização distintos tanto no tempo e espaço, bem como com visões de diferentes atores envolvidos no processo (colonizador e colonizado).

O debate acerca das noções de alteridade apontadas nas obras de Todorov (1983) e Sayad (1998) são referentes à visão das antigas nações coloniais sobre suas colônias. Como vimos, um e outro se debruçaram sobre esse assunto em acontecimentos distintos da História: aquele, aos processos de colonização no continente americano, e, este, à descolonização da Argélia, na África. Nosso esforço aqui foi demonstrar que, em comum, tais classificações de alteridade compartilham de um mesmo posicionamento político eurocêntrico sobre o outro. Ainda que em termos metodológicos diferentes, os autores dissertam sobre o estabelecimento e a perpetuação das relações de poder e violência dos colonizadores para com os povos colonizados, seja quando Todorov trata da “chegada” (invasão) do colonizador-migrante europeu ao Novo Mundo, seja no momento em que Sayad introduz o ponto de vista do migrante de origem magrebina ante a metrópole, no caso em análise, a França. Para o filósofo Todorov, a noção de alteridade se refere à compreensão e aceitação da diferença, ou seja, como encaramos e lidamos com

aqueles que são diferentes de nós. Ele argumenta que a alteridade é uma categoria fundamental na formação da identidade e da moral, e que a compreensão da outra é crucial para o desenvolvimento da empatia e da tolerância.

O papel da língua e da linguagem é objeto importante na construção de alteridade e tema bastante abordado particularmente na obra de Todorov. Segundo sua investigação, a partir de análises historiográficas e documentais de Cristóvão Colombo e outros conquistadores, os habitantes do Velho Continente eram os únicos e possíveis detentores de uma “língua”, de uma “cultura”, portanto, a noção de alteridade se dava, em especial, pela sua ausência, ao desconsiderar de antemão as línguas e as culturas nativas. A crença que os europeus sustentavam era a de que havia apenas um modelo possível e verdadeiro de “civilização”, do qual eles eram os únicos possuidores e, por isso mesmo, tinham a certeza de que possuíam o direito de dominar os povos ameríndios e suas terras. Assim, a alteridade, durante as grandes navegações e descoberta da América, é simultaneamente mostrada e negada, com exclusão e dominação marcando a relação entre colonizadores e colonizados.

Durante o processo de descolonização, o ponto de vista ocidental sobre o outro é questionado, já que se percebe que cada sociedade é uma representação única de sua história. Isso afeta a própria noção do homem como sujeito e objeto nas Ciências Sociais e, especialmente, na Antropo-

logia, levando a uma mudança na percepção da alteridade e a uma consciência de autocritica. Apesar disso, mesmo que se reconhecesse a existência de outras culturas e línguas além das europeias, esse conhecimento era usado para fins de controle e exploração social que persistiram até meados do século XX.

Sayad explora a ideia de alteridade como a percepção e representação das discrepâncias culturais dentro de uma sociedade. Sua abordagem ressalta que a construção da alteridade emerge por meio de estratégias de estereotipação e exotização, delineando claramente fronteiras entre “nós” (franceses) e “eles” (migrantes magrebinos). Além desse aspecto de dominação, o argumento que sustenta Sayad (1998) é de que a alteridade vivida pelos migrantes magrebinos se dava (e se dá) em relação aos seus acessos à cidadania (ou a falta de), em especial ao que se refere ao trabalho e à moradia na

metrópole. Em uma interpretação socio-lógica, Sayad nos ajuda a compreender o fenômeno migratório ao analisar a categoria migrante pelo seu caráter de provisão permanente, no qual a dimensão econômica da condição da pessoa que migra torna-se elemento determinante para todos os outros aspectos do estatuto do migrante (1998, p. 63).

A maneira como migrantes provenientes de ex-colônias são percebidos e as condições em que vivem nas metrópoles refletem profundas raízes históricas nas práticas europeias de alteridade, enraizadas em contextos de exploração e dominação. Assim, as análises de Todorov e Sayad são relevantes para entender a importância de redefinir a categoria de migrante, não só para compreender o método genealógico de Sayad (1998), mas também para promover o necessário debate sobre a alteridade nas mobilidades humanas contemporâneas.



Referências Bibliográficas

- Bakhtin, m. (1997). Marxismo e filosofia da linguagem (8a ed.). Hucitec.
- Bentes, j. A. O., Mercês, r. S., & Loureiro, s. J. F. (2020). Alteridade em buber, bakhtin e freire: incursões epistemológicas. *Periferia*, 12(1):12-35. Doi: <https://doi.Org/10.12957/Periferia.2020.47171>
- Bestard, j., & Contreras, j. B. (1987). *Paganos, salvajes y primitivos. Una introducción a la antropología*. Barcanova.Bordieu, p. (1998). Prefácio. In: sayad, a. A imigração ou os paradoxos da alteridade. Edusp.
- Blanchard, e. (2012). “Eliminar os indesejáveis”: uma lógica de ação para o policiamento dos argelinos em paris (1944-1962). *Topoi*, 13(25):45-53. Doi: <https://doi.Org/10.1590/2237-101x013025003>
- Fanon, f. (1968). *Os condenados da terra*. Civilização brasileira.
- Fassin, d. (2011). *Humanitarian reason: a moral history of the present*. University of california press.
- Feldman-bianco, b. (2008). *O espelho infiel: o negro no fluxo da migração interna*.

cional. Editora unicamp.

- Frazer, j. G. (1998). *The golden bough: a study in magic and religion*. Oxford university press.
- Kuper, a. (1978). *Antropólogos e antropologia*. Francisco alves.
- Lunardi, m. L. (2005). *Língua, cultura e identidade*. Universidade federal de santa maria.
- Mamdani, m. (2017). *Citizen and subject: contemporary africa and the legacy of late colonialism*. Princeton university press,
- Mauss, m. (2008). *Ensaio sobre a dádiva*. Edições 70.
- Martins, r. J., & Lepargneur, h. (2014). *Introdução a lévinas: pensar a ética no século xxi*. Paulus.
- Mbembe, a. (2013). *Crítica da razão negra*. Antígona.
- Morgan, l. (1871). *Systems of consanguinity and affinity of the human family*. Smithsonian institute.
- Oliveira, m. B. F. (2018). *Linguagem e alteridade nos escritos do círculo de bakhtin*.
- Eutomia, (21):169-184. Doi: <https://doi.Org/10.19134/Eutomia-v1i21p169-184>
- Rodrigues, t. V. (2007). *A categoria da alteridade: uma análise da obra totalidade e infinito, de emmanuel levinas*. [Dissertação de mestrado]. Pontifícia universidade católica do rio grande do sul.
- Sayad, a. (1998). *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. Edusp.
- Tilly, c. (1990). *Coercion, capital, and european states, ad 990-1992*. Blackwell.
- Todorov, t. (1983). *A conquista da américa: a questão do outro* (2a ed.). Martins fontes.
- Tylor, e. (1920). *Primitive culture: researches into the development of mythology, philosophy, religion, art, and custom*. [S. N.].
- Vettorassi, a., & Dias, g. (2017). *Estudos migratórios e os desafios da pesquisa de campo*. Sociedade e cultura, 20(2):7-28. Doi: <https://doi.Org/10.5216/Sec.V20i2.53055>
- Woodward, k. (2000). *Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual*. In silva, t. T (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais* (pp. 7-72). Vozes.

Configurações de policiamento e desorganização econômica-sociodemográfica para alta taxa de homicídio: Brasil e macrorregiões (1991-2010)

Configurations of policing and economic-sociodemographic disorganization for high homicide rates: Brazil and macro-regions (1991-2010)

Configuraciones de vigilancia policial y desorganización económico-sociodemográfica para altas tasas de homicidio: Brasil y macrorregiones (1991-2010)

60

**Sandro de Freitas
FERREIRA**

sandroffbr@gmail.com

Doutor em Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) – Universidade Federal de Juiz de Fora, MG (UFJF).

**Suzana Quinet de A.
BASTOS**

quinet.bastos@gmail.com

Doutora em Planejamento Urbano e Regional (UFRJ), Professora Titular do PPGE - UFJF.

**Admir Antonio
BETARELLI JUNIOR**

abetarelli@gmail.com

Doutor em Economia (UFMG), Professor Adjunto do PPGE - UFJF.

A natureza complexa da criminalidade, envolvendo vítima-criminoso, autoridades públicas e efeitos em nível individual, familiar, comunitário e ecológico, abriu espaço a uma diversidade de explicações para as diferenças nas taxas de crimes entre diferentes regiões e distintos períodos temporais. A Teoria da Desorganização Social vincula elevada criminalidade a comunidades socialmente desorganizadas (em níveis familiar, pessoal, comunitário, econômico). A busca de combinações de condições causais como necessárias/suficientes para altas taxas de crime, via abordagem configuracional, subsidiaria o debate público a respeito do desenho de políticas criminais preventivas territorial e temporalmente diferenciadas. Empregando-se a Abordagem Qualitativa Comparativa, propõe-se identificar e explorar a causação complexa de níveis de policiamento e desorganização econômica-sociodemográfica para alto homicídio. Evidencia-se que os municípios

brasileiros têm uma diversidade limitada de caminhos consistentes para alto homicídio; que “altas desorganizações familiar e pessoal” se mostram recorrentemente necessárias para alto homicídio, mas “alta desorganização econômica” e desequilíbrio demográfico, não necessariamente.

Palavras-Chave: *Criminalidade violenta; Desorganização socioeconômica; Teoria da Desorganização Social; Abordagem Configuracional; Abordagem Qualitativa Comparativa.*

The complex nature of crime, involving victim-criminal, public authorities and effects at individual, family, community and ecological levels, has opened up space for a diversity of explanations for the differences in crime rates between different regions and time periods. The Theory of Social Disorganization links high crime to socially disorganized communities (at family, personal, community, economic levels). Seeking combinations of causal conditions as necessary/sufficient for high crime rates, by configurational approach, would subsidize the public debate regarding the design of territorially and temporally differentiated preventive criminal policies. Using the Qualitative Comparative Approach, it is proposed to identify and explore the complex causation of levels of policing and economic-sociodemographic disorganization for high homicide. It is evident that Brazilian municipalities have a limited diversity of consistent paths to high homicide; “high family and personal disorganization” are recurrently necessary for high homicide rates, but “high economic disorganization” and demographic imbalance are not necessarily so.

Keywords: *Violent crime; Socioeconomic disorganization; Social Disorganization Theory; Configurational Approach; Qualitative Comparative Approach.*

61

La naturaleza compleja de la delincuencia, que involucra a víctimas-delincuentes, autoridades públicas y efectos a nivel individual, familiar, comunitario y ecológico, ha abierto espacio para una diversidad de explicaciones de las diferencias en las tasas de criminalidad entre diferentes regiones y períodos de tiempo. La Teoría de la Desorganización Social vincula la alta criminalidad con comunidades socialmente desorganizadas (a nivel familiar, personal, comunitario y económico). La búsqueda de combinaciones de condiciones causales necesarias/suficientes para altas tasas de criminalidad, vía un enfoque configuracional, subsidiaría el debate público sobre el diseño de políticas penales preventivas diferenciadas territorial y temporalmente. Utilizando el Enfoque Comparativo Cualitativo, se propone identificar y explorar la causalidad compleja de los niveles de vigilancia policial y desorganización económico-sociodemográfica para los altos homicidios. Es evidente que los municipios brasileños tienen una diversidad limitada de caminos consistentes hacia altos homicidios; “alta desorganización familiar y personal” es recurrentemente necesaria para las altas tasas de homicidio, pero “alta desorganización económica” y un desequilibrio demográfico no son necesariamente condiciones necesarias.

Palabras clave: *sociología pragmática francesa; Sociología del trabajo; Relación capital-trabajo; Reforma laboral; Congreso Nacional.*

¹ Pesquisa realizada com auxílio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); PNPD – Portaria nº 086, de 03 de julho de 2013.

Introdução

A criminalidade no Brasil dos últimos 40 anos tem sido preocupante não apenas para as autoridades públicas, particularmente na sua modalidade violenta, por conta dos seus impactos adversos sobre os indivíduos e organizações envolvidos (vítimas diretas e indiretas e autoridades responsáveis pelo combate e controle dos crimes). A título de exemplo, o número de homicídios intencionais² tem mostrado tendência de crescimento desde o início da década de 1980 (Waiselfisz, 2014) e de ampla difusão no território nacional (Cerqueira et al., 2013), não obstante as eventuais reversões de tendência nos últimos anos (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021).

Esse padrão altista tem sido corroborado via comparação intertemporal de pesquisas de vitimização (IBGE, 2010; Instituto Datafolha, 2013) e pelo aumento das despesas com segurança pública em todas as esferas governamentais ao longo da década de 2000, decorrentes da expansão da criminalidade tanto nos centros urbanos quanto nas cidades interioranas e menos populosas (Peres et. al., 2016). Dada a natureza complexa da criminalidade – como um fenômeno social envolvendo a atuação combinada de aspectos específicos dos criminosos, situacionais aos crimes e de contexto –, os condicionantes potenciais

dessa singularidade da expansão de homicídios no Brasil precisam ser mais bem escrutinados, para além das causas baseadas em dinamização dos mercados ilícitos.

No intuito de considerar a natureza complexa da criminalidade, particularmente na sua dimensão ecológica, procura-se identificar os padrões de condições mais consistentes para alta taxa de homicídios mediante o emprego de uma abordagem configuracional. Uma vez que as pesquisas sociológicas de crime costumam atualizar os condicionantes sociodemográficos e virtualizar os demais, e as pesquisas econômicas de crime, de atualizar os condicionantes econômicos e virtualizar os demais, propõe-se uma abordagem que agrupa ambos os condicionantes sob uma perspectiva configuracional e que possibilita identificar configurações consistentes distintas para alta criminalidade para diferentes regiões geográficas. A análise proposta toma como referência a Teoria da Desorganização Social (TDS), por considerar a articulação das várias dimensões de desorganização.

Se o excesso de criminalidade é um efeito das desorganizações econômica e sociodemográfica de uma sociedade, então, a identificação dos diferentes níveis de desorganização econômico-sócio-demográficos, associados a diferentes níveis de criminalidade, permitiria subsidiar o debate a respeito da factibilidade e eficácia das

² Indicador internacionalmente comparável, prontamente computável e o mais robusto do nível de segurança (UNODC, 2014).

políticas criminais estruturais ao longo do território nacional. Diante disso, o objetivo da pesquisa consiste em identificar as configurações de policiamento e desorganização econômico-sócio-demográfica consistentemente associadas a altas taxas de homicídios ao longo do território nacional nos anos 1991, 2000 e 2010.

Dado que a TDS pressupõe relações complexas entre suas componentes de definição, sugere-se que a natureza dessas relações poderia ser explorada por uma abordagem desenhada para essa finalidade, tal como a Abordagem Configuracional; em particular a Abordagem Qualitativa Comparativa (AQC), que não identifica a relação de causalidade e/ou de reciprocidade entre as condições causais para um dado resultado, mas a causalidade complexa para o resultado, que envolve três dimensões: causalidade conjuntural, equifinalidade e causalidade assimétrica. Essa abordagem permite identificar e avaliar quais combinações de condições causais em nível ecológico (níveis de policiamento e de desorganização social) são consistentes ou para uma determinada medida de resposta (taxa de homicídio); consistência num sentido de que a resposta está presente quando determinadas combinações de condições também estão presentes. Mais especificamente, objetiva-se propor um teste empírico da TDS mediante uma análise configuracional, de modo a explorar a causação complexa de níveis de desorganização sociodemográfica e econômica para alta taxa de homicídios. Além disso, como condições causais, à luz da TDS, podem se condicionar,

analisa-se apenas a direção das condições causais sobre alta taxa de homicídio.

Sendo uma abordagem relativamente recente, há escassa aplicação empírica em estudos socioeconômicos, especialmente de crime (Ferreira et al., 2019; Thiem & Dusa, 2013), mas, dada sua natureza no tratamento da causalidade complexa, se mostra adequado nas investigações das causas e condições da criminalidade. Esta abordagem prescinde da estruturação da relação entre os fenômenos em termos de modelos desenhados como sistemas de equações, porque a consistência da relação é estabelecida pela extensão do compartilhamento de instâncias empíricas, via lógica booleana.

Dado que a caracterização da desorganização social é controversa, sugere-se, aqui, apenas a mensuração da desorganização social parcial diante da impossibilidade da caracterização empírica da compleitude do fenômeno. Assim, prefere-se o termo “desorganização econômico-sócio-demográfica” por considerar apenas algumas de suas modalidades: divórcio, monoparentalidade e maternidade precoce para caracterizar a desorganização familiar; evasão escolar infanto-juvenil, evasão escolar adulta e disposição ilícita de lixo doméstico, para desorganização comunitária; população sem religião e taxa de suicídios, para desorganização pessoal; proporção de pobres e desigualdade de renda, para desorganização econômica; e proporção de jovens homens e razão de sexo, para desequilíbrio demográfico. Emprega-se, ademais, uma medida de efeito dissuasório estatal (policiamento) e taxa de homicídios

como conjunto “resposta”. Assim, as medidas parciais de desorganização e policiamento consistem das condições causais na aplicação da AQc.

As principais conclusões são: 1) todos os municípios/áreas mínimas comparáveis não têm um único caminho consistente, nem cada um deles tem um caminho próprio para altas taxas de homicídio, porém, a diversidade de caminhos é limitada; 2) os caminhos mais consistentes e mais relevantes para alto homicídio não prescindem sistematicamente da desorganização econômica nem da desorganização social (familiar, pessoal e comunitária); 3) enquanto as “altas desorganizações familiar e pessoal” se mostram recorrentemente necessárias para alta taxa de homicídios, a “alta desorganização econômica” e o desequilíbrio demográfico pró-violência, não; e 4) considerando-se as macrorregiões, os “tipos de lugares” (concentração de desorganização econômico-sócio-demográfica) são importantes para explicar a permanência de altas taxas de crimes em determinados lugares, e não em outros.

Em sequência a esta introdução, apresenta-se o referencial teórico-empírico, baseando-se na TDS, após, uma proposta metodológica configuracional, então, os resultados são discutidos, e, por fim, tem-se as considerações finais.

Referencial teórico e empírico

A literatura socioeconômica do crime³ encampa uma diversidade de explicações para a emergência e permanência do excesso de crimes em uma determinada sociedade. Enquanto a literatura econômica segue um desenvolvimento da modelagem inicialmente proposta por Becker (1968), desdobrando-se em duas grandes abordagens – abordagem de mercado ilícito e abordagem da estrutura ótima de punição (Ehrlich, 1996) –, a literatura sociológica é mais rica e diversificada. Segundo Reid (2008), a Sociologia do crime também consiste de duas amplas abordagens – abordagens estruturais [Teorias de Anomia do Crime (TAC) e Teorias Ecológicas do Crime (TEC)] e abordagens processuais. Nas TAC, a emergência da criminalidade se deve ao enfraquecimento do poder dos valores sociais, que atuam como reguladores de conduta; nas TEC, às mudanças sociais associadas, por sua vez, às mudanças ambientais, principalmente à desorganização social. As abordagens processuais, por outro lado, focalizam atenção nos processos pelos quais os criminosos são “produzidos”.

A TDS, em particular, tem como proposta explicar os padrões de criminalidade a partir de aspectos locacionais ou ecológi-

³ Há ainda as abordagens individualistas, que, distintamente das sociológicas, concentram-se em aspectos relacionados às patologias físicas e psíquicas do indivíduo criminoso.

cos. Numa breve história do seu desenvolvimento, as ideias de organização/desorganização social foram propostas por Thomas e Znaniecki (1918), ao sugerirem que as mudanças sociais atuam como forças desorganizadoras do processo de aprendizagem das regras sociais inibidoras do crime. Sutherland (1939) propôs uma teoria do comportamento criminal sistemático (repetitivo, padronizado e distinto do comportamento aleatório) que emergiu simultaneamente à passagem das sociedades pré-alfabetizadas para sociedades modernas. Segundo ele, o desenvolvimento industrial foi acompanhado por maiores mobilidades, competição econômica e difusão da ideologia do individualismo, que facilitaram a desintegração da família extensa e da vizinhança como agentes de controle social, a expansão do domínio das relações não governadas pela família e a deterioração dos controles governamentais. Assim, a desorganização social seria a causa básica do comportamento criminal sistemático. Posteriormente, acomodou em sua proposta teórica a complexidade dos níveis, sobrepostos e conflitantes, de organizações em sociedade, mediante o conceito de Organização Social Diferencial; mais bem aprimorado por Bursik e Grasmick (1993).

Shaw e McKay (1942), em uma pesquisa a respeito da distribuição territorial de comportamentos criminal e delinquente, identificaram um padrão recorrente: as comunidades “invadidas” por fábricas e comércios sofrem uma retração no funcionamento efetivo dos controles sociais,

facilitando a emergência e permanência da criminalidade e da delinquência. Áreas com alta densidade de desorganização social oferecem a imersão em oportunidades para decisões, socialmente justificadas e individualmente percebidas, de violação de regras do que a imersão em oportunidades convencionais de adesão a regras. Faris (1955) estendeu o conceito de desorganização social como fator explicativo do crime e delinquência a outras “patologias sociais”, tais como suicídio, alcoolismo, drogadição, vício a jogos de azar e prostituição; os altos níveis de patologias sociais refletiriam o grau de desorganização dos mecanismos de controle da sociedade.

Essas abordagens iniciais da desorganização social sofreram críticas quanto às fontes de motivação do crime, à questão da presença/ausência de organização social local e ao aspecto metodológico (ambiguidade do conceito de desorganização social e qualidade das medidas de desorganização). Cohen (1955) considerou a TDS inadequada no tratamento da motivação criminal, por não explicar como a presença da predisposição à criminalidade/delinquência se tornaria ativa diante de restrições comunitárias ausentes. Merton (1957) também a considerou incompleta, por ignorar o efeito de algumas estruturas sociais que exercem pressão sobre determinadas pessoas para que se engajem em comportamentos não conformistas.

Para além da crítica à fonte de motivação criminal, há ainda a controversa suposição da ausência de organização social,

posto que as condições sociais com influência relativamente desarmoniosas por si mesmas constituem um modo de organização (Sutherland, 1947). Áreas “socialmente desorganizadas” não necessariamente sofrem ausência de organização; pode haver defeito de organização, mas não ausência de organização (Cohen, 1955). Suttles (1968) propôs o conceito de Segmentação Ordenada para tratar da existência de organização em alguns níveis sociais, e não em outros. Essa ideia foi posteriormente mais bem elaborada por Bursik e Grasmick (1993), ao propor a desagregação do controle social em três níveis: controle pessoal (quando há fortes laços interpessoais entre membros de uma comunidade); paroquial (referindo-se à existência de relações entre as pessoas de uma área e as instituições sociais); e público (quando as pessoas de uma comunidade conseguem influenciar o governo/sistema de justiça). Esses níveis de organização social ajudariam a explicar a emergência e persistência do fenômeno das gangues em áreas caracterizadas por estabilidade residencial e laços vicinais⁴.

Essas críticas engendraram a reavaliação da TDS por meio de abordagens alternativas, complementares e/ou mais bem elaboradas, tanto do conceito quan-

to da mensuração da organização/desorganização social. A ambiguidade conceitual foi tratada por meio dos conceitos de integração social, de redes sociais e de eficiência coletiva.

O conceito de integração social, como explicação para o crime no nível ecológico, funda-se na ideia de que a rotatividade populacional em uma comunidade inibe sua integração social facilitando, consequentemente, a criminalidade repetitiva local (Crutchfield et al., 1982; Stark et al., 1983)⁵. A noção de redes sociais foi proposta como um modo mais preciso de conceituar e mensurar a organização/desorganização social (Stark et al., 1983), por se ajustar mais efetivamente ao conceito de integração social. Krohn (1986) mostra que a alta densidade de rede (relações diretas entre membros de comunidades) facilita o controle social e, consequentemente, inibe crime e delinquência. Por outro lado, o conceito de eficácia coletiva (Taylor, 2001) se refere a uma situação em que os residentes de um local concordam entre si, trabalham em organizações locais devotadas ao melhoramento da sua comunidade e tomam medidas para controlar, mesmo que informalmente, problemas na vizinhança, assim, a desorganização social se instalaria em comunidades

⁴ Segundo Jensen e Rojek (1998), as Teorias do Controle Social (TCS) são complementares às TDS. Ambas dão atenção às variações dos aspectos inibitórios ao crime e à delinquência e da ausência/quebra de instituições informais de controle; a TDS foca atenção no nível ecológico e as TCS, no nível individual.

⁵ Conceito considerado mais apropriado na explicação do excesso de crimes contra o patrimônio.

de baixa eficácia coletiva. Constituindo um mesmo processo criminogênico básico, esses três conceitos permitem também evitar o aspecto negativo do conceito de desorganização social.

Complementar às pesquisas que tomam a desorganização social como elemento explicativo do crime e da delinquência, a questão teórica da relação recíproca entre desorganização social e violação de regras já tinha sido aventada por Faris (1955) e Bursik (1988). Markowitz et al. (2001) oferecem evidências para esse tipo de feedback: a diminuição da coesão social na vizinhança conduz a um aumento do crime que, por sua vez, instila uma maior difusão do medo entre as pessoas, minando a própria coesão. Wong (2011) apresenta uma listagem mais ampla das pesquisas que tratam da reciprocidade entre as medidas de desorganização social.

A TDS ainda possui pertinência teórica, mesmo que os testes empíricos sejam vistos como problemáticos, não consensuais e/ou pouco conclusivos, contudo, emergem duas lições gerais das pesquisas empíricas: crime e delinquência cooperam com outros problemas/patologias sociais; e “tipos de lugares” (concentração do crime) são tão importantes quanto “tipos de pessoas” para explicar a permanência de altas taxas de crimes em determinados lugares, e não em outros (Kubrin & Mioduszewski, 2019).

O termo “desorganização social” circunscreve variadas dimensões de desorganização associada à desintegração social, tais como a desorganização familiar,

pessoal, comunitária, econômica e outras (Faris, 1955). De modo geral, as desorganizações familiar e comunitária emergem da desintegração dos laços de solidariedade entre os membros de uma família e de uma vizinhança/comunidade. A desorganização pessoal (ou da personalidade), embora esteja sob âmbito psicossociológico, que examina os problemas de comportamento e reações psíquicas em função do meio social, trata-se da questão da maior dificuldade de organização que uma personalidade encontra em uma sociedade em desorganização. As desorganizações familiar e pessoal operariam num círculo vicioso (Rosa, 1975).

O conceito de desorganização econômica não faz parte do universo de discurso da pesquisa econômica, e sim do da pesquisa sociológica, mas pode ser empregado para retratar a configuração do ambiente econômico enfrentado pelos indivíduos na sua busca cotidiana de rendas monetária e psíquica. A desorganização econômica, de algum modo, também se configura como desorganização comunitária, na medida em que a sociedade em que o indivíduo participa não disponibiliza oportunidades econômicas e/ou incentivos positivos para determinadas atividades e negativos, para outras. Uma sociedade economicamente desorganizada pode ser caracterizada por indicadores elevados de pobreza, desemprego, inflação, alta desigualdade de renda e baixo crescimento econômico.

Dada a complexidade das relações entre as dimensões constituintes da desorganização social, a Análise Qualita-

tiva Comparativa é uma abordagem que pode produzir evidências empíricas e elaborar insights úteis ao debate sobre as condicionalidades do fenômeno criminal em sua escala ecológica; especialmente quando o interesse não está em mensurar as relações mecânicas entre tais dimensões, mas na identificação das propriedades de suficiência e de necessidade entre as variáveis pesquisadas.

Proposta metodológica

A Análise Qualitativa Comparativa (AQC) constitui uma família de técnicas configuracionais – *csQCA*, *mvQCA* e *fsQCA* – desenvolvidas para tratar, via Teoria dos Conjuntos e Álgebra Booleana, da causalidade complexa entre determinados fenômenos (Rihoux & Ragin, 2009)⁶. Os fenômenos, cujas relações e/ou associações estão sendo verificadas, são concebidos como conjuntos (denominados “resultado” e “condições causais”), e a meta é identificar se há instâncias empíricas (casos ou unidades de observação) que consistentemente caracterizariam as relações complexas entre tais conjuntos como condições causais necessárias e/ou suficientes para o resultado.

Nesta abordagem, a natureza da cau-

salidade é específica porque envolve o conceito de causalidade complexa, que consiste de três dimensões: 1) causalidade conjuntural (condições causais não necessariamente conduzem ao resultado de modo isolado uma da outra, mas sim em combinações entre si revelando padrões causais distintos para um resultado); 2) equifinalidade (várias combinações distintas dessas condições podem conduzir a um único resultado); e 3) causalidade assimétrica (não somente a ocorrência do resultado requer análise, mas também a ausência do resultado, porque a presença ou ausência das condições causais podem produzir diferenças no resultado).

Por conta da natureza conjunto-teórica da AQC, na interpretação das relações empíricas entre resultado e condições causais, o termo “relação” refere-se à relação entre conjuntos – “resultado” com combinações das “condições causais” – e não conforme se dá na estatística convencional, como correlação (Ragin, 2014; Schneider & Wagemann, 2012); os termos “implicar”, “explicar” e “causar” significam sinonimamente “subconjunto consistente”, e o termo “relação causal” se refere à causação conjuntural múltipla.

As instâncias empíricas são estabelecidas pelas unidades de observação, de-

⁶ As técnicas de AQC se distinguem entre si conforme a natureza dos conjuntos para os quais a lógica booleana é empregada. Conjuntos em que os casos são diferenciados dicotomicamente (pertencimento ou não pertencimento) aplica-se a *crisp-set QCA* (*csQCA*) ou a técnica *multi-value QCA* (*mvQCA*); quando, além da diferença qualitativa há a graduação do pertencimento dos casos nos subconjuntos qualitativos, emprega-se a *fuzzy-set QCA* (*fsQCA*).

nominadas “casos”, e são caracterizadas pelas condições causais e resultado; portanto, passíveis de ser descritas pelas inúmeras combinações lógicas possíveis de condições. A aplicação da álgebra booleana possibilita derivar quais combinações de condições (causação conjuntural múltipla) são empiricamente relevantes para implicar um determinado resultado (equifinalidade). As soluções na AQC (desfecho da aplicação dessa abordagem) não “provam” causalidade entre condições e resultado, apenas revelam, suportados nas instâncias empíricas, padrões de associação entre conjuntos, sendo uma etapa inicial de investigação da existência de relações causais (Rihoux & Ragin, 2009; Schneider & Wagemann, 2010).

A avaliação das concordâncias empíricas entre os conjuntos pode ser executada por alguma técnica de AQC⁷ conforme o interesse do pesquisador. Aplica-se, aqui, a variante fuzzy (*fsQCA*)⁸. Esta técnica incorpora as dimensões qualitativa e quantitativa de cada conjunto ao posicionar os casos conforme a magnitude do escore transformado de cada uma das “condições causais” e do “resultado”. O valor de cada caso em cada conjunto é transformado em um escore cuja magnitude determina a posição de pertencimento do caso em cada um dos

conjuntos. Essa transformação fuzzy pode ser executada segundo vários métodos⁹ e exige a definição de âncoras qualitativas (calibração), que são as fronteiras de pertencimento nos subconjuntos de cada conjunto. O método mais simples é o ranqueamento: para cada conjunto, toma-se o valor original do caso, subtrai-se o valor mínimo do conjunto e o resultado é dividido pela diferença entre os valores máximo e mínimo do próprio conjunto. Esse procedimento resulta no ranqueamento dos valores originais no intervalo; consequentemente, os escores fuzzy acabam por assinalar o grau de pertencimento dos casos em cada “condição causal” e “resultado”.

Recomenda-se que a aplicação da AQC seja executada conforme o procedimento de Olsen e Nomura (2009) porque as soluções finais (e suas medidas de consistências para o resultado) são sensíveis às combinações complexas consideradas na etapa da minimização booleana. Assim, a adequabilidade da solução final da *fsQCA* requer considerar os critérios de corte de frequência de casos, de cortes de consistência das combinações complexas em relação ao resultado e de seleção mais apropriada da combinação de medidas de consistência e cobertura da solução.

O primeiro critério identifica as combina-

⁷ Ver nota 3.

⁸ A seleção da variante *fsQCA* se justifica devido ao fato de que considera as dimensões qualitativa e quantitativa da condição causal, se ajustando à ideia de graus de organização/desorganização social.

⁹ Ragin (2008) propôs os métodos direto e indireto de calibração aplicáveis a conjuntos fuzzy, e discute suas vantagens e desvantagens.

ções complexas (combinações primitivas, contendo todas as condições; combinações que descrevem os casos) mais relevantes em termos representativos; o segundo distingue as combinações complexas que são consistentes com o resultado das que não são, porque utiliza as medidas de consistência para comparar a extensão que os casos compartilham cada combinação de condições com o resultado; e o terceiro critério, ao comparar as medidas de consistência e cobertura, derivadas dos cortes escolhidos nos dois critérios antecipadamente aplicados, seleciona a solução final.

O processo de minimização reduz as combinações primitivas em combinações simplificadas (uniões e/ou intercessões) das condições causais isoladas, denominadas caminhos. Essas operações podem ser executadas considerando ou não as combinações primitivas denominadas remanescentes lógicos (aqueles com frequência nula de casos)¹⁰. As medidas de consistência avaliam a propriedade de suficiência (quando as combinações de condições são consideradas como subconjuntos do resultado); avaliam a força do suporte empírico estabelecido pela argumentação teórica e constituem os principais critérios de validação da AQC (Ragin, 2006); e informam o grau em que casos que compartilham uma determinada con-

dição (ou combinação de condições) concordam com o resultado e vice-versa.

Uma relação de suficiência entre combinações de condições e resultado é estabelecida se significativamente a maioria dos casos satisfaz essa propriedade; quando mais de 80% dos escores de pertencimento de uma determinada combinação de condições são consistentemente menores ou iguais aos seus respectivos escores de pertencimento no conjunto resultado, então, pode-se declarar que a condição causal ou combinação causal sob exame é “quase sempre” suficiente para o resultado (Olsen & Nomura, 2009; Ragin, 2006).

As medidas de cobertura (total, bruta e única) avaliam a propriedade de necessidade (quando o resultado é considerado subconjunto das combinações de condições); avaliam o grau ao qual uma condição causal ou combinação de condições causais conta para um resultado¹¹. A cobertura total (da solução final) mede a proporção do pertencimento no resultado, que é explicada pela solução final; mede a proporção do pertencimento no resultado, que é explicada por cada termo de solução (combinação simplificada das condições resultante do processo de minimização booleana; também denominado “caminho causal”). A cobertura única indica a proporção do pertencimento no resultado

¹⁰ Para mais detalhes: Schneider e Wagemann (2012). Na literatura metodológica de AQC, ainda não há um consenso a respeito de quais soluções devem ser preferidas como soluções finais; nesta pesquisa, considera-se apenas a solução intermediária.

¹¹ Elas se assemelham ao coeficiente de determinação no contexto econometrônico (Thiem, 2010).

que não é coberta pelos demais termos de solução; isto é, proporção que é unicamente explicada por cada termo de solução¹². Mesmo que haja muitas combinações causais suficientes que satisfaçam a equifinalidade, os escores dessas medidas podem revelar que apenas algumas poucas delas têm alta cobertura para o resultado.

Dada a complexidade das relações entre crime e os fenômenos caracterizadores da desorganização social, principalmente quanto às possíveis reciprocidades, a aplicação da AQC está circunscrita à avaliação da hipótese da desorganização social como fator básico da manutenção sistemática dos patamares dos crimes violentos. Assim, o referencial teórico não está fundamentado nos refinamentos da TDS (conceitos de organização social diferencial, segmentação ordenada, integração social, redes sociais e eficiência coletiva), mas baseado apenas nas suas propostas originárias (Faris, 1955; Sutherland, 1939; Thomas & Znaniecki, 1918).

Dada a ampla difusão de homicídios no território nacional (Cerqueira et al., 2013), esta pesquisa trata apenas de comparações intermunicipais (inter-AMC), e não intramunicipais. Mais especificamente, seleciona-se homicídio como resultado de variáveis demográficas, de policiamento e de desorganização socioeconômica como condições causais.

Quanto à base de dados, as variáveis utilizadas para caracterizar a extensão da organização/desorganização social na AMC têm natureza mais estrutural do que conjuntural. Sendo assim, preferem-se os censos demográficos por oferecerem, para todos os municípios brasileiros, informações que poderiam completar o quadro descritivo do nível de desorganização social nos municípios, tais como divórcio, monoparentalidade, irreligiosidade, evasão escolar e disposição de lixo, por exemplo. Consequentemente, o período de análise se limita aos anos 1991, 2000 e 2010.

Há dois níveis de medidas: dados em nível individual (micrdados) e dados em nível municipal (AMC); os micrdados, provenientes dos censos demográficos, são tratados de modo a serem agregados para o nível AMC. Para toda e qualquer variável construída a partir dos censos, as taxas de ocorrência foram calculadas como proporção de pessoas da AMC que declararam o evento, em relação ao tamanho da população na AMC.

As variáveis em nível de AMC coletadas do SIM-DataSUS (taxas de homicídio e de suicídio) e do Atlas de Desenvolvimento Humano (pobreza, desigualdade de renda) são agregadas para produzir as populações em nível de AMC. Resultam disso conjuntos de proporções de cada fenômeno e seus domínios são de-

¹² Supondo que haja dois termos de solução (caminhos causais), a cobertura única do primeiro termo, por exemplo, é calculada pela diferença entre a cobertura total e cobertura bruta do segundo termo.

finidos pelo conjunto .

A desorganização familiar é mensurada por taxas de divórcio, monoparentalidade e maternidade precoce, aproximando-se da proposta de Sampson e Groves (1989). Para Messner et al. (2004), locais em que há maiores populações de divorciados têm maiores taxas de crimes. Quanto à monoparentalidade, a probabilidade de envolvimento em crimes violentos entre homens jovens é muito mais determinada pela ausência do pai na família do que o nível de renda domiciliar (Comanor & Phillips, 2002). Ellis et al. (2009) compilam estudos evidenciando que crianças provenientes de gravidez indesejada são mais propensas ao crime e à conduta desordeira do que as demais.

A desorganização econômica não é mensurada por medidas que retratem crescimento econômico, nível do PIB ou PIB *per capita*, nem por taxa de desemprego, que são indicadores de saúde econômica e *proxies* para oportunidades de renda legal e motivação criminal (Piehl, 1998). Uma vez que se procura explicar um crime violento em seu aspecto estrutural e não conjuntural, prefere-se utilizar medidas de privação absoluta (nível de pobreza) e relativa (desigualdade de renda).

O emprego das taxas de evasão escolar e extensão da disposição ilícita de lixo como medidas parciais de desorganização comunitária, para além do comprometimento da solidariedade de grupo, funda-se nos seus efeitos adversos. Propõe-se a evasão escolar infanto-juvenil e evasão escolar adulta por conta do fato de o progresso da escolarização (acumula-

ção de capital humano genérico) oferecer externalidades positivas à comunidade. O truncamento da acumulação de capital humano, do ponto de vista agregado, produz desequilíbrio na diversidade qualitativa da oferta de mão de obra, ampliando a competição por ocupação em determinadas faixas de escolaridade. Além disso, a escolarização implica maiores salários esperados no setor legal, aumentando o custo de oportunidade de cometer crimes e tem um efeito “civilização”, que torna socialmente mais custoso o engajamento em atividades ilícitas (Buonanno, 2006). Por outro lado, a destinação de resíduos sólidos em locais inadequados gera problemas para a comunidade do entorno muito além do estético, principalmente quanto à saúde pública.

A desorganização pessoal sugere ser minimamente caracterizada pela irreligiosidade e suicídio. Johnson e Jang (2010), em uma revisão dos estudos criminológicos da relação religião-crime, constataram que o envolvimento religioso é um fator preventivo e pró-social. Ademais, crença e prática religiosas também estão negativamente associadas a taxas de divórcio, violência doméstica, filhos ilegítimos e atividade sexual juvenil (Fagan, 2006). Utiliza-se a condição causal “suicídio”, conforme os estudos listados por Ellis, Beaver e Wright (2009), mesmo que Durkheim (2000) tenha mostrado que “em lugares em que se mata mais aos outros, mata-se menos a si”. A “taxa social de suicídio” consiste de óbitos por autointoxicação, suicídio e lesão autoprovocada intencionalmente (categorias da CID-9), entre

1990 e 1992, e por autointoxicação intencional, lesão autoprovocada intencionalmente e outras causas intencionais (CID-10), entre 1999 e 2001, e entre 2009 e 2011.

A incorporação da dimensão “desorganização” demográfica é justificada pelo possível efeito do excesso de jovens homens (população jovem masculina) e de homens (razão de sexo ou coeficiente de masculinidade superior a um) na configuração de um ambiente pró-violência; não ignorando o efeito da escassez masculina adulta na desorganização familiar (Wong, 2011). Cerqueira e Moura (2014) mostram que o excesso de população jovem masculina está positivamente associado à criminalidade violenta. Apesar disso, Filser et al. (2021) mostram que as taxas agregadas de agressões estão negativamente associadas a locais com alta razão de sexo (escassez de mulheres).

A condição “policimento”, para mensurar o esforço estatal de combate e controle, consiste da população de “inspetores de polícia e detetives; agentes de administração pública para aplicação da lei e afins; policiais; guardiães de presídios; oficiais, graduados e praças de Polícia Militar, da Polícia Militar”. Levitt (1998) atenta para a questão da endogeneidade entre criminalidade e esforço estatal de combate e controle da criminalidade.

Para o resultado “taxa de homicídio”, utiliza-se os óbitos por homicídios e lesão provocada intencionalmente por outra pessoa (categorias da CID-9), entre 1990 e 1992; e agressão, golpe infligido por outra pessoa, e letalidade com armas de fogo, intenção

indeterminada (CID-10), em entre 1999 e 2001, e entre 2009 e 2011. Nota-se que as taxas de homicídio e de suicídio, para corrigir o elemento conjuntural, foram calculadas como taxas trienais médias entre os anos anterior, corrente e posterior.

Embora o efeito do mercado de drogas na dinamização da criminalidade violenta deveria ser incorporado na causação conjuntural múltipla para alto crime, que encampa, inclusive, as desorganizações pessoal e comunitária, a condição causal “drogas” não pode ser contemplada por não haver em nível municipal/AMC e para todo território nacional uma proxy para dimensão local do mercado de drogas. O Quadro 1 lista as variáveis, suas siglas, modo de construção e fontes.

Não obstante a TDS originalmente ter sido centrada no papel da desorganização física e social local como condicionantes da criminalidade urbana, a ampliação da urbanização, a dispersão espacial dos fenômenos de desorganização social e a maior mobilidade dos criminosos potenciais permitem conjecturar a ampliação do escopo de condicionamento da desorganização social no processo decisório de entrada e permanência na indústria criminal para além do nível comunitário, indo ao nível municipal. Assim, para a adequada comparação intertemporal das configurações consistentes, contempla-se as áreas mínimas comparáveis (AMC) como “casos”. Por conseguinte, utiliza-se um painel de 4264 AMC do período entre 1991 e 2010 provido pelo Laboratório de Economia da Universidade Federal de Juiz de Fora (Econs-UFJF), construído a

Quadro 1. Variáveis, siglas, modo de construção e fontes de informação

CLASSE DE VARIÁVEL	VARIÁVEL	SIGLAS*	CONSTRUÇÃO DAS VARIÁVEIS**	FONTE	SIGLAS DOS CONJUNTOS FUZZY***
Criminalidade	homicídio	HOM	Consolidação dos números de óbitos por homicídio e lesões provocadas intencionalmente por outra pessoa (subcategorias E960-E978 da CID-9) e agressão, golpe e letalidade por arma de fogo intenção indeterminada (subcategorias X85-Y09; W50; W32-W34 da CID-10); média de três anos (corrente, antecipado e postecipado).	SIM-DATASUS	H
Efeito dissuasório estatal	policamento	POL	População de pessoas ocupadas nas atividades de defesa nacional e segurança pública; proxy para efetivo de segurança pública <i>per capita</i> .	Censo/IBGE	Z
Desorganização Familiar	separação / desquite / divórcio	DIV	População de separados, desquitados e divorciados calculada a partir das categorias "separado(a)", "desquitado(a)" e "divorciado(a)" da questão referente ao estado ou situação conjugal.	Censo/IBGE	S
	monoparentalidade	MP	População de adultos com filhos e sem cônjuge: para 1991, utilizou-se a declaração da pessoa que se diz sem cônjuge ("pessoa que não vive com cônjuge") e com filhos. Para 2000 e 2010, as categorias "mulher sem cônjuge e com filhos" e "homem sem cônjuge e com filhos" da questão referente ao tipo de família; proxy para abandono do lar.	Censo/IBGE	M
	gravidez precoce	GP	População de mulheres entre 10 e 17 anos que declararam que tinham/tiveram filho.	Censo/IBGE	G
Desorganização Comunitária	evasão escolar infanto-juvenil	EEI	População de pessoas entre 5 e 18 anos que não frequentam escola ou creche.	Censo/IBGE	E
	evasão escolar adulta	EEA	População de pessoas maiores de 18 anos que não completaram a última série em que estavam matriculadas.	Censo/IBGE	A
	lixo ilicitamente disposto	LID	População de pessoas que declaram que lixo é queimado ou jogado em terreno baldio, rio, lagoa ou mar.	Censo/IBGE	Q
Desorganização Pessoal	população sem religião	PSR	População de pessoas que declararam não ter religião.	Censo/IBGE	I
	taxa de suicídio	SUI	Consolidação dos números de óbitos por auto-intoxicação e suicídio e lesão autoprovocada intencionalmente (subcategorias E937-E941 e E950-E959 da CID-9) e auto-intoxicação intencional, lesão autoprovocada intencionalmente e outros (X60-Y84; Y49, Y51, Y87, Y90, Y91 da CID-10); média de três anos (corrente, antecipado e postecipado).	SIM-DATASUS	W
Desorganização Econômica	pobreza	POB	Proporção dos indivíduos com rdpc (domicílios particulares permanentes) igual ou inferior a R\$ 140,00 mensais (reais de agosto/2010).	ADH	P
	desigualdade de renda	DES	Índice de Gini; mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a rdpc (valor 0, quando não há desigualdade e valor 1, desigualdade é máxima; universo dos indivíduos que vivem em domicílios particulares permanentes).	ADH	X
Desequilíbrio Demográfico	população jovem masculina	PJM	Proporção de homens na faixa etária de 15 a 29 anos.	Censo/IBGE	J
	razão de sexo	RS	população masculina dividida pela população feminina.	Censo/IBGE	R

Fonte: Elaboração dos autores.

* Siglas das variáveis antes da transformação fuzzy (calibração); úteis para interpretação do Apêndice A.

** As medidas são divididas pela população da área mínima comparável; exceto as taxas de homicídio e suicídio, medidas por 100 mil hab.

*** Siglas das variáveis após a transformação fuzzy (calibração).

partir de Bremaeker (2009), e das planilhas “Municípios x AMC” e “Mesorregiões, Microrregiões e Municípios, com respectivos códigos, segundo as Unidades da Federação – 2010” do Ipeadata. A abrangência geográfica circunscreve-se ao Brasil e macrorregiões. A questão da abrangência geográfica se mostra pertinente devido às evidências da expansão e da criminalidade inclusive nos municípios de menor tamanho populacional (Peres et al., 2016).

Os procedimentos computacionais – transformação das variáveis em conjuntos fuzzy, calibração, cálculo dos escores dos conjuntos derivados de uniões e interseção resultantes do processo de minimização booleana, construção das tabelas verdades e cálculos das medidas de consistência e cobertura – são executados com o programa fs/QCA 2.5. O Apêndice A apresenta as estatísticas descritivas de cada variável antes de tais procedimentos.

De modo geral, os resultados esperados devem consistir de combinações simplificadas de condições causais, nacionais e macrorregionais, persistentes no tempo, tais que altas desorganizações familiar, pessoal, comunitária e econômica, alta razão de sexo e baixo policiamento estariam consistentemente associados a altas taxas de homicídio.

Para fins interpretativos, o termo “parcial” é empregado em dois contextos: no nível de

cada dimensão de organização/desorganização econômico-sócio-demográfica e no nível do caminho consistente. Dado que cada dimensão é tentativamente caracterizada por pelo menos duas condições causais, uma determinada dimensão é dita “parcial” quando nenhuma de tais condições está no subconjunto “alta taxa” (alto escore fuzzy). Como, somente no contexto analítico-interpretativo, mas não na realidade, cada caminho consistente pode ser decomposto em subconjuntos de condições causais do caminho, surge o conceito de causação conjunta parcial; quando se quer atualizar determinadas partes da causação conjunta e virtualizar as demais.

Resultados e discussão

A avaliação prévia das relações entre o conjunto resultado [alta taxa de homicídios (H)] e os conjuntos condições causais (altos/baixos policiamento, proporção de divorciados e demais condições (Z, S, etc.), antes da identificação dos caminhos consistentes para H, parte da informação contida na Tabela 1, que apresenta todos os escores de coincidência, suficiência e necessidade de cada condição causal em relação a “alta taxa de homicídios” (H).

A calibração dos conjuntos fuzzy foi realizada pelos métodos direto¹³ e de ranqueamento, considerando-se as estatísti-

¹³ Este método mostrou-se mais adequado para a calibração de apenas três conjuntos: “Taxa de homicídio” de 2000; “policiamento” de 2000 e de 2010.

Tabela 1. Escores de coincidência, suficiência e necessidade para cada

CONDIÇÕES CAUSAIS	1991			2000			2010		
	COINC	SUFIC	NECES	COINC	SUFIC	NECES	COINC	SUFIC	NECES
Z	0,755	0,656	0,755	0,754	0,649	0,754	0,754	0,687	0,753
S	0,736	0,637	0,736	0,716	0,623	0,715	0,640	0,589	0,640
M	0,711	0,615	0,711	0,693	0,603	0,693	0,735	0,677	0,735
G	0,674	0,611	0,673	0,684	0,613	0,684	0,718	0,675	0,718
E	0,626	0,541	0,626	0,670	0,583	0,670	0,721	0,663	0,721
A	0,684	0,591	0,684	0,649	0,565	0,649	0,659	0,607	0,659
Q	0,597	0,515	0,597	0,601	0,523	0,601	0,659	0,606	0,659
I	0,721	0,648	0,721	0,741	0,652	0,741	0,753	0,695	0,753
W	0,667	0,667	0,565	0,643	0,643	0,603	0,614	0,614	0,595
P	0,606	0,524	0,606	0,629	0,547	0,629	0,701	0,645	0,701
X	0,695	0,601	0,695	0,697	0,606	0,697	0,728	0,670	0,728
J	0,711	0,614	0,711	0,689	0,599	0,688	0,719	0,662	0,719
R	0,637	0,551	0,637	0,629	0,547	0,629	0,620	0,521	0,620

Fonte: Resultados da pesquisa.

Tabela 2. Âncoras qualitativas de cada conjunto para cada ano.

CONDIÇÕES CAUSAIS*	1991			2000			2010			UNIDADE DE MEDIDA
	LIMITE INFERIOR	AMBI-GUIDADE MÁXIMA	LIMITE SUPERIOR	LIMITE INFERIOR	AMBI-GUIDADE MÁXIMA	LIMITE SUPERIOR	LIMITE INFERIOR	AMBI-GUIDADE MÁXIMA	LIMITE SUPERIOR	
H	0	9,9	115,19	0	10	123	0	12,39	152,23	por cmh
Z	0	0,27	4,29	0	0,054	3,91	0	0,054	4,5	%
S	0	20	113,86	0	20	64	1,6	30,71	117,53	por mil hab
M	6,33	42	87	18	98	225,3	24	127,44	253	por mil hab
G	0	2	11,83	0	3,1	16,06	0	2,31	10	por mil hab
E	3,72	15	44,03	0,5	5,27	26,7	0,36	2,7	17,61	%
A	0,44	7,6	35,87	9,93	30	53,36	3,368	15,7	36,35	%
Q	0	61,14	100	0	39	99,55	0	26,31	97,4	%
I	0	2,48	37,32	0	4,83	59,85	0	3,96	38,5	%
W	0	3,69	69,74	0	4,82	85,48	0	6,16	56,03	por cmh
P	0	55,26	97,03	0,7	38	85,42	0	22,49	74,2	%
X	0,31	0,53	0,93	0,32	0,55	0,83	0,28	0,49	0,8	-
J	8,54	13,92	23,03	8,22	13,9	22,64	9,1	13,27	36,305	%
R	0,8603	1	1,6	0,852	1	1,5	0,855	1	4,29	razão

Fonte: Resultados da pesquisa.

* As condições causais foram calibradas por ranqueamento; exceto H em 2000 e Z em 2000 e 2010, calibradas pelo método direto.

cas descriptivas das distribuições das variáveis. Os valores mínimos e máximos da distribuição de valores de cada variável foram definidos, respectivamente, como âncoras qualitativas 0 e 1; a âncora qualitativa de ambiguidade máxima (0,5), sendo a média ou a mediana (conforme média se aproxima da mediana e coeficiente de variação indicando baixa dispersão). Desse modo, escores inferiores a 0,5 significam que a AMC tem pertencimento menor no conjunto; superiores a 0,5, maior pertencimento. Na Tabela 2, estão listados os limites inferiores e superiores das distribuições das variáveis, bem como os valores utilizados como ambiguidade máxima.

Recorre-se apenas a soluções intermediárias, obtidas mediante algoritmo de Quine-McCluskey com diferentes cortes de frequência e de consistência nas construções das Tabelas Verdade de cada recorte regional, conforme sugerido por Olsen e Nomura (2009) e Ragin (2008). Os cortes de frequência para 1991, 2000 e 2010 são, respectivamente, 2, 1 e 3¹⁴; e os cortes de consistência, 0,85, 0,90 e 0,85¹⁵. Esses critérios oferecem evidência empírica satisfazendo a propriedade de suficiência (isto é,

sempre que a condição causal ou combinação de condições causais está presente, o resultado também está presente).

Dado que há 13 condições causais, há consequentemente 8.192 configurações primitivas possíveis para alta e baixa taxas de homicídio, contudo, as aplicações do algoritmo Quine-McCluskey reduziram tais configurações para 126, 28 e 136 caminhos consistentes componentes das soluções (intermediárias) finais dos anos 1991, 2000 e 2010, respectivamente. A Tabela 3 apresenta para cada ano os cinco caminhos mais consistentes (ordenados por escore de consistência)¹⁹.

A mais extensa causação conjuntural múltipla emerge para 2010, com 136 caminhos consistentes, e a menor, para 2000, com apenas 28 caminhos. Isto é esperado pelo fato de o critério de consistência de construção da Tabela Verdade de 2000 (escore de 0,90) ser mais restritivo do que os de 1991 e 2010 (0,85); embora a restrição quanto ao critério de frequência seja o oposto. Esses caminhos, particularmente os de maiores consistências, oferecem evidência da causação conjuntural múltipla para alto homicídio. Isto é, não existe

¹⁴ Um corte de frequência de, por exemplo, 2 significa que as linhas da Tabela Verdade contendo duas ou mais instâncias empíricas (AMC) foram mantidas no processo de redução Quine-McCluskey. Para esta pesquisa, os cortes selecionados mantiveram 74%, 77% e 62% das AMC, respectivamente nos anos 1991, 2000 e 2010.

¹⁵ Os cortes de consistência recomendado são aqueles iguais ou superiores a 0,85; indicando que 85% das instâncias empíricas foram incorporadas no processo de redução Quine-McCluskey.

¹⁶ Para facilitar as interpretações e torná-las mais compreensíveis, nas tabelas a seguir, os caminhos são apresentados de tal modo que as dimensões de policiamento, desequilíbrio populacional e desorganizações econômico-sociodemográficas, mensuradas pelas combinações de condições causais, são separadas; por exemplo, o caminho “zSmGEAIWpXJR” é apresentado como “z Sm GEA IW pX JR”.

Tabela 3. Caminhos mais consistentes e caminhos consistentes mais relevantes para alta taxa de homicídio, Brasil (1991, 2000, 2010)

ANOS	CAMINHOS MAIS CONSISTENTES	COBERTURA BRUTA *	CONSISTÊNCIA	CAMINHOS CONSISTENTES MAIS RELEVANTES	COBERTURA BRUTA *	CONSISTÊNCIA
1991	Z SMG Eaq IW PX Jr	0,136	0,924	Z SMG eq I p r	0,308	0,851
	Z SMG EAq IW PX jr	0,136	0,921	Z SM eq IW pX	0,263	0,887
	z MG eAq IW pX J	0,197	0,920	Z SM eq W p jr	0,258	0,872
	z MG eq IW pX Jr	0,195	0,920	SMG eAq I pX r	0,255	0,859
	Z SG Aq IW pX JR	0,177	0,918	SMG eq I pX Jr	0,250	0,863
2000	Z SMG eaq IW X Jr	0,186	0,919	Z SMG aq IW pX r **	0,212	0,914
	Z SMG aq IW pX r	0,212	0,914	SMG Eaq IW p r	0,195	0,912
	z SMG aq IW px Jr	0,184	0,912	Sg eaq IW pX Jr	0,191	0,907
	z SG eaq IW pX jr	0,187	0,908	Z SG Eaq IW p Jr	0,189	0,916
	Sq eaq IW pX Jr	0,191	0,907	SG eaq IW pX jr	0,186	0,919
2010	z SmG EA IW pX JR	0,163	0,923	z sMG EQ PX J	0,324	0,857
	z sMG EAq IW PX r	0,184	0,923	z sMG EaQ w P J	0,282	0,867
	Z SMG EAq IW PX jr	0,176	0,923	z sG EaQ Iw PX J	0,276	0,869
	z SMG Eaq Iw pX Jr	0,201	0,919	Z SMg eq I pX r	0,271	0,858
	z MG Eaq Iw PX Jr	0,220	0,919	z sG E Iw PX JR	0,270	0,850

Fonte: Resultados da pesquisa.

* Escores de cobertura única não reportados por serem inferiores a 0,01.

** Caminho mais relevante e segundo caminho mais consistente.

um único caminho consistente de policiamento e desorganizações econômico-sócio-demográfica para todas as AMC do território nacional nos três anos, e há uma diversidade temporal limitada; lembrando que cada AMC possui um escore em cada um desses caminhos, que estabelece sua

posição como mais ou menos pertencente ao caminho para alto homicídio.

Para o Brasil como um todo, e em termos de equação booleana¹⁷, as soluções intermediárias enfatizando os três caminhos de maior consistência são¹⁸:

1991: ZSMGEaqIWpXJr + ZSMGEA-

¹⁷ A equação booleana de cada ano consiste de uma união de combinações de condições causais (caminhos consistentes) que implicam alta taxa de homicídio; é a lista de combinações de condições que são subconjuntos consistentes do resultado.

¹⁸ Tomando o primeiro caminho de 2010 – “zSmGEAIWpXJR” – como modelo interpretativo de todos os demais caminhos, ele constitui uma interseção das condições causais isoladas (conjuntos fuzzy) e equivale a “z*S*m*-G*E*A*I*W*p*X*J*R” em que “*” indica interseção, na terminologia da AQC); ambas expressões equivalem, por sua vez, a pol*DIV*mp*GP*EEI*EEA*PSR*SUI*pob*DES*PJM*RS (siglas antes da transformação fuzzy).

qIWPXjr + zMGeAqIWpXJ + ... → H

2000: ZSMGeaqlWXJr + ZSMGa-
qIWpXr + zSMGaqlWpxJr + ... → H

2010: zSmGEAIWpXJR + zsMGEA-
qIWPXr + ZSMGEAqlWPXjr + ... → H

Por exemplo, a equação booleana de 2010 significa que o caminho “zSmGEAIWpXJR”, “zsMGEAqlWPXr”, “ZSMGEAqlWPXjr”, ou cada um dos demais 133, conduzem consistentemente a altas taxas de homicídio (H). O primeiro caminho indica que “alta proporção de divórcios, gravidez precoce, evasão escolar infanto-juvenil e adulta, irreligiosidade, suicídios”, “alta desigualdade de renda”, abundância da população masculina, “baixo policiamento” e “baixas proporções de monoparentalidade e pobreza” (“SmGEAIWpXJR”) implicam alta taxa de homicídios; implicar sob a ótica da AQC significa: sempre que o caminho “zSmGEAIWpXJR” está presente em uma AMC, “alta taxa de homicídio” também está presente. Note-se que a causação conjuntural comum entre esses três caminhos é GEAIWX, “alta proporção de gravidez precoce, evasão escolar infanto-juvenil e adulta, irreligiosidade, suicídios” e “alta desigualdade de renda”. Os demais caminhos de cada solução e para cada ano podem ser assim interpretados.

Em 1991, 12,8% (cobertura bruta de 0,128) das AMC enfrentaram uma con-

guração de desorganização socioeconômica para altas taxas de homicídios (H) com “alto policiamento”, “altas desorganizações familiar, pessoal e econômica (SMGIWPX)”, “baixa desorganização comunitária parcial¹⁹ (Eaq)” e desequilíbrio demográfico [excesso de homens jovens e de mulheres (Jr)]. O caminho de maior consistência de 2000 se distingue do de 1991 apenas quanto à extensão de AMC que a enfrentam, cerca de 18,6%, e à presença da “baixa evasão escolar infanto-juvenil” e a ausência da condição “pobreza”. Para 2010, o caminho mais consistente se modifica: “baixo policiamento”, “altas desorganizações familiar, comunitária e econômica parciais (SmGEApX)”, “alta desorganização pessoal (IW)” e “alto desequilíbrio demográfico (excesso de jovens homens e homens (JR))”; em 16,3 % das AMC.

Com escores de consistência superiores a 0,90 (Tabela 3), isso significa que mais de 90% dos escores de pertencimento de cada caminho são consistentemente menores ou iguais aos seus respectivos escores de pertencimento no resultado H, tem-se evidência empírica de que esses caminhos são “quase sempre” suficientes para alto homicídio (Olsen & Nomura, 2009; RAGIN, 2006).

Comparando-se os primeiros caminhos mais consistentes dos três anos – “ZSM-

¹⁹ O termo “parcial” é utilizado quando a desorganização, conforme caracterizada pela combinação conjunta de condições causais, não é plenamente alta (quando todas as letras são maiúsculas).

GEaqIWPXJr”, “ZSMGeaqIWXJr” e “zSmGEAIWpXJR”²⁰ –, eles se assemelham quanto à causação conjuntural parcial SGIWXJ, indicando que, abstraindo-se as condições causais específicas de cada ano (ZMEdaqPr de 1991; ZMeaqr de 2000; zmEApR de 2010), sempre que “altas proporções de divórcio, gravidez precoce, irreligiosidade, suicídio e de jovens homens” e “alta desigualdade de renda” estão presentes, alto homicídio também está presente. As partes específicas de cada ano dos caminhos de 1991 e 2000 são semelhantes entre si; distinguindo-se apenas pela “baixa evasão escolar infanto-juvenil (e)” em 2000 – reflexo das políticas de universalização da educação da década de 1990, das condicionalidades dos programas de transferência de renda (Neri, 2009) e dos contínuos esforços governamentais na criminalização do “abandono intelectual” (Lei nº 9.394, 1996) – e pela ausência da condição “pobreza” em 2000, indicando que a extensão da pobreza na AMC não importa para o alto homicídio, mas sim para a alta desigualdade de renda. Assim, esta configuração temporalmente comum parece ter sido a conjunturalmente condicionante das altas taxas de homicídio na década de 1990. Além disso, sugere que o alto homicídio estava mais circunscrito às AMC mais

densamente povoadas.

Por outro lado, a parte específica do caminho mais consistente de 2010 se distingue quase que completamente das partes específicas dos de 1991 e 2010 – “zmEApR” – por evidenciar uma causação conjuntural (parcial) em que “baixo policiamento” e “alta desorganização comunitária” estão presentes; os altos níveis de evasão escolar, tanto infanto-juvenil quanto adulta, e de razão de sexo se tornaram presentes. Este caminho reflete o espalhamento da criminalidade ao longo do território nacional, conforme Peres, Bueno e Tonelli (2016).

Considerando-se os cinco primeiros caminhos mais consistentes (Tabela 3), observa-se que tanto o “alto policiamento” quanto o “baixo policiamento” estão conjunturalmente associados às demais condições causais para H. Isso não mostra uma ambiguidade da abordagem AQC, mas sim a evidenciação de padrões distintos que condicionam a emergência de um maior número de homicídios. Mesmo ambientes altamente policiados ainda enfrentam alta mortalidade decorrente de agressão a terceiros, refletindo, de algum modo, a presença da baixa impunidade. Ademais, não necessariamente as altas desorganizações familiar, comunitária, econômica e pessoal associadas a alto desequilíbrio

²⁰ AMC com os maiores escores nos caminhos mais consistentes: 1991 – Sumidouro (RJ), São Félix do Xingu (PA), Paranaíta (MT), Uirapuru (GO), Caarapó (MS); 2000 – Camocim de São Félix (PE), Olho d’Água das Flores (AL), Lagarto (SE), Santo Antônio (RN) e Catolé do Rocha (PB); 2010 – Campo Verde (MT), Brasilândia (MS), São Gotardo (MG), Itarumã (GO) e Primavera do Leste (MT).

demográfico implicam univocamente alta criminalidade violenta.

Não obstante tais caminhos sejam de alta consistência, não necessariamente são de alta relevância quando se compararam os caminhos consistentes entre si. Os escores de cobertura bruta oferecem uma medida de relevância. A Tabela 3 lista para cada ano os três caminhos consistentes mais relevantes (ordenados por escore de cobertura bruta).

O caminho consistente de maior relevância em 1991, envolvendo 30,8% (cobertura bruta de 0,308) das AMC de alto homicídio – “ZSMGeqlpr” –, consistiu de “alto policiamento”, “alta desorganização familiar”, “bacias desorganizações comunitária, pessoal e econômica” e “baixo desequilíbrio demográfico pró-violência (excesso de mulheres)”. Nota-se que é uma configuração reduzida por conta da ausência das condições “evasão escolar adulta”, “suicídio”, “desigualdade de renda” e “população masculina jovem”. O caminho de maior cobertura bruta de 2000 (21,2% das AMC), que é idêntico ao caminho mais consistente de 2000, se assemelha ao de 1991, em que as condições “suicídio” e “desigualdade de renda” passam a estar presentes – “ZSMGaqlWpXr”.

O quadro configuracional de 2010, enfrentado por 32,4% das AMC, é distinto:

“baixo policiamento (z)”, “altas desorganizações familiar e comunitária parciais (sM-GEQ)”, “alta desorganização econômica (PX)” e “excesso de homens jovens (J)”. Aqui, a “alta evasão escolar infanto-juvenil (E)” reaparece, mas a desorganização pessoal (IW) e o desequilíbrio demográfico como “alta razão de sexo (R)” (excesso de homens) se mostram irrelevantes – “zsM-GEQPXJ”. Observa-se que a emergência da condição causal “excesso de população jovem masculina (J)” vai ao encontro com os achados de Cerqueira e Moura (2014)²¹.

Um exercício adicional foi executado para identificar os caminhos consistentes e relevantes para alta taxa de homicídio (H) nas macrorregiões brasileiras; mas apenas para o ano de 2010, que é o que oferece a mais atualizada informação sobre os aspectos socioeconômicos passíveis de representação do quadro de desorganização socioeconômica em âmbito municipal/AMC. As aplicações do algoritmo Quine-McCluskey reduziram 528 caminhos, componentes das soluções intermediárias das macrorregiões: Norte, 69; Nordeste, 170; Sudeste, 13; Sul, 140; Centro-Oeste, 136. A Tabela 4 sumariza os três caminhos mais consistentes e mais relevantes.

Os diferentes patamares de magnitude dos escores de consistência entre as ma-

²¹ Somente um caminho entre os consistentes, e somente em 2000, se mostra expressivo como caminho único (cobertura única: 0,01026) para alto homicídio, ocorrendo exclusivamente em 1,03% das AMC – “SGE-qlWpXJR”; as AMC com os maiores escores de cobertura única são Itiquira e São José do Rio Claro (MT) e Brasilândia e Água Clara (MS).

Tabela 4. Caminhos mais consistentes e caminhos consistentes mais relevantes para alta taxa de homicídio, Macrorregiões (2010)

MACROR- REGIÕES	CAMINHOS MAIS CONSISTENTES	COBER- TURA BRUTA *	CONSIS- TÊNCIA	CAMINHOS CON- SISTENTES MAIS RELEVANTES	COBER- TURA BRUTA *	CONSIS- TÊNCIA
NORTE	z SMG Eaq IW Px Jr	0,149	0,981	smG EqQ W Px JR	0,367 **	0,845
	z SMG eAq IW pX JR	0,103	0,981	Z sMG EaIPx JR	0,360	0,925
	z SmG EaQ IW Px Jr	0,112	0,975	Z sG EaQ IW Px JR	0,355	0,892
NORDESTE	Z SMG Eaq Iw pX jr	0,175	0,953	z sM aQ Iw P Jr	0,367	0,903
	Z SM eaq Iw pX Jr	0,199	0,949	s M EAQ Iw Px Jr	0,334	0,894
	z sMG Eaq IW x Jr	0,182	0,947	z sMG Eq IPx J	0,330	0,926
SUDESTE	z SmG Eaq IW px Jr	0,220	0,869	z SMg eq IW px Jr	0,316	0,846
	z SMg EAq IW Px jr	0,215	0,868	SMg eaq Iw px Jr	0,315***	0,854
	z SMG EAq IW Px jr	0,207	0,865	Z SMg eAq IW pX r	0,304	0,852
SUL	SMG Eq IW pX jr	0,231	0,923	SmG Eq iW px jr	0,333	0,850
	Z SmG EAq IW pX Jr	0,148	0,921	SMg Aq iW p jr	0,331	0,862
	Z SM Eq IW pX jr	0,255	0,918	z SG EAq iW px j	0,316	0,863
CENTRO OESTE	z SMG Eaq IW pX J	0,201	0,965	z SmG EAq I px R	0,313	0,868
	z SMg eaq IW pX JR	0,173	0,962	z SmG Aq I pX JR	0,308	0,922
	Z sMG Eaq IW px JR	0,165	0,962	z SmG Eq Iw p JR	0,305	0,925

Fonte: Resultados da pesquisa.

* Escores de cobertura única não reportados por serem inferiores a 0,01.

** Escore de cobertura única: 0,0103.

*** Escore de cobertura única: 0,0230.

crorregiões mostram a extensão da configuração consistente para altas taxas de homicídio. No Norte, Centro-Oeste, Nordeste e Sul, há evidências empíricas relativamente mais fortes (escores superiores a 0,92) para a causação conjuntural de H do que no Sudeste (escores próximos ao critério de 0,85).

Comparando-se apenas os primeiros caminhos mais consistentes, compartilhados por cerca de 15%-23% das AMC de cada região e com escores de consistência superiores a 0,92 (exceto Sudeste, com 0,87) – zSMGEaqIWpXJr, ZSMGEaqIWpXJr, zSmGEaqIWpXJr, SMGEqIWpXJr, zSMGEaqIWpXJ –, observa-se que as

macrorregiões se assemelham quanto a: “baixo policiamento”, “altas desorganizações familiar e pessoal” (SMG e IW) e “baixa desorganização comunitária parcial”, porém, com “alta evasão escolar infanto-juvenil” (Eaq), para alto homicídio; e se distinguem das demais dimensões. Assim, independentemente da região, sempre que a causação conjunta parcial SMGEaqIW está presente, altas taxas de homicídios também estão consistentemente presentes; padrão condizente com Messner et al. (2004), Comanor e Phillips (2002), Ellis et al. (2009), Johnson e Jang (2010) e Fagan (2006).

As macrorregiões são bem distintas

quanto à desorganização econômica e ao desequilíbrio demográfico. A “desorganização econômica parcial” no Nordeste, Sul e Centro-Oeste é ditada pela alta desigualdade de renda (pX); enquanto o Norte enfrenta “alta desorganização econômica plena” e o Sudeste, “baixa plena”. Assim, a dimensão “desorganização econômica” se mostra ambígua para alto homicídio.

O desequilíbrio demográfico na condição “razão de sexo” segue Filser et al. (2021), pois a presença de “baixa razão de sexo” (r) indica que o excesso de população feminina conjunturalmente implica alta taxa de agressões a terceiro. Apesar disso, enquanto a “alta proporção de juventude masculina” conjunturalmente explica as altas taxas de homicídio no Norte, Sudeste e Centro-Oeste, conforme Cerqueira e Moura (2014), no Nordeste e Sul ocorre “baixa população jovem masculina”.

Embora as regiões se assemelhem quanto aos caminhos mais consistentes, elas se diferenciam quanto aos caminhos mais relevantes (30-37% das AMC), porém, relativamente menos consistentes (Tabela 4); compartilham somente a presença de “baixo policiamento”.

A “baixa desorganização econômica plena” está presente no Sudeste, Sul e Centro-Oeste e a “alta desorganização econômica” é necessária para H em 35%-37% das AMC nortistas e 33%, nordestinas (desigualdade de renda ausente). As “altas desorganizações familiar, comunitária e pessoal (SMG, Eaq e IW)”, mais comum nos caminhos mais consistentes, foram substituídas por “desorganizações familiar,

comunitária e pessoal parciais”, mas são região-específicas nos caminhos mais relevantes. Por fim, enquanto o “excesso de homens (JR)” só emerge nos caminhos relevantes do Norte e Centro-Oeste, no Sudeste e Nordeste prevalecem o “excesso de homens jovens e de mulheres (Jr)”.

Considerações Finais

A análise configuracional das altas taxas de homicídios nas áreas mínimas comparáveis do Brasil nos anos de 1991, 2000 e 2010 permite alcançar as seguintes conclusões gerais. Primeira, para o Brasil, os municípios/AMC não têm um único caminho consistente, nem cada um deles tem um caminho próprio para altas taxas de homicídio, porém, a diversidade de caminhos é limitada (p. ex., 136 caminhos para 2010), e tais caminhos de policiamento e desorganizações econômico-sociodemográficas são suficientes, mas não necessários para alto homicídio. Segunda, os caminhos mais consistentes e mais relevantes para altas taxas de homicídio não prescindem sistematicamente da desorganização econômica nem da desorganização social (familiar, pessoal e comunitária). Se as condições caracterizadoras de desorganização social (familiar, comunitária e pessoal) não estivessem presentes em tais caminhos, então, a dimensão sociológica não explicaria, à luz da AQC, a alta criminalidade; caso a ausência se desse com as condições caracterizadoras de desorganização econômica, então, a dimensão econômica per-

deria seu poder explicativo. Assim, crime violento co- opera com outros problemas sociais (Ellis et al., 2009; Faris, 1955); enquanto as “altas desorganizações familiar (SMG) e pessoal (IW)” se mostram recorrentemente necessárias para H, a “alta desorganização econômica (PX)” e o desequilíbrio demográfico pró-violência (JR) não. Terceira, considerando as macrorregiões, os “tipos de lugares” (concentração de desorganização econômico-sociodemográfica) são importantes para explicar a permanência de altas taxas de crimes em determinados lugares, e não em outros (Kubrin & Mioduszewski, 2019). Quarta conclusão, a contínua presença de “alta proporção de suicídio” (W) não se ajusta à hipótese de Durkheim (2000) de que, em lugares em que se mata mais os outros, mata-se menos a si próprio.

Em suma, não há evidências de que, conjunturalmente, as altas desorganizações familiar, comunitária, pessoal e econômica, baixo policiamento e desequilíbrio demográfico pró-masculino componham um quadro de causação conjuntural para altas taxas de homicídio ao longo do tempo e do território nacional, porque há as especificidades temporais e regionais. Apesar disso, a “altas desorganizações familiar e pessoal” estão mais presentes em locais com excesso de agressão letal a terceiros nos anos 1991, 2000 e 2010, conforme sugere a literatura sociológica. Por outro lado, a “alta desorganização econômica” não explica, segundo a interpretação configuracional, em todo território nacional as elevadas taxas de homicídio. Nem mesmo o desequilíbrio demográfico masculino,

como proxy para locais pró-violência, é ubliquamente necessário.

Diante disso, as políticas criminais preventivas poderiam ser delineadas considerando os caminhos mais suficientes ou os suficientes mais relevantes. No primeiro caso, menos municípios seriam contemplados (conforme 2010, entre 16-20%), especialmente aqueles com os maiores escores nos caminhos mais suficientes previamente selecionados pelas autoridades públicas. No segundo caso, o escopo territorial da política criminal preventiva prioritária seria mais amplo, abarcando de 20% a 32% municípios de todo o Brasil. Se tais políticas discriminassem por macrorregiões, então, a abrangência seria região-específica.

A abordagem QCA, embora seja menos precisa na descrição de políticas socioeconômicas específicas, pode contribuir na etapa de análise informacional das agências de segurança pública e de debates quanto à potencial reforma do arcabouço legislativo-penal. Em suma, nas atividades de projeção e planejamento do controle e combate aos crimes.

Nesta pesquisa algumas condições causais foram deliberadamente não incorporadas na aplicada da AQC, tais como inércia criminal (taxa de homicídios do passado imediato); interação criminal espacial (taxa de homicídio das AMC vizinhas contíguas); uma medida para captar a extensão da drogadição na população municipal, que ampliaria a caracterização da desorganização pessoal; e o dinamismo do mercado de drogas; nem se considerou a questão da violência na fronteira agrícola.



Referências Bibliográficas

- Becker, G. S. (1968). Crime and punishment: an economic approach. *Journal of Political Economy*, 76, 169–217.
- Buonanno, P. (2006). Crime, education and peer pressure. *Rivista di Politica Economica*, 96(5), 89–110.
- Bursik, R. J. (1988). Social disorganization and theories of crime and delinquency. *Criminology*, 26(4), 519–552.
- Bursik, R. J., & Grasmick, H. G. (1993). Neighborhoods and crime: The dimensions of effective community control. Lexington Books.
- Cerqueira, D. R. C. (2013). Mapa dos homicídios ocultos no Brasil. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
- Cerqueira, D. R. C., & Moura, R. L. (2014). Efeito da mudança demográfica sobre a taxa de homicídios no Brasil. [Apresentação de trabalho]. 42º Encontro Nacional de Economia, Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia, Natal, Rio Grande do Norte.
- Cerqueira, D. R. C., Coelho, D. S. C., Moraes, D. P., Matos, M. V. M., Pinto Junior, J. A., & Medeiros, M. J. (2013). A singular dinâmica territorial dos homicídios no Brasil nos anos 2000. In R. Boueri & M. A. Costa (Eds.), Brasil em desenvolvimento 2013: Estado, planejamento e políticas públicas (pp. 877–898). Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
- Cohen, A. K. (1955). *Delinquent boys: The culture of gang*. Free Press.
- Comanor, W. S., & Phillips, L. (2002). The impact of income and family structure on delinquency. *Journal of Applied Economics*, 5(2): 209–232. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/15140326.2002.12040577>. Acesso em: 30 jun. 2024.
- Crutchfield, R. D., Geerken, M. R., & Gove, W. R. (1982). Crime rate and social integration: The impact of metropolitan mobility. *Criminology: An Interdisciplinary Journal*, 20(3-4), 467–478. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1745-9125.1982.tb00472.x>. Acesso em: 30 jun. 2024.
- Durkheim, E. (2000). O suicídio. Martins Fontes.
- Ehrlich, I. (1996). Crime, punishment and the market for offenses. *The Journal of Economic Perspectives*, 10(1), 43–67.
- Ellis, L., Beaver, K., & Wright, J. (2009). *Handbook of crime correlates*. Oxford Academic Press.
- Fagan, P. F. (2006). Why religion matters even more: The impact of religious practice on social stability. The Heritage Foundation.
- Faris, R. E. L. (1955). *Social disorganization* (2a ed.). The Ronald Press Company.
- Ferreira, S. F., Bastos, S. Q. A., & Betarelli Jr., A. A. (2019). The role of social control in Brazilian homicide rates. *Quality & Quantity: International Journal of Methodology*, 53(6), 2695–2717. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11135-019-00886-6>. Acesso em: 30 jun. 2024.
- Filser, A., Barclay, K., Beckley, A., Uggla, C., & Schnettler, S. (2021). Are skewed sex ratios associated with violent crime? A longitudinal analysis using Swedish register data. *Evolution and Human Behavior*, 42(3), 212–222. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.evolhumbehav.2020.10.001>. Acesso em: 30 jun. 2024.
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2021). Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021. Fórum Brasileiro de Segurança Pública.
- IBGE. (2010). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Características da vitimização e do acesso à justiça no Brasil 2009. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- Instituto Datafolha. (2013). Pesquisa nacional de vitimização: Sumário executivo SENASP. Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública.
- Jensen, G. F., & Rojek, S. G. (1998). *Delinquency and youth crime* (3a ed.). Waveland Press.
- Johnson, B. R., & Jang, S. J. (2010). Crime and religion: Assessing the role of the faith factor. In R. Rosenfeld, K. Quinet & C. Garcia

- (Orgs.), *Contemporary issues in criminological theory and research: The role of social institutions* (pp. 117–150). Wadsworth.
- Krohn, M. D. (1986). The web of conformity: a network approach to the explanation of delinquent behavior. *Social Problems*, 33(6), S81–S93.
 - Kubrin, C. E., & Mioduszewski, M. D. (2019). Social disorganization theory: past, present and future. In M. D. Krohn, N. Hendrix, G. P. Hall & A. J. Lizotte (Eds.), *Handbook of crime and deviance* (2a ed., pp. 197–211). Springer. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/978-3-030-20779-3>. Acesso em: 30 jun. 2024.
 - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. (1996). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm#:~:text=L9394&text=Estabelece%20as%20diretrizes%20e%20bases%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20nacional.&text=Art.,civ%C2%AD%20e%20nas%20manifesta%C3%A7%C3%A3o%C3%8C%C3%85es%20culturais
 - Levitt, S. D. (1998). Juvenile crime and punishment. *The Journal of Political Economy*, 106(6), 1156–1185. Disponível em: <https://doi.org/10.1086/250043>. Acesso em: 30 jun. 2024.
 - Markowitz, F., Bellair, P., Liska, A., & Liu, J. (2001). Extending social disorganization theory: Modeling the relationships between cohesion, disorder, and fear. *Criminology*, 39(2), 293–319. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1745-9125.2001.tb00924.x>. Acesso em: 30 jun. 2024.
 - Merton, R. K. (1957). *Social theory and social structure*. Free Press.
 - Messner, S. F., Baumer, E. P., & Rosenfeld, R. (2004). Dimensions of social capital and rates of criminal homicide. *American Sociological Review*, 69(6), 882–903. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/000312240406900607>. Acesso em: 30 jun. 2024.
 - Neri, M. (Coord.). (2009). *O tempo de permanência na escola e as motivações dos sem-escola*. FGV/IBRE.
 - Olsen, W., & Nomura, H. (2009). Poverty reduction – fuzzy sets vs. crisp sets com-

pared. *Sociological Theory and Method*, 24(2), 219–246. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11218/ojams.24.219>. Acesso em: 30 jun. 2024.

- Peres, U. D., Bueno, S., & Tonelli, G. M. (2016). Os municípios e a segurança pública no Brasil: uma análise da relevância dos entes locais para o financiamento da segurança pública desde a década de 1990. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 10(2), 36–56.
- Piehl, A. M. (1998). Economic conditions, work and crime. In M. Tonry (Ed.), *The handbook of crime and punishment* (pp. 302–319). Oxford University Press.
- Ragin, C. C. (2006). Set relations in social research: Evaluating their consistency and coverage. *Political Analysis*, 14(3), 291–310. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/pan/mpj019>. Acesso em: 30 jun. 2024.
- Ragin, C. C. (2008). *Redesigning social inquiry: fuzzy sets and beyond*. University of Chicago Press. Disponível em: <https://www.bibliovault.org/BV.landing.epl?ISBN=9780226702759>. Acesso em: 30 jun. 2024.
- Ragin, C. C. (2014). *The comparative method: Moving beyond qualitative and quantitative strategies*. University of California Press. Disponível em: <https://doi.org/10.5565/rev/papers/v80n0.1835>. Acesso em: 30 jun. 2024.
- Reid, S. T. (2008). *Crime and criminology* (12a ed.). Oxford University Press.
- Rihoux, B., & Ragin, C. C. (2009). *Configurational comparative methods: Qualitative comparative analysis (QCA) and related techniques*. Sage Publications. Disponível em: <https://doi.org/10.4135/9781452226569>. Acesso em: 30 jun. 2024.
- Rosa, F. A. M. (1975). *Patologia social: Uma introdução ao estudo da desorganização social* (3a ed.). Jorge Zahar.
- Sampson, R. J., & Groves, W. B. (1989). Community structure and crime: Testing social-disorganization theory. *American Journal of Sociology*, 94(4), 774–802.
- Schneider, C. Q., & Wagemann, C. (2010). Standards of good practice in qualitative comparative analysis (QCA) and fuzzy-set. *Comparative Sociology*, 9(3), 397–418.

- Schneider, C. Q., & Wagemann, C. (2012). Set-theoretic methods for the social sciences: A guide to qualitative comparative analysis. Cambridge University Press. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/CBO9781139004244>. Acesso em: 30 jun. 2024.
- Shaw, C. R., & McKay, H. D. (1942). Juvenile delinquency and urban areas. University of Chicago Press.
- Stark, R., Bainbridge, W., Crutchfield, R., Doyle, D., & Finke, R. (1983). Crime and delinquency in the roaring twenties. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 20(1), 4–23.
- Sutherland, E. H. (1939). Principles of criminology (3a ed.). Lippincott.
- Sutherland, E. H. (1947). Principles of criminology (4a ed.). Lippincott.
- Suttles, G. D. (1968). The social order of the slum: Ethnicity and territory in the inner city. University of Chicago Press.
- Taylor, R. B. (2001). The ecology of crime, fear, and delinquency: Social disorganization versus social efficacy. In R. Paternoster & R. Bachman (Orgs.), *Explaining criminals and crime* (pp. 124-139). Roxbury Press.
- Thiem, A. (2010). Set-relational fit and the formulation of transformational rules in fsQCA. Center for Comparative and International Studies.
- Thiem, A., & Dusa, A. (2013). QCA: a package for qualitative comparative analysis. *The R Journal*, 5(1), 87–97.
- Thomas, W. I., & Znaniecki, F. (1918). The polish peasant in Europe and America: Monograph of an immigrant group (Vol. 5). Badger.
- UNODC. (2014). Global study on homicide 2013: Trends, contexts, data. United Nations Office On Drugs and Crime.
- Waiselfisz, J. J. (2014). Mapa da violência 2014: Os jovens do Brasil. Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos.
- Wong, S. K. (2011). Reciprocal effects of family disruption and crime: a panel study of canadian municipalities. *Western Criminology Review*, 12(1), 43–63.

Apêndice A. Estatísticas descritivas, Brasil (1991, 2000, 2010).

ANO	ESTATÍSTICAS	HOM*	POL	DIV	MP	GP	EEI	EEA	LID	PSR	SUI*	POB	DES	PJM	RS
1991	Média	9,95	0,27	19,99	42,26	2,19	15,30	7,59	61,15	2,49	3,70	55,27	0,53	13,93	1,03
	Mediana	6,61	0,18	19,33	42,05	1,95	14,36	6,50	64,74	1,27	1,74	57,20	0,53	13,89	1,03
	Desvio-Padrão	11,71	0,32	8,97	11,45	1,57	5,09	5,02	26,57	3,49	5,38	23,61	0,07	1,22	0,06
	Coef. Variação	1,18	0,45	0,27	0,72	0,33	0,66	0,43	1,40	1,46	0,43	0,12	0,09	0,06	0,06
	Mínimo	0	0	6,35	0	3,73	0,46	0	0	0	0	0,32	8,56	0,86	
	Máximo	115,18	4,29	113,85	87,00	11,83	44,03	35,87	100,00	37,32	69,73	97,02	0,92	23,03	1,60
2000	Média	10,66	0,05	20,09	98,10	3,08	5,27	30,25	40,88	4,83	4,82	39,96	0,55	13,90	1,03
	Mediana	6,74	0,00	17,50	97,40	2,80	4,83	30,13	38,69	3,26	3,16	36,53	0,55	13,94	1,02
	Desvio-Padrão	13,27	0,19	12,83	26,65	1,94	2,33	4,51	24,81	5,04	6,17	22,55	0,06	1,14	0,05
	Coef. Variação	1,24	3,52	0,64	0,27	0,63	0,44	0,15	0,61	1,04	1,28	0,56	0,12	0,08	0,05
	Mínimo	0	0	0	18,39	0	0,50	9,95	0	0	0	0,70	0,32	8,24	0,85
	Máximo	122,02	3,90	63,92	225,23	16,06	26,63	53,36	99,54	59,85	85,47	85,41	0,82	22,63	1,50
2010	Média	15,53	0,05	32,14	128,02	2,31	2,70	15,70	26,31	5,34	6,16	22,49	0,49	13,29	1,02
	Mediana	11,36	0,00	30,70	127,44	2,02	2,56	15,60	21,81	3,95	4,79	16,88	0,49	13,26	1,01
	Desvio-Padrão	15,54	0,19	16,45	29,91	1,51	1,05	3,25	20,21	4,84	6,28	17,61	0,06	1,43	0,08
	Coef. Variação	1,00	3,41	0,51	0,23	0,65	0,39	0,21	0,77	0,91	1,02	0,78	0,13	0,11	0,08
	Mínimo	0	0	1,60	24,00	0	0,36	3,37	0	0	0	0	0,28	9,11	0,86
	Máximo	152,23	4,40	117,53	252,13	9,92	17,60	36,34	97,39	38,44	56,02	74,20	0,80	36,30	4,29

Fonte: Resultados da pesquisa.
* Taxa por 100 mil habitantes.

Da sociologia pragmática à sociologia do trabalho: as gramáticas sociais e o processo de debate da reforma trabalhista de 2017 no Congresso Nacional brasileiro

From pragmatic sociology to sociology of labor: social grammars and the 2017's labor reform debate process in the Brazilian National Congress

De la sociología pragmática a la sociología del trabajo: las gramáticas sociales y el proceso de debate de la reforma laboral de 2017 en el Congreso Nacional brasileño

**Vinicius Foleto
BEVILAQUA**

vbevilaqua@gmail.com

Pesquisador autônomo. Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Este artigo analisa a dinâmica discursiva da relação capital-trabalho quando manifestada na esfera legislativa. Para analisar a dinâmica, o artigo se direciona à esfera legislativa brasileira, se concentrando nas audiências públicas sobre a reforma trabalhista de 2017, realizadas no Congresso Nacional. A partir do referencial teórico da teoria das justificações de Boltanski e Thévenot, e do conceito de “gramática social”, problematiza-se como a dinâmica discursiva entre capital e trabalho se desenvolve quando no debate público dentro da esfera legislativa. Para esse fim, esta pesquisa se desenvolve com base na análise das notas taquigráficas das audiências públicas desdobradas no Congresso Nacional, e o método de análise foi a análise do discurso e análise de conteúdo. Como resultados, identificaram-se duas gramáticas: a gramáti-

ca social da “modernização” e a gramática social da “cidadania”. A dinâmica discursiva da relação capital-trabalho se mostrou conflituosa e marcada por críticas, justificações e estratégias discursivas antagônicas. A dinâmica discursiva apresentada durante as audiências públicas foi reveladora em relação ao modo de relação capital-trabalho do capitalismo brasileiro contemporâneo. Conclusivamente, aponta-se que a sociologia do trabalho se beneficiaria de complementações de abordagens que sublinhassem características morais dos discursos e dos objetos de estudo que operam no capitalismo brasileiro.

Palavras-Chave: *Sociología pragmática francesa; Sociología del trabajo; Relación capital-trabajo; Reforma laboral; Congreso Nacional.*

This article aims to analyze the capital-labor relation discourse dynamics when it was discussed in the legislative sphere. To analyze the dynamics, the article focuses on the Brazilian legislative sphere, specifically on public hearings carried out during the 2017's labor reform in the National Congress. From the theoretical framework of the theory of justifications by Boltanski and Thévenot and from the concept of “social grammar”, it is problematized how the discourse dynamics between capital and labor is developed when it happens in a public debate inside the legislative sphere. This research was developed based on the analysis of documents generated from shorthand notes, which were made during public hearings carried out at the National Congress. The analysis methods were the discourse analysis and content analysis. It was identified two grammars: the social grammar of “modernization” and the social grammar of “citizenship”. The capital-labor discourse dynamics was contentious and presented critics, justifications and antagonistic discursive strategies. The capital-labor discourse dynamics presented during the public hearings revealed how the capital-labor relation in the contemporary Brazilian capitalism works. In conclusion, it is pointed out that the sociology of labor could have benefits from complementing approaches underlining the moral characteristics of discourses and objects of study that operate in the Brazilian capitalism.

Keywords: *French Pragmatic sociology; Sociology of labor; Capital-labor relation; Labor reform; National Congress.*

Este artículo analiza la dinámica discursiva de la relación capital-trabajo cuando se manifiesta en la esfera legislativa. Para analizar esta dinámica, se centra en la esfera legislativa brasileña, enfocándose en las audiencias públicas sobre la reforma laboral de 2017, realizadas en el Congreso Nacional. Utilizando el marco teórico de la teoría de las justificaciones de Boltanski y Thévenot, junto con el concepto de "gramática social", se plantea la interrogante sobre cómo se desarrolla la dinámica discursiva entre capital y trabajo en el debate público dentro de la esfera legislativa. Esta investigación se basa en el análisis de lo diario de sesiones de las audiencias públicas en el Congreso Nacional, utilizando métodos de análisis del discurso y análisis de contenido. Como resultados, se identificaron dos gramáticas: la gramática social de la "modernización" y la gramática social de la "ciudadanía". La dinámica discursiva de la relación capital-trabajo se reveló conflictiva, marcada por críticas, justificaciones y estrategias discursivas antagónicas. La dinámica discursiva en las audiencias públicas ofreció una visión reveladora sobre la relación capital-trabajo en el capitalismo brasileño contemporáneo. En conclusión, se destaca que la sociología del trabajo se beneficiaría de enfoques adicionales que resalten las características morales de los discursos y objetos de estudio en el capitalismo brasileño.

Palabras clave: *sociología pragmática francesa; Sociología del trabajo; Relación capital-trabajo; Reforma laboral; Congreso Nacional.*

Introdução

Este artigo¹ se propõe a explorar manifestações discursivas dos agentes representantes da relação capital-trabalho quando dispostos como locutores políticos na esfera legislativa brasileira. A relação entre capital e trabalho sofreu múltiplas alterações na sua dinâmica ao longo da história da formação social brasileira, e observou-se uma relação turbulenta no Brasil moderno, após alguns anos de relativa tensão controlada quando nos governos Luiz Inácio Lula da Silva. Ao final do primeiro governo de Dilma Rousseff, a relação entre capital e trabalho começou a erodir frente a uma série de condicionantes, como a redução da taxa de lucro das empresas brasileiras, fenômeno político-econômico que descontentou as classes patronais a nível nacional. As acelerações das crises econômica e política marcaram a instabilidade nos governos dilmistas. O processo de impeachment, ocorrido entre 2015 e 2016, tornou manifesto e visível os conflitos históricos entre capital e trabalho. Naquele contexto, a esfera política formal – e, em específico, o Congresso Nacional – se encontrou no meio de uma reorganização das forças sociais e políticas, que procuravam influenciar a forma na qual o Estado iria organizar e distribuir seus recursos políticos.

A entrada de Michel Temer na presidência do Poder Executivo produziu uma vazão na inserção de um conjunto de reformas que radicalizavam as legislações existentes. Nessa esteira de iniciativas, uma série de alterações foram propostas à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e as mudanças dispostas despertaram posicionamentos favoráveis e contrários nos representantes da relação capital-trabalho. Sublinhou-se, no Congresso Nacional, sua característica de arena de disputa política, discursos políticos acalorados foram identificados nas audiências públicas que envolviam aquele conjunto de reformas. O modo de relação operado entre capital e trabalho na esfera legislativa se tornou um objeto de análise distinto do que era em virtude da forma como se manifestou.

De maneira a aprofundar a investigação empírica, concebe-se o processo de debate sobre o Projeto de Lei nº 6.787/2016 – daqui em diante referido como “reforma trabalhista” – na esfera legislativa brasileira, em 2017, como alvo de análise. O ângulo de aproximação a esse fenômeno social se concentrou nos discursos políticos dos agentes envolvidos nas audiências públicas sobre a reforma trabalhista, especificamente suas críticas, justificações e estratégias discursivas.

O referencial teórico foi fundamenta-

¹ Este artigo é uma continuação direta de ideias não exploradas na tese de Doutorado do autor, que teve como orientador o prof. dr. Fernando Coutinho Cotanda. A elaboração da tese contou com o auxílio de uma bolsa Proex/Capes. Agradece-se aos pareceristas da revista pelos comentários e sugestões valiosas ao artigo.

do por meio de dois conceitos, e a análise frente ao material empírico suscitou a criação do conceito denominado “gramática social”, conceito que busca sublinhar a dinâmica discursiva entre agentes, principalmente quando manifestada sob a forma de um conflito público, através da junção das dimensões histórica, coletiva e discursiva². Fruto da articulação analítica entre a empiria e a teoria, elaborou-se um conceito que enfatiza que os discursos unem situação com historicidade e identidade coletiva com conceitos como “trabalho”, “Estado”, “legislação” e “mercado”, no caso do objeto de estudo. O segundo conceito escolhido foi o de cité (ou “modelo de justiça”), criado por Boltanski e Thévenot (2006), que se inscreve na teoria das justificações e das críticas dos franceses e funcionou para identificar os fundamentos morais mobilizados pelos agentes em contextos de disputa pública.

Metodologicamente, fez-se uso da análise do discurso (Charaudeau, 2017; Mangueneau, 2008) e da análise de conteúdo (Bardin, 2016; Spink & Lima, 1999) das notas taquigráficas das audiências públicas ocorridas entre março e junho de 2017 na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Especificamente, a análise se concentrou em audiências públicas com a presença de porta-vozes das confederações patronais e dos líderes e presidentes

de centrais sindicais. Para coletar os dados referentes aos discursos dos parlamentares, analisou-se os discursos em 28 audiências públicas, totalizando 82 horas e 57 minutos. Os dados foram organizados por meio do software Nvivo12 e do Statistical Package for the Social Sciences (SPSS v. 18). O objetivo principal foi operar um recorte teórico-metodológico que identificasse as críticas, as justificações, as estratégias discursivas e os conceitos de “trabalho”, “Estado”, “legislação trabalhista” e “mercado”, recorrentemente presentes em cada discurso analisado. No desenvolvimento da pesquisa, a análise das críticas e das justificações dos agentes foi complementada por meio do mapa de associação de ideias (Spink & Lima, 1999). A dinâmica discursiva entre capital e trabalho se torna melhor apreendida por meio do uso desse mapa, visto que permite a identificação dos momentos em que os agentes dirigem seus discursos aos seus adversários³.

Os caminhos do argumento central do artigo estão divididos em três tópicos. O primeiro investiga a noção de “gramática” principalmente no referencial bibliográfico da sociologia pragmática francesa. A investigação possibilita situar o objeto de estudo em torno de uma perspectiva específica para averiguar como se desenrola a dinâmica discursiva entre os agentes en-

² O conceito de gramática social procura averiguar uma parte da realidade empírica, a partir de uma perspectiva particular. Ele não se propõe em ser uma abordagem absoluta sobre o discurso ou sobre o objeto de estudo em específico. Adicionalmente, é um conceito em desenvolvimento.

volvidos no processo de debate da reforma trabalhista de 2017. O segundo tópico permite identificar a relevância do “conflito” e do discurso político – por meio do conceito de “gramática social” – e tecer uma aproximação entre o referencial teórico da sociologia pragmática com o enquadramento temático da sociologia do trabalho brasileira, de forma a, modestamente, corroborar com uma perspectiva alternativa nessa última. O terceiro tópico se refere à conceituação da “gramática social”, que se elege como o principal recurso analítico empregado na investigação sobre o objeto de estudo.

A primeira seção deste artigo aborda como a gramática é concebida na sociologia pragmática francesa e quais elementos da noção podem ser agregados como uma perspectiva complementar às abordagens contidas na sociologia do trabalho brasileira. A ideia de “conflito” será uma ponte que aproximará a sociologia pragmática da sociologia do trabalho. A segunda seção se encarrega da definição e da exploração do conceito de “gramática social”, enfatizando três dimensões das interações entre os agentes: a histórica, coletiva e a discursiva. A terceira seção se debruça sobre a dinâmica discursiva entre capital e trabalho durante o processo de debate da reforma trabalhista no Congresso Nacional através do

conceito de gramática social e do conceito de cité de Boltanski e Thévenot (2006).

Sociologia pragmática francesa e sociologia do trabalho

A sociologia pragmática francesa e a sociologia do trabalho possuem potencial para contribuir com um objeto de estudo que num primeiro momento parece mais próprio à sociologia política. Definindo-se a dinâmica de debates da relação capital-trabalho na esfera legislativa a nível nacional como objeto de estudo, destaca-se que a compreensão do conteúdo semântico que permeia a relação capital-trabalho, junto ao modo como se manifesta publicamente, torna-se um ângulo de análise pertinente para perquirir sobre a forma de relação – a dinâmica – do capital e do trabalho na formação social brasileira contemporânea. Apesar disso, antes de se aventurar na exposição do conceito de gramática social e da sua incisão sobre o objeto empírico, busca-se, aqui, explorar teorias e pesquisas que venham antes e que, de uma forma ou outra, possibilitem o diálogo.

Duas correntes podem ser elencadas como tendo em vista contribuir com a análise do objeto de estudo: a teoria da escolha racional e a teoria deliberativa da democra-

³ Na utilização do mapa de associação de ideias, recortou-se a manifestação discursiva de 21 agentes (10 contrários à reforma, e 11 favoráveis). O critério para o recorte se baseou na busca por diversidade de conteúdo e forma, mas também, e principalmente, nos locutores cujo discurso se direcionava a outros agentes empiricamente identificáveis (senador A para senador B, ou líder sindical C para deputado federal D) e não a objetos discursivamente abstratos como “mercado”, “Estado” ou “democracia”.

cia. Ainda que se denomine “teoria da escolha racional”, torna-se sensato considerar que essa corrente não pode ser definida como homogênea. As tentativas de uso e conceituação são distintas, dessa maneira, optou-se nessa exposição destacar as obras voltadas de alguma forma ao objeto de estudo⁴. Nesse recorte, as “decisões coletivas”, as “decisões públicas” e a “deliberação” (Burns & Lemoyne, 2007; Elster, 2010; Kreppel & Hix, 2003; Morin & Gold, 2010; Rocha, 2010; Stephenson, 2011) são dispostas como o objeto principal de análise das pesquisas. Como os agentes – especialmente, parlamentares – argumentam e trocam informações de maneira a elaborar um juízo sobre determinada política pública. Define-se a “dinâmica discursiva”, naquelas correntes, como uma troca de argumentações e informações entre os participantes do debate.

Em Elster (2010), explora-se as diferenças entre as teorias normativas do indivíduo e as decisões coletivas, analiticamente afirmando que as decisões coletivas envolvem três processos: o estabelecimento de fatos, a escolha dos meios e a adoção das finalidades. Desse modo, os agentes coletiva e discursivamente expõem os fatos e, então, debatem os meios

e escolhem as finalidades, num conjunto de processos que opera na direção da argumentação e troca de informações. Na pesquisa de Kreppel e Hix (2003), aborda-se a mudança do padrão da competição política no parlamento europeu, demonstrando que, apesar da teoria da escolha racional necessitar de complementações de ordem simbólica, contribui ao sublinhar as preferências e escolhas de curto prazo dos agentes, o que acarretaria, no entendimento esboçado frente ao objeto de estudo do artigo, em discursos produzidos com base na situação e contexto político no qual os agentes se encontram.

Na corrente da teoria deliberativa da democracia, a premissa teórica central entende que os agentes intersubjetivamente argumentam entre si para alcançar determinado entendimento sobre um tópico em discussão (Avritzer, 2000; Benson, 2019; Cohen, 2003; Dolny, 2011; Faria, 2000; Habermas, 2003). Destacam-se, na corrente, as virtudes racionais e deliberativas dos agentes. De modo geral, as teorias deliberativas da democracia apontam para as capacidades subjetivas de diálogo dos agentes, de forma a destacar que a deliberação locomove-se de um ponto de diferença e conflito entre as vi-

⁴ Ressalta-se, também, que a maior parte dos estudos baseados nessa corrente se voltam à ação social dos agentes, tornando secundário ou ausente o interesse nas mobilizações discursivas daqueles. Especificamente, como o agente opera suas escolhas ou decisões (seu comportamento político, e.g.) se apresenta como um imperativo na corrente da escolha racional. Frente ao objeto de estudo deste artigo, encontra-se pesquisas que são orientadas a como uma ação social influencia o processo político de deliberação, relegando o papel do discurso político.

sões de mundo dos envolvidos para chegar ao consenso entre as partes.

Benson (2019) aborda a teoria deliberativa da democracia buscando defendê-la da crítica que aponta à ausência de uma conceituação que inclua a noção de conhecimento tácito. No seu argumento central, é defendido que a teoria contempla o conhecimento tácito através da adoção da ideia de “confiança no testemunho” (do orador). Dessa forma, o modelo teórico envolveria tanto a discussão racional “livre” e “igual”, segundo o autor, quanto à existência de um conhecimento tácito que, por sua própria definição, não precisa ser explicitado. Dolný (2011), por sua vez, busca re inserir a teoria deliberativa da democracia em sua forma institucional através da eleição da figura do parlamento como uma arena política capaz de tensionar uma inflexão teórica. Dada a “natureza” competitiva dos parlamentos, o autor questiona como é possível adequar a teoria deliberativa da democracia num contexto marcado pela competição política entre os agentes.

De frente às correntes da teoria da escolha racional e da teoria deliberativa da democracia e de forma complementar, argumenta-se que a sociologia pragmática francesa e a noção de “gramática” são elementos capazes de fortalecer a compreensão sociológica sobre o objeto de estudo escolhido. Ambas apresentam perspectivas que agregam à análise do objeto de estudo, como os repertórios e as capacidades cognitivas e morais dos agentes, provenientes da sociologia pragmática, e a ideia de que os discursos políticos mobi-

lizados pelos agentes respondem às gramáticas sociais que são: 1) historicamente recorrentes; 2) coletivamente orientadas; e 3) interacionalmente circunscritas.

Na sociologia pragmática francesa, dependendo do marco teórico, a utilização da noção de “gramática” tem se direcionado à compreensão de que os agentes ou grupos sociais possuem repertórios linguísticos, mobilizam recursos cognitivos e morais de justificação que funcionam para afirmar suas visões de mundo e práticas – mas também criticar visões opostas – e superar conflitos, expressando, assim, uma espécie de unidade cognitiva e moral dos seus pressupostos filosóficos⁵. A noção de gramática se encontra embebida no resgate da dimensão política e moral quando considerada, especialmente, nas pesquisas dentro da sociologia pragmática. A passagem de uma noção para um conceito torna o termo “gramática” um caso que destaca como um conceito pode assumir significações distintas quando associado a quadros teóricos diferentes⁶.

A forma como a noção é compreendida, em termos gerais, quando imersa nos referenciais teóricos da sociologia pragmática é melhor captada à luz de uma definição básica. Kaufman (2012) argumenta que as sociologias que assumem a designação de “pragmáticas” se apoiam sob um entendimento que não parte do indivíduo em si ou da ordem social, e sim a partir da própria ação social, suas regras, de forma a observar como o social se realiza na prática através das atividades sociais de coordenação, de ajuste e de justificação que possibilitam

aos agentes a produção e manutenção de um mundo comum.

A “investigação gramatical” e a formalização de “um modo gramatical” (Kaufmann, 2012) são etapas que as pesquisas, na sociologia pragmática, se deparam, como é o caso de Boltanski e Thévenot (2006). Os autores investigam textos na filosofia política que possam representar distintos modelos de justiça que funcionam para classificar sujeitos e objetos e justificar ações e discursos. Desse modo, primeiro ocorre um exame dos pressupostos filosóficos e argumentos centrais em cada uma das obras escolhidas para, após, elaborar-se um conjunto de regras comuns que perpassam cada um daqueles modelos de justiça identificados, formalizando os “modos gramaticais” de Kauffman, por assim dizer. No caso destacado, as gramáticas surgem como recursos cognitivos e morais compartilhados entre os agentes⁷. Nachi (2009) argumenta que a gramática da ação de Boltanski envolve o entendimento de que a coordena-

ção das ações e os julgamentos dos agentes respondem às restrições cognitivas e às regras gramaticais daqueles próprios. Desse modo, as gramáticas também aparecem como uma espécie de componente da estrutura cognitiva dos agentes. Os autores que assumem a noção de gramática e tem consigo um marco teórico pragmático compreendem que as interações entre agentes – a coordenação das ações, os julgamentos morais e as suas situações de conflito e de consenso – se desenrolam sob um pano de fundo relacional e dentro de um contexto microssocial.

Na obra *Luta por reconhecimento*, Honneth (2013) – fora do círculo da sociologia pragmática – usa da noção de “gramática”, mas com um propósito distinto. Bebendo principalmente de Hegel e Mead, o filósofo perquire sobre a estrutura das relações sociais de reconhecimento. Um dos principais argumentos é o de que o desrespeito – como um dos sentimentos possíveis que se manifestam quando o sujeito ou o coletivo se sente lesado – pode se tornar uma

⁵ As gramáticas da ação (Cefaï, 2009; Boltanski, 2000; Colomé & Mayer, 2016; Guzmán et al, 2017; Lemieux, 2009; Nachi, 2009), as gramáticas fundadas na filosofia política e a elaboração de uma economia de grandezas e de modelos de justiça (Blok, 2013; Blokker, 2011; Boltanski & Thévenot, 2006; Boltanski & Chiapello, 2009; Holden & Scerri, 2015; Jagd, 2011; Thévenot et al, 2000) e a gramática moral das lutas por reconhecimento (Honneth, 2013) são exemplos de como a noção é fluída e mobilizada com relativa recorrência – ainda que limitada aqueles campos de conhecimento.

⁶ Por exemplo, a elaboração do conceito de gramática moral de Honneth é diferente da forma como Boltanski e Thévenot abordam o mesmo termo. A adoção da noção pela via pragmatista – excluindo Honneth – e moral nesses autores se apresenta na França como um movimento contrário, às vezes intencional dependendo do autor, ao legado Bourdieusiano e seu estruturalismo genético e ao individualismo metodológico de Boudon. A ênfase nas situações de interação entre os agentes e na classificação dos mundos sociais no discurso confere à noção de gramática um status conceitual que se encaixa organicamente aos pressupostos daqueles arcabouços teóricos.

base motivacional de resistência coletiva, desde que os sujeitos sejam capazes, a partir de um quadro interpretativo inter-subjetivo, de generalizar seus sentimentos para um grupo inteiro, tornando o desrespeito coletivamente percebido e sentido. A palavra “gramática moral” – exposta no subtítulo daquele livro – poucas vezes aparece ao longo do texto, entretanto, essa observação não impede o raciocínio de que a gramática moral, à qual Honneth se refere, encontra-se atrelada à capacidade singular ou coletiva dos agentes em usarem dos seus quadros interpretativos e elaborarem, intersubjetivamente, razões morais para se engajarem numa luta por reconhecimento; portanto, uma gramática moral se define como um produto desse processo.

A fundamentação e elaboração teórica dos sociólogos pragmatistas e do marco teórico formulado por Honneth encontram certas proximidades e distanciamentos quando se tem no horizonte a noção de “gramática” e de “conflito”. A ideia sobre a experiência individual e coletiva auxiliar na produção do conteúdo de uma gramática é uma semelhança compartilhada pelos referenciais teóricos destacados, todavia, em Honneth, ocorre uma ênfase na capacidade das experiências em calcificar os

conteúdos morais, se comparado aos sociológicos pragmatistas, onde as experiências surgem mais como complementos à interação entre os agentes e a mobilização dos modelos de justiça – se pensado por meio de Boltanski e Thévenot – ou das restrições cognitivas e das regras interpretativas em Lemieux e Nachi⁸. Nesses modelos teóricos, o conflito surge como um gatilho à manifestação moral dos agentes, ocupando um elemento central. O conflito, no caso da sociologia pragmática francesa, fornece vazão a quais modelos de justiça ou regras interpretativas serão mobilizadas em resposta às críticas. Na formulação honnethiana, o conflito possui a capacidade de sublinhar qual a luta por reconhecimento operada entre as partes envolvidas, assim como as gramáticas morais, sua relação com a experiência individual e coletiva dos agentes frente ao conflito.

O conflito se torna uma ponte que conecta as proposições da sociologia pragmática com os recortes dos objetos da sociologia do trabalho. Nessa última, a relação capital-trabalho – que em boa parte das pesquisas se apresenta ou é definida como um conflito – demonstra historicamente uma persistência, tanto no recorte quanto na linguagem sociológica. No caso do objeto

⁷ A noção de prova, na Sociologia pragmática, demanda que os recursos cognitivos e morais dos agentes encontrem certa ressonância com objetos e dispositivos para verificar e legitimar os argumentos mobilizados durante um processo de disputa (Blokker, 2011). Um objeto cívico – uma Constituição e.g. – se encontra imbuído da vontade geral de uma sociedade que, por sua vez, se encontra sustentada por um conjunto de agentes que reconhecem, legitimam e compartilham de um mesmo denominador. Nesse mesmo caso, o objeto funcionará também como prova da validade dos argumentos.

de estudo do artigo, existe um conjunto de pesquisas que se concentra nas alterações legislativas associadas ao mundo do trabalho. Nessa área, ocorre uma subdivisão, aproximada, em três interesses: 1) a discussão técnica, algumas vezes associada ao Direito do trabalho, das normas e regulamentações da CLT; 2) o debate sobre os efeitos das práticas dos agentes no mercado de trabalho, quando considerado as alterações nas legislações trabalhistas; e 3) os processos legislativos e as políticas públicas associadas ao mundo do trabalho. Exemplos na literatura seriam Armelino (2015), Burgess (2010), Cook (1998), Galvão (2003), Gibbons (2015), Goldín (2012), Mayer (2016), Pessanha e Arthur (2013). Em relação à reforma trabalhista brasileira de 2017, autores como Hillesheim (2017) e Krein (2018) exploraram a ação coletiva do sindicalismo brasileiro direcionada à reforma trabalhista, ressaltando pontos como a participação da reforma no processo de “ajuste” entre a regulação social do trabalho no Brasil e o capitalismo contemporâneo mundial, ao esvaziar as capacidades de organização e ação política do sindicalismo. No caso deste artigo, a adição de uma perspectiva que contemple a manifestação discursiva, moral e política dos agentes ajuda a complementar o quadro de pesquisas existentes na sociologia do trabalho brasi-

leira, como Bridi et al. (2018) apontam em relação à escassez de pesquisas na área.

A sociologia pragmática possui qualidades que complexificam as maneiras nas quais a sociologia do trabalho aborda seus objetos de estudo. O principal ângulo escondido nesse artigo se direciona à dinâmica discursiva entre capital e trabalho durante o trâmite legislativo da reforma trabalhista no Congresso Nacional. Município da teoria das críticas e das justificações de Boltanski e Thévenot (2006), busca-se adicionar o conceito de gramática social de forma a complementar a análise. Concordando com Jagd (2011), a sociologia pragmática auxilia nas análises que envolvem as críticas e as justificações lançadas por agentes. No caso do objeto de estudo, a sociologia pragmática confere um arcabouço teórico significativo para inquirir sobre o conteúdo social e moral das críticas e das justificações mobilizadas pelos agentes envolvidos no conflito capital versus trabalho.

O conceito de gramática social: historicidade, coletividade e discursividade

Após apresentada a relação da noção de gramática com a sociologia pragmática, junto a uma aproximação com a sociologia do trabalho, concentrar-se-á numa concei-

⁸ Alguns autores na Sociologia pragmatista, como Cefaï (2009), irão abordar a noção de “experiência” a partir de três ângulos: 1) experiência como prova estética; 2) como experimentação prática; e 3) como interação entre dois ou mais agentes.

tuação da noção que possa abarcar o objeto de estudo em conjunto com uma teorização que une historicidade a discursividade do coletivo.

O conceito de gramática social se organiza em torno de três dimensões: 1) a histórica; 2) a coletiva; e 3) a discursiva. Cada uma das dimensões apresenta certa interface com os conteúdos expostos na seção anterior, mas também contém traços do exame empírico-teórico do objeto de estudo da próxima seção.

O conceito de gramática social procura complementar, a seu modo, as análises que se concentram na interação discursiva entre agentes. A teoria das críticas e das justificações de Boltanski e Chiapello (2009) e Boltanski e Thévenot (2006), por exemplo, ao abordar o imperativo de justificação em momentos de interação entre os agentes, sublinha a capacidade crítica deles para mobilizarem seus argumentos e defender ou atacar perspectivas distintas no plano moral. O conceito de gramática social, ao adicionar a dimensão histórica e coletiva, propõe complementar as análises que envolvem as interações discursivas entre os agentes ou grupos sociais ao sublinhar o lastro social para além dessas.

Cada uma das gramáticas estudadas – e demonstradas na próxima seção do artigo – apresentou conteúdos próprios a si e certa linhagem histórica a discursos, conceitos e experiências coletivas anteriores. Para conceber esse ângulo, definiu-se dentro do conceito de gramática social a dimensão da “história”, que tem como principal influência a disciplina da história dos conceitos – sem

abraçar de forma extensiva a abordagem teórico-metodológica desta⁹. No conceito de gramática social, a dimensão histórica engloba dois componentes, quais sejam, os “conceitos”¹⁰ – Estado, liberdade e democracia e. g. – e o componente da “aprendizagem sociopolítica” das coletividades traduzida em discurso, a partir dos eventos históricos fundamentais que marcam parte do conteúdo das gramáticas sociais.

As gramáticas sociais contêm as experiências e expectativas históricas coletivas transformadas em discursos. Concordando com Koselleck (2006), o campo de experiências históricas restringe os conceitos que, por sua vez, balizam as significações das expectativas futuras¹¹. De modo parcialmente equivalente, os conceitos que compõem as gramáticas sociais auxiliam no conteúdo e na elaboração discursiva dos agentes ou grupos sociais¹². Em virtude dessa parcialidade, ressalta-se que os conceitos identificados são elaborados pelos grupos sociais adquirindo um verniz significativamente moralizado. Os conceitos se apresentam, nesse caso, como lentes de observação sobre o mundo social – e as esferas sociais – que os agentes habitam. Sobretudo, essa característica moralizada dos conceitos se afasta, parcialmente, da maneira como a História dos conceitos de Koselleck se debruça sobre a questão.

A dimensão coletiva busca destacar que as gramáticas contemplam uma identidade aos grupos sociais ou agentes que as manifestam. Ao discursarem, os agentes ou representantes de coletivos definem a si, seus adversários e o mundo que habitam.

A formação gramatical da identidade será relacional, e não um atributo inscrito nos discursos, nos agentes ou nos coletivos. Na ótica da relação capital e trabalho, observa-se, historicamente, que a produção dos seus discursos não ocorre voltada somente para si, mas numa constante direção dupla que ora aponta aos seus adversários políticos, ora aponta a si mesmo¹³. Na medida em que os contextos sociais, políticos ou econômicos mudam, a própria configuração das gramáticas muda e, junto, sua definição identitária¹⁴.

Um dos componentes da dimensão coletiva procura identificar como as gramáticas classificam seus adversários políticos, pois cada discurso contém uma espécie de representação política sobre seu adversário¹⁵. Ao elaborar uma identidade coletiva,

traça-se uma diferença entre aquilo que lhe pertence e aquilo que não lhe pertence, entretanto, isso não significa que a identidade coletiva – ou identidades – designe um conjunto de discursos e práticas sociais congruentes¹⁶. Em virtude dos discursos transitarem entre esferas de atividade distintas, a formação das gramáticas contempla as experiências desses diferentes domínios¹⁷. Tanto no meio empresarial quanto no meio sindical, é possível observar como os agentes, discursivamente, se apropriam de pesquisas técnicas e científicas.

Por fim, a terceira dimensão do conceito de gramática social se denomina de “discursiva”, pois contempla três componentes da interação discursiva entre os agentes: as críticas, as justificações e as estratégias discursivas. A crítica “denuncia o caráter

⁹ Na História dos Conceitos, os conceitos são analisados pelos historiadores a partir de uma semântica comum à época considerada. Busca-se um denominador comum utilizado pela sociedade e se aceita que um conceito possa ter significados distintos. Da perspectiva do artigo, procura-se levemente deslocar essa ideia na direção não da sociedade como um todo, e sim mirando o conteúdo que cada coletividade atribui no uso de um conceito específico.

¹⁰ Metodologicamente, buscou-se identificar conceitos centrais que pudessem representar mais do que aquilo que era imediatamente percebido no discurso dos agentes. Essa decisão metodológica favoreceu a identificação de conceitos que atuavam como marcadores da elaboração discursiva dos agentes.

¹¹ Braudel (1992) ilustra a experiência holandesa na guerra de libertação pernambucana no início do século XVII. Durante a guerra, a população interessada na libertação do domínio holandês em Pernambuco usou de estratégias de guerrilha, como as arapucas em campos fechados dentro da vegetação de caatinga. O conceito militar holandês de guerra concebia que os confrontos entre tropas deveriam ocorrer em campos abertos e em terrenos planos. Na prática, as tropas holandesas foram surpreendidas e se encontraram em desvantagem tática, pois não conheciam a vegetação. Nesse cenário, os holandeses sofreram muitas baixas. Devido ao conceito holandês de guerra e a sua ética militar distinta da ética dos seus adversários, os comandantes da época afirmaram aos jornais franceses que a guerra em Pernambuco era “desleal” e “injusta”.

¹² “A experiência de Carlos I abriu, mais de um século depois, o horizonte de expectativas de Turgot, quando ele insistiu com Luís XVI que realizasse as reformas que o haveriam de preservar de um destino semelhante. O alerta de Turgot ao seu rei não encontrou eco. Mas, entre a Revolução Inglesa passada e a Revolução Francesa futura, foi possível descobrir e experimentar uma relação temporal que ia além da mera cronologia. A história concreta amadurece em meio a determinadas experiências e determinadas expectativas” (Koselleck, 2006, pp. 308-309).

injusto de uma situação" (Boltanski & Chiappello, 2009, p. 56), funcionando para expor o adversário e deslocá-lo de uma situação ou posição em que se encontre confortável. A justificação, por sua vez, se baseia numa articulação discursiva de sujeitos e objetos, que operam num contexto de debate em que se é possível legitimar ações e decisões. A definição do que é grande ou pequeno ocorre por meio de um princípio superior comum, compartilhado implicitamente entre as partes debatedoras (Boltanski & Thévenot, 2006).

Metodologicamente, a identificação das críticas e justificações facilita a observação das dimensões histórica e coletiva das gramáticas. Cada crítica e justificação responde a um tipo de identidade específica da gramática, assim como a uma semântica específica – cristalizada na forma de um

conceito na dimensão histórica. Quando as classes patronais, por exemplo, criticam a legislação trabalhista pré-reforma trabalhista, de 2017, implícita e explicitamente carregam consigo uma conceituação do que significa uma legislação "justa" ou "adequada" à sua visão de mundo.

As estratégias discursivas, mobilizadas para convencer o público-alvo do discurso, são exclusivamente contextuais e circunstanciais. Contextuais em virtude de dependerem da configuração política da esfera legislativa, isto é, da composição das forças sociais quando consideradas ocupando os espaços na esfera política formal (governo/ situação, presidência nas comissões, bancadas parlamentares etc.). Essa mesma configuração pode garantir estratégias discursivas mais proativas ou mais reativas. As estratégias discursivas

¹³ Os discursos produzidos pelo "Novo Sindicalismo", na década de 1970, orientavam-se, principalmente, a três alvos: ao regime ditatorial brasileiro, às classes patronais e ao hoje denominado "velho sindicalismo".

¹⁴ Autores como Schwartz (1996) e Connor (2012), num tópico correlato, corroboram com a compreensão de que as crenças e as memórias sobre o passado são moldadas por circunstâncias e problemas das sociedades atuais.

¹⁵ Pascale (2019) argumenta que a extrema-direita, globalmente considerada, utiliza de discursos estratégicos e sistemáticos que enlaçam formas simbólicas e materiais de violência através da propaganda, desinformação, censura e discurso mundano, e que acaba por transformar a linguagem em arma. Em consonância com as pesquisas que se debruçam sobre esse tópico, afirma-se que as gramáticas sociais – ao conterem uma representação política sobre seus adversários – podem adquirir características belicosas.

¹⁶ Pelo contrário, os discursos voltados à identidade sindical não necessariamente correspondem à sua prática estrita, como Santana (1999) ilustra ao argumentar que o academicamente denominado "Novo Sindicalismo" continha práticas sindicais que representavam uma continuidade com o "Velho Sindicalismo".

¹⁷ A partir da história do sindicalismo brasileiro, tem-se o exemplo das greves de setores distintos da atividade econômica que, mesmo ocorrendo em períodos simultâneos, apresentaram pautas distintas e referentes à própria atividade ocupacional, como foi o caso das greves de canteiros e calceteiros porto alegrenses em 1917, como lembra Silva (1995). A elaboração da identidade de uma gramática social "sindicalista" – entre aspas dado seu estágio embrionário – do início do século XX ainda precisou lidar com as distintas nacionalidades e culturas da classe trabalhadora, junto dos diferentes ofícios. Portugueses, espanhóis e italianos ajudavam a compor a força de trabalho no Rio Grande do Sul e em São Paulo, por exemplo, como destacam Silva (1995), Biondi (2000) e Roxborough (2011).

são circunstanciais devido a serem encontradas restrinvidas pela interação entre os agentes. As estratégias se encaixam na dimensão discursiva das gramáticas ao se revelarem uma representação ativa – interacional – de aprendizagens sociopolíticas anteriores, mas também fornece espaço para o improviso e a criatividade que a situação discursiva exige.

A escolha da análise das críticas e das justificações se realiza, de um lado, através da observação empírica, de forma que as gramáticas sociais são mobilizadas pelos agentes de forma a legitimar suas visões de mundo, seja pela crítica aos seus adversários, justificações dos seus posicionamentos ou estratégias para convencer o público da validade dos seus argumentos. Por outro lado, as reflexões empregadas por Boltanski e Thévenot (1999), Boltanski e Thévenot (2006), Boltanski e Chiapello (2009) e Boltanski (2009) fornecem subsídios teóricos e conceituais para compreender que cada crítica e cada justificação carrega consigo um modelo de justiça implícito e um princípio superior comum que classifica grandeza ou a pequenez dos agentes e dos objetos envolvidos na disputa política¹⁸. Em virtude dos esforços analíticos de Boltanski e Thévenot (2006) se voltarem à interação dos agentes em momentos críticos, sua adoção contempla

uma parte da análise, com o conceito de gramática social, complementando-a ao englobar a interação discursiva dos agentes junto da história semântica e da identidade coletiva daqueles quando engajados na disputa política. Desse modo, oferece-se uma abordagem teórica que busca unificar uma análise diacrônica dos discursos com uma análise sincrônica.

Concordando com Honneth (2013), quando aponta que Marx, Sorel e Sartre afirmaram, cada um ao seu modo, que a experiência de autocompreensão dos grupos sociais se encontra ancorada no potencial semântico do seu vocabulário, as gramáticas sociais fornecem aos agentes e coletividades uma série de ferramentas semânticas – que envolvem conceitos históricos, críticas, justificações e estratégias discursivas –, conferindo significado e sentido à experiência particular e coletiva, assim como formas de se legitimar frente ao mundo.

Torna-se importante a compreensão de que as gramáticas não existem por si só, como sendo autorreferentes ou dependendo somente da passagem do tempo. As gramáticas se encontram encaixadas e articuladas com as próprias classificações e tipificações dos agentes e, da mesma forma, com esferas sociais específicas – essas que auxiliam na tônica ou nas inclinações e/ou tendências daquelas classificações

¹⁸ Mesclando as obras de Boltanski e Thévenot (2006) e Boltanski e Chiapello (2009), sete são as cités (ou modelos de justiça) identificadas pelos autores: cívica, industrial, mercantil, por projetos, doméstica, inspiradora e da fama.

e tipificações dos agentes. As formas nas quais o heterogêneo movimento sindical classifica e tipifica sua prática, seu contexto e seus adversários se encontram intimamente articulado com o ferramental conceitual e sociopolítico que as gramáticas sociais ajudam a fornecer.

Metodologicamente, no processo de operacionalização do conceito (para além das dimensões e componentes expostos anteriormente), utilizou-se a ideia de “descritores”, definindo o processo pendular de articulação teórica-empírica na direção do conceito e sua subdivisão em dimensões. Cada dimensão foi subdividida em componentes, e cada componente subdividido em descritores. Esse movimento metodológico progride do mais teórico ao mais substantivo.

Os componentes da dimensão histórica do conceito de gramática social, especificamente os “conceitos”, foram definidos como quatro: os conceitos de “Estado”, “mercado”, “trabalhos” e “legislação trabalhista”. Cada um dos conceitos foi identificado nos discursos analisados dos documentos. Identificou-se elaborações distintas em cada gramática, referente a cada um dos mesmos conceitos. No caso do componente da aprendizagem sócio-histórica, definiu-se um descritor referente às experiências sociopolíticas (dos agentes e coletividades) apreendidas a partir do processo legislativo da reforma trabalhista. Sobretudo, esse é um componente do conceito que é melhor apreendido durante um processo de análise diacrônica, necessitando de certo desenrolar

temporal dos discursos das coletividades. Essa condição está atrelada ao processo de cristalização ou substituição dos conceitos associados a cada gramática. Os conceitos de Estado, por exemplo, podem se modificar ao longo de novas experiências sociopolíticas, refletindo o componente de aprendizagem sociopolítica.

No componente “identidade”, presente na dimensão coletiva do conceito, definiram-se quatro descritores: 1) como os agentes e os coletivos que representam se definem no discurso; 2) quais os grupos sociais ou coletividades eles afirmam representar; 3) como os agentes e os coletivos classificam seus adversários políticos; e 4) como os agentes e os coletivos se diferenciam dos seus adversários políticos.

Nos componentes da dimensão discursiva, por fim, tem-se a definição de três descritores. No componente das críticas, o descritor “quais as críticas em relação à reforma trabalhista”; no componente das justificações, “quais as justificações sobre o próprio posicionamento do locutor em relação à reforma”; no componente das estratégias discursivas, quais as articulações discursivas são mobilizadas de modo a convencer o público-alvo do discurso. Esse último componente se demonstrou o maior desafio da pesquisa, no que tange à operacionalização do conceito, em virtude da dificuldade em precisar a sutileza da argumentação dos locutores. Alguns locutores se concentram na demonstração de fatos, apoiando-se numa lógica argumentativa da legitimidade dos dados, enquanto outros aderem à teatralização do discurso.

As gramáticas sociais e a relação capital-trabalho: o caso da reforma trabalhista brasileira, de 2017

A reforma trabalhista se desenvolveu dentro de um ineditismo institucional. Ainda que na terceira República brasileira tenha ocorrido um impeachment na década de 1990, o de Dilma Rousseff se desenrolou sob condições sociopolíticas e experiências coletivas temporalmente atualizadas. Os fatos desdobrados após o impeachment são contrastados com 13 anos de um governo com políticas que transitaram entre a centro-esquerda e a centro-direita neoliberal. O impeachment de Dilma e a ascensão, posterior, de discursos de extrema-direita fortaleceram o ineditismo contextual no qual a reforma trabalhista transitou no Congresso Nacional. O modo de relação operado publicamente entre capital e trabalho na formação social brasileira sofreu alterações, junto à forma como cada força social se mobilizava na arena política.

A observação da polarização empírica dos discursos conduziu a análise do pesquisador ao verificar certa congruência entre o que se manifesta no conteúdo dos discursos dos agentes e o que é posteriormente categorizado. Observava-se manifestações discursivas variadas entre os representantes do conflito capital versus trabalho no Congresso Nacional, sendo relativamente polarizadas. Os discursos, sob a ótica das gramáticas sociais, apresentaram historicidade no seu conteúdo e forma, por meio da recorrência de elementos que

podem ser identificados em décadas anteriores. A “modernização”, a “flexibilização contratual”¹⁹, a “redução de custos”²⁰, a “defesa dos direitos” e a “luta histórica da classe trabalhadora”²¹ são conteúdos discursivos que representam – porém, não absolutamente – a relação capital-trabalho na formação social brasileira.

Na articulação teórico-empírica entre o conceito de gramática social e o objeto de estudo proposto, identificou-se duas gramáticas sociais: a gramática social da “modernização” e a gramática social da “cidadania”²². A primeira gramática se encontrou vinculada aos partidos políticos e confederações patronais favoráveis à reforma trabalhista²³. A segunda se manifestou nos discursos dos partidos políticos e das centrais sindicais contrários à reforma trabalhista²⁴.

A gramática social da “modernização”, quando orientada a justificar favoravelmente à reforma trabalhista e a criticar os adversários políticos a ela, demonstrou uma série de argumentos associados a modelos de justiça distintos²⁵. Argumentos que afirmavam que o custo do trabalho era excessivo, que a CLT não permite que o trabalhador tenha renda maior ou que as normas da CLT não permitem negociação, apresentam premissas vinculadas à mercantilidade dos objetos, pois destacam princípios do custo econômico e da negociação como a relação entre os agentes e os objetos. O trecho do discurso de um representante da CNT, a seguir, exemplifica a manifestação empírica do princípio superior comum associado ao custo:

A legislação trabalhista se encontra ultrapassada. Ela foi implantada há 73 anos, numa época em que a sociedade e o mercado de trabalho eram diferentes do que vemos nos dias atuais. As normas vigentes são rígidas, demasiadamente protetivas e pouco abertas às negociações de relações de trabalho. Por isso, são eleitas como as principais responsáveis pela estagnação econômica, em virtude do custo excessivo do emprego formal (Câmara dos Deputados, 2017a, p. 7).

No caso acima, identificou-se, metodo-

logicamente, o descritor “legislação trabalhista”, associado à dimensão histórica e ao seu componente denominado “conceitos”. O descritor funciona como um indicador textual que anexa o que está contido no documento com um contínuo e progressivo processo de operacionalização que ora parte do empírico, ora parte do teórico²⁶. Centralmente, ao objeto de estudo, existem versões distintas do que se define como uma legislação trabalhista de acordo com os agentes. No caso da gramática social da “modernização”, o conceito de legislação

¹⁹ A “modernização” e a “flexibilização” contratual são elementos significativos no discurso empresarial brasileiro da década de 1990.

²⁰ A “redução de custos” é um componente precioso ao discurso empresarial planetário que se mostrou publicamente presente de forma acentuada nos discursos da década de 1970 em diante, sendo reforçado pela crise de 2007. Desse modo, a redução dos custos se apresenta destacada nos discursos durante e após momentos de crises.

²¹ A “defesa dos direitos” demonstra certo contrapeso à “flexibilização” da década de 1990, enquanto a “luta história da classe trabalhadora” remete, principalmente, no discurso sindical analisado das audiências públicas sobre a reforma trabalhista, às greves do ABC no final da década de 1970. As greves de 1916 e 1917 (incluindo a primeira greve geral no Brasil, de 1917) e as greves da década de 1950 são menos resgatadas nos discursos sindicais contemporâneos, o que pode indicar um componente geracional nos discursos das lideranças sindicais.

²² Frente ao raciocínio teórico que cerca o conceito e a identificação empírica das gramáticas sociais, torna-se relevante informar que ocorre, de modo amplo, uma interseção entre as gramáticas sociais e as crenças associadas aos grupos sociais destacados a seguir. O objetivo deste artigo não é explorar essa relação, embora seja registrado nessa nota de rodapé sua relevância teórica.

²³ As confederações patronais favoráveis à reforma trabalhista analisada: Confederação Nacional do Comércio (CNC), Confederação Nacional da Indústria (CNI), Confederação Nacional das Finanças (CNF), Confederação Nacional da Saúde (CNS), Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e Confederação Nacional dos Transportes (CNT). Os Partidos políticos favoráveis analisados foram: PMDB, PSDB, PP, PTB, PR, PPS, DEM, PRB, PSB, PSD, PSC, PEN, PRP, PSL, PTN, PV e SD. Lidades e culturas da classe trabalhadora, junto dos diferentes ofícios. Portugueses, espanhóis e italianos ajudavam a compor a força de trabalho no Rio Grande do Sul e em São Paulo, por exemplo, como destacam Silva (1995), Biondi (2000) e Roxborough (2011).

²⁴ As centrais sindicais contrárias à reforma trabalhista analisada: Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Força Sindical (FS), Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST) e União Geral dos Trabalhadores (UGT). Os partidos políticos contrários à reforma analisada: PT, PODE, PSOL, PROS, PDT, PTC, Rede, PCdob, PSB, PHS, PMB, PSL, PTdoB, PTN e SD.

²⁵ O modelo de justiça cívico, ainda que timidamente, surgiu como premissa dos discursos quando esses vinculavam a liberdade sindical com a Constituição ou com a reforma trabalhista, em consonância com as convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

trabalhista se elabora socialmente em relação aos parâmetros semânticos dos locutores e grupos sociais, associados à celeridade (como será visto adiante), à flexibilidade e à “liberdade”. No momento em que a legislação trabalhista não responde à demanda do mundo mercantil, por ser “rígida”, “demasiadamente protetiva” e “pouco aberta às negociações”, o conceito de legislação trabalhista adquire características que definem a legislação como um obstáculo, sendo esse um significado notório contido na gramática social da “modernização”.

A CLT, como “impedindo a geração de empregos”, “interferindo negativamente na produtividade”, sendo “arcaica” ou “atrasada”, demonstrou critérios de classificação do mundo fundamentados no modelo de justiça industrial, pois sua principal métrica observada era a produtividade e se a CLT acompanhava as novas dinâmicas de trabalho oriundas dos avanços tecnológicos. O discurso do representante da CNF e Febraban demonstra esses argumentos:

Outro detalhe de que gosto sempre de falar é que, quando tratamos de legislação trabalhista no Brasil, a

economia sempre mira o futuro — a produção, a industrialização —, mas nós sempre ficamos amarrados ao passado. Ou seja, a nossa legislação trabalhista está sempre atrasada, e a nossa economia está sempre querendo ir para frente (Câmara dos Deputados, 2017a, p. 5).

Os argumentos que destacavam que os contratos de trabalho deveriam ser flexíveis ou que a CLT não coadunava com o mercado de trabalho atual manifestaram o princípio superior comum da flexibilidade, associado ao mundo por projetos. O discurso do representante da CNA incorpora tal princípio:

O grande ganho com este projeto é celeridade, e nós precisamos. Srs. Deputados, o mercado de hoje é muito dinâmico. Não se trata de crítica ao Congresso, mas as relações de trabalho e a resposta que o empresariado precisa dar à sociedade, principalmente de natureza econômica, às vezes não podem esperar a tramitação de um projeto de lei. Como bem sabem, há projetos importantes na Casa cuja tramitação demora 10, 15, 20 anos. E às vezes nós podemos resolver uma crise econômica num ciclo menor, em 3, 4 anos, se a resposta for adequada (Câmara dos Deputados, 2017a, p. 17).

²⁶ No caso do trecho destacado, qual é a definição conceitual do locutor em relação à legislação trabalhista? Existe a definição “oficial” – encontrada nos dicionários da língua portuguesa – mas também existem versões do conceito que adicionam conteúdos semânticos distintos, evidenciando uma elaboração semântica que entrelaça definições “oficiais” com definições que apontam para uma particularidade do social – ainda que a definição do que é “oficial” revele um processo de alquimia social, onde o interesse particular se torna interesse coletivo, isto é, o que se entende como “oficial” e quais os agentes e grupos sociais participaram desse processo. Sobretudo, a perspectiva pretendida no artigo se direciona à compreensão de que existe uma elaboração social aos conceitos utilizados nos discursos. Essa elaboração pode ser analisada através das lentes teóricas encontradas na própria Sociologia, paralelamente às pesquisas realizadas nas disciplinas da Linguística, da Psicologia e da História.

A dimensão da identidade se manifesta no discurso quando se observa que o locutor da CNA destaca um grupo social imaginário, qual seja, o “empresariado”. Na construção do argumento, o grupo social aparece vinculado ao “mercado”. O imperativo do empresariado – observável no verbo “precisar” – em responder com celeridade à dinâmica do mercado dispõe aquele a uma posição implicitamente reativa ao mercado, mascarando o lastro da vontade política do coletivo representado e sua capacidade de agência coletiva. A dimensão da identidade na gramática da “modernização” se expressa por meio da suposta ausência de uma vontade política, a inocentando. Desse modo, uma estratégia discursiva empregada dispõe o locutor como um agente desprovido de vontade política por meio da teatralização despolitizada, onde o discurso político surge somente como um discurso técnico e imparcial.

A gramática social da “cidadania”, por sua vez, apresentou uma associação mais homogênea com modelos de justiça ao destacar, principalmente, premissas associadas ao mundo cívico, quando seus discursos destacavam que a reforma trabalhista não representava os anseios e as necessidades da classe trabalhadora e atentava contra as conquistas históricas do sindicalismo ou que a reforma retirava direitos. Parte do discurso de um representante da CUT aponta para essa ideia:

É para isso: a precarização total do mundo do trabalho. Quando se fala em gerar emprego, não é isso. O que vai acontecer é a demissão dos trabalhadores que estão ora emprega-

dos no regime de CLT — Consolidação das Leis do Trabalho para serem substituídos por outros trabalhadores em regime com condições de trabalho muito inferiores. É a precarização indiscriminada. É o contrário de haver proposta para esses trabalhadores que hoje não têm direitos; para que eles passem a ter direitos, está-se retirando os direitos de todos os que têm e não legalizando os direitos daqueles que ainda não os têm. É pura e simplesmente para aumentar a lucratividade em cima do trabalho do trabalhador que está sendo feita essa proposta (Câmara dos Deputados, 2017b, p. 29).

Desse modo, o princípio que classificava o mundo, os agentes e os objetos debatidos se fundamentava na ideia de o quanto o projeto de lei era capaz de representar a coletividade, a vontade geral da classe trabalhadora. Em comparação à gramática da “modernização”, a gramática da “cidadania” conteve argumentos homogeneamente distribuídos entre os agentes e coletivos contrários à reforma, ainda que esse ponto não tenha impedido uma desarticulação de estratégias de ação entre eles. Metodologicamente, o conceito de “trabalho”, mobilizado pelo locutor, encontra a associação de vínculo entre o trabalho e o trabalhador. A precarização do trabalho se desenvolve, nessa lógica particular, posicionando o trabalho e o trabalhador, de um lado, e o empresário e as empresas, de outro. O conceito de trabalho revela uma ótica onde o trabalhador e o trabalho, vinculados, sofrem efeitos de lógicas externas como as alterações pretendidas, à época, pelos representantes empresariais. Sobretudo, para o locutor, “precarizar” o trabalho é en-

fraquecer as condições de existências e de reprodução da classe trabalhadora.

Para legitimar os posicionamentos e as visões de mundo, as forças sociais envolvidas no processo legislativo de alteração da CLT não utilizaram somente de críticas e justificações, mas também de estratégias discursivas para convencer o público-alvo da reforma – tanto o público somente espectador que acompanhava as sessões quanto os deputados federais e os senadores.

As estratégias discursivas das gramáticas sociais analisadas divergiam na sua forma e conteúdo. A coalizão de defesa do capital, através da gramática social da “modernização”, teve seus discursos marcados, principalmente por três tipos de estratégias discursivas.

A primeira estratégia procurava ressignificar os conceitos dos seus adversários políticos; um dos casos mais emblemáticos foi o conceito de precarização. Enquanto uma crítica mobilizada pela coalizão do trabalho e pertencente à gramática da “cidadania”, a crítica à precarização resgatava discursos associados aos postos de trabalho formais e informais que eram inseguros e às péssimas condições de trabalho. Frente a essas críticas, a estratégia discursiva de ressignificação buscava modificar o conceito, transformando-o em sinônimo de informalidade – o que, em última instância, deslegitimava a crítica da oposição, a qual originalmente assevera que a precarização pode ocorrer tanto em postos de trabalho regidos pela CLT quanto os informais. Ao deslegitimar a crítica, a coalizão do capital

deslocava o objeto de debate da precarização à informalidade, reforçando o discurso da passagem do trabalho informal ao trabalho formal e evitando o debate em torno da insegurança e das péssimas condições de trabalho. Através dessa ressignificação, a coalizão do capital argumentava que a reforma responderia exatamente à preocupação associada à informalidade – visto que negava a precarização –, ao formalizar os postos de trabalho informais.

A segunda estratégia discursiva tinha o objetivo de refratar as críticas adversárias, negando o debate. Dessa forma, os tópicos importantes à oposição eram descartados do debate ou da exposição dos convidados nas audiências públicas, tanto da Câmara dos Deputados quanto do Senado Federal. A estratégia discursiva dificultava a conciliação entre as partes envolvidas no processo legislativo.

A terceira estratégia discursiva principal buscou posicionar a reforma trabalhista como a única opção possível para resolver os problemas da CLT e acalmar os efeitos da crise econômica brasileira daquele momento. Junto das estratégias de ressignificação e de refração, a estratégia da reforma como a única opção ocasionou num fechamento da possibilidade de conciliação entre as partes – situação que se aprofundou com as estratégias discursivas da oposição.

Do lado da coalizão do trabalho, a gramática social da “cidadania” teve como principal estratégia discursiva a desconstrução dos discursos dos adversários políticos. Essa desconstrução usava de

estratégias para desvelar os “interesses ocultos” dos discursos adversários. A oposição apontava que o objetivo da reforma trabalhista era reduzir os custos do trabalho para as classes patronais ao sublinhar suas contradições.

A crítica à precarização do trabalho, de modo geral, demonstrou na gramática da “cidadania” um vínculo estreito entre a esfera sindical e a esfera acadêmica. Uma gramática social se constitui a partir de um emaranhado de distintas experiências sociopolíticas e atividades sociais, sendo um produto do enlace entre diferentes esferas da prática social. Simultaneamente, o conceito de “precarização” surge através da elaboração acadêmica, junto às experiências sociopolíticas desenroladas na esfera sindical, sublinhando aquilo que Bourdieu (2011) chamou de “os efeitos de teoria”.

Ao analisar as gramáticas sociais, as categorizações de acesso mais imediato – ainda que dependendo de uma elaboração metodológica rigorosa prévia – são direcionadas à identificação discursiva das críticas, justificações e estratégias discursivas mais recentes. A organização dos dados e sua disposição permitem a reconstrução das principais associações existentes entre as dimensões do conceito. Nesse sentido, as críticas, as justificações e as estratégias discursivas apresentam conexões com a identidade dos agentes e das coletividades que as mobilizam junto à forma como conceituam suas principais significações, assim como suas experiências e aprendizagens sócio-históricas.

No caso da gramática social da “cida-

dania”, parte dos discursos produzidos principalmente pelas centrais sindicais, porém, encontrando ressonância semântica com partidos políticos como o PT, PCdoB e PSOL, resgatavam a história do sindicalismo brasileiro, em especial remontando à década de 1970 e às de 1930 a 1940²⁷ – quando o tópico era a liberdade sindical, o surgimento da CLT e as relações sindicalismo-Estado, respectivamente. A experiência sociopolítica de cada época reforçava determinado segmento dos discursos. As décadas de 1930 e 1940 surgiram nos discursos como momentos históricos de reivindicação da classe trabalhadora em relação ao trabalho assalariado e a proteção social do Estado, assim como a CLT sendo fruto da luta do sindicalismo e da classe trabalhadora. As greves no ABC, por simbolizarem com maior ênfase a demandas por autonomia sindical e participação política, junto às críticas ao regime militar da década de 1970, representaram um momento de aprendizagem sociopolítica que forneceu uma guinada à gramática sindical, reforçando no seu rol de conceitos e demandas trabalhistas o papel dos direitos políticos para a classe trabalhadora. A dimensão histórica nas gramáticas, presente na questão analisada, é ilustrada nesse trecho do discurso de um representante da CTB:

Ela [a Constituição de 1988] foi fruto de lutas democráticas, luta da classe trabalhadora, luta de um período em que foi negado reajuste salarial, com alta repressão contra os trabalhadores. Nós fomos à luta nas ruas e reagimos a esse processo todo da ditadura. Na década de 70 para início da década de 80, conseguimos estabele-

cer uma Constituição democrática, que foi a de 1988. Esta Constituição, esse marco legal é importante também para a classe trabalhadora [Adição do autor] (Câmara dos Deputados, 2017b, p. 11).

Na gramática social da “modernização”, os discursos mobilizados pelos partidos políticos e pelas confederações patronais apresentavam conceitos, como o de “flexibilização”, que remontavam a argumentos da década de 1990, em torno da desregulamentação do mercado de trabalho e da flexibilização contratual. Inclusive, esses dois tópicos se encontram vinculados ao processo de reestruturação produtiva de 1970 e ao neoliberalismo latino-americano do final da década de 1980. As justificativas e críticas que procuravam legitimar as demandas patronais se cristalizaram nos discursos da sua gramática, se perpetuando e cristalizando através dos processos de aprendizagem sociopolítica, os quais funcionavam tanto para elaborar quanto para atualizar novos conceitos. Entre as décadas brasileiras de 1990 e 2000, em contrapartida, o conceito de precarização – que leva à crítica à precarização do trabalho na gramática da “cidadania” – se fortaleceu e desenrolou na dinâmica discursiva entre capital e trabalho no Brasil, em contrapo-

sição à forma na qual a “flexibilização” foi operada no capitalismo brasileiro. Não por coincidência, ambos os conceitos surgem como antagônicos nos discursos manifestados nas audiências públicas acerca da reforma trabalhista de 2017.

A ideia de “crise” – crise econômica, principalmente, mas também crise política – habitou a gramática social da “modernização”²⁸. A reforma trabalhista passou a ser justificada na sua extensão pela necessidade de o Estado alterar a legislação trabalhista para combater a crise política e econômica começada nos governos dilmistas, quando na ótica da coalizão do capital.

Os eventos históricos que recorrentemente surgiram nos discursos patronais foram a Depressão de 1929 e a crise econômica mundial de 2007, com destaque para a última. As pesquisas desenvolvidas em correntes específicas na disciplina da economia auxiliaram no fortalecimento da ideia de “crise” inscrita na gramática da “modernização”. Nesse cenário, o Estado surgiu conceituado como responsável por criar um ambiente de negócios com pouca ou nenhuma regulação, estimulador da autonomia entre as partes envolvidas e não interventor, conceituação essa historicamente circulante nos discursos patronais,

²⁷ Curiosamente, a Greve Geral de 1917 e a denominada “Greve dos 400 Mil”, de 1957, pouco apareceram nos discursos mesmo em situações que era tema – como a tentativa de greve geral ao final de junho de 2017. As greves gerais são academicamente reconhecidas como eventos históricos importantes no mundo sindical, sendo, portanto, adequado afirmar que aqueles eventos se encontram incorporados à gramática social da cidadania, embora cada um ao seu modo.

assim como associada a correntes da economia como o liberalismo econômico²⁹. No discursivo patronal, o liberalismo político – originalmente vinculado à filosofia política – se metamorfoseou em liberalismo econômico. Uma das consequências foi a radicalização de princípios associados à liberdade dos agentes, como as ideias da “livre” circulação de bens e da desregulamentação do mercado de trabalho.

A dimensão histórica contida nos discursos analisados fornece elementos teóricos que problematizam as perspectivas sobre o objeto de estudo. Especificamente, sublinha-se os discursos produzidos pelos agentes como, parcialmente, elaborados com um auxílio de uma espécie de “memória social”, cujo papel enfatiza o resgate de experiências sociais coletivas anteriores. Por um lado, essa observação não funciona para negar a perspectiva da sociologia pragmática francesa, cuja força reside, com

razão, nas características da ação social vinculadas às situações de interação e da mobilização de críticas e de justificações. Por outro, o conceito de gramática social fornece elementos teóricos para repensar a relação entre a produção de discursos e a experiência sócio-histórica dos agentes.

Conclusão

O processo de debate legislativo sobre a reforma trabalhista de 2017 se apresentou turbulento e representativo da relação capital-trabalho na formação social brasileira. Observou-se, nessa relação, uma dinâmica conflituosa, na qual críticas e estratégias discursivas se direcionavam na anulação do discurso do adversário, um padrão de relação historicamente recorrente na formação social brasileira. O conceito de gramática social funcionou para sublinhar o conteúdo das críticas, justificações e estra-

²⁸ Numa virada inusitada da história, as classes conservadoras da Europa Central no século XIX, conforme Koselleck (1999) destaca, buscavam afastar a ideia de “crise” frente ao público, de forma a manter a ordem vigente. Contemporaneamente, o termo “crise” é absorvido e ressignificado para guiar as transformações na direção pretendida.

²⁹ Ainda que as gramáticas sociais se alterem historicamente, surjam e pereçam, os discursos e conceitos permanecem como objetos de disputa política. Coser (2014) destaca que o conceito de Estado, no Brasil do início do século XIX até sua metade, era disputado resumidamente por duas visões distintas. Uma perspectiva politicamente conservadora o concebia como não regulador, não interventor e, no máximo, garantidor de regras mínimas para que os agentes econômicos interagissem. Nessa corrente do intelecto da época, a estrutura escravocrata deveria ser mantida ou minimamente alterada. O Estado, inclusive, deveria ser configurado de forma a elevar as capacidades de ação política do Poder Executivo, em detrimento dos Poderes Legislativo e Judiciário. Uma segunda perspectiva, ligeiramente menos conservadora, apontava que o Estado deveria identificar o interesse geral ou coletivo no meio dos interesses particulares e exercer políticas econômicas que atendessem aquele (Coser, 2014). A configuração política daquela época garantia uma representação massiva dos setores estritamente conservadores-monárquicos e dos “conservadores nos costumes e liberais na economia”. Essa nota de rodapé procura não afirmar que existe um certo “espelhamento” entre ideias antigas com ideias contemporâneas, mas sublinhar uma das características das ideias que é sua histórica persistência e sua capacidade de se metamorfosear.

tégias discursivas mobilizadas pelos agentes em situação de conflito, junto ao resgate dos conceitos e identidades historicamente atrelados aos grupos sociais diretamente associados ao mundo do trabalho.

O ferramental teórico dos modelos de justiça de Boltanski e Thévenot (2006) favoreceram a conexão entre as gramáticas sociais e os apoios normativos e cognitivos dos agentes. Observou-se a mobilização de princípios morais associados aos modelos cívico, mercantil, de projetos e industrial. Na gramática da “cidadania”, houve predominância do modelo cívico, enquanto, na gramática da “modernização”, os modelos mercantil, de projetos e industrial. A análise atentou para a questão que não existe, sobretudo, uma exclusividade da mobilização dos modelos de justiça. Os agentes, dependendo da situação, intercambiam ou trocam suas críticas e justificações sem se fundamentarem exclusivamente num modelo, porém, constou-se preferências de mobilizações morais, dependendo da vinculação social dos agentes e da sua gramática. Desse modo, o conceito de gramática social complementa a análise fundamentada nos modelos de justiça, pois permite apontar para a recorrência das críticas e justificações específicas com base não somente na interação, mas também na recorrência histórica e sociopolítica dos discursos. As críticas e justificações, por fim, encontram-se atreladas não somente a modelos de justiça determinados, mas à própria historicidade e identidade que as gramáticas conferem aos discursos dos agentes. A análise so-

bre os modelos de justiça tornou manifesto que os discursos mobilizados pelos agentes envolvidos no processo não são fundamentados, em última instância, sob princípios técnicos, mas morais.

O modelo de justiça por projetos surgiu nos discursos como uma função distinta da observada na obra *O novo espírito do capitalismo*, de Boltanski e Chiapello. No caso da pesquisa operada, o modelo por projetos não era mobilizado discursivamente para reengajar o trabalhador e exigir de si uma conduta flexível, adaptável e disposta a conectar projetos atrás de projetos, mas para justificar um conjunto de alterações na legislação trabalhista que a adapte aos interesses contratuais de trabalho das classes patronais.

A elaboração e utilização do conceito de gramática social torna possível destacar alguns elementos dos discursos políticos sobre a reforma trabalhista. O primeiro elemento é uma relativa homogeneidade empírica dos discursos, afirmação segura quando se tem em perspectiva o material empírico de dados analisados. Essa análise, inclusive, possibilitou a identificação de duas gramáticas principalmente. A gramática social da “modernização”, vinculada à coalizão do capital, destacou a redução do custo de trabalho e a flexibilização contratual como objetivos importantes na retomada do crescimento econômico, argumento que fundamentaria, na perspectiva da coalizão, um cenário favorável à reforma trabalhista ser transformada em alteração legislativa definitivamente. A gramática da “cidadania”, associada

à coalizão do trabalho, caracterizou-se como reativa às justificações adversárias, lançando um conjunto de críticas direcionadas a desconstruir os discursos opositores. O segundo elemento refere-se à esfera legislativa se mostrar um palco que unifica e homogeneiza os discursos políticos. Mesmo que se reconheça a idiossincrasia individual, os discursos públicos se manifestam de forma a torná-la secundária, elevando a coletividade como o “sujeito” do discurso. O terceiro elemento se refere ao conceito de “Estado” nas gramáticas. A reforma trabalhista se apresentou como a disputa pelo conteúdo que a CLT irá legislar sob o trabalho. Na gramática da “modernização”, o Estado é conceituado como um criador de um ambiente de negócios, sem intervir e se tornando presente pela sua ausência. Na gramática da “cidadania”, o Estado surge como um pilar que sustenta a proteção do trabalho e, logo, do trabalhador.

A dinâmica discursiva entre capital e trabalho e as gramáticas sociais identificadas tornam visível o mundo do trabalho próprio à formação social brasileira. A dinâmica entre representantes do capital e do trabalho em tom de conciliação adotado em outras configurações políticas, como nos governos lulistas, esteve ausente, dando espaço à radicalização de posições opostas e conflitantes. A dinâmica discursiva da reforma trabalhista, de 2017, tornou manifesto a recorrência histórica de como o capitalismo brasileiro recebe as críticas direcionadas a si e como produz respostas e justificações congruentes

com seu modo de operar.

As gramáticas sociais apontadas não devem ser reduzidas ao processo legislativo da reforma trabalhista, de 2017, como que se manifestassem naquele processo para, logo após, desaparecerem. As gramáticas identificadas fazem parte da relação capital-trabalho localizada na formação social brasileira, sem necessariamente serem correlatas a gramáticas de outras formações sociais. A questão principal a ser elaborada é que essas gramáticas fazem parte da história social do mundo do trabalho.

As gramáticas se cristalizam através do conflito historicamente recorrente entre dois ou mais grupos sociais ou coletividades. Outras gramáticas podem ser observadas em outros conflitos, porém, é necessário, metodologicamente, identificar situações históricas recorrentes nas quais se é possível apontar para a cristalização de conceitos, discursos e identidades determinadas. Desse modo, o conceito de gramática social carrega consigo a potencialidade de ser elaborado e pensado à luz de outros objetos de estudo, desde que tais condições sejam empíricas e metodologicamente plausíveis.

O conceito de gramática social apresentou certas limitações quando considerada sua operacionalização. As pesquisas futuramente poderão lapidar novas formas de vincular o objeto empírico com as dimensões, componentes e descritores do conceito. Especificamente, o processo de decisão sobre quais descritores são simultaneamente abstratos – de modo a

se conectarem a diferentes referenciais textuais – e substantivos o suficiente para precisar tematicamente o que se investiga e como se recorta o objeto de estudo. Um segundo elemento observado se direciona à dificuldade para inferir nos discursos uma espécie de genealogia dos “conceitos” (contidos na dimensão histórica) e em quais capacidades e possibilidade esses “conceitos” se diferenciam e particularizam em “conceitos” próprios de uma determinada gramática, e não conceitos compartilhados entre gramáticas.

Procurou-se destacar como a sociologia pragmática francesa poderia contribuir com a sociologia do trabalho por

meio de uma abordagem da interação entre os agentes através do ângulo discursivo. A perspectiva discursiva englobou principalmente as críticas, justificações, estratégias discursivas e os apoios normativos mobilizados nassituações de disputa e debate público em relação ao processo legislativo da reforma trabalhista. O campo da sociologia do trabalho se beneficiaria, assim, da incorporação de análises que contemplam as dinâmicas discursivas da relação capital e trabalho através da ótica pragmática da interação, que aponta para os conteúdos sociais e morais do capitalismo brasileiro.



Referências Bibliográficas

- Armelino, M. (2015). El Proceso Político De La Reforma Laboral Em La Administración Pública Argentina (1989-1999). *Trabajo Y Sociedad*, (24), 29–52.
- Avritzer, L. (2000). Teoria Democrática E Deliberação Pública. *Lua Nova*, (50), 25–46. Doi: [Https://Doi.org/10.1590/S0102-64452000000200003](https://doi.org/10.1590/S0102-64452000000200003)
- Bardin, L. (2016). Análise De Conteúdo. Edições 70.
- Benson, J. (2018). Deliberative Democracy And The Problem Of Tacit Knowledge. *Politics, Philosophy & Economics*, 18(1), 76–97. Doi: [Https://Doi.org/10.1177/1470594x18782086](https://doi.org/10.1177/1470594x18782086)
- Biondi, L. (2000). Identidade De Classe E Identidade Nacional Entre Solidariedade E Conflito: Socialistas E Republicanos Italianos Na São Paulo Do Início Do Século Xx E Suas Relações Com As Associações Patrícias E O Nascente Sindicalismo. *Estudos Ibero-Americanos*, 26(1), 131–162. Doi: [Https://Doi.org/10.15448/1980-864x.2000.1.24789](https://doi.org/10.15448/1980-864x.2000.1.24789)
- Blok, A. (2013). Pragmatic Sociology As Political Ecology: On The Many Worths Of Nature(S). *European Journal Of Social Theory*, 16(4), 492–510. Doi: [Https://Doi.org/10.1177/1368431013479688](https://doi.org/10.1177/1368431013479688)
- Blokker, P. (2011). Pragmatic Sociology: Theoretical Evolvement And Empirical Application. *European Journal Of Social Theory*, 14(3), 251–261. Doi: [Https://Doi.org/10.1177/1368431011412344](https://doi.org/10.1177/1368431011412344)
- Boltanski, L. (2009). *De La Critique: Précis De Sociologie De L'émancipation*. Gallimard.
- Boltanski, L. (2000). *El Amor Y La Justicia Como Competências: Tres Ensayos De Sociología De La Acción*. Amorrortu Editores.

- Boltanski, L. (1999). The Sociology Of Critical Capacity. *European Journal Of Social Theory*, 2(3), 359–377. Doi: <Https://Doi.org/10.1177/136843199002003010>
 - Boltanski, L., & Chiapello, É. (2009). O Novo Espírito Do Capitalismo. Editora Wmf Martins Fontes.
 - Boltanski, L., & Thevenot, L. (2006). On Justification: Economies Of Worth. Princeton University Press.
 - Bourdieu, P. (2011). Razões Práticas: Sobre A Teoria Da Ação. Papirus.
 - Bridi, M., Braga, R., & Santana, M. (2018). Sociologia Do Trabalho No Brasil Hoje: Balanço E Perspectivas. *Revista Brasileira De Sociologia*, 6(12), 42–64. Doi: <Https://Doi.org/10.20336/Rbs.244>
 - Burgess, K. (2010). Global Pressures, National Policies, And Labor Rights In Latin America. *Studies In Comparative International Development*, 45(2), 198–224. Doi: <Https://Doi.org/10.1007/S12116-010-9063-Y>
 - Burns, T., & Lemoyne, T. (2007). Como Os Movimentos Ambientalistas Podem Ser Mais Eficazes: Priorizando Temas Ambientais No Discurso Político. *Ambiente & Sociedade*, 10(2), 61–82. Doi: <Https://Doi.org/10.1590/S1414-753x2007000200005>
 - Braudel, F. (1992). The Perspective Of The World. University Of California Press.
 - Câmara Dos Deputados. Comissão Especial – PI 6787/16. Reunião Nº. 55/17. Notas Taquigráficas. Disponível Em:
 - Cefai, D. (2009). Comment Se Mobilise-T-On? *Sociologie Et Sociétés*, 41(2), 245–269. Doi: <Https://Doi.org/10.7202/039267ar>
 - Charaudeau, P. (2017). Discurso Político. Contexto.
 - Cohen, J. (2003). Deliberation And Democracy Legitimacy. In D. Matravers & J. Pike (Orgs.), *Debates In Contemporary Political Philosophy: An Anthology*. Routledge.
 - Colomé, F, & Mayer, R. (2016). Gramáticas Da Ação Na Economia Solidária E A Justificação Das Práticas De Consumo. *Analise Social*, 22(3), 567–597. Doi: <Https://Doi.org/10.31447/As00032573.2016220.03>
 - Connor, B. (2012). 9/11 – A New Pearl Harbor? Analogies, Narratives, And Meanings Of 9/11 In Civil Society. *Cultural Sociology*, 6(1), 3–25. Doi: <Https://Doi.org/10.1177/1749975511427809>
 - Cook, M. (1998). Toward Flexible Industrial Relations? Neo-Liberalism, Democracy, And Labor Reform In Latin America. *Industrial Relations*, 37(3), 311–336.

- Coser, I. (2014). Estado. In J. Feres Júnior (Org.), *Léxico Da História Dos Conceitos Políticos Do Brasil*. Editora Ufmg.
- Dolny, B. (2011). Possible application of deliberative democracy in parliament. *Human Affairs*, 21(4), 422–436. Doi: <https://doi.org/10.2478/s13374-011-0041-5>
- Elster, J. (2010). *Décisions individuelles et decisions collectives*. *Social Science Information*, 49(1), 11–28. Doi: <https://doi.org/10.1177/0539018409354809>
- Faria, C. 2000. Democracia deliberativa: Habermas, Cohen e Bohman. *Lua Nova*, (49), 47–68. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-6445200000200004>
- Galvão, A. (2003). Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil. [Tese de Doutorado]. Universidade Estadual de Campinas.
- Gibbons, S. (2015). La experiencia neoliberal. *Privatización de servicios públicos y reforma laboral en perspectiva neoinstitucionalista, 1989-1996*. *Temasy debates*, 30(19), 87–107. Doi: <https://doi.org/10.35305/tyd.v0i30.323>
- Goldín, A. (2012). Reforma y contrarreforma laboral em Argentina, crónica simple de um processo pendular. *Derecho PUCP*, (68), 63–92.
- Guzmán, V., Barozet, E., & Méndez, M. (2017). Legitimación y crítica a la desigualdade: una aproximación pragmática. *Convergencia Revista de Ciencias Sociales*, (73), 87–112. Doi: <https://doi.org/10.29101/crcs.v0i73.4239>
- Habermas, J. (2003). Mudança estrutural da esfera pública. *Tempo Brasileiro*.
- Hillesheim, J. (2017). Aprendendo com a História: táticas sindicais que contribuíram para a contrarreforma trabalhista. *Textos & Contextos*, 16(2), 297–312. Doi: <https://doi.org/10.15448/1677-9509.2017.2.28375>
- Holden, M.; Scerri, A. (2015). Justification, compromisse and test: developing a pragmatic sociology of critique to understand the outcomes of urban redevelopment. *Planning Theory*, 14(4), 360–383. Doi: <https://doi.org/10.1177/1473095214530701>
- Jagd, S. (2011). Pragmatic sociology and competing orders of worth in organizations. *European Journal of Social Theory*, 14(3), 343–359. Doi: <https://doi.org/10.1177/1368431011412349>
- Kaufmann, L. (2012). *Agir en règle: Le pari grammatical de la sociologie pragmatique à l'épreuve de la critique*. *Raison publique*, 16, 227–263.
- Koselleck, R. (2006). *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Contraponto PUC-Rio.
- Krein, J. (2018). O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva: consequências da reforma trabalhista. *Tempo Social*, 30(1), 77–104. Doi: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2018.138082>
- Kreppel, A; Hix, S. (2003). From “grand coalition” to left-right confrontation: explaining the shifting structure of party competition in the European Parliament. *Comparative political studies*, 36(1-2), 73–96. Doi: <https://doi.org/10.1177/0010414002239372>
- Lemieux, C. (2009). *Le devoir et la grâce: Pour une analyse grammaticale de l'action*. *Economica*.
- Maingueneau, D. (2015). *Discurso e análise do discurso*. Parábola Editorial.
- Mayer, J. (2016). The limits of labor legislation reforms: rigidity, growth, and employment in Brazil (1995-2010). *Journal of Politics in Latin America*, 8(1), 95–127. Doi: <https://doi.org/10.1177/1866802X1600800104>
- Morin, J., & Gold, R. (2010). Consensus-seeking, distrust and rhetorical entrapment: the WTO decision on access to medicines. *European Journal of International Relations*, 16(4), 563–587. Doi: <https://doi.org/10.1177/0010414099339001>

[org/10.1177/1354066110366054](https://doi.org/10.1177/1354066110366054)

- Pascale, C. (2019). The weaponization of language: discourses of rising right-wing authoritarianism. *Current Sociology Review*, 67(6), 898–917. Doi: <https://doi.org/10.1177/0011392119869963>
- Pessanha, E.; Artur, K. (2013). Direitos trabalhistas e organização dos trabalhadores num contexto de mudanças no mundo do trabalho: efeitos sobre os trabalhadores da saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 18(6), 1569–1580. Doi: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232013000600009>
- Rocha, M. (2010). Representação, deliberação e estudos legislativos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 25(74), 121–194. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092010000300008>
- Roxborough, I. (2011). A classe trabalhadora urbana e o movimento trabalhista na América Latina após 1930. In L. Bethell (Org.), *História da América Latina: América Latina após 1930- Estado e política* (Vol. 7, pp. 275-353). EDUSP; Fundação Alexandre de Gusmão.
- Santana, M. (1999). Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 14(41), 103–120. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-69091999000300007>
- Schwartz, B. (1996). Memory as a cultural system: Abraham Lincoln in World War II. *American Sociological Review*, 61, 908–927.
- Silva, A. (1995). Contribuição a uma “história dos de baixo” do sindicalismo. *Estudos Ibero-Americanos*, 21(1), 61–83. Doi: <https://doi.org/10.15448/1980-864X.1995.1.28885>
- Spink, M, & Lima, H. (1999). Rigor e visibilidade: a explicitação dos passos da interpretação. In, M. Spink & H. Lima (Orgs.), *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: Aproximações teóricas e metodológicas* (pp. 93–122). Cortez.
- Stephenson, M. (2011). Information acquisition and institutional design. *Harvard Law Review*, 124(6), 1422–1482.
- Thévenot, L., Moody, M., & Lafaye, C. (2000). Forms of lauding nature: arguments and modes of justification in French and American environmental disputes. In M. Lamont & L. Thévenot (Orgs.), *Rethinking comparative cultural sociology: Repertoires of evaluation in France and the United States*. Cambridge University Press.

A “carta de alforria” dos canavieiros: um estudo sobre a Greve de 1984 em Campos dos Goytacazes

The “manumission” of sugarcane cutters: a study on the Strike of 1984 in Campos dos Goytacazes

La “carta de manumisión” de los trabajadores de la caña de azúcar: un estudio sobre la huelga de 1984 en Campos dos Goytacazes

**Filipe Moreira de
Azeredo TAVARES**

filipe.tavares3@live.com

118

Mestre e Doutorando pelo Programa de Pós Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Pesquisador do Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo (NMSPP). Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

O fim dos anos 1970 e início dos anos 1980 foram marcados pelo processo de reorganização dos movimentos sociais rurais e urbanos na defesa dos direitos políticos, redemocratização do Brasil e melhores condições de vida e trabalho. Diversas greves, paralisações e passeatas ocorreram em todo país, mobilizando múltiplos setores, como a Greve dos Metalúrgicos do ABC (SP, 1979), a dos canavieiros (PE, 1979) e a dos boias-friás de Guariba (SP, 1984) e Campos dos Goytacazes (RJ, 1984). Este artigo, no que lhe concerne, visa compreender e analisar o último entre os citados: a greve dos canavieiros campistas, em julho de 1984. Objetiva-se, portanto, discutir as razões que levaram à greve, sua organização e conquistas obtidas. Considerou-se a greve como momento de questionamento à autoridade patronal, cujas reivindicações superaram as necessidades por melhores condições econômicas, tornando-se momento de recuperação da dignidade. O enfrentamento coletivo aos patronos permitiu expor as violentas e arbitrárias ações que sofriam, bem como mobilizar a mídia pela defesa do cumprimento da legislação e da denúncia. Utilizou-se como fonte a bibliografia especializada e jornais da época, concluindo que as conquistas, ao menos na esfera legal, foram significativas para os canavieiros, principalmente pela organização realizada e os avanços nas negociações coletivas.

Palavras-Chave: Canavieiros; Campos dos Goytacazes; Sindicalismo Rural.

The end of the 1970s was marked by the process of reorganization of rural and urban social movements in defense of political rights, redemocratization of the country, better living and working conditions. Several strikes, work stoppages and marches took place throughout the country, mobilizing multiple sectors, such as the strike of metalworkers in ABCD Paulista, sugarcane cutters in Pernambuco (1979), Guariba (1984) and Campos dos Goytacazes (1984), in Rio de Janeiro, Brazil. This article, as far as it is concerned, aims to understand and analyze one of those moments of mobilization and questioning of living and working conditions: the strike of the "Campistas" sugarcane cutters, in July 1984. The objective is, therefore, to discuss the reasons that led to the strike, your organization and achievements. The strike was considered a moment of questioning the employers' authority, whose claims exceeded the needs for better economic conditions, becoming a moment of recovery of dignity. The collective confrontation with the bosses made it possible to expose the violent and arbitrary actions they suffered, as well as to mobilize the media in defense of compliance with the legislation and denunciation. The specialized bibliography and newspapers of the time are used as sources, concluding that the achievements, at least in the legal sphere, were significant for the sugarcane workers, mainly due to the organization carried out and the advances in collective bargaining.

Palavras-Chave: Sugarcane cutters; Campos dos Goytacazes, Rural Sindicalism

El final de los años 1970 y el comienzo de los años 1980 estuvieron marcados por el proceso de reorganización de los movimientos sociales rurales y urbanos en defensa de los derechos políticos, la redemocratización de Brasil y mejores condiciones de vida y de trabajo. Varias huelgas, huelgas y marchas tuvieron lugar en todo el país, movilizando a múltiples sectores, como la huelga de los trabajadores metalúrgicos del ABC (SP, 1979), la huelga de los trabajadores de la caña de azúcar (PE, 1979) y la huelga de Guariba boia-friás (SP, 1984) y Campos dos Goytacazes (RJ, 1984). Este artículo, en lo que a él respecta, tiene como objetivo comprender y analizar el último de los mencionados: la huelga campista de los trabajadores cañeros, en julio de 1984. El objetivo, por tanto, es discutir los motivos que motivaron la huelga, su organización y logros obtenidos. La huelga fue considerada un momento de cuestionamiento de la autoridad patronal, cuyas demandas excedían las necesidades de mejores condiciones económicas, convirtiéndose en un momento de recuperación de la dignidad. El enfrentamiento colectivo con los patrones permitió exponer las acciones violentas y arbitrarias que sufrieron, así como movilizar a los medios de comunicación para defender el cumplimiento de la legislación y la información. Se utilizó como fuente la bibliografía especializada y periódicos de la época, concluyendo que los logros, al menos en el ámbito jurídico, fueron significativos para los cañeros, principalmente por la organización llevada a cabo y los avances en las negociaciones colectivas.

Palavras-Chave: Cortadores de caña de azúcar; Campos dos Goytacazes; Sindicatos Rurales

Introdução

A modernização da agricultura, planejada na década de 1960 e implementada pelos governos militares na

década seguinte, alterou as relações econômicas, políticas e sociais das regiões canavieiras de todo país. Através dos empréstimos concedidos à construção de destilarias, maquinários e projetos de irri-

gação, as usinas alteraram suas capacidades produtivas e incorporaram novas tecnologias, por vezes substituindo a mão de obra humana¹. Esse processo degradou as condições de vida e trabalho dos canavieiros, com destruição das lavouras de subsistência, aumento do trabalho clandestino, processo de consolidação da expulsão de antigos moradores, entre outros fatores.

Evidentemente, os trabalhadores não assistiram passivos a essas transformações, tendo se organizado em confederações, federações e sindicatos para exigência do cumprimento dos direitos trabalhistas e respeito a sua identidade. Ao longo do processo de redemocratização do país, diversos movimentos rurais – e urbanos – emergem para lutar contra os efeitos do projeto modernizante, opressão e violência praticada pelo regime. Entre eles, ocorreu a greve dos metalúrgicos no ABC Paulista, a dos canavieiros de Pernambuco (1979), a dos boias-friás, em Guariba (1984) e a dos canavieiros, em Campos dos Goytacazes, interior do estado do Rio de Janeiro, em julho de 1984.

Este artigo, portanto, visa compreender e analisar um desses momentos de mobi-

lização e questionamento das condições de vida e trabalho: a greve dos canavieiros campistas. Objetiva-se discutir as razões que levaram à greve, sua organização e conquistas obtidas. Consideramo-la como momento de questionamento à autoridade patronal, cujas reivindicações superaram as necessidades por melhores condições econômicas, revertendo-se em recuperação da dignidade. O enfrentamento coletivo aos patrões permitiu expor as ações violentas, arbitrárias e mobilizar a mídia pela defesa do cumprimento da legislação, além de promover denúncias.

A agroindústria canavieira possui características, situações e mecanismos comuns em todo país, capazes de auxiliar no entendimento do cenário de exploração no momento da greve². Entre seus elementos, destacamos o pagamento por produção, o trabalho clandestino e a violência física e simbólica. Os canavieiros, portanto, reagem a processos instituídos na longa duração, tendo nas suas demandas pautas históricas.

A decretação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1º de maio de 1943, não significou para os trabalhadores rurais

¹ O processo de modernização e transformação da agricultura, após os anos 1970, é analisado por (Kageyama & Silva, 1983). Em sua obra, ressaltam que a modernização brasileira acentuou as marcas contraditórias do desenvolvimento capitalista, por sua capacidade de produção de riqueza e miséria, simultaneamente. Apontam que este processo se pautou no acúmulo da riqueza, pelos setores dominantes, e a miserabilidade, deixada à sociedade trabalhadora. A modernização, além disso, efetivou-se pautada em dois processos fundamentais: a mecanização, caracterizada pelo aumento de tratores, colheitadeiras, semeadeiras, máquinas de arado, de transporte, de refinação da matéria prima etc., e pelo crescimento do consumo de uso de fertilizantes.

² Para reflexão sobre trabalho canavieiro e resistência em outras regiões, cf: Lopes e Heredia (2020).

sua inclusão imediata. Até 1963³, quando decretado o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), diversas disputas jurídicas e políticas foram travadas para garantir a aplicação dos direitos previstos aos trabalhadores urbanos, em especial férias remuneradas, aviso prévio indenizado e hora extra. Portanto, a luta dos trabalhadores rurais a partir da CLT é tanto para extensão dos direitos ao campo quanto pela institucionalização e aplicação. A resistência e atuação de seus representantes legais possibilitaram o ingresso dos direitos no campo, inclusive judicialmente, com a formação de jurisprudências favoráveis.

Soares (2015), ao analisar a relação entre os trabalhadores campistas e a construção do direito, revela que, apesar do reconhecimento do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas e Pecuários em Campos só ter sido obtido em 1946, as ações ingressadas geraram reconhecimento pelo poder público municipal, com o Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA) e a Junta de Conciliação e Julgamento e Justiça do Trabalho como entidade representativa dos trabalhadores rurais (Idem, p. 59). Trata-se, portanto, de sujeitos que se opõem aos anos de desrespeito à condição de cidadão, reclamando prerrogativas existentes no ordenamento jurídico e

aplicação de outras previstas para os trabalhadores urbanos.

O recorte selecionado neste artigo não foi o primeiro momento de lutas por direitos trabalhistas e sociais, mas a primeira mobilização do período de redemocratização. Os anos de ditadura civil-militar que antecederam a greve intensificaram o trabalho clandestino, a expulsão das fazendas, a violência e a coerção. Quando irrompeu a greve, as lutas estabelecidas no campo jurídico e das resistências cotidianas se acumulavam, e as pautas exacerbaram antigas insatisfações e desejos.

Assim, este artigo pretende resgatar a memória dos canavieiros campistas, pouco discutida pela academia desde os anos 1980, retomando o debate e explicitando a força do sindicalismo naquele contexto. Inicia-se este artigo contextualizando os efeitos da modernização na agroindústria canavieira campista, elencando aspectos teóricos e práticos das condições de vida e trabalho após a década de 1970, que corroboram com as razões pelas quais os trabalhadores pararam em julho de 1984. Posteriormente, analisa-se a execução do trabalho e as principais problemáticas envolvidas, como o pagamento por produção e as condições degradantes, localizando e identificando aspectos específicos da cidade.

³ O Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) não foi a primeira tentativa de regulação, pelo Estado, das relações de trabalho no campo. Em ¹⁹⁴¹, o Estatuto da Lavoura Canavieira pretendeu proteger pequenos fornecedores e lavradores de cana. Para os usineiros, o Estatuto desrespeitava o direito à propriedade rural ao decretar o fornecimento de assistência médica, estabilidade no emprego, acesso à terra para subsistência, entre outras medidas.

A seguir, refletimos sobre as mobilizações anteriores à greve, orientadas pelo sindicalismo nacional e regional, indispensáveis para a organização dos trabalhadores até o momento de luta coletiva. Analisa-se o passo a passo da greve, as estratégias de mobilização e os avanços conquistados. Como fonte, atemo-nos aos jornais de grande circulação, a bibliografia especializada e relatórios. Por fim, traçamos considerações finais acerca da discussão.

A modernização da agricultura na agroindústria canavieira

A partir do golpe civil-militar de 1964, novos projetos políticos e econômicos foram empregados para atribuir ao Brasil o papel de competidor e reposicionar sua influência no mercado internacional. A partir daquela década, a acumulação do capital no campo foi marcada pela modernização da parte técnica, com consolidação dos complexos agroindustriais, promovidos pelas políticas de créditos rurais que atenderam aos interesses de segmentos da classe patronal (Novaes, 1993).

Através de programas oficiais, como o Programa de Racionalização da Agroindústria Brasileira (1971) e Programa Nacional de Álcool (Proálcool) e Planalsucar, foram concedidos “estímulos à fusão, incorporação e relocalização de unidades industriais açucareiras” em todo país (Brasil, 1971). Ao longo dos anos 1960 e 1970, os usineiros de diversas regiões do país acessaram empréstimos, subsídios e incentivos fiscais, visando aumentar sua produtividade.

Estes empréstimos foram empregados na construção das indústrias, trocas de caldeiras e equipamentos de moagens modernos, que, no entanto, permaneceram ociosos e com baixa utilização até a metade da década de 1970. Como explicam Rodrigues e Ross (2020), a ociosidade ocorreu devido à inexistência da crise do petróleo naquele momento, durante a qual o custo de produção da gasolina era menor do que a produção de álcool. Assim, era mais vantajosa a produção de açúcar para exportação, situação alterada posteriormente.

A modernização, considerada conservadora por Silva (1981), pautou-se pela intervenção direta do Estado no projeto, desenvolvimento e aplicação, além da implementação de legislações e dispositivos específicos. Na prática, as alterações na base industrial acentuaram o processo de extinção de unidades produtivas, projetos de fusão (das menores pelas maiores) e exclusão do fornecimento de cotas de produção de açúcar ao Instituto do Açúcar e do Álcool daquelas que não atingissem o padrão mínimo esperado⁴.

Em relação à questão fundiária, Palmeira (1989) indica que as estruturas das propriedades não foram alteradas, e aumentou-se a concentração e as disparidades de renda. Como resultado, ocorreu a intensificação do êxodo rural e o impulsionamento da taxa de autoexploração dos trabalhadores. Além disso, o aumento da mecanização da atividade agrícola, com uso de insumos químicos e maquinários, intensificou as ambiguidades nas relações entre capital-trabalho.

Na região de Campos, os projetos desenvolvidos pelos militares, implementado pelo IAA e adotados pelos usineiros, tiveram efeitos práticos na degradação das condições de vida e trabalho. Com a introdução de máquinas de carregamento, transporte e esmagamento da cana, os meses de safra foram encurtados: de 7 a 8 – de maio a dezembro –, para 3 a 4, sendo que, entre 1977 e 1985, o número médio de dias efetivo de moagem reduziu-se para 117 (Neves, 1997). Assim, com a redução do tempo, os trabalhadores intensificavam o processo do corte da cana, cujo ganho era por produção, para atingir o mínimo suficiente para subsistência. Intensificar a jornada do corte, por consequência, degradava a condição física e psicológica desses trabalhadores diante do esforço

despendido na atividade⁵. Ademais, a introdução das máquinas diminuiu a mão de obra empregada e incrementou o desemprego, favorecendo a penúria.

Essas questões se tornaram mais graves com o fracasso das políticas no final da década de 1970, que não atingiram os resultados esperados⁶. O processo de decretação de falência das unidades, mesmo com os esforços, investimentos e políticas destinadas ao setor, modificou as relações de trabalho, impulsionando demissões, trabalho clandestino, venda de fazendas, expulsão de trabalhadores-moradores, roubo na balança etc., intrínsecos ao setor. Em síntese, houve um processo gradual de perecimento que reorganizou as oposições e reações sindicais, discutidas no próximo tópico.

⁴ Conforme a Lei nº 5.654, de 14 de maio de 1971, em seu artigo 1º, era estabelecida “em cem milhões de sacas de 60 (sessenta) quilos o limite global das cotas oficiais de produção de açúcar das usinas do País”. Além disso, havia, em seu terceiro artigo, a exclusão pelo Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA) das usinas “que tenham paralisado sua atividade industrial durante três (3) safras consecutivas, a partir da safra 1968-69”, engendrando um processo de extinção das pequenas unidades e uma consequente realocação daqueles fornecedores de cana.

⁵ Em Campos dos Goytacazes, a cana era cortada através de duas formas, que permanecem atualmente: a cana queimada e a crua. A queimada costuma ser utilizada para facilitar o corte e aumentar a produtividade, pois economiza tempo na retirada das folhas e das palhas da cana, somando-se a isso o grande número de acidentes ocasionados pela folha cortante; além disso, a queima do canavial impede o acidente com animais peçonhentos presentes em toda lavoura. Apesar da queima do canavial servir para facilitar o corte, a fuligem e o calor não absorvidos pelo solo completamente são altamente prejudiciais para a saúde dos canavieiros. As fuligens causam problemas respiratórios e podem agravar quadros como bronquite, sinusite, asma e causar inflamações. O calor do solo, somado às altas temperaturas nos canaviais e o excesso de roupas utilizadas como equipamentos de proteção individual, leva os trabalhadores à desidratação.

⁶ Neves (1997b, p. 33-34) indica que: “Os significados da política de crédito – oferecida como um mecanismo de compensação pelos preços ‘baixos’ e pela forma de redistribuição de parte da renda gerada pelo setor – constituíam, segundo tais usineiros, um dos fatores do endividamento crônico das usinas, da dependência deles em relação às instituições governamentais, colocando-os em ‘situação de eterna penúria financeira’. Os juros subsidiados não compensavam os preços baixos e não impediam a falta de liquidez das empresas, que se encontravam limitadas quanto às alternativas de expansão da produção e da produtividade”.

Dos efeitos da modernização à reorganização sindical

Consoante ao abordado acima, os incentivos fiscais concedidos aos usineiros para modernização da agroindústria, aliados à manutenção da estrutura fundiária, foram insuficientes para o cumprimento das metas planejadas. O insucesso das políticas modernizantes em Campos dos Goytacazes é analisado detalhadamente por Neves (1997). Sua pesquisa evidencia um caleidoscópio de razões pelas quais os empréstimos e as compras de maquinários não significaram a conquista dos objetivos.

Deve-se considerar que a política implementada pelo Estado e pelos órgãos consultivos, apesar de baseados nos interesses capitalistas dos proprietários, nem sempre corroborava com as realidades regionais. A implementação do Programa de Racionalização da Agroindústria Açucareira do Estado do Rio de Janeiro ampliou o parque industrial, mas não melhorou o rendimento industrial e agrícola. Apesar do potencial, as usinas apresentavam “ociosidade da ordem de 48% e as destilarias de 62%” (Neves, 1997, p. 194). Ao concentrar as fábricas de processamento, aumentou-se a distância das fazendas e o tempo de transporte, levando à perda da sacarose e à redução do aproveitamento, não compensados pelo aumento da lavoura.

A absorção de pacotes tecnológicos, a concessão de empréstimos a juros baixos e a compra de maquinários importados entrou em conflito com fatores estruturais

da região, sejam eles fundiários, econômicos ou trabalhistas. A modernização industrial, responsável pela transformação da matéria-prima em produto – álcool e açúcar – não se reproduziu igualmente na parte agrícola, sem expansão considerável das áreas de plantio, cujo processo de colheita se manteve manual.

O descompasso entre a parte técnica do processamento e da colheita envolvia os cálculos econômicos de custo benefício entre mão de obra humana e tecnológica. As máquinas realizavam cortes desfavoráveis ao aproveitamento e replantio da cana e eram incapazes de acessar áreas com maiores desniveis do solo ou terrenos pedregosos. O desperdício produzido pelos processos de mecanização do corte inviabilizaria a produção em larga escala. Os canavieiros, por outro lado, a cortavam rente ao solo e acessavam todos os espaços das propriedades, tornando-se, em relação à máquina, mais vantajosos.

As limitações humanas impossibilitavam o alcance do ritmo esperado pelas usinas, impulsionando o quadro de superexploração do trabalho e reação dos trabalhadores aos novos contextos. O processo se agravou com a baixa expansão média da cultura da cana nos anos entre 1972 e 1985, exemplificando, novamente, o desequilíbrio entre o processo de modernização e a alteração agrícola.

Outros fatores incidiram para a baixa lucratividade, como o aumento dos custos da produção, repassado pelos fornecedores às usinas; alto custo das peças de manutenção e reposição; combustível dos

maquinários cujo preço ultrapassavam a inflação e levavam à defasagem no preço da cana; limitação da comercialização do mercado externo; maior capacidade industrial e agrícola das áreas concorrentes a Campos, especificamente São Paulo; as dificuldades enfrentadas pelo IAA para manutenção dos juros subsidiados etc. As transformações internacionais do setor sucroalcooleiro agravaram esse quadro, com a queda do açúcar, que ocorreu a partir de 1975 (Ramos, 2007).

Soma-se aos fatores econômicos as práticas de classe que levaram à defesa intransigente da propriedade privada e dos bens, exacerbadas em momentos de crise. Nesse ponto, cabe discutir que a insolvença das usinas não significava a pobreza dos usineiros, beneficiados por anos pelo aumento do seu patrimônio, nem ocorreram simultânea e igualmente em todas as unidades produtivas. O discurso da "quebra" poderia ser acionado, ademais, para obter o perdão das dívidas; créditos suplementares para aplicação em outros investimentos; intervenção do Estado para cobrir a incapacidade de gerência da atividade ou terceirização das responsabilidades para acúmulo de capital.

Os usineiros foram, ao longo dos anos, beneficiados com empréstimos para aumento da produtividade e competitividade, além dos repasses e custeos fixos, promovidos pelo IAA. Nos momentos de instabilidade, os usineiros recorriam novamente aos órgãos públicos e a eles atribuíam culpa. Um exemplo deste argumento é presente na mídia, quando um "usineiro

que passa fome vai à praça protestar" supostamente aguardava o repasse dos recursos do IAA para pagamento dos salários atrasados (Usineiro..., 1985).

A usina diz que vai pagar logo, dependendo apenas de recursos a ser liberados pelo IAA, que por sua vez, garante que não tem verba nenhuma a repassar. E, então, como fica? Quem, afinal, se responsabiliza pela fome dos trabalhadores?, desabafou Eraldo Lírio de Azevedo (Usineiro..., 1985).

Há de se considerar que a publicização das dificuldades econômicas e a posterior decretação de falência das usinas constroem um cenário que justificava, do ponto de vista patronal, o atraso dos salários e a ausência de pagamento das verbas rescisórias dos trabalhadores. Com a insolvença reconhecida pelo Estado, os trabalhadores só teriam acesso aos direitos judicialmente, especialmente se o IAA promovesse a intervenção nas usinas. Esses processos poderiam se arrastar por anos, intensificavam a pobreza dos canavieiros, estimulavam acordos desfavoráveis ou abandono das causas. Exemplos dessa estratégia foram amplamente registrados pelos jornais e combatidos pelos trabalhadores, que traçaram outras alternativas, como a luta pela desapropriação e formação de assentamentos (Tavares, 2022).

Diante desse cenário, durante a década de 1980, os trabalhadores se mobilizaram para exigir direitos, reivindicar atenção do Estado e exigir mudanças significativas. Àquela altura, cerca de 70 mil pessoas eram empregadas no parque açucareiro, entre homens, mulheres e crianças (Ribeir-

ro, 1987). Destes, a maioria era considerada “boia-fria”, trabalhadores assalariados contratados durante a safra, sem registro formal e/ou ligado a empreiteiros, portanto, sem a compreensão dos efeitos do trabalho clandestino naquele momento, não é possível explicar a greve de 1984.

Antes de especificá-lo, faz-se necessário discutir o árduo ritmo de trabalho nos canaviais no recorte analisado. Conforme indicam os estudos de Neves (1989), a média de corte por trabalhador era, na década de 1980, de até três toneladas por dia. O trabalho, executado por repetitivos golpes com o podão bem rente ao solo, exigindo a curvatura da coluna cervical, frequentemente ocasionavam dores e câimbras nos trabalhadores. Laat (2010) descreve, meticulosamente, como são realizados os movimentos, e afirma que, após uma jornada de oito horas, “o trabalhador poderá ter executado de 10.000 a 12.000 movimentos do membro superior”, indicando ainda que “há uma movimentação simultânea da coluna vertebral, especialmente dos segmentos lombares e cervicais, bem como da articulação do ombro” (Laat, 2010, p. 58).

O esforço era realizado por todos os trabalhadores, de diferentes gêneros e faixas etárias, majoritariamente de forma ilegal; portanto, a clandestinidade do trabalho

aplicava-se a todos, mas com predominância das mulheres e crianças, principalmente pelo menor salário pago a eles⁷. O trabalho era realizado sem vínculos empregatícios formais, logo, sem assinatura na carteira de trabalho, ou seja, não contribuíam para previdência social e, consequentemente, não possuíam direito a férias, 13º salário, descanso remunerado e outros direitos trabalhistas.

O pagamento dessa categoria era acordado diretamente com o administrador da fazenda ou empreiteiro. As empreiteiras constituíam empresas juridicamente registradas, que, através da figura do empreiteiro⁸ (podendo ele mesmo ser o dono, sócio ou contratado), aliciava a mão de obra local, nacional, e contratava para prestação dos serviços nas usinas ou fazendas particulares de plantadores de cana.

No formato da empreitada, a classe patronal se abstinha da responsabilidade e encargos trabalhistas, sendo todos condicionados à empresa contratada pela usina. Os direitos, entretanto, não eram pagos, e os trabalhadores sofriam com constantes ameaças e exploração, encontrando dificuldades para reivindicar na justiça seus direitos.

O “dono de firma” é o responsável jurídico, aquele que estabelece o con-

⁷ Segundo reportagem do jornal (Distorções..., 1977), o trabalho das crianças era remunerado em, aproximadamente, em CR\$ 3,00 por dia, CR\$ 20,00 para as mulheres e CR\$ 40,00 para os homens, executando as mesmas tarefas.

⁸ As discussões sobre o papel do empreiteiro e o detalhamento dos contratos de trabalho foram analisados por Tavares (2021, 2022, 2022a).

trato geral para a safra e que ganha no contrato de cada usina. Também é aquele que retém indevidamente a soma correspondente aos encargos sociais pagos pela usina para parte dos trabalhadores que são "contratados". Algumas vezes manipula esse capital em forma de "prêmios de incentivo", mas numa soma que jamais corresponde à conta no papel, do valor real devido. Em geral, são figuras com estigma de "corruptos" ou de "caráter pouco recomendável" segundo a opinião pública local" (Ribeiro, 1987, p. 188).

Desta maneira, no final da safra os trabalhadores submetidos à figura desses agentes se encontravam desamparados, principalmente pela impossibilidade de comprovação da prestação de serviço ao usineiro, causado pelas diversas estratégias de dominação. Havia preocupação coletiva entre os trabalhadores, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos (STRC) e da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro (FETAG-RJ), com o destino e o desrespeito para com eles.

As insatisfações e o clima favorável de redemocratização permitiram que a Contag promovesse o III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, em 1979, com objetivo de unificar o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MSTR) e obter conquistas a partir da luta conjunta, tendo a Reforma Agrária como uma das pautas principais. Medeiros (1989) demonstra que:

Além da reforma agrária, o encontro reivindicava o cumprimento da legislação trabalhista, visto que se constatava que 80% dos trabalhadores do campo sequer tinham

carteira assinada, garantia aos trabalhadores rurais dos benefícios previdenciários que a legislação assegurava aos urbanos, incentivos às culturas dos pequenos produtores etc. (Medeiros, 1989, p. 116).

A greve de Pernambuco, em outubro de 1979, pode ser compreendida como reflexo do esforço organizativo do complexo Contag a partir desses encontros, que tinha como característica a estrutura vertical, passando pelas federações estaduais e chegando aos sindicatos regionais. A greve pernambucana, planejada dentro da lei de greve, permitiu que a confederação tivesse, no movimento, um laboratório posteriormente replicado em todo o país, com dois elementos principais: "a articulação da ação a partir da confederação e a luta respeitando os parâmetros legais" (Medeiros, 1989, p. 125). Logo, durante os anos 1980, as lutas por condições salariais e o cumprimento da legislação foram acentuados e desenvolvidos pela confederação, articulando os níveis estaduais e locais, onde o confronto ocorria. Evidentemente, essa tendência das greves legais não foi unânime, como os casos de Guariba e Campos demonstraram.

Ademais, em 1980, ocorreu o 1º Encontro Nacional dos Assalariados, organizado pela Contag e realizado em Carapina (PE). Nele, foram discutidas e aprovadas as diretrizes da luta unificada de 1981 para instaurar a Convenção Coletiva do Trabalho, unificando a categoria através de uma data base estadual (anteriormente realizada em diferentes momentos), favorecendo a campanha salarial (Ribeiro, 1987).

A partir desses – e outros – espaços e propostas, o MSTR incentivou uma postura mais combativa para o cumprimento da legislação, questionando, mas não abdicando, os resultados obtidos na justiça do trabalho. As decisões do congresso foram somadas à luta do STRC, principalmente pela possibilidade de manter a forma de luta – legalista –, mas obtendo apoio externo e multiplicando as conquistas.

Apesar de ressaltarmos os aspectos internos do movimento sindical dos trabalhadores rurais, esse também sofreu influência dos movimentos urbanos. Nos últimos meses da década de 1970, as práticas de tortura e o aparato burocrático-institucional de vigilância, implementados pela ditadura, não foram capazes de conter os industriários. Logo, a greve dos metalúrgicos no ABCD Paulista contribuiu para reorganização do sindicalismo brasileiro, reorganizando as bases políticas e requerendo reformas em diversos setores.

A emergência do “novo sindicalismo” afetou, em diferentes escalas, a estrutura dos sindicatos rurais, inclusive na composição das chapas para as eleições. A atuação do departamento rural da Central Única dos Trabalhadores (CUT), criada em 1983, e a disputa com a Contag é um dos exemplos. Corroboramos com a hipótese de Abramo (1999) de que o movimento, para além das reivindicações por melhores remunerações e condições dignas de trabalho, influenciou o debate acerca do resgate da dignidade, respeitos e limites violados pela relação entre capital e trabalho. Neste sentido, os trabalhadores das fábricas e os canavieiros de

Pernambuco, Guariba e Campos dos Goytacazes não apenas reclamavam a consumação dos direitos previstos na CLT, mas delimitavam seus limites, professavam sua indignação e retomavam o papel de protagonista da história.

Dessa maneira, a greve de Campos se inseriu em contextos de possibilidade de transformação pela união dos canavieiros – e da classe trabalhadora – de todo o país, aliados às entidades representativas, líderes sindicais e políticos da região, articulados na defesa pelas transformações. Inspiraram-se nas vitórias obtidas no ABCD, Pernambuco e Guariba, essas duas últimas consequências do trabalho realizado pela confederação e a coragem dos trabalhadores, cientes dos riscos e das possibilidades de repressão.

A caminho da greve de 1984

Discussiu-se acima a relevância da articulação do movimento sindical para reorganização das bases dos canavieiros no período de redemocratização. A inserção de novos atores e as mudanças políticas no sindicalismo (urbano e rural) modificaram a atuação do STRC, suas relações com os canavieiros, e do universo das usinas. Até aquele momento, o sindicato campista estabelecia com seus associados uma relação ambígua, pois, ao longo dos anos, atuou dentro dos limites formais e da esfera jurídica, opondo-se ao confronto direto com os patrões. Essa linha de atuação levou a acusação por parte da oposição, de “legalistas” (Ribeiro, 1987).

A acusação ou defesa das ações dos STRC não são nossos objetivos neste artigo, mas, deve-se considerar o contexto de repressão e intervenção dos sindicatos ao longo da ditadura, o que pode contribuir para o entendimento dos limites de atuação. As atividades sindicais conviviam com a constante possibilidade de intervenção, perseguição, prisão e assassinato dos líderes. O clima político favorável e o desencanto coletivo com as lutas na esfera trabalhistas – ocasionado pelas relações entre a classe patronal e a justiça, cujas decisões dos processos favoreciam os patrões⁹ – permitiu maior mobilização e transformação dos modos de luta do sindicato campista, aderindo às experiências grevistas de outros locais, enviando representantes para aprender as etapas da greve, como mobilizar os trabalhadores, as possibilidades de negociação etc.¹⁰

Sofreram, ademais, influências das greves realizadas pelos metalúrgicos no ABCD Paulista, cujo sindicalismo auxiliou na reformulação das propostas e formas de luta no campo. As percepções sobre a violação da dignidade, o senti-

mento de injustiça e exclusão social foram compartilhados por esses setores. Os discursos, as palavras de ordem e as exigências indicam a convergência da necessidade de reestabelecer as fronteiras entre o aceitável e inaceitável, silenciadas outrora pela repressão. Em síntese, possibilitaram o confronto, pautados em experiências bem-sucedidas.

Ao longo de 1984, o STRC e FETAG/RJ promoveram diversos encontros para conscientizar e atualizar os trabalhadores das lutas existentes em outras regiões. Apesar da influência da estrutura sindical, os canavieiros também agiam de forma autônoma em seu cotidiano. Infere-se, a partir das análises das fontes de jornais, revistas e bibliografia¹¹, a construção do problema até o momento de deflagração e a constante tentativa dos trabalhadores e do sindicato em transformar as relações com o usineiro/fazendeiro através do diálogo. Como indica Gonçalves (2019) e os jornais analisados, os trabalhadores apresentam a greve como uma resposta à conjuntura nacional e regional de desemprego, aumento dos gêneros alimentícios,

⁹ O exemplo do Dissídio Coletivo, de 1981, analisado por Ribeiro (1987) demonstra a posição dos juízes frente às demandas dos trabalhadores, além da articulação da justiça com a classe patronal.

¹⁰ Carrizo (2020) demonstra, através da entrevista com Maria do Carmo, uma ex-funcionária do Sindicato de Araripina entre 1971 e 1982 e da Fetape, entre 1982 e 1990, que durante o período da ditadura as reuniões sindicalistas envolviam sindicatos de outras regiões, inclusive os de São Paulo e Campos, hospedando-se nos centros de Carpina e Ribeirão. Isso demonstra a integração do sindicalismo de Campos com outras regiões, bem como o interesse em compreender a situação geral e aproveitar as experiências e oportunidades, reforçando a tese da presença de sindicalistas campistas na greve de 1979, sob influência da Contag para aprender os trâmites legais e a manter a greve.

¹¹ Entre as produções analisadas que corroboram com a hipótese da construção do problema, destacamos: (Campos..., 1984) e Centro Ecumênico de Documentação e Informação (1985).

ausência de direitos trabalhistas e desencanto com os processos.

A concepção de resistência apenas em momentos de grandes eventos não se mantém coerente após a análise e comparação das fontes. Em maio de 1984, foram realizadas destruição das plantas e saques, confirmado, também, as ações realizadas fora do sindicalismo oficial. Os trabalhadores, ao longo de todo o ano, exemplificaram sua coragem, exacerbada durante a paralisação, exponenciando o que a unificação da classe conseguiu almejar. Conforme noticiado:

O Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos, Manoel Francisco Pereira, disse que os bóias-friases fluminenses, aproximadamente 60 mil na região canavieira, andam muito insatisfeitos e já deram mostras do seu estado de espírito, fazendo saques e destruindo plantações, em sinal de protesto contra a exploração que vêm sofrendo no campo (Campos..., 1984).

O momento de deflagração se realizou fora da lei de greve, criada para ser uma lei “antigreve”¹², cujas bases já haviam sido construídas e desenvolvidas pelos trabalhadores e sindicato desde antes do I Encontro dos Canavieiros do Estado do Rio de Janeiro, em 22 de julho. Essa hipó-

tese é corroborada por Gonçalves (2019) ao mapear um panfleto de uma reunião do dia 28 de junho, localizada no Ginásio do Americano Futebol, organizada pelo Sindicato, Federação e Confederação.

Ademais, a conscientização das lutas iniciou meses antes, inclusive com a participação do STRC nas greves de Pernambuco, naquela época experiente na realização de paralisações, como já mencionado. Ao longo de dois meses, a preparação para o encontro foi orientada pelo modelo da Contag, através da Fetag e dos STR. Os líderes sindicais iam às casas, demonstrando as conquistas que poderiam ser obtidas e o resultados obtidos em outros locais, como espelho para o Rio de Janeiro. A despeito das críticas ao modelo de sindicalismo da Contag, que, segundo seus opositores, não contemplavam a ação pelas bases, a preparação do evento é pautada justamente na necessidade da presença e engajamento do trabalhador.

Além disso, o episódio fortaleceu as alianças políticas regionais e locais, extra e intra STR. Como exemplo, contaram com a presença do bispo de Campos, Dom Carlos Alberto Navarro, ligado ao setor mais

¹² A Lei De Greve é regulada pelo nº 4.330, de 1º de junho de 1964, na forma do artigo 158 da Constituição Federal. Para a regulação da paralisação dentro de seu formato, diversas etapas eram necessárias, entre elas, assembleias gerais com 2/3 dos associados em primeira convocação e na segunda, 1/3, previamente publicada em jornais da região e com pautas definidas; antecedência mínima de 10 dias entre o encontro a publicação do chamado; os votos deliberativos que necessitavam da presença de um membro do Ministério Público do Trabalho, designado pelo Procurador Geral do Trabalho em casos de greve. Essas, entre outras estratégias, foram criadas como mecanismos para impedir o livre acesso à sindicalização em momentos de ditadura. Através da pressão, os canavieiros se mantinham distantes das lutas nessa esfera.

progressista da Igreja Católica, em oposição ao seu antecessor religioso, ligado à Tradição, Família e Propriedade (TFP), com histórico de ataques e oposição às lutas por Reforma Agrária em Campos. Segundo O Fluminense, o bispo foi convidado para “dar sua bênção para que sejam encontradas as melhores soluções num prazo breve pelos caminhos da paz, do entendimento e fraternidade” (Bóias-fias..., 1984a).

As reivindicações eram relacionadas aos direitos trabalhistas e a melhoria nas condições de vida, sendo elas: mudanças nos valores relativos ao pagamento da cana (irrigada, cana crua, cana queimada); fim da figura do empreiteiro – solicitando contratação direta com a empresa; melhorias no transporte; aumento do salário mínimo da categoria; direito à efetiva representação sindical; fim do pagamento em crédito; fornecimento de recibos de pagamento; remuneração nos dias de chuva, desde que o trabalhador comparecesse, e equipamentos de proteção individual adequado.

Consideramos, a partir das fontes analisadas, que o primeiro encontro dos Canavieiros, realizado no dia 22 de julho, é o marco inicial para encaminhamento da greve. O encontro contou com a presença de vários setores e de José Francisco, então presidente da Contag, para unificar, estruturar a luta e debater a possibilidade de uma greve a ser construída posteriormente. A greve não é decretada naquele instante, pois o objetivo principal era discutir as cláusulas a serem encaminhadas ao sindicato patronal. No entanto, preparam-se para uma possível recusa e

construíram alianças políticas caso não houvessem soluções.

Deliberou-se, no dia 22 de julho, o prazo até o dia 29 para atendimento das demandas ou início das negociações, somadas à pressão que deveria ser exercida pelo STRC e entidades representativas, informando sob o risco real de paralisação. Os trabalhadores, através do Sindicato, procuraram negociar com os patrões desde antes do dia 29, possivelmente acreditando que a própria demonstração de interesse na greve fosse suficiente para coagir os patrões e fazê-los sentar à mesa para estabelecer as negociações sem uma ruptura brusca. Isso não ocorreu.

O argumento é corroborado por Jose Sales, suplente da diretoria do STRC no período. Como explicou, a greve não fora deflagrada na grande assembleia do dia 22, mas no dia 29, que era o momento “poder responder aos patrões, se eles realmente tinham atendido à nossa reivindicação” (Centro Ecumênico de Documentação e Informação, 1985, p. 64). Conforme apontou Gonçalves (2019), não só os trabalhadores sabiam das conquistas das greves em outros estados, como José Sales reforça o respaldo de Pernambuco e São Paulo, o que informava aos trabalhadores a importância daquele momento.

Os patrões, seja por considerarem ilegítimas as reivindicações ou por argumentarem a impossibilidade da equiparação a Guariba, não acordam uma negociação. Desse modo, reunidos no dia 29, no Automóvel Clube, cerca de 4 mil trabalhadores, representando oito sindicatos da

região Norte Fluminense, optam pela greve a partir da meia-noite. Nos momentos seguintes, 11 usinas paralisaram quase totalmente, sendo elas: São João, Santa Cruz, São José, Tocos, Baixa Grande, Novo Horizonte, Cupim, Queimados, Barcelos, Cambaíba e Poço Gordo.

Os 100 mil canavieiros que trabalham em oito municípios do norte-fluminense decidiram entrar em greve a partir de hoje. Vão permanecer em greve até verem atendidas as suas reivindicações. O movimento das boias-frias está coordenado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e pela Federação Nacional da categoria. Na assembleia realizada ontem no Automóvel Clube Fluminense, em Campos, estiveram presentes mais de 4000 canavieiros, que aprovaram por unanimidade a paralisação da categoria. Após vários meses de negociação, os boias-frias da região Norte-Fluminense elaboraram um documento que foi entregue aos usineiros com as reivindicações mínimas da categoria (Em greve..., 1984).

A greve decretada paralisou, diretamente, 30 mil, e indiretamente, 100 mil trabalhadores. Como reivindicação, exigiam: redução do corte de sete para cinco linhas; pagamento de Cr\$ 1.740,00 por tonelada de cana cortada; Cr\$ 60,00 por metro linear para cana comum; Cr\$ 160,00 para cana irrigada; assinatura da carteira de trabalho direto pelo empregador; fim das empreiteiras; transporte seguro e gratuito; fornecimento de ferramentas; comprovante de produção; remuneração e pagamento nos dias de chuva baseado na média.

Apesar de a assembleia do dia 29 ter reunido oito sindicatos da região, os gre-

vistas esperavam o apoio dos sindicatos de São João da Barra, Macaé, Conceição de Macabu, São Fidélis, Bom Jesus, Cabo Frio e Itaperuna, que contavam com uma destilaria de álcool.

As negociações entre a classe patronal e os trabalhadores deveriam ter iniciado no dia 30, mas, pela ausência do delegado do Trabalho, Pedro Corrêa Neto, foram adiadas para o dia 31. O delegado não pode comparecer, pois havia sido deflagrada a greve dos metalúrgicos (Greve..., 1984).

A mesa-redonda marcada para as 14 horas de ontem na Subdelegacia Regional do Trabalho, não foi realizada e, segundo o subdelegado Afonso Soares Barbosa, porque o delegado regional, Pedro Corrêa Neto, não pôde sair do Rio, devido à greve deflagrada pelos metalúrgicos. Apenas compareceram à reunião o presidente do Sindicato Rural, Célio Manhães Wagner e uma comitiva do Sindicato dos Trabalhadores (Greve..., 1984).

Junto a eles, participariam da reunião na Subdelegacia do Trabalho de Campos, o secretário estadual do Trabalho e Habitação, Luis Paulo Machado, e o secretário Carlos Alberto de Oliveira (Canavieiros, 1984). Mesmo diante de todos os indícios da paralisação caso não houvesse negociação com os usineiros, os trabalhadores ao chegarem para reunião no dia 30, na subdelegacia do trabalho, surpreenderam o subdelegado Afonso Barbosa e Célio Wagner, presidente do Sindicato Rural, que representava os fornecedores de cana. Segundo a fonte analisada, o subdelegado teria perguntando “Eles estão em greve?”, alegando que “não pode

haver paralisação, pois estamos em negociação" (Greve..., 1984).

Quando os bóias-frias chegaram à sede da subdelegacia, numa sala de despachos, estavam o subdelegado Afonso Barbosa e Célio Wagner, que ficou surpreso quando soube que havia greve. "Eles estão em greve?" – perguntou ele, acrescentando que "não pode haver paralisação, pois estamos em negociação" (Greve..., 1984).

Manoel Francisco Pereira¹³, combativamente, teria respondido: "Não podemos bancar o avestruz e esconder a cabeça, pois o problema é sério e tem que ser resolvido com urgência" (Greve..., 1984). Após a anuência da paralisação no dia 29, o que demonstram as fontes e os discursos dos sindicalistas é o retorno às atividades apenas quando tivessem garantias do cumprimento das exigências, pois a fome dos trabalhadores não esperava. Mesmo com o adiamento da reunião, permaneceram mobilizados no sindicato, contando com apoio da Contag e da FETAG/RJ. José Francisco, ao conceder entrevista, alertou que "se o adiamento foi uma tática, os usineiros erraram, pois, a greve vai continuar ainda mais forte" (Greve..., 1984).

Célio Wagner, representando o interesse de sua classe, considerou absurdo o pagamento de Cr\$ 1.740 por tonelada de cana cortada, "admitindo que os fazendeiros e usineiros da região não dispõem

de recursos para isso, adiantando que é possível uma melhoria". Apesar de considerar absurdo o salário proposto pelos trabalhadores, silenciou-se quanto à questão das empreiteiras, considerando "de estreita competência dos usineiros" (Greve..., 1984). Evidentemente, não poderia se posicionar contra essa forma de contratação, pois favorecia o lucro da classe patronal, isentava de responsabilidades, aumentava a exploração e dominação dos canavieiros, além de também utilizarem daquele serviço.

O silêncio de Célio Wagner sobre as empreiteiras é contraposto à fala do presidente do STRC, Manoel Francisco Ferreira, ao denunciar as estratégias das empreiteiras para não pagar os direitos trabalhistas após a safra. Segundo ele, as empresas decretavam falência e retornavam no início da safra seguinte com outro nome.

Ao final das safras, diversas empreiteiras abrem falências só para não pagar os direitos dos trabalhadores, entre os quais a empresa Pau-Ferro. - No ano passado, segundo ele, a firma JB Azevedo abriu falência e, este ano, voltou com outro nome (Serv-Solo), que tem Geronso Braga de Azevedo e um tal de "Nilzão" como proprietários (Greve..., 1984).

Ao longo de toda safra, humilhações constantes, sobrecarga da jornada de trabalho, perda de peso, desgaste físico, emocional, acidentes de trabalho e o medo

¹³ Presidente do STRC.

do desemprego no restante do ano. No término, a demissão sem direito algum, “uma mão na frente e outra atrás” e o medo da fome por sete meses.

Desse modo, a greve permitiu maior visibilidade das circunstâncias na imprensa. Possibilitou ao sindicalismo – e sindicalistas – potencializar e divulgar questões e questionamentos pouco dimensionados pela mídia em momentos de “normalidade”. Isso é, existiu a possibilidade de construir uma narrativa favorável aos seus interesses, demonstrando o lado ruim daqueles que se diziam portadores de valores patrióticos, responsáveis pelo desenvolvimento econômico da nação, como os usineiros.

A publicização da miséria poderia impactar o público leitor do jornal, ao perceberem naquelas famílias tradicionais da região a associação ao trabalho em condições análogas à escravidão, atraso de salários e humilhação dos mais pobres. Não são denúncias vazias de importância política e contribuíram para a negociação e vitória do movimento: o sindicalismo compreendia a disputa de narrativas presentes no campo político. Bourdieu (1989) considera que o conhecimento do mundo social e das categorias que os tornam possíveis estão em jogo na luta política, sendo, ao mesmo tempo, teórica e prática, contestando o poder de conservar ou transformar o mundo social, através de categorias de percepção sobre ele. Logo, tornar público, objetivado, visível e dizível o que não é uma experiência coletiva ou conhecida por todos é uma das ferramentas da luta de classe. Ela ocorre, também,

através da produção simbólica, da construção e difusão do discurso.

Por isso, considerar os pronunciamentos dos grevistas apenas como denúncias pautadas na indignação retira o caráter reflexivo e estratégico do movimento. Esses trabalhadores eram, ademais, assessorados por profissionais de diversas áreas, qualificados para auxiliar na construção de opiniões que angariassem apoio: a própria vivência sindical e o entendimento dos processos políticos permitiam essa articulação. Como exemplo, a entrevista de Eraldo Lírio ao jornal *Última Hora* indicou, mais do que denúncias, um apelo ao público ao abordar o trabalho infantil, a sobrecarga das mulheres e os transportes indevidos. Segundo o presidente da FETAG/RJ:

Crianças de 10 anos de idade trabalham como adultos, recebendo de Cr\$500 a Cr\$1 mil por dia. As mulheres, até mesmo grávidas, executam serviços pesados e sua remuneração varia de Cr\$1 mil a Cr\$2.500 por dia. Os trabalhadores são transportados em carros de carregar gado, sem qualquer higiene ou segurança. Os desmandos dos patrões fazem parte do dia a dia (Canavieiros..., 1984a).

Retornando à organização grevista, a partir da meia-noite e ao longo do dia 30, os sindicalistas percorreram fazendas, mobilizaram trabalhadores, atualizaram as notícias e reforçaram a importância da unidade. Realizaram, ainda, piquetes para impedir o desembarque nas lavouras, ameaçando incendiar ônibus e caminhões que transportavam os trabalhadores moradores das favelas próximas. Os piquetes foram estrategicamente posicionados nas

pontes que cortam o Rio Paraíba do Sul, que liga Campos a Guarus, nas entradas e saídas de favelas próximas e nas principais estradas de acesso aos canaviais.

Os piquetes de greve começaram a ser formados desde a zero hora de ontem, com o deslocamento de viaturas para os pontos estratégicos: as pontes que cortam o Rio Paraíba do Sul, as entradas e saídas das favelas em torno da área urbana de Campos e nas principais estradas que dão acesso aos canaviais (Reunião..., 1984).

Diferente de Guariba, no primeiro dia da greve, não houve nenhuma repressão. O único incidente registrado foi a presença de dois camburões da Polícia Militar em Barcelos e Travessão, interessados em garantir a “proteção” daqueles que desejassesem trabalhar. Após interferência dos advogados do STRC, a polícia liberou a área e deixou a negociação por conta dos próprios trabalhadores.

*O único incidente registrado foi em Travessão, distrito de Campos, onde a PM e dois **camburões** anunciararam que dariam proteção aos trabalhadores que quisessem iniciar as atividades do corte de cana. Após a interferência de advogados do Sindicato dos Trabalhadores, a PM se afastou do local, deixando os grevistas à vontade para convencer os **bóias-frias** que haviam saído de casa para o trabalho (Reunião..., 1984, grifo do original).*

Os usineiros se reuniram, na noite no dia 30, para avaliar a situação e as cláusulas

a serem negociadas na reunião do dia seguinte. A mesa-redonda iniciou, finalmente, no dia 31 de julho, às 8h30, na Subdelegacia Delegacia Regional do Ministério do Trabalho. Estiveram presentes cerca de 30 pessoas, como presidentes dos sindicatos, advogados, presidente da confederação e federação, além de Pedro Correia Neto e os representantes da agroindústria.

Os usineiros não aceitaram de forma pacífica a negociação e, inicialmente, tentaram boicotá-la, alegando que o sindicato não tinha competência legal, segundo o enquadramento, para representar os rurais, pois eram enquadrados como industriários. A argumentação foi deslegitimada pela observação do acordo não se referir à filiação previdenciária ou equivalentes.

Após cinco horas de negociação, firmaram acordo coletivo de trabalho, pondo fim à greve. Segundo entrevista de José Francisco, naquele momento, os trabalhadores começaram a ser libertar, alegando ser a carta de alforria dos canavieiros (Bóias-frias..., 1984b)¹⁴. Política e, simbolicamente, os trabalhadores rompiam com os grilhões, soltavam o grito preso desde 1964, demonstrando à classe patronal e à sociedade civil organização, decisão e capacidade de reflexão dos cortadores de cana.

As conquistas, ao menos na esfera legal, foram significativas para os canavieiros, especialmente pela tabela das tarefas do corte de cana e fim das empreiteiras,

¹⁴ Segundo José Francisco: “Neste momento, começamos a nos liberar. É a nossa carta de alforria”.

que os favoreceria em futuras decisões judiciais. A demanda inicial, a redução do corte de sete para cinco ruas e o preço da tonelada também foram atendidas. O valor passou de Cr\$ 900 para Cr\$ 1.430, que proporcionaria um salário médio de Cr\$ 200 a Cr\$ 250 mil mensais para os homens. Além disso, conquistaram no plano legal: fornecimento de equipamentos de trabalho (como botas, luvas, macacão, podão); transporte seguro e gratuito; pagamento do 13º salário e dias parados por conta de chuva; assinatura da carteira de trabalho; extinção das empreiteiras; fornecimento de comprovantes contendo o nome do empregador a produção realizada, quantidade de tarefas executadas e os descontos.

Para os usineiros, a greve de 36 horas representou um prejuízo de 4 bilhões e 140 milhões de cruzeiros na receita. Além disso, as usinas deixaram de receber 100 mil toneladas de cana, que poderiam gerar uma produção de 180 mil sacos de açúcar. Segundo a diretoria do Sindicato da Indústria da Refinação do Açúcar do Rio e Espírito Santo e seu diretor, Antônio Evaldo Inojosa, perderam também cerca de 10 mil toneladas de cana queimadas nas fazendas e que não foram cortadas.

Uma queda de receita da ordem de 4 bilhões e 140 milhões de cruzeiros. Este foi o saldo da greve de dois dias dos bóias-frias. As usinas neste período deixaram de receber cerca de 100 mil toneladas de cana, o que geraria uma produção de 180 mil sacos de açúcar (Bóias-frias..., 1984b).

Percebe-se, portanto, que o esforço dos grevistas, ao menos legalmente, foi

concretizado com a assinatura do acordo. Além das conquistas relativas ao trabalho, o STRC pôde construir novas formas de luta, para além daquelas estabelecidas na justiça legal. Dessa forma, a greve de 1984 explode com a lei, mas é orientada e apoiada pela Contag e sua proposta de sindicalismo.

Considerações finais

As mudanças nas relações de trabalho, legais ou práticas, são processos gestados e alcançados ao longo do tempo. Após a greve, percebe-se a resistência e a oposição dos usineiros, fazendeiros e empreiteiros em cumprir com o acordo, desafiando constantemente a lei e o valor da palavra escrita e “carimbada”. Desse modo, o retorno aos canaviais, no dia 1 de agosto, é marcado, em algumas fazendas, pela continuidade das práticas arbitrárias e pelo desejo de ocultar e descredibilizar a conquista do movimento.

Não só as empreiteiras continuaram existindo, como houveram represálias àqueles que exigiam o cumprimento dos valores relativos ao corte da cana. O mês de agosto de 1984, após a primeira greve do período da redemocratização, foi pautado pelo risco de demissão, em outubro; e pela falta de cana, ocasionada pela estiagem que assolou a região por 6 meses¹⁵.

Com isso, além de lutar pelo cumprimento das demandas, a perda de 25 mil toneladas de cana, prejuízo aproximado em Cr\$ 36 bilhões para usineiros e plantadores, ameaçou a subsistência até o

Quadro 1. Demandas e conquistas da greve dos canavieiros (1984)

DEMANDAS	CONQUISTAS	VALOR CORRIGIDO SEGUNDO O IPCA (07/84-02/2022), ESTI- MADO EM REAIS*
Redução do corte de sete para cinco linhas.**	Atendida completamente.	
CR\$ 1.740,00 por tonelada de cana cortada.	CR\$ 1.430,00 por tonelada de cana cortada.	CR\$ 1.740,00 – R\$14,24 CR\$ 1.430,00 – R\$11,70
CR\$ 160,00 por metro linear de cana irrigada.	CR\$ 91,00 por metro linear de cana irrigada	CR\$160,00 – R\$1,31 CR\$91,00 – R\$0,74
CR\$ 60,00 por metro linear de cana queimada.	CR\$ 45,00 por metro linear de cana queimada	CR\$60,00 – R\$0,49 CR\$45,00 – R\$0,37
Comprovação das tarefas através de formulários ou fichas, contendo nome, quantidade, tarefa, metro linear ou tonelada.	Atendida completamente.	
Melhoria nos transportes (gratuitamente fornecidos).	Atendida completamente.	
Fornecimento de ferramentas e equipamentos de proteção individual.	Atendida completamente.	
Contratação direta pelo empreendedor e fim das empreiteiras.	Atendida completamente.	
Pagamento em dias de chuva, quando comprovado o comparecimento do trabalhador na fazenda.	Atendida completamente.	
Pagamento por divisão de tarefas.	Atendida completamente.	
Estabelecimento da data-base para reajuste de salários e condições de trabalho.	Atendida completamente.	

Fonte: (Usinas, 1984); (Greve por..., 1984); (Bóias-frias voltam..., 1984); (Demissão em massa..., 1984); (Além da carteira..., 1984); (Com acordo..., 1984).

* Para contextualização do leitor, os valores relativos ao pagamento em cruzeiro, moeda vigente na época, foram recalculados por meio da calculadora do Banco Central para reais, tendo como referência o período de julho de 1984 a fevereiro de 2022. Para este cálculo, são observadas as tendências inflacionárias sobre o índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

** Quando o corte for realizado em locais de difícil acesso, com utilização de animais para transporte, será acrescido 30% sobre o valor em todas as modalidades.

início da próxima safra. Ainda mobilizados, os trabalhadores não excluíam a possibilidade de uma nova greve, caso não fossem postas em prática, num prazo de oito dias, os valores e as condições acordadas (Demissão..., 1984).

A classe patronal não aceitou que os limites de sua autoridade fossem desafiados. Mesmo com o prejuízo causado pela paralisação de 36 horas e a consciência da força dos trabalhadores mobilizados, expuseram a cada momento sua capacidade de destituir medidas oficiais e legais. É possível que, para os usineiros e plantadores, a lei, os órgãos públicos de fiscalização e a própria mesa redonda do DRT fosse uma encenação, um modo para amenizar os conflitos sem acarretar mudança efetiva dentro das suas propriedades.

Isso significa que, ao longo de todo o período analisado, há, por outro lado, a mobilização da classe patronal frente aos avanços dos trabalhadores. Essas relações entre as classes são pautadas pela mobilização e enfrentamento. A classe patronal deve ser entendida, portanto, como ativa. As disputas pelo poder e pela manutenção da dominação são diárias, presentes em múltiplas esferas da vida social, estendendo-se além dos momentos grevistas.

Nessa lógica, atrapalhavam e adiavam

ao máximo as negociações, mas quando eram feitas, pretendiam as descumprir. A visão de mundo dos usineiros, ligada ao direito inalienável da propriedade, estabelecia conflito com o Estado, quando este intermediava ou legislava como a relação entre capital-trabalho deveria ocorrer nas usinas e fazendas.

Se, por um lado, consideravam o Estado um aliado do setor sucroalcooleiro quando eram fornecidos benefícios, créditos a juros subsidiados, isenção de impostos e outras vantagens fiscais, por outro, quando este intervinha ou defendia o interesse da classe canavieira, se tornava opositor. Não desconsideramos a hipótese de haver, entre os usineiros, quem considerasse os órgãos de fiscalização e o próprio Ministério do Trabalho como incapazes de confrontá-los abertamente. Eram relações ambíguas, pautadas no distanciamento e aproximação a depender dos benefícios em vista.

Mediante a isso, ao retornar o corte no dia seguinte ao acordo, os trabalhadores das fazendas Barra Seca e Abadia, da Usina São José; Fazenda Doce, da Usina Barcelos e Fazenda São João, da Usina São João foram comunicados que não teriam direito ao preço acordado. Como consequência, cerca de mil canavieiros paralisaram até às 11h, regressando apenas quando o

¹⁵ Em São Paulo, no mês de agosto, os canavieiros das 21 usinas da região de Ribeiro Preto, cerca de 17.500 trabalhadores, além dos 8 mil apanhadores de laranja da região de Bebedouro, enfrentaram problema semelhante. O desemprego após o término da moagem, agravada pela seca há dois meses, gerou um grande problema social, com riscos de repetirem a greve caso não fossem indenizados corretamente (Usinas, 1984).

Sindicato interviu e o presidente Manoel Francisco sugeriu uma tolerância de oito dias para regularização das remunerações e medidas. Segundo entrevista concedida por Manoel Francisco, o prazo de oito dias, caso não fosse cumprido, inevitavelmente acarretaria uma nova greve (Nova..., 1984).

O processo de luta transformou a própria percepção dos trabalhadores sobre os direitos, complexificando a reflexão sobre seu papel no mundo e opondo-se às regressões das conquistas. Como resposta, intensificaram-se as ameaças e a exploração, além da tentativa, por parte da classe patronal, em esticar seus poderes e testar os novos limites.

Após a greve, os empreiteiros continuaram explorando os trabalhadores. Um deles, Rubens Gomes de Azevedo, de 40 anos, foi acusado de ameaçar, com um revólver Taurus 32, cerca de 60 trabalhadores da Fazenda Abadia, na Usina São José. Na ocasião, o empreiteiro, no início da jornada, afirmou que, em vez de pagar Cr\$ 45,50 por metro linear, pagaria Cr\$ 50,00 com metragem própria, onde a vara equivalia a uma média de 2 m e 20 cm. Essa estratégia, conforme já discutido, reduzia a remuneração e aumentava o número de toneladas cortadas devido à metragem errada, além de arbitrária ao acordo assinado, evidenciando, novamente, a distância entre a legislação e a prática cotidiana nos canaviais.

Com um revólver Tauros 32, o empreiteiro Rubens Gomes Azevedo, de 40 anos, ameaçou cerca de 60 bôias-frias da Fazenda Abadia, na Usina São José, para que eles aceitassem o critério de pagamento do corte da cana, contrariando o acordo firma-

do terça-feira, por trabalhadores e usineiros. Ao invés de Cr\$ 45,50 por metro linear, o empreiteiro impôs o pagamento de Cr\$ 50,00, mas com metragem própria, utilizando vara de 2 m e 20 cm (Empreiteiro..., 1984).

Os trabalhadores, ao discordarem da remuneração, arriscaram serem baleados, já que Rubens de Azevedo disparou a esmo contra os canaviais para coagi-los. Ainda, o primeiro trabalhador a reclamar, Jorge Luis Ribeiro, de 27 anos e pai de 5 filhos, sofreu dupla sanção: foi desafiado a ir com o empreiteiro até o ônibus, onde o mesmo guardava o revólver, além de ter sido demitido da firma (Empreiteiro..., 1984).

Jorge Ribeiro, combativamente, chamou a polícia, que chegou após a fuga do empreiteiro. Em momentos seguintes, foi capturado pela 111^a Delegacia de Polícia de Campos, pagou multa máxima por porte ilegal de armas de fogo e liberado. O caso demonstra, portanto, como a violência permaneceu um recurso de poder para humilhar e dominar os trabalhadores.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais, sob presidência de Manoel Francisco Pereira, não se omitiu, aguardando que os usineiros acatassem deliberadamente às transformações. Conforme reportagem do O Globo, a principal preocupação do sindicato naquele instante era a assinatura da carteira de trabalho e o fim dos empreiteiros. Segundo ele, "o que mais nos preocupa [...] são as firmas empreiteiras que sequer têm capital social para funcionar como empresas, mas foram registradas" (O Globo, 1984a). Havia planos de atuarem em conjunto com o Ministério do Trabalho para

fiscalizar e regularizar os informais.

A greve refletiu, até mesmo, nos fornecedores de cana (plantadores), insatisfeitos com o critério de pagamento determinado pelo Conselho Deliberativo do IAA. Na ocasião, ameaçaram não entregar a matéria-prima às usinas caso os usineiros continuassem retendo 10% do valor da cana entregue para pagamento posterior, em janeiro ou fevereiro, como garantia de promissórias rurais. Segundo o argumento dos plantadores, o custo da produção era alto e os preços defasados, exigindo o pagamento integral (Boicote..., 1984).

Para os usineiros, antigos conflitos precisaram ser resolvidos, porque, além do prejuízo causado pela greve, a falta de chuva afetou a produtividade da matéria-prima. O projeto de irrigação, desejado desde a década de 1970, era restrito a poucos lotes em algumas fazendas. Assim, caso os plantadores entrassem em greve, as canas não seriam cortadas e perderiam seu teor de sacarose, levando à redução do produto final. Como o pagamento dos canavieiros é efetuado por produção, não havendo trabalho, não haveria salário, o que poderia gerar uma greve mais energética (Indústria..., 1984).

Em síntese, as relações dos usinei-

ros com os plantadores eram ambíguas, marcadas pelo distanciamento quanto à posição nas relações de produção, mas próximas quanto às opiniões sobre os trabalhadores e sobre a intocabilidade da propriedade privada. Essa ambiguidade se tornou notória ao analisar os mecanismos utilizados pelos plantadores para impor suas condições de fornecimento da cana. No episódio citado acima, apesar de não decretarem uma greve geral, boicotaram as usinas que não realizavam o pagamento total pelas cotas fornecidas. Os usineiros, cujos prejuízos cresciam a cada dia, rapidamente negociaram (Campos..., 1984).

O capital financeiro e simbólico dos plantadores e sua posição de classe impossibilitava os usineiros de argumentarem de forma ríspida ou cortarem as relações, conforme faziam com os trabalhadores. A mão de obra do corte poderia ser substituída por migrantes, mas a produção dificilmente poderia ser adquirida de outros estados¹⁶.

No meio desse embate, os canavieiros continuavam tendo seus direitos desrespeitados e as vitórias não eram concretizadas na prática. Lutavam, marcavam assembleias e pressionavam os patrões. Segundo O Fluminense, o STRC convocou os trabalhadores para uma assem-

¹⁸ Pinto (2004) relata que uma das razões que contribuíram para a falência da Usina Santa Maria esteve a necessidade de adquirir cana-de-açúcar de outras regiões do norte e noroeste Fluminense. Dada a dificuldade das estradas, bem como o tempo entre o corte e a moagem, a produtividade perdida não compensava os custos da operação. Na indústria sucroalcooleira, o corte e a moagem são projetados para serem feitos no menor tempo possível, visando maior aproveitamento da matéria-prima.

bleia para o dia 26, visando discutir a possibilidade de uma nova greve, devido ao descumprimento do acordo firmado no dia 31 de julho. A assembleia estava marcada para o auditório do sindicato, mas com possibilidades de ocupar o ginásio do Automóvel Clube Fluminense.

A disposição da liderança da classe é repetir o movimento grevista, considerando que os bóias-friás estão sendo traídos pelo descumprimento do que fora estabelecido em acordo. O Sindicato, através de comissões de mobilização, já está trabalhando no interior de municípios convocando os trabalhadores para a assembleia, que deverá ser marcada para o auditório do Automóvel Club Fluminense, de onde saiu a greve do mês passado (Trabalhadores..., 1984).

Novamente, a mídia noticia a possibilidade de uma nova paralisação. Segundo Manoel Francisco:

Estamos buscando o entendimento com os usineiros. Alguns têm sido sensíveis, mas, na verdade, podemos dizer que todas as usinas estão descumprindo o acordo. Se esta situação se mantiver até domingo que vem, a possibilidade de greve aumentará bastante, pois não podemos suportar mais (Bóia-fria..., 1984a).

Assim, o STRC e os trabalhadores estavam dispostos a reanimar o movimento grevista. Exemplo disto é a presença de Eraldo Lírio, presidente da FETAG/RJ, ao desembarcar em Campos para auxiliar na mobilização do sindicato. Naquele contexto, contatou os canavieiros nos seus locais de trabalho. A própria presença da confederação demonstrou a real possibilidade de irromper uma nova paralisação.

O sindicato propôs, no entanto, que

uma nova greve fosse setorizada, atingindo 5 mil trabalhadores que não estavam recebendo o salário acordado. Antes da assembleia, os usineiros já negociavam com a FETAG/RJ e garantiam a correção das irregularidades, cientes da paralisação nas áreas onde houvesse descumprimento (Bóias-friás, 1984c).

Apesar de a mídia não noticiar o resultado da assembleia, o jornal O Fluminense informa que, na tarde do dia 28 de agosto, cerca de 600 trabalhadores da Usina Santa Cruz decretaram greve. Ela foi finalizada no dia seguinte, após os usineiros acordarem com o STRC o cumprimento integral do acordo coletivo: ademais, manifestações ocorreram na Usina Outeiro (Bóia-fria..., 1984b).

Após a greve de 1984, uma nova postura é inaugurada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos, cujas lutas ligadas às paralisações, piquetes e greves se transformaram em estratégias de luta de classes. Não acreditamos que os processos na justiça tenham perdido força total, mas a vitória causada pela organização e confronto direto engendrou novas perspectivas para obter melhorias.

A assinatura do acordo, apesar de não representar transformações imediatas e totais nas relações de trabalho e na vida dos canavieiros, auxiliou na construção de uma nova prática de oposição aos patrões, pautada na greve setorizada e paralisações as quais houvesse irregularidades. Essa estratégia manteve ativa a mobilização, ampliou a atuação do sindicato e possibilitou uma pressão constante pelo cumprimento

do acordo. Intensificou, ainda, a fiscalização pela federação, aproximando os trabalhadores do sindicalismo.

A importância desse momento para a história dos movimentos sociais do estado do Rio de Janeiro e de Campos, demonstrada ao longo de todo este trabalho, ampliou as lutas e a resistência à violência praticada pelos usineiros nos anos seguintes. A partir da “Carta de Alforria” dos canavieiros campistas, as relações entre trabalhadores e patrões foram transformadas, marcadas pelo aumento da resistência, crítica e a oposição à dominação. Com o processo de falência, no final dos anos 1980, o movimento produziu novas estratégias de mobilização, promovendo a luta pela terra via Reforma Agrária, tópico que não pôde ser explorado neste artigo diante dos limites.

Homens e mulheres, trabalhadores do corte de cana-de-açúcar, libertaram os gri-

tos aprisionados por décadas através de greves crescentes e estruturadas. Em junho de 1985, 11 meses depois, paralisaram novamente por quatro dias, gerando prejuízos maiores para os patrões e demandando com mais vigor o reajuste salarial e a garantia das conquistas obtidas em 1984.

Por fim, cabe indicar que o período analisado neste artigo apresenta diversas questões não resolvidas e de extrema importância para compreensão do cenário de redemocratização no interior do Rio de Janeiro. Com esse trabalho, objetivou-se contribuir com esse grandioso universo do trabalho canavieiro em Campos, apontando perguntas, propondo algumas soluções e indicando a futuros pesquisadores as múltiplas possibilidades e riquezas presentes nesse campo, pouco explorado desde o final do século XX.



Referências Bibliográficas

- Abramo, L. W. (1999). *O resgate da dignidade: Greve metalúrgica e subjetividade operária*. Editora da Unicamp.
- Além da carteira assinada mais direitos e trabalho. (1984, 1 de agosto). *O Globo*.
- Bóia-fria de Campos já voltou ao trabalho. (1984a, 30 de agosto). *O Fluminense*.
- Bóia-fria de Campos pode voltar à greve. (1984a, 23 de agosto). *O Fluminense*.
- Bóias-frias discutem greve no Domingo. (1984a, 20 de julho). *O Fluminense*.
- Bóias-frias podem parar mais uma vez. (1984c, 26/27 de agosto.). *O Fluminense*.
- Bóias-frias voltam aos trabalhos nos canaviais. (1984b, 1 de agosto). *O Fluminense*.
- Boicote de cana ameaça o açúcar. (1983, 10 de agosto). *O Fluminense*.
- Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*. Bertrand Brasil.
- Campos. (1984, 31 de maio). *Jornal dos Sports* (RJ).
- Campos: fornecedores de cana começam boicote. (1984, 14 de agosto). *O Fluminense*.
- Canavieiros param e exigem direitos. (1984, 31 de julho). *Última Hora*.

- Carriço, A. (2020). Sobre o trabalho de assessoria a movimentos sindicais: duas trajetórias no sindicalismo rural. In J. S. L. Lopes, & B. Heredia (org.). *Movimentos cruzados, histórias específicas: Estudo comparativo das práticas sindicais e de greves entre metalúrgicos e canavieiros* (pp. 341–372). Editora UFRJ.
- Centro Ecumênico de Documentação e Informação. (1985). *Canavieiros em Greve: Campanhas Salariais e Sindicalismo*. Cedi.
- Com acordo, bóias-frias terminam greve. (1984, 1 de agosto). *Folha de São Paulo*.
- Decreto-Lei nº 1.186, de 27 de agosto de 1971. (1971). *Diário Oficial da União*. <https://bit.ly/4biNcfG>
- Demissão em massa é o novo problema dos bóias-frias. (1984, 2 de agosto). *O Fluminense*.
- Distorções existentes no meio rural, propiciam surgimento de “novos-ricos”. (1977, 16 de dezembro). *O Fluminense*.
- Em greve os canavieiros fluminenses. (1984, 30 de julho). *Tribuna da Imprensa*.
- Empreiteiro faz ameaças de morte à bóias-frias. (1984, 3 de agosto). *O Fluminense*.
- Gonçalves, R. M. (2019). *Canavieiros na região de Campos Dos Goytacazes: Reflexões sobre a ação sindical da constituição do sindicato à Greve De 1984*. [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
- Greve por melhores salários para 25 mil bóias-frias. (1984, 31 de julho). *O Fluminense*.
- Indústria açucareira pode parar novamente. (1984, 10 de agosto). *O Fluminense*.
- Kageyama, A, & Silva, J. (1983). Os Resultados da Modernização Agrícola dos anos 70. *Estudos Econômicos*, 13(3), 537–559.
- Laat, E. F. (2010). *Trabalho e risco no corte manual de cana-de-açúcar: A maratona perigosa nos canaviais*. [Tese de Doutorado]. Universidade Metodista de Piracicaba.
- Lopes, J. S., & Heredia, B. (2020). *Movimentos cruzados histórias específicas: estudo comparativo das práticas sindicais e de greves entre metalúrgicos e canavieiros*. Editora UFRJ.
- Medeiros, L. (1989). *História dos movimentos sociais no Campo*. Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional.
- Neves, D. P. (1989). *Por trás dos verdes canaviais*. EDUFF.
- Neves, D. P. (1997a). *Os fornecedores de cana e o Estado intervencionista: estudo do processo de constituição social dos fornecedores de cana*. EDUFF.
- Neves, D. P. (1997b). *Assentamento rural: Reforma Agrária em Migalhas – Estudo do processo de mudança da posição social de assalariados rurais para produtores agrícolas mercantis*. EDUFF.
- Nova paralisação pode sair em 8 dias. (1984, 2 de agosto). *O Fluminense*.
- Novaes, J. R. (1993). *Modernização, relações de trabalho e poder: Um estudo das transformações recentes na agroindústria canavieira no Nordeste*. [Tese de Doutorado]. Universidade Estadual de Campinas.
- Palmeira, M. (1989). *Modernização, Estado e questão agrária*. *Estudos Avançados*, 3(7), 87–108.
- Pedro, R. (2007). *Os mercados mundiais de açúcar e a evolução da agroindústria canavieira do Brasil entre 1930 e 1980: o açúcar ao álcool para o mercado interno*. *Economia Aplicada*, 11(4), 559–585.
- Pinto, A. C. (2004). *Quem quebrou a casa de meu pai?* Comunitá.
- Reunião hoje em Campos tenta pôr fim à greve dos cortadores de cana. (1984, 31 de julho). *Jornal do Brasil*.
- Ribeiro, A. M. (1987). *Passeio de beija-flor: a luta do sindicato pela garantia da representação dos canavieiros fluminenses: Um estudo da ação sindical no campo*. [Dissertação de Mestrado] Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
- Rodrigues, G., & Ross, J. (2020). *A trajetória da cana-de-açúcar no Brasil: Perspectivas geográfica, histórica e ambiental*. EDUFU.
- Silva, J. G. (1981). *Modernização dolorosa: Estrutura agrária, fronteira agrícola e traba-*

lhadores rurais no Brasil. Jorge Zahar.

- Soares, F. V. O campo na luta por seus direitos: uma análise sobre a relação entre os trabalhadores rurais campistas e os direitos trabalhistas no Rio de Janeiro durante o período democrático (1945-1964). [Dissertação de Mestrado]. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Tavares, F. M. (2021). Condições de moradias e contratos de trabalho na lavoura canavieira em Campos dos Goytacazes (1980-1989). *Revista Ideas (Online)*, v. 15, p. 1-41.
- Tavares, F. M. (2022). Resistência, Luta e Sindicismo: Um estudo sobre a greve (1984)

dos canavieiros de Campos dos Goytacazes (RJ). [Dissertação de Mestrado] Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

- Tavares, F. M. (2022a). Reflexões sobre a agroindústria canavieira, neoliberalismo e degradação das condições de trabalho. *Revista Ideas (Online)*, v. 16, p. 1-26.
- Trabalhadores rurais marcam assembleia. (1984, 16 de agosto). *O Fluminense*.
- Usinas de álcool e açúcar voltam a operar após a greve. (1984, 2 de agosto). *O Globo*.
- Usineiro que passa fome vai à praça protestar. (1985, 7 de janeiro). *O Fluminense*.

Desengajamento ao trabalho: autenticidade, crítica e caminhos de pesquisa

Disengagement from work: authenticity, criticism and research paths

Desvinculación del trabajo: autenticidad, crítica y caminos de investigación

**Andressa da Silva
CORRÊA**

aurorayeshe@gmail.com

Doutora em Sociologia pelo PPG de Sociologia da UFRGS, professora da Rede Pública Municipal de Porto Alegre e participante do grupo de pesquisa de Justiça Social e Social (JusT).

**Cinara
ROSENFIELD**

rosenfield@uol.com.br

Professora Convidada do Programa de Pós-Graduação de Sociologia/UFRGS, líder do grupo de pesquisa Justiça Social e Trabalho (JusT).

145

Este artigo analisa a renúncia voluntária ao emprego de trabalhadores qualificados moradores de comunidades alternativas, identificando valores em emergência que configuram uma crítica ao trabalho e à legitimação de outros referenciais de vida boa na contemporaneidade. O texto deseja auxiliar na compreensão do mundo do trabalho múltiplo, indicando caminhos de pesquisa possíveis no que se refere às renovações da crítica ao trabalho. Afirma-se que o aporte moral às mudanças de engajamento no universo do trabalho no contexto estudado está ancorado no ideal de autenticidade, o qual teve sua crítica ao labor instrumentalizada pelo capitalismo, mas, para os entrevistados, se apresenta como possibilidade de uma crítica renovada e legitimada em seu universo social. Tais críticas se renovam na atualidade, sobretudo no pós-pandemia, através de outros movimentos, como a grande demissão e a demissão voluntária.

Palavras-Chave: Autenticidade, Crítica, Trabalho, a Grande Demissão

The article analyzes the voluntary renunciation of employment by qualified workers living in alternative communities, identifying emerging values that constitute a critique of work and the legitimization of other references of a good life in contemporary times. The text aims to help understand the world of multiple work that exists today, indicating possible research paths regarding the renewal of criticism of work. It is stated that the moral contribution to changes in engagement in the world of work in the context studied is anchored in the ideal of authenticity, which had its criticism of labor instrumentalized by capitalism, but for the interviewees it presents itself as the possibility of a renewed and legitimized criticism in their social universe. Such criticisms are renewed today, especially post-pandemic, through other movements, such as the Great Resignation and Quiet Quitting.

Keywords: Authenticity; Critique; Labor; the Great Resignation.

Este artículo analiza la renuncia voluntaria al empleo por parte de trabajadores cualificados que viven en comunidades alternativas, identificando valores emergentes que constituyen una crítica del trabajo y la legitimación de otras referencias a la buena vida en la época contemporánea. El texto pretende ayudar en la comprensión del múltiple mundo del trabajo, indicando posibles vías de investigación en relación con las renovaciones de la crítica del trabajo. Afirma que la contribución moral a los cambios en el compromiso con el mundo del trabajo en el contexto estudiado está anclada en el ideal de autenticidad, cuya crítica del trabajo ha sido instrumentalizada por el capitalismo, pero que para los entrevistados se presenta como la posibilidad de una crítica renovada y legitimada en su universo social. Dicha crítica se renueva hoy en día, especialmente en el periodo post-pandémico, a través de otros movimientos como el gran despido y la baja voluntaria.

Palabras clave: Autenticidad, Crítica, Trabajo, la Gran Renuncia

Introdução

Os movimentos de crítica a um modelo de engajamento tradicional ao trabalho têm sido tema de música¹, conversas nas mesas de bar, vídeos nas redes sociais, matérias de jornais, revistas conceituadas e sites de opinião. Apesar de diversos, esses movimentos têm em comum o questionamento ao engajamento ao trabalho sem limites, utilizando

argumentos vinculados à importância do tempo de vida fora do emprego, de uma separação e equilíbrio entre vida pessoal e profissional, além da flexibilização do tempo e da forma de trabalho. Exemplos impactantes nos últimos anos têm sido movimentos como a Desistência Silenciosa, caracterizada pelo não desempenho de funções além das estritamente previs-

tas no contrato e a Demissão Voluntária ou Grande Demissão – caracterizada pelo abandono voluntário ao emprego –, que têm início nos Estados Unidos, em 2021, mas que já estão presentes em países como França, Alemanha, Singapura, Reino Unido e Brasil (Custódio, 2022)².

Alguns números, indicados por matérias de jornais, nos ajudam a dimensionar os fenômenos: 48 milhões de demissões voluntárias nos Estados Unidos, em 2021 (Gaglioni, 2022; Custódio, 2022; Sassois & Bouilloud, 2002); 500 mil pedidos de demissões na França somente no terceiro trimestre de 2022, o maior dos últimos dez anos (Froment, 2022); no mesmo país, há dificuldades de encontrar trabalhadores disponíveis na área da saúde e da construção; no Brasil, 2,9 milhões de pedidos de demissão voluntária, entre janeiro e junho de 2022, que é o maior índice desde 2014, e, nos últimos meses de 2022, mais de 6,1 milhões de pedidos de demissão, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Exame, 2022).

Tais fenômenos também se replicam em alguns estados da federação, por exemplo, no Rio Grande do Sul, houve, em

2022, recorde nos pedidos de demissão, o maior dos últimos três anos, totalizando 460,5 mil (Custódio, 2022). Em relação à desistência silenciosa, Marasciulo (2022) mostra que Zaid Khan, tiktoker que viralizou, tem quase 500 mil curtidas e mais 4,5 mil comentários com um vídeo no qual explica o conceito de desistência silenciosa. Ao todo, conteúdos com a hashtag #quietquitting³ já acumulam mais de 260 milhões de visualizações no TikTok (Marasciulo, 2022).

Em síntese, como indica a matéria de Custódio (2022), as regras eram óbvias e naturais, as pessoas estavam acostumadas com suas rotinas e tiveram, na pandemia, com a instauração do teletrabalho e gestão flexível do tempo, possibilidade de estabelecer outras formas de organizar o dia, fato que teve como consequência a construção de um olhar crítico sobre as rotinas de trabalho anteriores. A pandemia também trouxe a possibilidade de observar questões de saúde mental, pois, de um lado, agravou a situação para pessoas que tiveram que lidar com o isolamento acoplado ao trabalho intenso, e de outro, a saída da rotina trazia a possibilidade de

¹ Referimo-nos à música “Break My Soul”, de Beyoncé, que vem sendo referenciada como um símbolo do movimento da Grande Demissão em redes sociais como TikTok.

² Atualmente, buscas vinculadas à Desistência Silenciosa e a Grande Demissão, por exemplo, trazem inúmeras reportagens e informações, especialmente se os termos forem colocados em inglês, entretanto, é importante pontuar que discussões próximas, vinculadas ao abandono do emprego ou câmbios biográficos, vêm crescendo desde 2015, como se pode ver nos seguintes exemplos: <https://www.estadao.com.br/emas/ruth-manus/a-geracao-que-encontrou-o-sucesso-no-pedido-de-demissao/>; <https://g1.globo.com/globo-reporter/noticia/2015/04/globo-reporter-mostra-historias-de-quem-redescobriu-profissao.htm>

³ Termo em inglês que populariza o movimento e é traduzido para o português como “Desistência Silenciosa”.

observar o quanto ela era acelerada e escondia problemas que já estavam ficando evidentes. Como afirma Crimeri Delfino, entrevistada de Custódio (2022): “na pandemia as pessoas passaram a valorizar o afeto, o respeito e a saúde física e mental. Tudo muda nessa vida, o que não vai mudar é o tempo que você tem. Como você vai aproveitar suas 24h?”.

Este presente texto aponta para a importância desses câmbios e utilizando dados de pesquisa realizada por uma das autoras, que investigava sujeitos que abandonaram empregos por vidas em comunidades alternativas, sustenta a transição de hegemonia de um ideal de vida boa ancorado na autonomia para outro ancorado na autenticidade (Ferrara, 2002; Varga, 2012), mudança que mobiliza uma crítica renovada ao mundo do trabalho. A pesquisa de Corrêa (2017) buscou histórias de desistências de sucesso laboral, que eram resultado de escolhas deliberadas dos sujeitos de abandono de emprego a partir de transições morais de ideais de vida boa. A questão de pesquisa versava sobre como se configura a contribuição/retribuição social do trabalho para sujeitos que empenham câmbios biográficos (o abandono de trabalhos reconhecidos para vidas alternativas) em busca de maior autenticidade. Assim, este artigo apresenta esses achados em articulação aos valores e críticas emergentes no universo do trabalho, investigado por novas evidências surgidas no pós-pandemia, a saber a Grande Demissão e a Demissão Silenciosa.

A estrutura deste texto é a que segue: na primeira parte, expõem-se os dados da pesquisa de Corrêa (2017); na segunda parte do artigo, descreve-se o ideal de autenticidade e suas problematizações; e, na sequência, elabora-se o autêntico como referência para o entendimento da crítica ao trabalho empenhada pelos entrevistados. Por fim, expõe-se a conclusão do estudo em termos de potencialidades que os movimentos de crítica aos modelos tradicionais de engajamento ao labor apresentam como caminhos de pesquisa para se pensar novas elaborações sobre as mudanças no mundo do trabalho, mudanças essas que se manifestam de maneira clara na Grande Demissão e na Demissão Voluntária.

Renúncia ao trabalho para sujeitos de comunidades alternativas: esgotamento e mal-estar produtivista

Nesta seção, se descreve o objeto de análise, que é a renúncia ao emprego pelos entrevistados de Corrêa (2017). A partir daí, se identifica as críticas estabelecidas pelos trabalhadores e os valores emergentes nos câmbios biográficos que eles empenham. O argumento construído defende a presença de um mal-estar no universo produtivo estudado, que se transforma em crítica sob a agência de um meio social disponível que legitima um horizonte moral no qual se estabelece a defesa de que uma vida dedicada unicamente ao trabalho não pode ser sinônimo de vida boa.

Esclarecimentos metodológicos

Antes de trazer os dados da pesquisa, trazemos esclarecimentos metodológicos. Os dados utilizados foram coletados na pesquisa de doutoramento de uma das autoras. A investigação proposta constituiu-se como qualitativa por buscar um espectro de dados de caráter compreensivo, já que contempla a análise de como os sujeitos que empenharam câmbios biográficos contribuem socialmente a partir de seu trabalho. Segundo Strauss (2008), a pesquisa qualitativa se refere à vida das pessoas, experiências, comportamentos, emoções, sentimentos, privilegiando uma análise interpretativa centrada no detalhe. Tal perspectiva é central aqui porque se busca compreender os ideais morais e a ação dos objetos que permeiam a relação dos sujeitos com o trabalho. Neste sentido, esta pesquisa focaliza as experiências individuais, sendo importante para o estudo entender o processo de desengajamento ao emprego.

O recorte empírico foi constituído por moradores de três comunidades alternativas⁹ e de uma cidade alternativa. Somente uma das identidades será preservada devido a normativas da comunidade: Centro de Es-

tudos Budistas Bodisatva (comunidade de caráter religioso – budista – 73 moradores); Comunidade Sol Nascente⁴ (comunidade terapêutica e espiritual – 50 moradores); Comunidade Arca Verde (comunidade ecológica – média de 10 pessoas) e Alto Paraíso de Goiás (cidade com 7 mil habitantes). A escolha destas comunidades se justifica pela diversidade de temas que encerram, sendo os mesmos típicos do movimento alternativo, a saber: arte, ecologia e espiritualidade. Apesar das temáticas serem em alguma medida comuns, o número de moradores e as dinâmicas organizacionais são diferentes, o que acarreta uma riqueza de dados, relativa à relação dos sujeitos com o labor⁵¹¹, extremamente importante para o objeto desta tese.

A coleta de dados foi realizada em dois momentos de imersão: em março de 2014 e novembro de 2015⁶. Na primeira coleta, realizaram-se entrevistas, já na segunda, priorizou-se a vivência de práticas nas comunidades e incluiu-se Alto Paraíso como lócus de pesquisa. Como técnica de coleta de dados, conciliou-se a observação e os relatos de campo, junto a 47 entrevistas. Destas, 41 foram caracterizadas como entrevista narrativa (Bauer & Gaskel, 2002), sendo as outras cinco conversas de cará-

⁴ Nome fictício.

⁵ Labor e trabalho são usados como termos sinônimos neste artigo.

⁶ Corrêa era moradora de uma das comunidades, assim, as entrevistas do Centro Budista Bodisatva foram feitas durante todo o ano de 2015. Importante esclarecer que a vontade de pesquisar o fenômeno surge do impacto de ver tantas mudanças biográficas radicais concentradas e questionar-se sobre que elementos levavam as pessoas a largarem seus empregos e mudarem de vida.

ter informal, realizadas em grupo. Utilizou-se também a observação como técnica de coleta, que se caracterizou pela utilização dos sentidos na captação da informação, que se dá em uma situação cotidiana, podendo a posição de o investigador variar entre participante total e observador total (Cortes, 1998). Na apreciação das entrevistas e dos relatos de campo, utilizou-se a análise de conteúdo categorial, a qual tem como objetivo o desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo agrupamentos analógicos (Bardin, 1977). As categorias foram definidas inicialmente a partir da análise das entrevistas, de maneira indutiva, e depois reorganizadas a partir da teoria. Tal empenho teve como objetivo entender a ação dos meios sociais sobre os sujeitos e os impactos destes sobre a trajetória laboral dos entrevistados.

No que tange a seu capital social, os sujeitos da pesquisa têm formação no ensino médio e dos 46 entrevistados 27 têm formação universitária. Muitos, apesar de não ter concluído a graduação, começaram a cursá-la. Em relação ao gênero, a amostra se constituiu de 10 mulheres e 27 homens. As idades variam entre 19 e 58 anos, mas a maioria dos entrevistados tem entre 28 e 40 anos, sendo que 18 deles têm filhos. Dos entrevistados, 21 tiveram carreiras bem constituídas, com altos salários e reconhecimento, outros estavam no caminho, ou seja, cursando universidade, com carteira assinada e em cursos valorados, como engenharia, ou tinham empreendimentos bem-sucedidos no mercado. Somente 10 dos entrevistados estavam

no universo laboral desqualificado e com poucas condições de sair dele (devido às baixas formações), entretanto, mesmo esses gozaram em suas trajetórias de carteira assinada, sendo uma deliberação moral migrar definitivamente para o universo alternativo. As grandes metrópoles eram o lugar de moradia da maioria dos entrevistados, antes do cambio moral. Entre os entrevistados, estavam um executivo que virou astrólogo, um político que virou acupunturista, um médico alopata que se torna homeopata, um professor universitário que virou guia espiritual budista, um estudante de advocacia que se torna guia turístico de natureza, um advogado que vira produtor de orgânicos, uma professora bilíngue que se torna professora em escola alternativa do interior, entre outros.

O esgotamento laboral

O esgotamento do trabalhador passa por questões que se relacionam à forma e ao conteúdo do trabalho. Em relação à primeira, salienta-se a cobrança por produtividade, que é traduzida em excesso de tempo dedicado à rotina laboral: deslocamentos, preparação, execução, demandas fora do horário. Já em relação ao conteúdo do labor, evidencia-se o desacordo entre a ideia de mundo do trabalhador e as ações da empresa (evidenciadas nas relações de trabalho ou no ideal promulgado pela instituição). Em relação ao esgotamento do trabalhador, veja-se:

Geralmente, é aquela coisa do não olhar, de viver a vida no automático,

de sobreviver, trabalhar, trabalhar, trabalhar pra pagar as contas, chega de noite tá cansado, você não olha de verdade seu filho, você não olha de verdade o seu marido, você mal passa algum tempo com seu marido, você acaba tendo uma relação mais profunda com quem você trabalha, então é toda uma inversão, uma bagunça que favorece a inconsciência⁷.

Na cidade, você trabalha o dia inteiro e tem só o final de semana pra você arrumar a sua casa e poder sair, se distrair e fazer alguma coisa pra você mesmo, aí você tem um filho pagando mil reais de escola pra criança, aí você vai fazer uma festa de aniversário e gasta 5 mil reais, essas coisas assim, daí quando você vê, você tá trabalhando, trabalhando, trabalhando, pagando conta o tempo todo⁸.

No primeiro extrato, há uma referência à importância da vida familiar como espaço de realização que não logra se efetivar diante do excesso de produtividade exigido pelo mundo do trabalho. No segundo, evidencia-se uma crítica ao tipo de vida da cidade que exige alta produtividade para o sustento, consumindo tempo de vida. Assim, a produtividade, apesar de garantir bem-estar material, limita o tempo de criação, de prazer,

de cuidado dos filhos e cuidado de si.

Porque com o trabalho regular você fica bastante restrita àquele mundo, você não faz incursões, por mais interessante que eu ache o meu mundo, o meu universo, de língua estrangeira, de aluno, de adolescente, eu vejo a restrição assim, porque eu mal consigo sobrevoar em outros lugares de tanto que o trabalho me consome [...]. Eu tenho tentado diminuir minha carga horária, todo ano chego na escola com uma proposta, para melhorar minha qualidade de vida, mas eu não tenho tido muito êxito⁹.

Minha vida era a loja, meu trabalho, meu dinheiro, eu vou me bancar, comecei a ganhar mais, eu pagava minhas contas, vinha reconhecimento e, nossa, era o meu trabalho. Nossa, a primeira vez que me convidaram para colocar um passo a passo em uma revista de artesanato, eu falei, nossa. Só que o dinheiro foi crescendo e o trabalho também, e ao invés da criação de produtos, eu passei para repetição de produtos. Aluguei um apartamento, mobiliei um apartamento, comprei tudo o que eu queria, parcelei, comprei a caminha com escorregador pro meu filho, sabe, realizei meus sonhos. Isso trabalhando o dia inteiro, sete dias por semana e enquanto eu aguentasse ficar acordada tava trabalhando¹⁰.

⁷ Mulher, 53 anos. Foi professora de escola privada por 10 anos. Largou tudo para morar em uma comunidade budista e dar aulas de yoga.

⁸ Mulher, 42 anos. Cursou a faculdade de Direito. Trabalhou como gerente de uma rede de lojas durante 15 anos. Devido às altas cobranças de produtividade, resolveu sair da empresa. Uma amiga que morava em Brasília (DF) a convidou pra ir pra Alto Paraíso. Lá, conheceu a cidade de São Jorge e acabou ficando por tempo indeterminado. Quando o dinheiro acabou, arrumou um emprego de garçonne para ficar na Chapada dos Veadeiros. Teve muitas inserções laborais consideradas desqualificadas, passando por dificuldades financeiras. Atualmente, é proprietária de uma loja de produtos artesanais em São Jorge.

⁹ Mulher, 29 anos. Formada em Letras (Português/Alemão), trabalhou como professora durante muito tempo em escola bilíngue em São Paulo, capital. Posteriormente, abandonou a profissão para se dedicar à prática de meditação e ao centro budista. Atualmente, está em retiro fechado de um ano.

No primeiro extrato aparece a vontade de experimentar o mundo, a qual é limitada pelo trabalho, ou seja, mesmo que o ator se identifique com sua atividade, quer tempo para realizar outras coisas. Um trabalho que consome as possibilidades de experimentação da vida denota a presença de uma ideia de boa vida que engloba não só a família, mas também tempo para experienciar o mundo contemporâneo, tão cheio de possibilidades. No segundo extrato, fica evidente que o reconhecimento social do valor da sua contribuição, via trabalho, também não sustenta a boa vida, ou seja, a crítica para essas entrevistadas não se relacionava ao conteúdo do seu trabalho, mas à necessidade de alta produtividade no mercado.

Eu, me formando em Psicologia, e muitas pessoas diziam você tem que atender, tem que atender, e eu acabei fazendo uma dupla jornada, e aí eu também quase enlouqueci, mas eu mesma acreditava que tava tudo bem, porque eu tinha o mínimo do que

teoricamente é felicidade, então era assim, lista, ela tá namorando check, ela tem um emprego check, ela tem uma carreira check, porque quando eu entrei na escola, minha carreira deslanchou, em um ano eu assumi uma sala, quatro anos depois eu virei coordenadora, então, a princípio, tava tudo bem, eu tava crescendo, além disso eu trabalhava no consultório, então eu trabalhava o dia inteiro na escola, saía, pegava trânsito de São Paulo e ia pra outro bairro atender no consultório ainda à noite. Pros meus pais era assim, minha filha é um sucesso, ela se sustenta, ela namora, ela casou, véu, grinalda, igreja, tudo aquilo e aí eu adoecendo, literal, cada hora tinha um piripaque.¹⁰

O extrato acima evidencia um construto moral disseminado na sociedade que criou a expectativa nos sujeitos de que a boa vida se efetivaria no mundo da produção (trabalho) e da reprodução (família). Há muitos outros relatos na pesquisa que apontam essa receita de felicidade, entretanto, mesmo tendo sucesso, ou seja, cumprindo todos os passos para ter uma

¹⁰ Mulher, 32 anos. Fez graduação em Biologia na Universidade de São Paulo (USP), mas pouco atuou na área. Trabalhou na área de design, profissão que aprendeu de forma autônoma, e foi proprietária de uma loja online de decoração, com a qual teve grande sucesso e reconhecimento no interior de São Paulo. Em um momento de grande estresse e crise, devido à quantidade de trabalho, conheceu um namorado que estava afinado com os mestres espirituais alternativos e abandonou tudo para morar em Florianópolis. Posteriormente, foi viajar para a Nova Zelândia, e lá viveu em uma comunidade alternativa por um ano. Está em uma comunidade alternativa há três meses. Vive do dinheiro que guardou na época em que tinha loja.

¹¹ Mulher, 33 anos. Natural da cidade de São Paulo, é formada em Psicologia e Pedagogia, trabalhou um tempo em consultório, mas se estabeleceu como professora de escola bilíngue. Chegou a ser coordenadora, tendo salários altos, entretanto, não concordava com as posturas pedagógicas das escolas e também se incomodava com o ritmo de trabalho. Depois de uma viagem a Alto Paraíso, viu a necessidade de mudar de vida e pediu demissão. Logo em seguida, ficou sabendo de uma seleção para professor em uma escola alternativa da cidade e obteve o emprego. Atualmente, vive de seu salário e da renda de um apartamento que aluga em São Paulo dos Veadeiros. Teve muitas inserções laborais consideradas desqualificadas, passando por dificuldades financeiras. Atualmente, é proprietária de uma loja de produtos artesanais em São Jorge.

família e reconhecimento financeiro e social em sua atividade laboral, o sujeito não se sente realizado. Ao contrário, o sujeito se sente sugado pela produtividade e prejudicado em sua saúde física e mental, elemento que emerge como um dos grandes pontos de crítica ao trabalho.

Assim, no que tange à forma do trabalho, pontua-se que os trabalhadores investigados, dotados de capital cultural e qualificados, não se sentiam satisfeitos em prover a família e ter reconhecimento no trabalho. Esses sujeitos sentiam falta de tempo para o cuidado da saúde física e mental, exploração do mundo e para o cuidado dos outros, entretanto, além da relação entre tempo e produtividade, que é central nas críticas vinculadas à forma de trabalho, há ainda a dimensão do conteúdo do labor. Essa dimensão relaciona a perspectiva de “bem” do sujeito com a perspectiva de “bem” da empresa.

Lá em Sergipe, eu fui chamada pra estágio, porque ganhava mais que a minha carteira assinada, mas eu literalmente não consegui, eu saí de lá literalmente traumatizada. Você via o cara jogando os detritos da produção de cerveja no rio e era isso, sendo que a mesma empresa [es]tava ganhando isenção de impostos porque limpava 25% do lixo que ela jogava na água, água que a galera bebia, e era horrível porque você [es]tava aqui e lá na frente tinha casa sabe, e as pessoas estavam

usando aquela água, e imagina, você [es]tava jogando detrito de cerveja e refrigerante, que já são ruins pra saúde em si, imagina o detrito dessas bebidas, e as pessoas [es]tavam bebendo aquela água, e as pessoas [es]tavam me pagando pra eu fazer e liberar relatório sobre como realmente 25% [es]tava ficando limpo, e a galera recebe bem pra fazer isso porque é uma profissão escassa¹².

É possível perceber que o engajamento ao trabalho é limitado quando o trabalhador tem que corroborar com algo que não concorda eticamente. Fazer algo que não se acredita é moralmente insuportável para os trabalhadores qualificados, críticos e dotados de capital cultural que constituíam essa amostra. Tais fenômenos, quando vivenciados pelos entrevistados da pesquisa, tornam-se sinônimo de questionamento ético sobre os seus trabalhos.

Aí todo mundo se engana, fala em motivação e tal, mas na verdade tá todo mundo defendendo o seu lado, o funcionário negociando o melhor salário e a empresa querendo tirar o máximo pra ter lucro. Na multinacional, ninguém é muito ingênuo não, meu ideal de vida é fazer carro, ganhar dinheiro rápido, esse era o ponto. É claro que as pessoas se sentem sugadas, elas não tão numa situação de trabalho adequada, mas elas têm essa sensação de que não têm saída, daí vem a sensação da dependência do carro, do status, do dinheiro, e eu não tinha mais isso, o budismo tinha me dado outros valores¹³.

¹² Mulher, 20 anos. Estudante de Engenharia Química, largou a universidade no sétimo semestre para morar em uma comunidade Hare krishna em Alto Paraíso. Atualmente, trabalha na comunidade como cozinheira. Troca trabalho por comida, estadia e salário.

Nesta última entrevista, fica claro que os trabalhadores constroem um entendimento de que o negócio de qualquer empresa, independente do seu discurso, é o lucro. O caminho, empenhado por todos entrevistados que não eram empreendedores, foi o pedido de demissão. Na pesquisa de Corrêa (2017), mais que isso, a mudança foi acompanhada pelo encontro de espaços sociais que carregavam condições de possibilidade para menos produtividade e, ao mesmo tempo, a sustentabilidade, tanto que, na maioria dos casos estudados, ocorre a mudança para outros espaços de moradia, os quais, para alguns, ficam restritos a um período determinado e, para outros, se torna permanente.

Os espaços sociais disponíveis à mudança

A pergunta fundamental a ser respondida foi: como os espaços sociais enfrentam os sujeitos e propõem outros engajamentos ao trabalho que impõe uma ampliação da vida privada? Esse enfrentamento é pensado em relação à boa vida: produção/reprodução como espaços de realização. O primeiro elemento de enfrentamento que salta aos olhos é a natureza, pois todos os lugares da pesquisa contemplam paisa-

gens exuberantes. O concreto é substituído aos poucos. O trajeto já orienta sobre o universo a ser instaurado: cessam os carros, as casas, o asfalto. Silêncios, pássaros, o verde, o rural, o trepidar do carro.

O frio, os sapos que faziam uma orquestra, a estrada de chão, as galochas, a chuva, as trilhas difíceis acenavam para a diminuição do conforto. A comida simples, o silêncio cedo, ora se não fossem os sapos e o lago. No dormitório, meditar era a palavra central de uma placa, macela em um copo, um chocado com as cores da Jamaica, um Ganesha e um desenho de uma árvore enfeitavam a casa. A casa de madeira, pincelada de barro. Tudo muito simples. Na varanda da casa malabares, um filtro dos sonhos, bandeirinhas budistas. Um rio imenso a completar minha paisagem. Para o ouvido: notas de violão da casa ao lado e os sapos a coaxar de múltiplas formas¹⁴.

O encontro com um espaço social disponível para a mudança é fundamental, pois, estruturalmente, possibilita que o sujeito viva com menos recursos financeiros e, socialmente, proporciona um ambiente moral no qual a mudança de vida é legítima.

E aí, aquilo assim, eu lembro que foi uma coisa que eu olhava assim, aquele vento batendo sabe, passando no meio da mata pra ir trabalhar, e eu falando, nossa que diferença do trabalho, né? Porque lá eu ganhava

¹³ Homem, 38 anos. Engenheiro de formação, trabalhou muito tempo como executivo de uma multinacional. Posteriormente, abandonou a profissão para se dedicar à prática de meditação. Atualmente, se dedica à meditação e é astrólogo, atividade a partir da qual obtém sustento.

¹⁴ Diário de campo, 03/11/2015, 18h30min.

super bem, mas eu não aproveitava o meu dinheiro, porque eu não tinha tempo, não tinha férias, eu gastava o meu dinheiro no shopping, gastava meu dinheiro que minha casa era linda, parecia casa de boneca, mas sabe, aqui eu ganhava menos, mas era outra, outro trabalho, outra vontade de trabalhar, outro tudo né, só aquele caminho de ir trabalhar, aquilo era muito encantador¹⁵.

Aqui é uma que as pessoas não julgam, tem gente esquisita pra todo lado, aí tu pode[s] o que tu quiser. Aqui me fascina a forma que as pessoas lidam com o tempo, a cachoeira é bonita, mas o tempo das pessoas aqui é mais lindo, é outro tempo, é tipo aquela música: "hoje eu acordei com uma vontade de mandar flores ao delegado, de bater na porta do vizinho e desejar bom dia, de beijar o português da padaria". É tipo isso, tu sai dando bom dia pra todo mundo, tu conhece todo mundo, se tu precisa de ajuda, um vem, ouve e diz vou te ajudar, banho de cachoeira todo dia, e você vai pegar seu trabalho, o dinheiro é muito menos, mas você consegue comprar muito mais, trocar muito mais, viver muito mais¹⁶.

A vivência, aqui, é proporcionada por um meio social disponível, que propicia condições objetivas e subjetivas espaços vinculados à natureza e à espiritualidade, que se transformam em solo fértil para que a autenticidade possa se manifestar em uma mudança completa em relação ao universo do trabalho. Prioridades não relacionadas ao universo do trabalho passam a fazer

sentido como fonte de realização e contribuição com o mundo. A boa vida passa a incluir esses elementos, dos quais o sujeito não pode mais abrir mão, e esses elementos se contrapõem à lógica da produtividade, ou seja, rotinas que comportam tempo para empreender atividades vinculadas à qualidade de vida: exercícios físicos, convivência familiar, contato com a natureza, exploração de habilidades não exploradas. Assim, no processo de câmbio biográfico, ocorre a descrença no universo da produção e da reprodução (no sentido do sustento) como sinônimo de vida boa e felicidade.

Ideais de vida boa em concorrência e sua relação com o trabalho: a emergência da autenticidade na última modernidade

155

Esta seção do artigo busca identificar as configurações morais presentes no universo moderno, com o intuito de coloca-las em relação com os valores mapeados na parte anterior do artigo que tratava da Demissão Voluntária. Destarte, para além de o trabalho se constituir como motor material da sociedade moderna, se deseja entender como a atividade laboral configura-se, na atualidade, como categoria moral, relacionada ao bem viver, tema presente nas demissões. O argumento

¹⁵Mesma da nota 8.

¹⁶ Homem, 33 anos. Arquiteto, trabalhava em empresas. Resolveu abandonar tudo pra ir morar em Alto Paraíso. Atualmente, faz trabalhos diversos: malabarismo, freelancer em lojas, marceneiro, entre outros.

central a ser desenvolvido descreve as tensões morais modernas e explicita a emergência da autenticidade como elemento fundante para o entendimento das configurações atuais do universo do trabalho em sua relação com o bem viver.

Segundo Taylor (1997), a contraposição entre o individualismo desprendido e o individualismo expressivista como fonte moral de autorrealização é uma das grandes tensões modernas. O primeiro estaria fundado no sujeito que entende como caminho para sua felicidade, o controle e a disciplina no trabalho, junto à utilização da capacidade racional, calculadora, com vistas à melhoria de sua vida. A perspectiva que emerge contraposta (expressivista) pondera a incapacidade da razão como orientadora do bem e como capaz de dar significado à vida. Sua configuração defende um sujeito centrado na autodescoberta e na autoexploração, o qual busca na natureza interior, que se expressa pela originalidade e pela capacidade criativa, a base para um modelo normativo de bem e de vida plena.

Logo, na modernidade, como fontes do bem viver, de um lado, se tem o privilégio da ordem, do controle racional e da disciplina no trabalho; de outro, o privilégio da natureza interior e da autodescoberta, dos sentimentos e desejos.

Examinarei duas grandes constelações de ideias que ajudaram, de forma imediata ou no decorrer do tempo, a gerar formas de descrença. Cada uma delas combina as duas fronteiras de forma característica: uma liga uma percepção intensa de nossas capacidades de razão desprendida a uma leitura instru-

mental da natureza; a outra concentra-se em nossas capacidades de imaginação criativa e conecta-as a uma percepção da natureza como fonte moral interior. Essas formas apresentam-se como rivais, e a tensão entre elas é um dos traços dominantes na cultura moderna (Taylor, 1997, p. 412).

É importante entender que cada um desses universos morais não se apresenta de forma única, nem pura, na vida dos sujeitos, pois são mobilizados diferentes valores em diferentes momentos, entretanto, é possível identificar uma perspectiva hegemônica na condução do bem viver, e é neste sentido que se pretende entender os câmbios biográficos destes sujeitos. Taylor (1997) disserta com grande profundidade sobre essas diferentes racionalidades, entretanto, neste artigo, se explora alguns elementos em relação às suas origens históricas, dando-se ênfase à relação que esses ideais estabeleceram com o trabalho.

A perspectiva racionalista, em sua relação com o trabalho na modernidade, tem como base as elaborações de Weber (1999). O autor demonstra o engajamento dos sujeitos ao capitalismo vinculado à teoria da predestinação, legitimadora do lucro como orientador da vida, e ao ascetismo, ferramenta necessária para uma produção intensa e disciplinada. Para o autor, a ética protestante calvinista torna a plenitude da existência cristã a base do desenvolvimento do capitalismo, devendo esta ser encontrada nas atividades desta vida, em outros termos, no trabalho, na vocação pessoal, no casamento e na família.

Assim, a religião torna-se a propulsora do valor positivo do trabalho, que era percebido como uma prova do amor a Deus e deveria ser praticado de forma sóbria e disciplinada. Logo, o trabalho se torna legítimo em termos morais e configura o centro de uma ética profissional burguesa.

De forma a corroborar com esses movimentos, a Revolução Científica e o Iluminismo secularizaram a relação com o trabalho e tornaram o lucro, a exploração da natureza e o benefício do homem elementos fundamentais ao desenvolvimento da sociedade. Segundo Taylor (1997), esses elementos colocavam no quadro moral moderno que: “a vida humana plena agora é definida em termos de trabalho e produção, de um lado, e casamento e vida familiar, do outro. Ao mesmo tempo, as atividades “superiores” de antes passam a sofrer críticas vigorosas” (Taylor, 1997, p. 276). As éticas do status, da contemplação ou do guerreiro, predominantes em épocas anteriores, foram abandonadas.

Tais mudanças históricas propiciaram a dignificação do comércio e do dinheiro, pois cada sujeito cumpre uma função para a sociedade e promove a paz quando empreende atividades produtivas e colhe seus resultados: “Afirmar a vida cotidiana significava valorizar o controle eficiente das coisas que a preservavam e melhoravam e, ao mesmo tempo, valorizar o distanciamento em relação às fruições puramente pessoais que enfraqueceriam nossa dedicação a seu florescimento geral” (Taylor, 1997, p. 299).

Taylor (1997) aponta que essa pers-

pectiva faz parte do ideal de boa vida hegemônico na cultura moderna, o qual está imbuído de uma aparência naturalista, ou seja, a valorização da vida cotidiana é um imperativo moral moderno que se instaura na vida social como destituído de valor, sendo disseminado como o “bem” natural. Apesar disso, essa é somente uma entre as configurações de bem.

Por outro lado, em termos históricos, a ética vinculada ao sentimento, denominada como ética da autenticidade, surge no final do século XVIII e tem sua primeira manifestação com o pensamento romântico, que enaltecia a natureza e os sentimentos interiores, contrapostos à razão, como fonte moral. Posteriormente, o expressivismo redefine o movimento autêntico e o bem viver passa a ser uma fusão do sensual com o espiritual, incorporando também o nomadismo, momento que Taylor vincula à geração “paz e amor” de 1960.

Por fim, o autor indica uma terceira manifestação da autenticidade que estaria representada em muitos movimentos artísticos modernos vinculados à produção estética e nos escritos de Nietzsche, por exemplo. Esta última forma expressivista pretende dissolver o ético e o estético, centrando-se mais nas experiências produzidas sobre si e sobre os outros do que nos objetos construídos (Taylor, 1994). Em todos os momentos, há a emergência de valores vinculados a uma moral que privilegia o gozo de viver, a carga emocional e a garantia da identidade (Honneth, 2006).

Como já se mencionou, a crítica moral fundadora do autêntico faz referência, en-

tre outras fontes, ao legado romântico, que vincula o mal-estar moderno à primazia da razão. Ao contrário, defende a necessidade do vínculo aos sentimentos como forma de realização: “os seres humanos foram triplamente divididos pela razão moderna: dentro de si mesmos, entre si mesmos, e frente à natureza” (Taylor, 1994, p. 122, tradução própria)¹⁷. A razão instrumental teria imposto aos homens uma atitude atomista e uma certa insensibilidade à natureza, já que o controle dos processos naturais para o benefício do homem passou a ter relevância. Assim, para Taylor, o ideal de autenticidade, se recuperado em seus termos fundamentais, poderia sanar as patologias vinculadas à desagregação moderna. Tal potencial do autêntico se fundamenta em sua origem social vinculada a movimentos históricos, como se pontuou no parágrafo acima.

Além disso, esse ideal não trata da defesa da diferença em si, seja ela qual for, mas de valores dotados de conteúdos relativos ao bem coletivo como o gozo de viver, o privilégio dos sentimentos, a descoberta e garantia da identidade, elementos comuns aos diferentes movimentos históricos que constituíram o ideal e que possibilitariam uma construção normativa generalizável ao todo social. Logo, a autenticidade seria um referencial novo para aprofundar as próprias instituições da modernidade: de-

mocracia, direitos e liberdade.

Destarte, para Taylor (1994), a autenticidade orienta atualmente quem somos, pois a necessidade de originalidade e de descoberta de si está posta. A questão sobre a articulação da identidade é condição para o bem viver, elemento que se apresenta como novidade histórica. Mesmo na sociedade moderna democrática, que teve como marco a busca por autonomia, ainda era possível se definir a partir dos papéis, principalmente os vinculados ao trabalho. Entretanto, a consolidação do ideal de autenticidade, a partir da década de 1960, rompe com esse nivelador, pois os sujeitos são impelidos a descobrir sua forma original de se colocar no mundo:

Existe certa forma de ser humano que constitui minha própria forma. Estou destinado a viver minha vida desta forma, e não a imitação de nenhuma outra. Mas com isso se confere nova importância ao fato de ser fiel a si mesmo. Se não, perco de vista a chave da minha vida, e o que significa para mim ser humano (Taylor, 1994, p. 64-65, tradução própria).¹⁸

Em relação ao trabalho, nos três momentos – romântico, geração paz e amor e experimentação estética –, salienta-se a contraposição que a autenticidade teria em sua origem à economia mercantil e ao próprio trabalho, tal como organizado na sociedade moderna, pois se constituiria

¹⁷ Los seres humanos habían sido triplemente divididos por la razón moderna: dentro de si mismos, entre si mismos, y frente a la naturaleza (Taylor, 1994, p. 122).

a partir de um individualismo qualitativo que preza pela vontade da descoberta e da experiência de si (Honneth, 2006). Em uma perspectiva ainda mais ampla, autores como Ferrara (2014) afirmam, inclusive, que a autenticidade, sendo o grande valor moral em emergência nos últimos 60 anos, deveria nortear as escolhas morais e as resoluções de conflitos na sociedade moderna, pois garantiria uma ressonância pessoal aos princípios morais, que não poderiam mais ser externos ao próprio ator: “a tese da autenticidade afirma que a noção de subjetividade autêntica está para a modernidade contemporânea assim como a noção de subjetividade autônoma para o início da modernidade” (Ferrara, 2002, p. 4 apud Rosati, Weiss, 2015, p. 148).

Sobre os diagnósticos da autenticidade, existem várias discussões em curso. De um lado, os autores discutem seu potencial enquanto horizonte normativo na construção intersubjetiva do social e identificam que a autenticidade, apesar de seu potencial agregador, gerou um individualismo descomprometido (Honneth, 2006; Taylor, 1997)¹⁸¹⁶. De outro lado, dissertam sobre a autenticidade em sua relação com

o trabalho e concluem a instrumentalização do ideal pelo capitalismo, em outros termos, sua transformação em força produtiva. Em relação a esse último ponto, a tese geral é que o ideal autêntico perde sua finalidade interna – vinculada ao gozo de viver, à ênfase aos sentimentos, que seriam contrapostos ao trabalho – e transforma a mobilidade, a expressão, a flexibilidade e a capacidade de se ajustar em demandas do mercado. Assim, a nova moral cotidiana, de caráter hedonista, que preza pela vontade de descoberta e experiência, instrumentaliza a subjetividade do sujeito no capitalismo; a realização de si, via sentimentos e prazer, é vinculada a uma biografia profissional (Honneth, 2006), elemento que instrumentaliza a subjetividade, em prol da produtividade.

No que tange às manifestações históricas da influência da autenticidade no mundo do trabalho, é possível indicar as mudanças do setor da produção com a ascensão do Toyotismo. Este trazia a possibilidade de manifestação da subjetividade dos trabalhadores nas equipes autogestionárias, focadas na resolução de problemas que surgiam na produção (Laranjeira,

¹⁸ Existe cierta forma de ser humano que constituye mi propia forma. Estoy destinado a vivir mi vida de esta forma, y no a imitación de la ningún otro. Pero con ello se concede nueva importancia al hecho de ser fiel a uno mismo. Si no lo soy pierdo de vista la clave de mi vida, y lo que significa ser humano para mi (Taylor, 1994, p. 64-65).

¹⁹ No final do livro *As fontes do self*, o autor elabora algumas considerações, cujo argumento é que as consequências políticas do expressivismo se unem ao instrumentalismo, pois não logram gerar o sentimento comunitário vinculado à responsabilidade universal: A ética gerada além da autorrealização é exatamente a da justiça procedural, que desempenha um papel importante na perspectiva instrumentalista. Politicamente, esse lado da “contracultura” encaixa-se perfeitamente no mundo instrumental e burocrático que pretendia questionar. E o fortalece (Taylor, 1997, p. 649).

2006). Também se destacam as políticas públicas de incentivo ao empreendedorismo, na direção da inserção de demandas por autenticidade no mercado de trabalho, pois as mesmas se multiplicaram de forma significativa nos últimos anos e prometem autonomia, flexibilidade e manifestação da subjetividade no empreendimento, valores que, como já se pontuou na primeira parte do texto, são proeminentes para a atualidade e que não eram contemplados de forma plena no modelo assalariado canônico (Mello et al. 2015). Com estas mudanças institucionais, o capitalismo ocidental, nos últimos anos, transformou o ideal prático da autenticidade em uma ideologia da força produtiva, junto a um sistema econômico desregulamentado, tendo como consequência intensidades de doença e sofrimento até o momento desconhecidas (Varga, 2012).

Em suma, o diagnóstico aponta que não há condições de possibilidades para a autenticidade se manifestar de forma original e macro, em um sistema capitalista que, apesar de suas liberdades, instaura a lógica dominante de eficiência e produtividade. A autenticidade se transforma, no capitalismo, em capital humano e, como bem aponta Varga (2012), esgota o eu; ou seja, a empresa busca funcionários com habilidades vinculadas ao ideal autêntico (mobilidade, expressividade, originalidade), e o trabalhador considera sua originalidade como capital humano. Ambos se movimentam a partir de uma lógica vinculada à maximização de recursos, de maneira que a subjetividade se transforma

em objeto de venda e exploração.

De forma a avançar nas reflexões, se refletirá agora sobre a possibilidade da autenticidade se manifestar de forma diversa à instrumentalização, apontada pelos autores de referência. Perceber tal dimensão nos auxiliará a entender a renovação da crítica autêntica no universo do trabalho, argumento que vem sendo defendido pelo artigo. Em primeiro lugar, fica evidente nos dados a aproximação das justificativas dos sujeitos para empreender o abandono do emprego com os valores colocados no ideal autêntico: o cuidado com a saúde, com o corpo, com os outros (perspectiva autêntica vinculada à geração “paz e amor”); a experimentação do mundo (posição próxima a perspectiva estética); a expressão ética de si no mundo (perspectiva romântica). É claro que os sujeitos não se identificam com as três justificativas, há grupos de críticas, e para cada um dos trabalhadores um deles é mais relevante. Apesar disso, é interessante perceber que não houve críticas novas, ou seja, que não pudessem ser relacionadas com as trazidas desde a década de 1960 pelo ideal da autenticidade.

Não obstante, e mais importante do que aproximar o ideal de autenticidade às críticas empreendidas pelos movimentos atuais, o que se defende neste artigo é que se observa agora uma renovação da crítica a partir do autêntico. Assim, no momento atual, o autêntico é demandado pelos sujeitos, na maioria dos casos, fora do universo de trabalho. Assim, trata-se das condições de possibilidade para se viver valores herdeiros da autenticidade também no plano

da vida pessoal. Isso difere do primeiro movimento de crítica que exigia autenticidade dentro do universo do trabalho.

É claro que as demandas da década de 1980 não sumiram, ou seja, flexibilidade, mobilidade são inclusive, questões cada vez mais presentes, como aponta toda literatura que se estabelece desde os anos 1970 com a forma de produção toyotista. Apesar disso, elas são ampliadas com a demanda de tempo para a vida privada atacando o excesso de demandas por produtividade. Os trabalhadores entrevistados não se sujeitam mais às determinações das empresas, querem tempo para o prazer, fruição e relações intensas.

A não identificação com o trabalho e uma identidade construída no universo e no tempo dedicado à vida privada ou no tempo limitado dedicado ao trabalho, mesmo quando há uma identidade construída a partir deste, torna-se o elemento central na construção de uma crítica a um labor que não mais pode consumir o tempo de vida²⁰. Assim, entre os entrevistados, o autêntico foi parcialmente instrumentalizado, ou seja, ele serve ao trabalho empreendido pelos sujeitos, mas também para concretizar uma crítica, limitando o tempo dedicado ao

labor. Entende-se que há a emergência de uma crítica coletiva, mesmo que ela não se transforme em uma luta coletiva.

Como já se pontuou entre os nossos entrevistados, a crítica não se estabelece de forma natural – mesmo que o mal-estar em relação ao trabalho já estivesse presente na exigência de alta produtividade e nas doenças decorrentes. A emergência da crítica, enquanto ação concreta de mudança de vida, ficou refém de um meio social disponível que legitimou a afirmação moral da necessidade da qualidade de vida em detrimento da produtividade no trabalho.

Como se trata de um movimento que não busca garantias e novo direitos construídos de forma tradicional, pode-se inferir que o risco da instrumentalização das novas manifestações da autenticidade seria, paradoxalmente, torná-la só mais uma faceta da sociedade narcisista, como já pontuou Taylor (1994). Se, por um lado, a autenticidade remete a alternativas individuais de autonomia e rompimento com a subordinação típica do trabalho, por outro, há limites claros em se pensar nessas alternativas como um projeto de liberdade social para todos.

Qual seria o potencial da autenticidade

²⁰ Mesmo para os sujeitos que têm como justificativa de crítica ao mundo produtivo o elemento ético no próprio labor, a mudança se estabelece e o caminho escolhido é fundar sua própria empresa. Assim, também neste caso, a instrumentalização é limitada, pois o valor primo não é a produtividade e a maximização do lucro, mas a realização de si, uma vida com menos tensão e de acordo com suas crenças. Exemplos dessas mudanças podem ser vistos desde 2015, como neste Globo Repórter (<https://g1.globo.com/globo-reporter/noticia/2015/04/globo-reporter-mostra-historias-de-quem-redescobriu-profissao.html>), até 2023, como mostra essa matéria do jornal Le Monde (<https://www.instagram.com/p/CqKnVQANaIW/?igshid=MDJmNzVkJY=>).

de emancipação e renovação das lutas vinculadas ao universo do trabalho? Será que esse ideal tem o poder de construir justificativas comuns que possam servir a todos os trabalhadores ou as pautas de menores jornadas? Flexibilidade é um privilégio moral de trabalhadores qualificados? Não seria a autenticidade um luxo de quem pode se colocar questionamentos da ordem dos valores porque construiu um capital em sua vida pregressa decorrente de seu capital cultural? Sim, mas não somente. Os valores e as demandas emergentes dos trabalhadores evidenciadas nesse trabalho podem formar novas gramáticas morais que sirvam para formular pautas a serem incorporadas pelas lutas dos trabalhadores.

Considerações finais e perspectivas de pesquisa

O artigo buscou elucidar uma parte do mosaico que hoje forma o diverso universo laboral indicando novos objetos de análise para a sociologia do trabalho. Há, na desistência ao emprego dos sujeitos desta pesquisa, novas pretensões de subjetividade, vinculadas ao ideal de autenticidade, e críticas renovadas, já que os entrevistados, além de questionar o conteúdo e a forma do trabalho, pautam também o tempo dedicado à produção. Além disso, a indicação sobre a necessidade de se estabelecer um meio social disponível à legitimização da possibilidade de desvalorização do universo produtivo e mudança de vida é outro indicativo fundamental do artigo. Assim, empreender uma forma de

vida que se contrapõe à ideia de que o valor da pessoa como ser humano é construído em correlação com a sua identificação como trabalhador necessita de aporte social para ser empreendida pelos sujeitos e ser considerada legítima. Na pesquisa, foram as comunidades alternativas que se transformaram nesse meio social disponível à mudança biográfica.

Para além, como conclusão, indicamos a necessidade de ampliação de pesquisas neste campo da Sociologia do Trabalho, trazendo à tona, nos parágrafos que seguem, como as questões colocadas neste artigo estão na ordem do dia. Para tanto, retomamos alguns dados sobre a Desistência Silenciosa e sobre a Grande Demissão, por entendermos estes fenômenos sociais como exemplos correlatos à pesquisa de Corrêa (2017), os quais consideramos campos potentes para futuras pesquisas vinculadas ao tema do artigo.

Um apanhado geral de matérias de jornal²¹ traz os seguintes elementos geradores da Grande Demissão e da Desistência Silenciosa, em ordem de frequência e importância: a pandemia com suas novas rotinas incluindo, em muitos casos, a mudança de endereço possibilitada pelo trabalho remoto (Gaglioni, 2022); a qualidade de vida, com mais tempo dedicado ao exercício físico, a elaboração da própria comida, o convívio com os familiares (Custódio, 2022); a diminuição da pressão e o aumento da flexibilização do tempo e do espaço de trabalho (Custódio, 2022); e, por fim, um tema com menor expressão, mas presente, são os questionamen-

tos éticos sobre os trabalhos desenvolvidos pelas empresas (Saussois; Bouilloud, 2022). Assim, os motivos da mudança dos entrevistados de Corrêa e dos relatos atuais são muito próximos.

Se, nos casos de Corrêa (2017), os elementos que concretizam a mudança são a vivência da espiritualidade e da natureza, parece ser a pandemia com seus agenciamentos que se configura como o meio social disponível à mudança dos sujeitos vinculados à Desistência Silenciosa e a Grande Demissão. Os novos modos de vida emergem sob condições objetivas e subjetivas de crítica. No caso das objetivas, em 2016, seriam possibilidades de se viver de forma mais simples e, em 2022, o teletrabalho que se coloca de forma imperativa. Quanto às subjetivas (relacionadas a uma legitimidade social e moral), em 2016, nos espaços estudados, sair da dinâmica de trabalhar sem limites é uma ação valorada pela comunidade que ocupa os lugares vinculados à natureza e à espiritualidade, e, em 2022, nossa hipótese é de que a pandemia, trazendo a iminência da morte, tornava legítimo valorizar a vida, o cuidado e a qualidade do tempo

não dedicado ao trabalho. A vida que vale a pena ser vivida é aquela que abarca diferentes dimensões da existência dos sujeitos, uma renovada gramática moral, que pauta a busca pelo direito a um tempo de trabalho que comporte o tempo da qualidade de vida, se estabelece e pode ser mobilizada e legitimada: você ainda cumpre suas tarefas, mas não está mais concordando com a mentalidade hostil de que o trabalho tem que ser sua vida. A realidade é que não é, e seu valor como pessoa não é definido pelo seu ofício (Zhain apud Marasciulo, 2022, p. 4)²².

Para se entender melhor a amplitude e dimensão dos fenômenos de crítica ao trabalho, pontuamos que é necessário se questionar sobre como os recortes de raça, classe e gênero se relacionam com a Grande Demissão e a Desistência Silenciosa; entretanto, utilizar questões e conceitos como meio social disponível à mudança, mapear as pretensões de subjetividade emergentes e sua relação com a autenticidade abrem caminhos para explorar o campo considerando as variáveis supracitadas. Sabe-se que, nos países de economia central, o movimento é em-

²¹ A motivação para escrever este artigo surge com as notícias sobre a Grande Demissão. A partir daí, fomos coletando materiais de forma exploratória. Em síntese, lemos materiais de quatro jornais (Le Monde, Le Figaro, Nexo e Zero Hora), e matérias de revistas e sites (Exame, UOL e Revista Galileu). O tema ainda continua em evidência, com temáticas muito próximas como mostra a matéria da Folha de São Paulo publicada no dia 26 de janeiro de 2024, com a matéria intitulada: “Desistir do trabalho dos sonhos pode ser recomeço da rota profissional: Quiet ambition”. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/C2klHxmvgYe/?igsh=MWZ2anJibjB2cGg3aQ%3D%3D>. Acesso em: 1 fev. 2024.

²² Palavras de Zhain, TikToker que viralizou e impulsionou o movimento “quietquietting”, a partir de um vídeo gravado em meio a áreas verdes.

preendido por trabalhadores de setores menos qualificados, entretanto, as justificativas que embasam e são prioridade nessas mudanças de vida teriam que ser investigadas com maior precisão; ou seja, como melhores condições de trabalho, reconhecimento ou demandas por mais tempo livre e necessidade de experimentação da vida se colocam a estes trabalhadores menos qualificados. No Brasil, o movimento está vinculado a trabalhadores qualificados, dotados de capital cultural, sendo o tema da quantidade e qualidade do uso do tempo da vida o motivador do engajamento à Grande Demissão ou à Desistência Silenciosa²³ que mais apareceu nas matérias de jornal consultadas. O movimento brasileiro faz emergir a questão sobre em que medida esses movimentos não traduzem um privilégio moral e material em países periféricos, questão ainda a ser desenvolvida.

Se os movimentos de crítica ao trabalho – que pautam flexibilidade no que tan-

ge ao local de trabalho, uma rotina com mais tempo livre, maior contato com os filhos e, incisivamente, uma nova cultura de exigência de produção equilibrada com a qualidade de vida – se ampliarão ou legitimarão para além do campo de Corrêa (2017), transformando o “Sossego” de Tim, o “Ouro de Tolo” de Raul e o “Break my Soul” de Beyoncé em demandas generalizáveis e que impactam a vida social é algo a ser descoberto. Aqui, o objetivo do artigo era descrever e inferir sobre as gramáticas morais postas por trabalhadores que vêm desistindo do emprego em prol de vidas alternativas, fazendo emergir os ideais morais que permearam esses sujeitos – no caso, a autenticidade – e as condições de possibilidades ou, em outras palavras, os meios sociais disponíveis, para que as críticas ocorram. Neste sentido, espera-se que este artigo tenha contribuído para o entendimento do mundo do trabalho e suas gramáticas morais emergentes.



²³ Uma das entrevistadas da ZH alega que, no presencial, precisava acordar às 7h para ir ao trabalho, que começava às 9h. Chegava estressada porque não via o filho, se arrumava rápido, enfrentava uma hora de trânsito. Na pandemia, acordava às 7h, fazia exercícios, tomava banho, degustava o café, interagia com o filho e estava, então, pronta para trabalhar de forma online. Ela é uma das entrevistadas que pediu demissão e presta serviços a diferentes empresas trabalhando de forma híbrida. Aqui a dimensão da segurança é relegada a segundo plano em prol da autonomia, movimento já comum entre os trabalhadores, como apontam algumas pesquisas (Rosenfield, 2018).

Referências Bibliográficas

- Bardin, L. (1997). Análise de Conteúdo. Edições 70.
- Bauer, M., Gaskell, G. (Eds.). (2002). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Vozes.
- Corrêa, A. (2017). O cultivo de si como cultivo do mundo: o encontro entre sujeitos e objetos autênticos na eclosão de novas estéticas de contribuição/retribuição social. [Tese de doutorado]. UFRGS.
- Cortes, S. V. (1998). Técnicas de coleta e análise qualitativa de dados. *Cadernos de Sociologia*, 9:11-47.
- Custódio, A. 2022. Busca por flexibilidade puxa alta das demissões voluntárias. *Jornal ZH*, Porto Alegre. <https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao/noticia/2022/07/quais-sao-os-motivos-que-explicam-o-aumento-dos-pedidos-de-demissao-cl5wka9p3002v014svpm-cgpp3.html>
- Ferrara, A. (2014). La autenticidad y la normatividad de la identidad en Rousseau. *Signos Filosóficos*, 16(31):159-190.
- Ferrara, A. (2022). Reflective Authenticity: Rethinking the Project of Modernity. Routledge.
- Froment, C. 2022. Desormais, la famille est plus important que le travail. *Le Figaro*. <https://www.lefigaro.fr/story/desormais-la-famille-est-plus-importante-que-le-travail-15472>
- Gaglioni, C. (2022). Como o fenômeno da “grande demissão” chega no Brasil. *Nexo Jornal*. <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2022/08/25/Como-o-fen%C3%A9meno-da-%E2%80%98grande-demiss%C3%A3o%E2%80%99-chega-no-Brasil>
- Honneth, A. (2006). La société du mépris: vers une nouvelle Théorie Critique. La Découverte-Gallimard.
- Honneth, A. (2008). Trabalho e reconhecimento: tentativas de uma redefinição. *Civitas*, 8(1):46-67. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2008.1.4321>
- Laranjeira, S. (2006). Fordismo e pós-fordismo. In Cattani, A. D., Holzmann, L. (Orgs.). Dicionário Trabalho e Tecnologia (pp. 133-136). UFRGS.
- Marasciulo, M. (2022). Somente o necessário. *Revista Galileu*. <https://revistagalileu.globo.com/sociedade/noticia/2022/12/o-que-esta-por-tras-do-movimento-da-de-sistencia-silenciosa.ghtml>
- Pinzani, A. 2013. Os paradoxos da liberdade. In Melo, R. (Org.). A teoria crítica de Axel Honneth: Reconhecimento, liberdade e justiça (pp. 79-94). Saraiva.
- Ramirez, M. T. (2008). Autenticidad y frónesis: de Ferrara a Villoro. *Saberes*, 1(1):84-105.
- Redação. (2022). Por que Beyoncé se tornou símbolo do movimento global da grande demissão? *Exame*. Disponível em: <https://exame.com/carreira/por-que-beyonce-se-tornou-simbolo-do-movimento-global-da-grande-demissao/>
- Rosenfield, C. L. (2018). Labour, self-entrepreneurship in Brazil and paradoxes of social freedom. *Transfer*, 24(3):337-352. <https://doi.org/10.1177/1024258918775535>
- Rosenfield, C., Almeida, M. (2014). Contratualização das relações de trabalho: embaralhando conceitos canônicos da sociologia do trabalho. *Política & Trabalho*, 41:249-276.
- Rosenfield, C., Mello, L., Corrêa, A. (2015). Reconstituição normativa em Axel Honneth e os múltiplos justos do mercado de trabalho. *Civitas*, 15:664-685. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2015.4.21667>
- Saussois, J. M., Bouilloud, J. P. (2022). Pour quoi et à quoi consentir. *Le Monde*. <https://www.lemonde.fr/idees/article/2022/06/10/jean-philippe-bouilloud-et-jean-michel-saussois-pour-quoi-et-a-quoi-consen->

tir-quand-on-s-engage-dans-un-travail_6129705_3232.html

- Strauss, A. 2008. Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada. Artmed.
- Talbot, C. (2022). Grande démission: les Etats-Unis inventent l'entretien de fidélisation. *Le Monde*. https://www.lemonde.fr/emploi/article/2022/06/15/grande-demission-les-etats-unis-inventent-l-entretien-de-fidelisation_6130338_1698637.html
- Taylor, C. (1994). La etica de la autentici-

dad. Ediciones Paidós.

- Taylor, C. (1997). As fontes do self: a construção da identidade moderna. Loyola.
- Varga, S. (2012). Authenticity as an Ethical Ideal. Taylor & Francis.
- Weiss, R., Rosati, M. (2015). Tradição e a autenticidade em um mundo pós-convencional: uma leitura durkheimiana. *Sociologias*, 17(39):110-162. <https://doi.org/10.1590/15174522-017003904>

Propriedade e acesso aberto: uma análise a partir dos conceitos de renda e de valor-trabalho de Marx

Property and open access: an analysis based on Marx's concepts of rent and labor-value

Propiedad y acceso abierto: un análisis desde los conceptos Marx de renta y valor laboral

**Vinicius Aleixo
GERBASI**

vinicius.gerbasi@yahoo.com.br

Doutor em Ciências Sociais.
Pesquisador no grupo de pesquisa Estudos da Globalização, da Unesp campus de Marília.

167

Este artigo aborda, a partir das categorias renda e mais-valia relativa, o valor da informação. Para ser produtiva e expansiva, considerando a acumulação do capital, a informação deve-se pautar pelo seu acesso aberto e compartilhado entre trabalhadores. O capital captura informação e conhecimento produzidos pelos trabalhadores no campo do desenvolvimento de software. Este artigo diferencia informação digital de conhecimento. A metodologia baseia-se na análise bibliográfica da economia política de Marx e no levantamento de informações disponibilizadas pelo site GitHub. Conclui-se que, na produção de software, o capital explora o trabalho e a informação produzida constitui-se nas formas mais-valia relativa e propriedade e renda (propriedade intelectual). Isso implica a exploração mercantil da informação e do conhecimento disponível e acumulado.

Palavras-Chave: Valor da informação; Acumulação; Trabalho.

The article aims to analyze value of information from, focusing on rent and relative plus-value. In order to be productive and expansive the capital accumulation, the information should guide by openness and sharing among working class. Capital capture information and knowledge produced by working class in the field of software development. We distinguish digital information from knowledge. Methodology is based on the on Marx's political economy and information collected on GitHub's site. We conclude that in the software development appropriation of capital over information is better defined as rent (intellectual property) and relative plus-value. That strategy implies commodification and privatization of digital information and knowledge accumulated and available.

Keywords: *Information value; Accumulation; Labour.*

Este artículo aborda, desde las categorías de renta y plusvalía relativa, el valor de la información. Para ser productivo y expansivo, considerando la acumulación de capital, la información debe ser abierta y compartida entre los trabajadores. El capital captura información y conocimiento producido por los trabajadores en el campo del desarrollo de software. Este artículo diferencia la información digital del conocimiento. La metodología se basa en el análisis bibliográfico de la economía política de Marx y el levantamiento de información disponible en el sitio web GitHub. Se concluye que, en la producción de software, el capital explota el trabajo y la información producida se constituye en forma de plusvalía relativa y de propiedad e ingreso (propiedad intelectual). Esto implica la explotación comercial de la información y el conocimiento disponibles y acumulados.

Palabras clave: *Valor de la información; Acumulación; Trabajo.*

Introdução

Em 2003, bem antes da digitalização e da plataformização das sociedades (Poell et al., 2020), é publicado o livro de André Gorz (2005) intitulado *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. Neste livro, o autor afirma que, no contexto do capitalismo pós-fordista, o tempo de trabalho socialmente necessário deixa de ser o fundamento do valor e, logo, o trabalho deixa de ser a centralidade da produ-

ção de valor ao capital. A tese do livro é: na economia do conhecimento, enquanto economia da abundância, o conhecimento, circulado pela internet, pode ser socializado gratuitamente, culminando num mundo pós-capitalista; assim, a era da informação e do conhecimento e a subversão do tempo de trabalho necessário para a produção de mercadorias engendrariam outras possíveis relações sociais.

A questão colocada pelo autor é: existiria uma crise do valor-trabalho, que pode

ser interpretada como o fim da capacidade, ou ao menos uma dificuldade, de reconduzir sempre a contradição entre trabalho que não gera e trabalho que gera valor? Por exemplo: a crise de mensuração do valor seria um indício de constrangimento da reprodução ampliada do capital? Valor somente poderia ser atribuído às “mercadorias”, enquanto relação entre elas mesmas, não podendo fazer-se com relação a bens imateriais, os quais o tempo de trabalho necessário para sua reprodução é nulo; como a reprodução de informação digital? Este argumento, de que há uma crise do valor-trabalho, expõe que tal contradição seria incontornável à sobrevivência do capital, tendendo à sua dissolução, pois sua existência estaria condicionada a ela. A teoria do valor-trabalho não faria sentido, uma vez que valor não se dá pelo tempo de trabalho socialmente gasto para a reprodução de mercadorias, haja vista que tal tempo não é válido para o “imaterial”, mas tão somente para o “material”, no qual existe sistema de “equivalência que regula as trocas comerciais” (Gorz, 2005, p. 31).

Apesar disso, o presente artigo contrapõe-se a ideia de crise do valor-trabalho ou de perda de sua centralidade, por entender que no âmbito da produção de informação, o sobrevalor, a mais-valia relativa e os mecanismos de apropriação legislada e a propriedade intelectual agem como fatores de absoluta acumulação. Não há crise do valor-trabalho porque não há crise de reprodução do sistema capitalista, havendo, aí sim, uma desproporcionalidade entre mais-valia e, de outro lado, do capital

fictício e de rendas sobre o conhecimento, o que se faz sugando valor do trabalho, seu único gerador.

Além disso, a ideia de trabalho, segundo André Gorz (2005), se fundamenta na visão segundo a qual o trabalho funciona como concretizador de relações entre indivíduos, ou seja, de relações sociais que desenvolvem rationalidades e sentidos não atreladas à “razão instrumental”. Em segundo lugar, que ele é capaz de fundamentar, através da ação política e da ética, uma nova relação com o outro. A crítica à economia política, “por estar voltada sobre a relação do homem com a natureza”, seria incapaz de fazer isso (Lazzarato & Negri, 2001, p. 2001). Posto de outro modo, tal argumento baseia-se na crítica ao economicismo com respeito ao trabalho, que não é capaz de atribuir-lhe, a partir do vigor metodológico e da instrumental teórico relegado pela tradição marxista, o desenvolvimento necessário da investigação do trabalho como trabalho vivo, como força ontológica. Nesse sentido, é preciso enxergar nas “atividades relacionais culturais cognitivas, geradoras de externalidades positivas: Não como exterioridade dada às relações de mercado, mas como novo terreno de enfrentamento político” (Lazzarato & Negri, 2001, p. 75).

A obra de André Gorz (2005) é importante para situar debates e mesmo equívocos teóricos mesmo entre os marxistas – debate este que, nos sociólogos, filósofos e economistas não marxistas, refere-se ao abandono da teoria de Marx na compreensão das relações sociais capitalistas, so-

bretudo naquilo o que é o determinante na teoria marxiana: a teoria do valor-trabalho. Equívoco teórico porque parte do pressuposto de que a desindustrialização, o aumento dos serviços e a financeirização levariam à derrocada do capitalismo, em vez de entender, nas contradições e transformações do capitalismo após a década de 1970, um processo contínuo de reorganização produtiva. A reestruturação produtiva, ou seja, a luta do capital por aumento de lucro em decorrência de crises estruturais, obrigou-o a organizar-se em novas tecnologias e formatos de organização da produção e do trabalho, intensivas em conhecimento e inovação. Esse processo histórico de maturação se revelou lucrativo, disruptivo e dirigido pela destruição criadora (Schumpeter, 1988) como motor dinâmico do crescimento econômico.

Este artigo, baseado na teoria marxiana, debate a centralidade da economia política de Marx para o entendimento da informação como elemento econômico de valorização do capital. Analisa-se o trabalho relativo ao desenvolvimento de software, definido enquanto “trabalho com informação” (Dantas, 2012); nesse caso em particular, o trabalho de programação de códigos computacionais. O que se busca explicar é, portanto, como é capturada a mais-valia e como o capital se valoriza frente à exploração do trabalhador intelectual.

Segundo Fuchs (2008; 2012) e Durand (2021), o trabalho gratuito na internet é visto como categoria improdutiva (ou seja, não gera valor), como são os casos das informações controladas e armazenadas

pelo Facebook e Google (Fuchs, 2008; 2012) para venda de publicidade. Segundo Fuchs (2012), o trabalho na internet se caracteriza pela apropriação gratuita do tempo do trabalhador o qual ao navegar na internet gera dados para sites e plataformas. É um trabalho improdutivo e gratuito. Por outro lado, as tecnologias de informação apresentam caráter ambivalente: elas são, ao mesmo tempo, livres e não mercantis, como softwares livres, bem como por conhecimento patenteável e por espaço digital dominado pela lógica comercial (Google, Facebook, Uber). Durand (2021) propõe que o capitalismo se caracteriza por um tipo de “tecnofeudalismo” no qual inovação e o trabalho produtivo enquanto dinamizadores do crescimento e das relações de produção são substituídos pelo controle informacional e o cercamento das plataformas digitais: o capitalismo se dá pelo cercamento das plataformas sobre informação e sobre a propriedade intelectual (patentes e algoritmos) para extrair renda aos seus controladores, os donos das *big techs*.

Neste artigo, voltamo-nos para a questão do valor da informação. Assim, pretende-se discutir a exploração do trabalho intelectual que processa e organiza o trabalho de informação na tecnologia de informação. Para nortear este debate teórico, assume-se que a apropriação do capital se dá duplamente sobre a dimensão imaterial (informação): na forma de mais-valia relativa e, por outro lado, na captura da renda da informação a partir da implementação da propriedade privada (propriedade intelec-

tual) (Rigi, 2014). Nesse sentido, o presente artigo debruça-se no trabalho como fonte de valor: abandona-se o terreno da acumulação primitiva sobre informação e conhecimento (não a negando como expressão dialética da acumulação público-privado), e adentra-se no terreno da produção do valor.

No plano empírico, analisa o site de registros e compartilhamento de software chamado GitHub. A análise tem por objetivo demonstrar a natureza social da produção tecnológica do software, contemplando a necessidade de interação entre trabalho morto e trabalho vivo, bem como a existência do trabalho produtivo. Por ser meio colaborativo e pela regulação aberta (mas não comercialmente restritiva sobre a tecnologia), a cooperação entre os trabalhadores intelectuais desencadeia modo de extrair uma mais-valia “desmedida” (Prado, 2004), não havendo relação entre custo e lucro sobre o produto realizado (conhecimento) e especulativo na forma de propriedade intelectual (propriedade privada) sobre partes do conhecimento produzido pela classe trabalhadora.

Teoria do valor-trabalho e valor-desmedido

Tempo de trabalho é explicado como tempo despendido para a reprodução de determinada mercadoria dentro de determinado contexto de produção, levando em conta a produtividade do trabalho. Para Marx (1975), produção (a produção em si) de reprodução (tempo de produção/produtividade) são categorias con-

ceituais distintas. O filósofo nos diz que, no curso do processo de reprodução, o capital existente é sempre mais ou menos desvalorizado: “tempo de trabalho que a reprodução” de qualquer mercadoria leva e “diminui à medida que a produtividade social do trabalho se desenvolve” (p. 162). O desenvolvimento da produtividade aparece como resultado do desenvolvimento social do processo de acumulação.

Nesse sentido, a produção do valor não é só tempo de trabalho, mas uma reprodução social: de valorização do capital e de transformação do trabalho e de outras dimensões (cultura, conhecimento, aplicação da ciência e tecnologia na produção) em mercadoria, em valor de troca. O valor, como lógica social, deve se expandir. O que caracteriza as relações de produção no capitalismo é a acumulação e valorização do capital e, para transformar e subsumir toda relação social dentro da lógica do capital, ele deve impor e reproduzir todo tipo de trabalho como trabalho abstrato. Para Marx, o trabalho é uma abstração da realidade social. O próprio Marx critica o fetichismo com que é encarada a mercadoria, percebendo que ela é, antes de tudo, uma relação social baseada na mais-valia e na acumulação e na qual o dinheiro é um meio abstrato que reflete as leis econômicas baseadas no valor. Essa posição é esclarecida por Amorim (2018), que defende que a lógica da produção de mercadorias é uma relação social, na qual sua produção e manifestação são essenciais, mas que não é correto dizer que a lógica do capital se resuma à condição física

do processo de produção material, indo muito além dele, exigindo que as dimensões sociais e imateriais se reduzam a sua dinâmica de produção.

A mudança do capitalismo contemporâneo em relação ao paradigma anterior, fordista e keynesiano – caracterizado por maior regulação e controle da produção e do dinheiro – reside no fato da proeminência do papel do capital financeiro e do rentismo na reprodução do capital (Dowbor, 2017; Paraná, 2020). Por outro lado, o valor se reproduz pelo aumento na composição orgânica do capital (ciência, tecnologia, inovação), ou seja, investimento em capital constante, conceito significativo para a compreensão da reprodução do valor e da teoria do valor-trabalho.

Assim, não é o valor que se esmoesse, mas sim o tempo de trabalho socialmente necessário para reproduzi-lo, que se torna “desmedido” (Prado, 2004). A definição de trabalho simples e trabalho complexo explica a necessidade de transformação de “trabalho concreto” em trabalho abstrato” como modo de transformá-lo em valor de troca. Prado (2004) dá exemplo do trabalho de cientistas, professores, pesquisadores, publicitários e programadores que não podem ser “decompostos” em pequenas partes ou pedaços. O algoritmo é divisível em partes (programável e reprogramável), uma estrutura articulada de estados, e que tem condições de ser decomposta. Nesse sentido, o capitalismo contemporâneo não deixou de explorar o trabalho, a essência da relação de produção, mas deixou de determinar o

valor pela determinação do tempo de trabalho necessário; o que revela que o valor que se tornou “desmedido” (Prado, 2004, 2012). “Para medir os valores de troca das mercadorias pela quantidade de tempo de trabalho gasto produzindo-as”, diz ele, “é necessário reduzir cada peça de trabalho a uma unidade simples, uniforme e não distinta” (Marx, 1978, p. 137), o que não é possível com a “criação” intelectual.

Segundo Braverman (1998) o controle exercido pela gerência torna-se fundamental nas relações capitalistas de produção, na medida em que o trabalhador não fornece totalmente sua capacidade e conhecimento sobre o trabalho, mas somente o necessário para a execução de suas tarefas rotineiras. Portanto, a gerência assegura o controle ao determinar ao trabalhador suas tarefas e ao garantir que serão executadas no dia. Torna-se fundamental que a qualificação do trabalhador seja aquela que atenda aos interesses dos capitalistas, desfavorável o conhecimento generalizado sobre o processo produtivo. Braverman (1998, p. 81) contribui à análise de Eleuterio Prado ao destacar que “a força de trabalho capaz de formar o processo pode ser comprada a menor preço como elemento dissociado do que quando integrada em um único trabalho”.

No texto “Teorias da mais-valia”, Marx (1983) argumenta que, com o avanço da produção capitalista, os trabalhadores improdutivos deixarão de existir, incorporando-se aos trabalhadores assalariados-produtivos. No que pesa a diferença deste argumento em relação à realidade do tra-

balho na atualidade – na qual a exploração do trabalho e da posição de proletário não é condição do assalariamento, mas sim a posição dentro da produção que ocupa o indivíduo –, o ponto de vista de Marx chama atenção para o argumento de que todo trabalhador está formalmente ligado à relação de produção do capital e da transformação de todo trabalho em trabalho abstrato (Marini, 2011; Prado, 2004).

Além disso, o desenvolvimento do mercado financeiro e do capital acionário transformou o paradigma produtivo industrial num outro paradigma, centrado no capital financeiro, portanto, baseado na maximização dos ativos imateriais (como propriedade intelectual) e do valor de mercado das empresas. Arvidsson e Colleoni (2012) afirmam que o capitalismo sofreu uma transição para as formas cognitivas, imateriais e financeiras que o tornam qualitativamente diferente de seu estágio anterior, o industrial, no entanto, o capital fictício, que se divide em juros, crédito e renda, são constitutivos do capitalismo, e não uma anomalia do capital: a questão é que assume uma centralidade dentro do capitalismo contemporâneo contra o capital produtivo, o que explica, em parte, a aceleração das contradições existentes do capitalismo.

Desde o fim do capitalismo fordista keynesiano, o capital vem se valorizando sob a égide das finanças, se descolando da economia produtiva e acelerando o ciclo de suas intermitentes crises impostas por ele próprio, ou seja, o capitalismo financeiro por meio do capital fictício, juros e crédito, vai buscar dentro do processo

de circulação de capital, de capital que se valoriza a si mesmo, isto é, $D - D'$. No setor de tecnologia de informação e de conhecimento-mercadoria (ciência, pesquisa, inovação) a finança global está ligada ao investimento tecnológico voltado à extração de mais-valia relativa e à ganhos especulativos, relacionando-se às rendas obtidas com direito de propriedade intelectual. A pressão competitiva para continuar obtendo lucros resulta na desproporcionalidade entre o dinheiro como medida e o dinheiro como meio de troca, subjacente ao conflito essencial entre o sistema financeiro funcionando com dinheiro de crédito e juros como forma de expansão da acumulação e dinheiro resultante da personificação do valor-trabalho (Ivanova, 2011; Paraná, 2020). Por exemplo, de 1987 a 2008, os setores de tecnologia em ativos financeiros foi 20% superior em comparação aos ativos fixos.

Captura do trabalho e colaboração

Por meio do GitHub, programadores contratados (assalariados) e terceirizados (que trabalham em empresas de desenvolvimento de software) estudam, executam, alteram e redistribuem softwares. É possível recodificar, compartilhar e bifurcar projetos e licenciar determinados ramos, dessa forma, programadores que têm interesse no mesmo programa podem bifurcar ou fazer melhorias. O repositório permite que muitos deles colaborem e escrevam versões de um mesmo programa, ofere-

cendo uma maneira de gerenciar projetos e fluxos de trabalho digitais na internet. A tecnologia de colaboração entre programadores chama-se Git¹: “sistema de controle de versão distribuído”, usado principalmente no desenvolvimento de software, mas que pode ser usado para registrar o histórico de edição de qualquer tipo de arquivo, até mesmo livros digitais escritos simultaneamente por grupos de autores (Wikipedia, 2023). Inicialmente projetado e desenvolvido por Linus Torvalds, o software foi criado para o desenvolvimento do kernel do Linux e, desde então, foi adotado como referência no desenvolvimento colaborativo e de código aberto. O GitHub recebe pagamento oferecendo mais capacidade de armazenamento de repositórios e interagindo e codificando-os. O site tinha mais de 100 milhões de usuários em 2023, contra 3 milhões que tinha há dez anos (Sawers, 2023). Em vez de garantir sua dominação através de robusta propriedade intelectual, a estratégia da empresa se baseia ao contrário no acesso aos códigos e fluxos de dados compartilhados pelos programadores. Esse controle permite que os desenvolvedores alimentem e interajam com o desenvolvimento de programas através dos repositórios, tendo uma visão clara de cada parte que o compõe. Em outros termos, podemos descrever essa forma de desenvolver a partir da ideia de

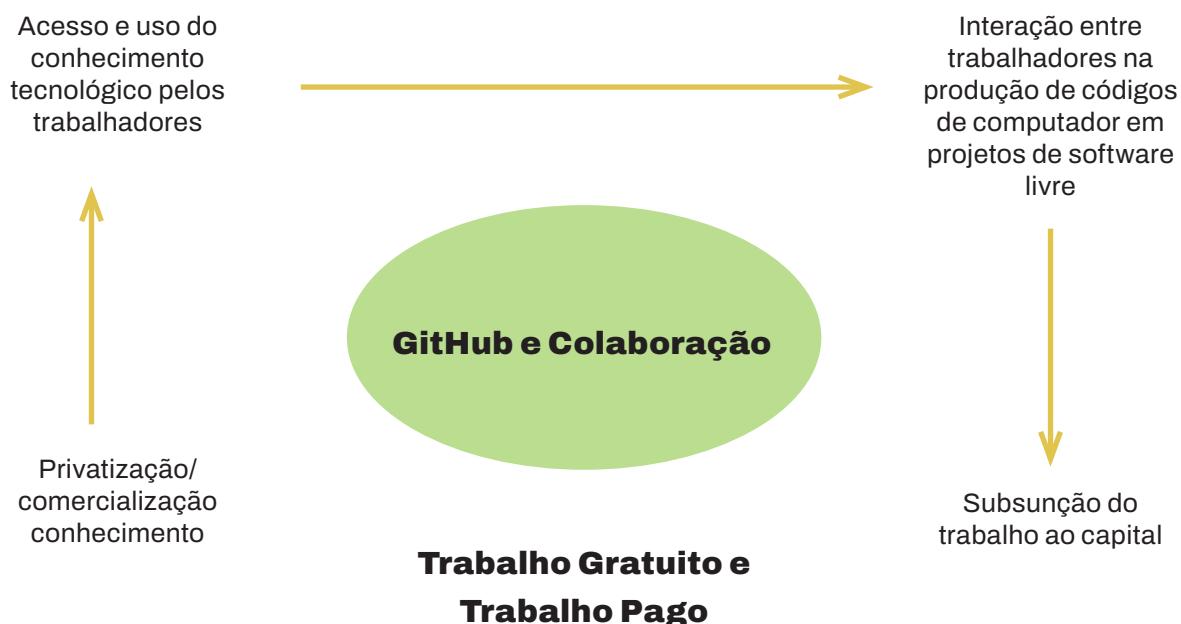
uma estrutura de troca e modificação de arquivos, dentro de uma interface e seus recursos, garantindo a colaboração entre os trabalhadores (Figura 1).

O GitHub recebe aluguel do pagamento de empresas que utilizam serviços profissionais. Nessa modalidade de lucro pelo GitHub parte do valor produzido pelos programadores de seus salários e, caso seja um programador freelance, é repassado. As empresas podem reduzir custos, melhorar a produtividade e extraír mais mais-valia relativa por meio do trabalho coletivo.

Por ser o maior site de compartilhamento e hospedagem de código aberto, o GitHub é exemplo colaborativo entre programadores, expressando bem a dinâmica do trabalho cooperativo e a importância que ele possui na produção tecnológica. Abrir o conhecimento, acessá-lo por diferentes perspectivas, agregando-lhes trabalho, permite que a produção de tecnologia se dê como resultado de processo interativo e combinado dentro da divisão do trabalho intelectual: garante ao capital que os trabalhadores armazenem, recuperem e reutilizem informações no meio digital. Como exemplificação do trabalho colaborativo e da importância de uso do conhecimento de acesso aberto, podemos citar o software OpenSSL. De acordo com informações do site do software, esse é usado 66% para

¹ Cada diretório de trabalho Git é um repositório com um histórico completo e capacidade de rastreamento de revisão completa, não dependente do acesso a uma rede ou servidor central.

Figura 1. Compartilhamento de conhecimento no GitHub e apropriação do trabalho



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

criptografia, sendo usado por mais de 1 bilhão de sites, incluindo empresas de streaming, como Netflix, além de possuir mais de 7 mil bifurcações de contribuidores e financiamento por empresas em vista de manter pagamento para programadores manter o programa em funcionamento e em constante melhoria (Wikipedia, 2023).

Na China, o governo participa do “ecossistema de código aberto desde 1999”, quando apoiou o desenvolvimento do sistema Linux. Recentemente, pode-se ver um crescimento substancial nas comunidades de código aberto da China: entre os 40 milhões de usuários registrados do GitHub, a China se classifica em números e contribuição de projetos de código aberto, com muitas contribuições

das indústrias de tecnologia proeminentes. Poucas grandes empresas desenvolvem e contribuem com código aberto no país, e soma-se a isso a divergência no trato com a propriedade intelectual com países do ocidente (Arcesati; Meinhardt, 2021). Alguns sistemas operacionais, como o Red Flag (propriedade estatal), têm sua base em desenvolvedores de código aberto. Tanto quanto nos Estados Unidos e outros países ocidentais, na China também se difunde o código aberto como estratégia de desenvolvimento de software (Arcesati; Meinhardt, 2021; Soldatos et al., 2021). A violação do princípio do livre acesso e livre conhecimento pode prejudicar a cultura de compartilhamento e “devolução” a longo prazo.

A luta das empresas pelo software proprietário mudou significativamente com o uso de código aberto por grandes empresas, como Alphabet, Microsoft, Amazon e IBM. Alguns anos atrás, a RedHat foi adquirida pela IBM, e o GitHub pela Microsoft. Essas aquisições crescem pela importância de ter-se dados e conhecimento numa sociedade datificada e platformizada (Poell et al., 2020; Srnicek, 2017). Em 2019, a Microsoft investiu US\$ 1 bilhão na OpenAI para ser mais competitiva com as outras gigantes do setor e ter domínio sobre um mercado em crescimento. A Microsoft anunciou que investirá mais de US\$ 10 bilhões no OpenAI nos próximos anos – laboratório de pesquisa de IA por trás do ChatGPT e DALL-E, ambos os sistemas avançados mais populares do mundo (Bass, 2023). Os oligopólios informacionais (Alphabet, Amazon, Microsoft) têm feito investimentos maciços em código aberto como estratégias para melhorar seus serviços digitais e liderar a concorrência na vanguarda da inovação tecnológica. Essa fusão significa necessidade de investimentos financeiros, de padronização e de inovação para ganhar espaço nas novas fronteiras dos serviços e inovações digitais.

Recentemente, GitHub e OpenAI lançaram um projeto chamado GitHub Copilot, o qual, segundo informações apresentadas no site, permite que desenvolvedores usem o GitHub Copilot para codificar mais rapidamente e focar na lógica de comercialização do software. Os códigos são treinados por dados públicos e em texto

de linguagem natural e código-fonte de fontes publicamente disponíveis, incluindo códigos depositados no site GitHub. Outros programas, como o TensorFlow, do Google, também possuem aprendizado de máquina para treinar dados e extrair significado e estrutura de textual. O objetivo é fazer mais uso de ações preditivas do consumidor em mídia e dados não estruturados, com uso múltiplo para informações digitais e empresas. Outro exemplo de como o IA está dominando as funções de código aberto é a nuvem e hardware especializado, principalmente GPU. Por exemplo, “IA investiu em chips para aprendizado de máquina” (Steinhoff, 2021) em empresas concorrentes diretas com fabricantes históricos de GPU, como a NVIDIA.

Como o capitalismo não se trata apenas de produção e reprodução, mas também de ideologia, a orientação pró-mercado transforma bens comuns como informação e conhecimento em mercadorias – o que não se resume somente nas relações sociais de produção e na reprodução da subjetividade, mas também na organização da regulação jurídica sobre o conhecimento e na investida contra a noção de conhecimento comum. Esse é, ao nosso ver, o mecanismo institucional-regulatório a partir do qual se elaboram licenças de propriedade intelectual híbridas², como modo de potencialização de captura do trabalho coletivo e não pago. A título de exemplo, em 2012, 85% do kernel do Linux desenvolvido já era de trabalho remunerado, contra apenas 8,2%, em 2017, provenientes de trabalho não remunerado (Steinhoff,

2021). Nesse sentido, o software proprietário não possui limite pela geração de lucro que ele proporciona, mas o limite é dado pela exclusão de quantidades de trabalho que o acesso comum³ pode garantir a partir do qual o capital se beneficia.

De acordo com Birkinbine (2015, p. 4), as comunidades e empresas e patrocinadores de “projetos de software livre” – em que, como enfatiza o autor, o acesso à biblioteca que contém os subprogramas utilizados no software, com dados e códigos de forma independente, o que permite sua alteração desses mesmos códigos de forma modular – se baseiam na relação ao mesmo tempo de confiança e de conflito. Depois que um contribuidor se torna membro da comunidade do projeto, podem ocorrer mudanças imprevisíveis na estrutura de governança – como a aquisição da Sun Microsystems pela Oracle, em que a comunidade optou por “desviar” seu projeto para evitar a influência indesejada; consistindo em tática usada pelos trabalhadores contra a apropriação corporativa (comercial) do seu trabalho coletivo. As

empresas capturam “produção por pares baseada em comum em suas ofertas proprietárias, ou controlam os tipos de licenças que podem ser atribuídas ao código do contribuidor através do uso de acordos de licença de contribuidor”, Contribute Licenses Agreements (CLA), no inglês (Birkinbine, 2015, p. 14).

Esses contratos são contratos “não negociáveis”, tendo por objetivo manter o conhecimento aberto, a partir do qual o contribuidor deve concordar para participar de um projeto de software livre ou código aberto – no âmbito deste artigo, ambos software livre é entendido como código aberto, pois, apesar de nomenclaturas diferentes, são apropriados pelas “forças de mercado” (Birkinbine, 2015, p. 14). Por outro lado, a comunidade desenvolve formas de proteger o conhecimento aberto da expropriação de mercado de duas formas. Colazo e Fang (2009) mostram como as comunidades lidam com as escolhas de licenças e como isso afeta a atividade de desenvolvimento. Por exemplo, a validade da hipótese de que as licenças “copyleft”

² Todas as licenças de código aberto, sem exceção, garantem a comercialização do software, desde que o acesso ao código fonte seja público; as principais licenças são GNU/GPL, Apache, Licença MIT e licença BSD. Apesar disso, as diferenças são significativas, com exceção da primeira, que não admite código proprietário em seu software; as demais são flexíveis e admitem, além da comercialização, a incorporação de código fonte fechado (proprietário) em suas distribuições.

³ A tensão entre público e privado, capital e trabalho coletivo, não é algo que se realiza sem atritos e contradições entre a comunidade de código aberto e empresas. Exemplo disso é que programadores que não se sentem confortáveis com uma gestão participativa e transparente sobre projeto de código aberto ou que não concordam licenças que não proteja o acesso livre podem migrar para outros projetos. Isso expõe tentativas de privatização e resistência por parte da chamada comunidade de software livre, pois garante maior permanência e adesão dos programadores a projetos de software livre e, portanto, consiste em jogo de interesse entre empresas e trabalhadores.

(direito autoral) estão associadas à maior adesão do desenvolvedor e atividade de codificação e “maior permanência do desenvolvedor no projeto” (Colazo & Fang, 2009, p. 997). Através de análises empíricas, os autores concluem que o “movimento social” dos desenvolvedores de código aberto apresenta efetiva participação e pressão coletiva na adoção de licenças abertas. Eles identificam alguns fatores individuais e sociais que sustentam a preferência pelo código aberto, além do técnico-operacional relativo ao desenvolvimento em si, como a visibilidade e reconhecimento entre programadores.

O trabalho cooperativo no GitHub é realizado através do acesso coletivo sobre o conhecimento tecnológico, ou seja, com a permissão de sua comercialização, ainda que estabelecida a liberdade de uso e acesso livre pelo conjunto dos trabalhadores. Efeitos negativos sobre a inovação e a produtividade, em decorrência do enclausuramento draconiano da propriedade intelectual, são eliminados nesse tipo relação de produção. Sobre tais consequências, expostas no artigo escrito por Heller e Eisinger (1998), a análise dos “anticomuns” problematiza a privatização do conhecimento sobre a pesquisa no campo da biotecnologia. Nesse sentido, a correlação entre público e privado na produção de software se dá a fim de manter níveis mínimos de produtividade no desenvolvimento tecnológico, depende da circulação e do conhecimento e dados abertos – por meio da privatização dos bens comuns e da apropriação do conhecimento

dos trabalhadores –, sendo o fundamento de valorização do capital na produção de software. Por essa lógica, rejeitamos o argumento da oposição entre tecnologia fechada e aberta. Nas relações sociais de produção tecnológica e de captura da renda e do valor propiciados por elas, a organização e os processos de trabalho superam o modelo fordista de produção. Essa lógica de captura perpétua no acesso a dados e infraestrutura é inevitável ao desenvolvimento tecnológico baseada em IA, big data e internet das coisas, que prescindem de grande quantidade e acesso de dados (Sadowski, 2019).

O desenvolvimento de licenças de código aberto, desde os anos 1990, permitiu a difusão do conhecimento tecnológico, ao contrário da propriedade intelectual restritiva: ele se mostra como protetor do interesse da acumulação do capital e do controle sobre o conhecimento dos trabalhadores, da realização de seu trabalho e dos meios coletivos de realização do trabalho, controlados por grandes oligopólios informacionais. O acesso à informação e a interoperabilidade de sistemas são necessários na era digital (Srnicek, 2017) e na indústria 4.0 (Schwab, 2019) em função da digitalização das relações sociais e produtivas – a exemplo da tecnologia de inteligência artificial –, da aprendizagem. Para isso tudo ser organizado é preciso aumento expressivo na composição orgânica do capital (investimento em ciência e tecnologia), ou seja, investimento em capital constante e aprendizagem e reciclagem dos trabalhadores no campo da programação.

Assim, “abertura” e “acesso” não significam oportunidade igual de acesso às empresas e aos indivíduos, já que apenas grandes corporações – os “monopólios informacionais” (Rikap, 2021) – possuem capacidade de processar e tratar estes dados e conhecimentos com vistas a geração de valor econômico. Esse tipo de estrutura gera um monopólio informacional, à medida que a concentração de dados em plataformas e redes sociais possibilitam a criação de padrões e tomada de decisão, o que não seria possível no caso da dispersão ou fragmentação de dados analisados e armazenados por distintas empresas.

De acordo com Marx, o capital:

[...] em si repousa sobre um modo social de produção e de tendência de concentração meios de produção e de força de: “trabalho recebe aqui diretamente a forma social do capital (capital de indivíduos diretamente associados (em oposição ao capital privado, e suas empresas se apresentam como empresas sociais em oposição às empresas privadas. É a abolição do capital como propriedade privada, dentro dos limites do próprio modo de produção capitalista (Marx, 1985 p. 332).

O termo “superação” tem sentido dialético de propriedade, quer dizer, supera e “garante”, ou “sustenta”, na medida em que a propriedade privada é ao mesmo tempo “abolida” e “preservada”. É essa a ideia que caracteriza a propriedade híbrida de código aberto, privada e coletiva ao mesmo tempo: ela consiste na superação da propriedade privada, mas conserva a relação da produção capitalista da acumulação e do valor. A “subsunção” real do tra-

balhado ao capital se define pelo controle absoluto do cérebro e do saber dos trabalhadores fixados na tecnologia e maquinária que o dominam; e, na era da informação, pela socialização dos meios de produção (capital fixo, na forma de tecnologias de informação, como linguagens e algoritmos usados e trocados coletivamente. Assim, a socialização e descentralização da informação e do conhecimento correspondem à socialização do capital e do valor.

No tipo de propriedade híbrida, público-privada, o conhecimento dos trabalhadores é privatizado, ao mesmo tempo em que os trabalhadores podem ter acesso a ele para dar continuidade como instrumento de trabalho: o conhecimento entra aqui como meio de trabalho, como ferramenta de trabalho dos trabalhadores, sem o que não há produção de tecnologia. Enquanto meio de trabalho, o conhecimento se torna uma plataforma de cooperação e de processo de trabalho e sua produção é apropriada pelo capitalista, proprietário do conhecimento por meio da propriedade intelectual.

O poder de exclusão da propriedade intelectual garantido por lei pode ser convertido em uma “permissão para todos” por meio de construções complicadas combinadas com obrigação de pôr obras derivadas sob as regras de código aberto, sendo a GPL a mais conhecida (Meretz, 2014). Apesar disso, esse tipo de acesso ao conhecimento não elimina a lógica do capital e das grandes empresas de explorar o trabalho e de comercialização do conhecimento, tornando a relação entre

capital e trabalho eficiente, à medida que tal interação sobre a informação produzida promove a captura do trabalho objetivado na informação digital (inscrita no software), informação esta que será recuperada e reformulada por outros trabalhadores dentro da cadeia de produção tecnológica.

A lógica da exclusão é parcialmente invertida pois “novos espaços de práticas comuns podem ser criados” (Meretz, 2014, p. 369), mas algo não pode ser mercadoria e não mercadoria ao mesmo tempo, não sendo possível substituí-la. Na sociedade produtora de mercadorias e exploradora do trabalho, a lógica econômica é regida pela valorização do capital e pela exclusão de bens (materiais ou imateriais) que exercem o papel de bens coletivos. Como defende Meretz (2014), toda zona livre para outras práticas autodeterminadas tem de ser arrancada dessas lógicas dominantes.

Informação digital e trabalho

Como interpretar criatividade, conhecimento e ciência à luz da teoria que tem como pressuposto a realização do valor partindo do tempo socialmente necessário para produção? Posto de outro modo:

é possível que a “economia da informação” (Rigi, 2014) se oriente pela teoria do valor marxiano, afastando-se de interpretações que não a reconhecem como chave explicativa da produção capitalista; algumas delas, interpretações que adotam a ideia de “tempo social necessário de trabalho”, como conceito central para explicar o “valor da informação” (Arvidson & Colleoni, 2012).

Marx aponta que, no capitalismo maduro (e, portanto, o da grande indústria que ele observou), o “saber geral” não aparece subsumido à “habilidade imediata do trabalhador”, mas como aplicação tecnológica da ciência⁴, resultado dos saberes acumulados historicamente (Marx, 2011, p. 583). Por meio desta chave-teórica, Marx (2011) apresenta que o trabalhador intelectual gera conhecimento que será apropriado pelo capital e que este apropria-o “gratuitamente”. Ciência e conhecimento serão transformados em “força produtiva do capital”; “saber geral da sociedade” aparece aí subsumido, portanto, ao capital. “Trabalho geral” não é somente representado no trabalhador vivo, mas no capital (corporificado nos meios de produção). Como “força produtiva da sociedade”,

⁴ O que é explicado pelo conceito de “trabalho imediato” em *Grundrisse* é posteriormente, em *O Capital*, nomeado pelo conceito de trabalho abstrato. O que Marx deseja destacar é que ciência, arte ou conhecimento são dimensões desenvolvidas e acumuladas historicamente: “Como a transformação do valor em capital, o exame mais preciso do desenvolvimento do capital mostra que, por um lado, ele pressupõe um determinado desenvolvimento histórico das forças produtivas – dentre estas forças produtivas, também a ciência. (Marx, 2011, p. 583). No capitalismo, elas estão subsumidas ao capital e servem para sua reprodução: aplicação tecnológica da produção e aumento da produtividade.

Marx se refere à unidade de medida do “capital fixo” (as máquinas e tecnologia), “existe nele como forma objetiva” e “inversamente a força produtiva se desenvolve com esse processo geral de que o capital se apropria gratuitamente”. O trabalhador vivo, única fonte de valor, vê, na maquinária, algo estranho e exterior a ele à medida que o “trabalho vivo é subsumido ao trabalho objetivado que atua autonomamente” (Marx, 2011, p. 582).

Vale lembrar que a tecnologia se volta, dialeticamente, contra os indivíduos de modo estranhado, pois é aplicada à produção de mercadorias e não para as necessidades dos seres humanos: “O capital é trabalho morto que como um vampiro se reanima sugando o trabalho vivo e quanto mais o suga mais forte se torna” (Marx, 1975, p. 263). Esse trecho exemplifica a natureza social e interativa do processo de produção de mercadorias e da criação do valor; de um lado, explica como, no processo de produção, a cooperação, por meio da divisão social do trabalho, valoriza o capital; de outro lado, que o consumo da mercadoria-trabalho deve necessariamente ter menos valor do que gerou.

Um modo importante de criação de mais-valia relativa é através da cooperação do trabalho. A cooperação consiste na articulação de muitos saberes e contribuições sobre programas de computador, desde o lançamento até a confecção final do programa, ou seja, sua disponibilização como produto e consequente comercialização. No trabalho de programação, o trabalho contínuo de trabalhadores em torno

do melhoramento dos códigos computacionais caracteriza a “cooperação complexa”, conceito definido por Alves (2011, p. 35): trata-se de tratar o trabalho coletivo como “uma unidade orgânica controlável”, na qual a base técnica digitalizada e informacional se foca na produção de programas de computador pelo trabalho coletivo, de forma que seja possível estudá-los, copiá-los e desenvolvê-los. Assim, torna-se possível na complexidade da totalidade produtiva, a possibilidade de reprodução da divisão do trabalho intelectual e na alocação de diferentes projetos de código aberto; cooperação entre trabalhadores permite, portanto, uma sucessão de “diferentes artifícies inseridos na produção sistemática” (Marx, 1968, p. 454). Na sociedade capitalista, o trabalhador individual dá espaço ao trabalhador coletivo. Como o próprio Marx argumenta, o trabalhador coletivo não é exclusividade do capitalismo, derivando da natureza do trabalho e da cooperação, na medida em que indivíduos se relacionam e produzem em sociedade, e cujo produto é dividido diferentemente pelas classes sociais.

Na seção IV de *O Capital*, Marx (1978) se dedica aos procedimentos usados na produção da mais-valia relativa. Marx diz que a cooperação operária pela qual qualquer grupo de trabalhadores faz uma operação produtiva decompõe-se por grupos distantes de trabalhadores para executá-la. Isso revela o caráter social do trabalho: a combinação de muitos trabalhos individuais. Esse entendimento é o de que o trabalho se caracteriza pela

combinação da “força produtiva do trabalho social”, mesmo que apareça como “força produtiva do capital”.

Marx supõe que, primeiro na manufatura e mais tarde na “grande indústria”, a maquinaria é o próprio trabalhador coletivo: ela é produto da combinação de muitos trabalhos parciais organizados e objetificados na maquinária, ou seja, na tecnologia. Divididos em trabalhadores qualificados e não qualificados, a divisão social do trabalho será disposta ou organizada por distintos trabalhadores que se unem com distintas normas e procedimentos de proporcionalidade referente à massa ou quantidade coletiva de trabalho e de valor a ser distribuídos e produzidos (Marini, 2011; Marx, 1978).

A partir desta digressão sobre a interpretação de Marx do valor, vamos agora passar para a análise do valor em relação ao trabalho intelectual (artístico, pesquisa, ensino), cujo trabalho não pode ser medido em termos de tempo de trabalho necessário. Partimos da interpretação de Marx segundo a qual, na relação econômica, existe trabalho social, ou seja, trabalho como conjunto orgânico, relacional e social, característico da complexidade da divisão social do trabalho. O objetivo é a explanação sobre o trabalho de programação que reside na atividade de elaboração de códigos binários e colaborativo através de linguagens de programação para a realização de objetivos específicos executados pela máquina. No que tange a este segmento de trabalhadores, o artigo parte da ideia de que o valor é realizado na construção coletiva do conhecimento que

é capturado e explorado comercialmente no âmbito do mercado, especialmente por grandes corporações.

Valor e informação

Informação e informação digital são apropriadas do trabalhador a partir da intensificação de ciência, tecnologia e conhecimento, bem como na organização de novos processos organizacionais. Em relação à sua distribuição, é realizada na mais-valia social, apropriada e repartida entre capitalistas: na forma de mais-valia relativa (na produção) e na forma especulativa e fetichizada do capital (pagamentos recebidos pelo “aluguel” da informação ao capitalista detentor de seu direito de uso). Por meio da mais-valia relativa, trabalho e o conhecimento são gerados nos mais variados segmentos da indústria de software e da computação. É por meio da propriedade intelectual e da legitimidade jurídica que lhe é conferida que os “produtos” do trabalho são repartidos e transformados em ganhos pecuniários à classe dos proprietários do conhecimento. A taxa de lucro é dada por certa quantidade de capital variável + capital constante (investidos na produção) + mais-valia. Em perfeitas condições de competição, as mercadorias são vendidas por seus preços de produção (descontado o capital investido e a apropriação do lucro).

Como resultado do movimento de capitais com composição orgânica de capital divergente – ou seja, onde existe emprego distinto de capital constante (tecnologia) e

capital variável (trabalho), o valor de mercadorias onde a composição orgânica é alta tende a diminuir, e onde é menor tende a aumentar. Devido à movimentação de capitais, as composições entre diferentes ramos são transferidas do segundo para o primeiro (Rigi, 2014). Marx propõe que esse processo se prolongue até atingir um ponto de equilíbrio em que se configura uma taxa geral de lucro em que a mesma quantidade de capital recebe a mesma quantidade de lucro médio. A mais-valia, produzida pelos capitalistas individuais, é reunida como “mais-valia social total” e dividida e apropriada de modo desigual pelos capitalistas e distribuída na forma de lucros e rendas (Rigi, 2014).

Visto que o preço é dado pelos custos totais dos capitais individuais, os capitalistas individuais buscam eliminar os custos médios de cada ramo de produção como modo de aumento de seus lucros. Nesse sentido, dinheiro assume duas categorias na relação econômica: como capital fictício, categoria de capital fetichizada do capital, e uma segunda, dinheiro recebido da circulação de capital, realizada por vendedores; tanto na primeira quanto na segunda, não se produziu valor algum, mas a informação é sempre instável, pois os produtores querem reduzi-la o tempo todo, então, a equalização de preços ocorre por constantes disputas para maximização de lucros e redução de custos, o que é possível através da equalização dos “preços globais” do capital. Partindo do princípio da informação como valor produzido, portanto, pelos trabalhadores, como concei-

tuá-la, isto é, compreendê-la à luz da teoria de Marx, como elemento econômico na produção do valor e da acumulação do capital? Segundo Rigi (2014), a “informação digital”, ao contrário das mercadorias físicas, tem o custo de reprodução que tende “a zero” ou é “insignificante”. A produtividade social do trabalho determina a quantidade de valor empregado nas mercadorias (isto é, maior ou menor quantidade de trabalho), e esse valor diminui à medida que a produtividade aumenta, portanto, menos será necessário.

Assim, dada a eficiência da internet para distribuir e socializar informações digitais, é fato que os custos de disseminação e armazenamento se tornam mais baratos. A informação, apesar de ter baixa contribuição para o valor total produzido, é indispensável na produção de bens e serviços (na forma de conhecimento, de técnica e método industriais, para a inovação).

Marx (1974, p. 129) lembra que valor não é o mesmo que preço, e, no capitalismo, coisas que não têm valor podem ter preço, tal como “honra” e “consciência”. O ar ou o solo não foram produzidos pelo trabalho e não têm valor, assim como as artes ou objetos antigos, que não têm medida pelo tempo de trabalho socialmente necessário, podendo assumir valor (valor de troca, valor econômico), assim, podem adquirir a forma de uma mercadoria. Eles ainda têm um preço (como as tintas de Picasso) e são normalmente negociados: “para vender uma coisa, nada mais é necessário do que sua capacidade de ser monopolizado e alienado” (Marx, 1974, p.

633) por outrem.

Outra relação importante é a relação entre preço e monopólio, entendendo o monopólio econômico, naturais e legais (Hilferding, 1985) como algo único e exclusivo. Esses monopólios, naturais e legais são muito mais longos do que o capitalismo, mas o capitalismo os expandiu e integrou às necessidades de acumulação de capital. No processo de produção, o monopólio é resultado de concentração e centralização do capital; formação de trustes, cartéis e oligopólios que controlam fluxos financeiros e tecnológicos, fontes de matérias-primas, transportes, mercados e que tem condições, por ser único na produção de determinado produto/serviço, de fixar preços de mercado (Hilferding, 1985; Lenin, 2008). O monopólio sobre terras por parte dos proprietários ou senhores de terras pressupõe o monopólio da segunda sobre elas por parte dos primeiros (Marx, 1985).

No contexto de capitalismo competitivo, tanto monopólios naturais quanto jurídicos se tornaram essenciais. O primeiro significa o monopólio sobre as terras; o segundo caso reflete o monopólio consubstanciado do poder conferido pela propriedade legitimada pelo direito burguês, sendo exemplo disso justamente a propriedade intelectual, o monopólio sobre a posse do conhecimento. O monopólio econômico confere ao produtor a cobrança de sobrepreço no mercado, e o valor natural deriva da produção de mercadorias que somente pode ser realizada pela posse de uma determinada terra (propriedade de solo, por exemplo, como certos tipos de vinhos).

Renda informacional

De acordo com Rigi (2014) e Paulani (2016), a teoria da renda de Marx é a mais correta para entender a exploração econômica sobre o conhecimento. Afirmam os autores, a respeito da exploração sobre o conhecimento que, segundo a teoria do valor-trabalho, o trabalho é única e exclusivamente o produtor de valor e, nesse sentido, a teoria da renda sobre o conhecimento apenas pode ser realizada no caso em que os trabalhadores “organizam” e “processam” informações (Dantas, 2012), que poderão ser externalizadas de alguma forma material ou intangível – protótipo diagrama, fórmula – e apropriadas por outros trabalhadores (Dantas, 2012).

Na era digital, o capital encontra formas de reprodução que remete a cada uma de suas formas: renda e mais-valia. A primeira, caracterizada pelos ganhos advindos da apropriação do valor gerado pela posse do conhecimento, como “renda sobre o conhecimento” (Paulani, 2016; Rigi, 2014); na segunda, como resultado da aplicação da ciência e tecnologia, nos ganhos de produtividade investindo em capital constante e a partir de novas formas organizacionais e tecnológicas do trabalho.

Nessa segunda perspectiva, a informação é retomada para a compreensão da produção coletiva de códigos computacionais entre os trabalhadores: a produção de alto valor agregado (em conhecimento). Nesse sentido, do ponto de vista da produção da informação digital, ela está atrelada ao efeito da economia de rede, tal

como descreve Herscovici (2011)⁵, na qual a quantidade dos participantes por uma plataforma ou uma ferramenta tecnológica (site, navegador) é associada à qualidade do serviço e à obrigação dos demais participantes em adotá-la (como o sistema operacional Linux ou o Wikipedia). Esse é o caso da economia política da colaboração, no qual a quantidade de programadores e de contribuições aos projetos de software de código aberto determinam a qualidade do desenvolvimento.

O argumento de que informação e conhecimento devem ser conceituados como renda e não como valor é criticada por Dantas (2011) e por Parkhurst (2019). Rigi (2014) assume que a informação digital não tem valor, no sentido de que a informação não tem tempo de trabalho congelado. Nesse sentido, o lucro gerado na informação é uma forma de aluguel, e não de valor. Os capitalistas que produzem e vendem mercadorias sem valor tendem a receber a taxa média de lucro, embora não produzam valor excedente (já que o trabalho, apenas o trabalho, pode criar valor), no entanto, Rigi (2014), por exemplo, parece superar essa visão ao expor, a partir da teoria de

Marx de que a renda da informação precisa de trabalho para poder ser reproduzida (trabalho produtor de conhecimento) em qualquer parte na divisão da produção capitalista a que se destina; e de que trabalho pago e que, para produzir informação, algum valor deve ser gasto inicialmente. Se valor não fosse criado em primeiro lugar, aí sim poderíamos argumentar que o custo da informação digital é zero ou próximo a zero. Um exemplo são os bens não rivais (Dyer-Whiterford, 2017; Parkhurst, 2019; Perelman, 1991; Stiglitz, 1999), que implicam que parte do bem pode ser consumido sem que haja prejuízo por outra parte. Estradas, parques de diversões e eletricidade são exemplos, no entanto, investimentos utilizados pela construção de usinas de energia, por exemplo, são enormes; os custos aí se apresentam decrescentes e garantem a entrada de usuários que podem se beneficiar dos bens gratuitamente, ao contrário do que supõe a teoria dos custos marginais.

Na realização do trabalhador intelectual, há uma quantidade de investimentos de capital; não apenas em capital fixo (computadores, fórmulas e premissas matemáticas, instalações etc.), mas em capital

⁵ Herscovici (2011) assinala, no que consiste à dinâmica da produção tecnológica de softwares, que o código aberto é um exemplo da “lógica do clube inclusivo” e dos “efeitos da economia de rede” nas quais a entrada de maior número de participantes é igual à melhor serviços/produto. Isso ocorre porque este tipo de relação de produção aberta e inclusiva caracteriza-se pela: 1) personalização conforme a necessidade das empresas; 2) difusão de conhecimentos na forma tácita e codificada; 3) aprendizagem de modo qualitativo; 4) e, por fim, pela utilização mista de software proprietário e software aberto. Sobre este último, destaca-se que a regulação para uso coletivo por meio de regimes de propriedade intelectual adequados permite o estudo e a modificação da tecnologia, tal como é o caso do código aberto preservando o acesso em detrimento da exclusividade evitam o monopólio extensivo e não produtivo sobre o conhecimento.

circulante (matérias-primas, como eletricidade) e capital variável. Assim, o custo total pode ser formulado pelas diversas reproduções de réplicas, não pelo valor unitário, mas pelo valor total produzido (Parkhurst, 2019). Desse modo, o valor de reprodução (da informação digital, nesse caso) corresponde à adição de valores objetificados, e seu custo deve ser dividido em termos de unidades de informação, ou de tempo de trabalho, como equivalente monetário, medidas por hora de trabalho.

Esse tipo de mais-valia, como aponta Marx, se dá a partir da aplicação da ciência, da tecnologia e da organização técnica-científica, bem como o conhecimento e aprendizagem dos trabalhadores na produção para aumentar a taxa de mais-valia para aumentar através do aumento de produtividade. A mais-valia relativa caracteriza a apropriação do trabalho decorrente da composição orgânica do capital (investimento em tecnologia e capital fixo) inescapável aos capitalistas no processo de concorrência intercapitalista.

Informação digital e propriedade intelectual

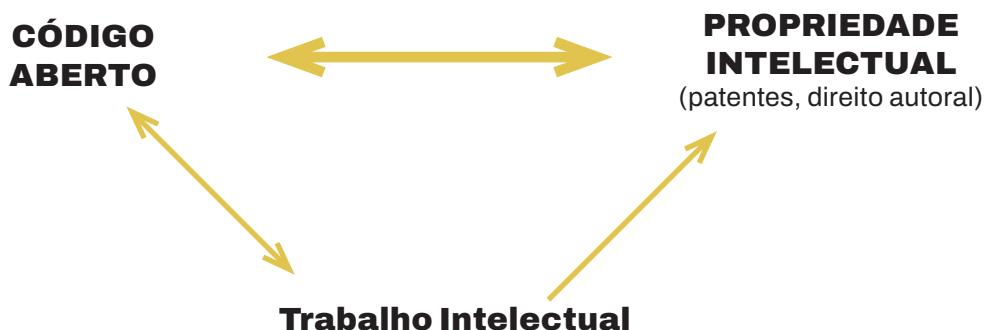
Havendo espaço para apropriação social da informação, dada a determinação de reprodução a baixo custo ou “quase zero”, tal apropriação se apresenta como mercadoria não excludente. A propriedade intelectual, portanto, serve como modo de “cercamento”, fazendo-a funcionar na lógica da acumulação do capital, sem o que não seria possível excluir (impedir) o aces-

so do consumidor não pagante; ao mesmo tempo que serve para sujeitar a informação à lei da escassez. Sem a implementação da propriedade intelectual, ela seria desprovida de valor (já que não poderia apresentar preço e nem se tornaria vendável), não podendo se manifestar enquanto valor de troca (Parkhurst, 2019).

No caso do software, essa forma mercantilizada tem uma expressão moderna da categoria conceitual de renda absoluta de Marx (Paulani, 2016; Rigi, 2014), na medida em que seu preço está ligado à posse, exclusivamente, uma “renda do conhecimento”. Essa mercantilização especial não tem valor, pois o trabalho necessário para reprocessá-la é zero, mas tem um preço que corresponde à sua mera existência. Ela é algo com “forma-mercadoria”, “pois tem um preço, mas que não tem valor, pois o tempo de trabalho necessário à sua reprodução é zero” (Paulani, 2016, p. 514). Seu fundamento, então, é o de uma renda do saber ou uma renda absoluta, baseada tão e somente na existência da propriedade.

A acumulação primitiva é determinada pela espoliação da terra, por exemplo, e pela exploração de matérias-primas. A acumulação opera em circuito não fechado e permanente: ela é uma constante do sistema capitalista e não pode entendida apenas nos estágios iniciais da formação da sociedade capitalista (Luxemburgo, 1985). O imperialismo e a colonização representam uma ofensiva contra a sociedade e formas públicas de acesso à propriedade e aos meios de produção, integrando o que era antes de domínio comum à eco-

Figura 2. Ciclo de captura do conhecimento tecnológico



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

nomia capitalista globalizada e neoliberal. O processo de acumulação primitiva pode ser encarado como acumulação “por despossessão” (Harvey, 2013). Exemplos disso são a exploração e privatização dos recursos naturais e serviços de bem-estar social, como saúde e educação. Nesse sentido, também é revelado o controle sobre o conhecimento, e o cercamento sobre ele pelas grandes empresas de oligopólios da informação, enquanto valorização dos ativos imateriais, de extração de seu valor (Rikap, 2021; Sadowski, 2019).

A teoria da escassez sobre a produção de programas de computador é limitada, pois contrapõe-se à dinâmica de desenvolvimento, ao obliterar o trabalho coletivo e a circulação da informação digital. Para fazê-la funcionar como mercadoria, é mais adequada a implementação de licenças que garantem o acesso ao conhecimento pelos trabalhadores e os ganhos econômicos aos capitalistas.

A transferência de tecnologia como mecanismos tradicionais de captura do público pelo privado sobre o conhecimento tecnológico (Mazzucato, 2015), como o desenvolvimento e pesquisa em universidades e institutos de pesquisa, não deixa de existir, ao contrário disso, ela é permanente desde o pós-guerra. Transversalmente a ela, e dada a dinâmica de produção colaborativa de captura do trabalho, a produção na computação desenvolve meios descentralizados de troca da informação eletrônica que são mais efetivos: o trabalho produtivo e não pago é o mecanismo de apropriação, como demonstra a Figura 2. Países desbloqueiam o desenvolvimento e pesquisa básica que são estabelecidas no sistema de mercado; tais conhecimentos que se tornam produtos e serviços (software, IA e computação em nuvem) são explorados comercialmente no âmbito do mercado. Em outras palavras, dá-se processo de mercantilização e privatização da ciência,

tecnologia e conhecimento, o mesmo ocorrendo com a natureza.

A propriedade intelectual caracteriza, na dimensão burguesa do direito e da exploração da propriedade privada, parcelas do conhecimento transferidos para o mercado e sobre a qual o capital pode acumular. Não se trata de pagamentos de salários e de geração de mais-valia, na esfera, portanto produtiva, mas sim do mecanismo através do qual há a transferência do público e do comum para a esfera privada. Nesse sentido, há uma relação puramente especulativa e rentista sobre o conhecimento e sobre a produção dele pela classe trabalhadora. Na propriedade coletiva e híbrida de conhecimento, que é genericamente denominada na área de tecnologia por “código aberto”, existe o cumprimento de dois objetivos: por um lado, o de manter ganhos de produtividade pelo trabalho através do acesso ao conhecimento – o que, na sua ausência completa, eliminaria tais ganhos em função da diminuição da quantidade de participantes e, portanto, de “quantidade” de trabalho empregado; e, por outro lado, de cercamento (acumulação primitiva do capital sobre o saber dos trabalhadores e

transformado pelo capital social em geração de conhecimento tecnológico).

Considerações finais

Neste artigo, tratamos de analisar a relação entre informação e valor, tentando superar a dicotomia entre trabalho produtivo versus trabalho improdutivo encontrada na teoria do valor-trabalho, defendendo a determinação das formas do capital, renda e lucro sobre a informação produzida pela classe trabalhadora sobre a informação digital. Também buscamos uma problematização sobre conhecimento aberto e privado. Neste debate, não há contradição entre essas duas esferas pois o acesso aberto visa aumentar a produtividade da informação e conhecimento produzidos pelos trabalhadores e sua mercantilização; portanto, a socialização de informação e de conhecimento tem por objetivo a acumulação, seja pela via produtiva, seja por espoliação (título de propriedade sobre o saber). Trata-se antes de uma relação estabelecida no âmbito do mercado e que intenciona o absoluto cercamento sobre o trabalho alheio.



Referências Bibliográficas

- Alves, G. (2011). Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na época do capitalismo manipulatório. Boitempo.
- Amorim, H. (2018). Trabalho imaterial: Marx e o debate contemporâneo. Anna-blume.
- Arcesati, R., & Meinhardt, C. (2021). China's Open-Source Tech Development Insights into a growing ecosystem. Mercator Institute for China Studies.
- Arvidsson, A., & Colleoni, E. (2012). Value in Informational Capitalism and on the Internet. *The Information Society*, 28(3), 135-150.
- Bass, D. (2023). Microsoft Invests \$10 Billion in ChatGPT Maker OpenAI. Bloomberg. <https://www.bloomberg.com/news/articles/2023-01-23/microsoft-makes-multibillion-dollar-investment-in-openai?leadSource=uverify%20wall>
- Birkinbine, B. (2015). Conflict in the commons: towards a Political Economy of corporate involvement in free and open-source software. *The political economy of communication*, 2(2):3-19.
- Braverman, H. (1998). Labour and monopoly capital: the degradation of work in the twentieth century. Montly Review Press.
- Colazo, J., & Fang, Y. (2009). Impact of license choice on open source software development activity. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, 60(5):997-1011.
- Dantas, M. (2011). Milionários nada por acaso: capital rentista e apropriação do trabalho artístico nas redes do espetáculo. *Revista de Economia Política de las Tecnologías de la Información y la Comunicación*, 13(2):1-30.
- Dantas, M. (2012). Trabalho com informação: valor, acumulação, apropriação nas redes do capital. UFRJ.
- Dyer-Witheford, N. (2006, abril 29-30). The circulation of the common. *Immaterial Labour, Multitudes and New Social Subjects: Class Composition and Cognitive Capitalism*, King's College Cambridge, Cambridge, United Kingdom.
- Dowbor, L. (2017). A era do capital improdutivo: Por que oito famílias têm mais riqueza do que a metade da população do mundo? Autonomia Literária.
- Durand, C. (2021). Tecnofeudalismo: crítica a la economía digital. Kaxilda.
- Fuchs, C. (2008). *Internet and society: social theory in informational age*. Routledge.
- Fuchs, C. (2012). Dallas smythe today: the audience commodity, the digital labour debate, marxist political economy and critical theory. *Prolegomena to a digital labour theory of value*. TripleC, 10(2):692-740.
- Gorz, A. (2005). O imaterial: conhecimento, valor e capital. Annablume.
- Harvey, D. (2013). O novo imperialismo. Loyola.
- Heller, M., & Eisenberg, R. (1998). Can patents deter innovation? The anticommons in biomedical research. *Science*, 280(5364):698-701.
- Herscovici, A. 2011. Escolha coletiva, governança e direitos de propriedade intelectual: uma análise econômica dos commons. *Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y de la Comunicación*. v. 8, maio/ago., p. 185-208.
- Hilferding, R. (1985). O capital financeiro. Nova Cultural.
- Ivanova, M. N. (2011). Consumerism and the crisis: Whither the "The American Dream"? *Critical Sociology*, 37(3):329-350.
- Lazzarato, M., & Negri, A. (2001). Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade. DP&A.
- Marini, R, M (2011). Dialética da dependência. In: Transpadini, R; Stédile, J, P. (Org.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. Expressão Popular.
- Lenin, V. (2008). O imperialismo: fase superior do capitalismo. Centauro.
- Luxemburgo, R. (1985) A acumulação do

capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. (Coleção os economistas). Nova cultural.

- Marx, K. (1968). *O capital: o processo de produção do capital* (livro 1, vol. 2). Civilização Brasileira.
- Marx, K. (1975). *O capital: o processo de produção do capital* (livro 1, vol. 1). Civilização Brasileira.
- Marx, K. (1978). *O capital* (vol. 1). Editora Ciências Humanas.
- Marx, K. (1985). *O capital: o processo global da produção capitalista* (livro 3). Nova Cultural.
- Marx, K. (1983). Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico: (Livro 4 de *O Capital*). Difel, 1983
- Marx, K. (2011). *Grundrisse*. Boitempo.
- Mazzucato, M. (2015). *O Estado Empreendedor: desmascarando o mito do setor público x setor privado*. Portfolio Penguin.
- Meretz, S. (2014). Licenças socialistas? Uma tréplica a Michel Bauwens e Vasilis Kostakis. *Comunicação, Capitalismo e Crítica*, 12(1):362-365.
- Paraná, E. (2020). Bitcoin: a utopia tecnonorática do dinheiro apolítico. *Autonomia literária*.
- Paulani, L. M. (2016). Acumulação e rentismo: resgatando a teoria da renda de Marx para pensar o capitalismo contemporâneo. *Revista de Economia Política*, 36(3):514-535.
- Parkhurst, B. (2019). Informação Digital e Valor: Uma Resposta a Jakob Rigi. *Comunicação, Capitalismo e Crítica*, 17(1):72-85.
- Perelman, M. (1991). *Information, social relations and the economics of high technology*. Macmillan Academic and Professional.
- Poell, T., Nieborg, D., & Van Dijck, J.

(2020). Plataformização. *Revista Fronteiras*, 22(1):1-9.

- Prado, E. S. (2004). Uma crítica à economia política do imaterial. *Revista outubro*, 11, 45-70.
- Prado, E. S. (2012). As interpretações da noção de “intelecto geral” do *Grundrisse*. *Revista Crítica Marxista*, (34):151-158.
- Rigi, J. (2014). Foundations of a Marxist theory of the political economy of information: trade secrets and intellectual property, and the production of relative surplus value and the extraction of rent-tribute. *TripleC*, 12(2):909-936.
- Rikap, C. (2021). *Capitalism, power and innovation: Intellectual monopoly capitalism uncovered*. Routledge.
- Sawers, P. (2023). GitHub says it now has 100M active users. *TechCrunch*. <https://techcrunch.com/2023/01/26/github-says-it-now-has-100m-active-users/>
- Schumpeter, J A. (1988). A teoria do desenvolvimento econômico. Nova Cultural.
- Schwab, K. (2019). *A quarta revolução industrial*. Edipro.
- Soldatos, J. et al. (2020). *The Internet-of-Things Open Source Ecosystem in 2021*. The European IoT Hub.
- Srnicek, N. (2017). *Platform capitalism*. John Wiley & Sons.
- Steinhoff, J. (2021). *Automation and Autonomy*. Springer International Publishing.
- Stiglitz, J. (1999). Knowledge as a global public good. In Kaul, I., Grunberg, S., Stern, M. A. (Eds.). *Global Public Goods: International Cooperation in the 21st Century* (pp. 01-15). Oxford University Press; The United Nations Development Programme.
- Wikipedia. (2023). GitHub. <https://pt.wikipedia.org/wiki/Git>

Ruy Braga e o conceito de precariado

Ruy Braga and the precariat concept

Ruy Braga y el concepto de precariado

**Rodrigo da Costa
LIMA**

rodrigo.coslim@gmail.com

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense e Professor de Sociologia do Instituto Federal de Santa Catarina.

**João Henrique
ZANELATTO**

jhz@unesp.br

Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e Professor do Curso de História e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

191

Este artigo analisa as contribuições do sociólogo Ruy Braga ao conceito de “precariado”, a partir da revisão bibliográfica das suas obras A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista, A pulsão plebeia: trabalho, precariedade e rebeliões sociais, A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global e A angústia do precariado: trabalho e solidariedade no capitalismo racial. O autor apresenta o conceito de precariado tendo como base a teoria marxiana de classes sociais, em especial a definição de superpopulação relativa, entendida como a fração mais mal remunerada e mais explorada entre o proletariado urbano. No contexto das relações sociais de produção do pós-fordismo financeirizado do Sul global, a análise de Braga sobre as possibilidades de luta e ação coletiva do precariado abre novas possibilidades de investigação da atuação política do proletariado precarizado diante do modo de regulação neoliberal. A partir da comparação com autores que também analisam o precariado, como Guy Standing e Robert Castel, procura-se distinguir o conceito de Braga na análise do precariado. Conclui-se que a abordagem teórica de Ruy Braga oferece contribuições significativas para o entendimento das transformações no mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo, em especial da realidade latino-americana e brasileira, num cenário de desemprego, retirada de direitos trabalhistas, plataformização e intensificação da superexploração do trabalho.

Palavras-Chave: Precariado; Neoliberalismo; Classe trabalhadora; Pós-fordismo.

The article analyzes the contributions of the sociologist Ruy Braga to the concept of the precariat based on a bibliographical review of his works, including "The Politics of the Precariat: From Populism to the Hegemony of Lulism", "The Plebeian Impulse: Labor, Precariousness, and Social Rebellions", "The Rebellion of the Precariat: Work and Neoliberalism in the Global South" and "The anguish of the precariat: labour and solidarity in racial capitalism". The author introduces the concept of the precariat, grounded in the Marxian theory of social classes, particularly emphasizing the definition of relative overpopulation, which is understood as the fraction within the urban proletariat that is the most underpaid and exploited. In the context of the social relations of production in the financialized post-Fordism of the global South, Braga's analysis of the possibilities for struggle and collective action by the precariat opens up new avenues for investigating the political involvement of the precarious working class in response to neoliberal regulatory modes. By comparing Braga's concept with other authors who also analyze the precariat, such as Guy Standing and Robert Castel, we aim to differentiate Braga's perspective in precariat analysis. In conclusion, Ruy Braga's theoretical approach provides significant contributions to understanding the transformations in the world of work in contemporary capitalism, especially within the Latin American and Brazilian contexts, amidst the backdrop of unemployment, labor rights erosion, platformization, and intensified labor exploitation.

Keywords: *Precariat; neoliberalism; working class; post-Fordism.*

Este artículo analiza las contribuciones del sociólogo Ruy Braga al concepto de "precariado", desde una revisión bibliográfica de sus obras "La política del precariado: del populismo a la hegemonía lulista", "La pulsión plebeya: trabajo, precariedad y rebeliones sociales", "La rebelión del precariado: trabajo y neoliberalismo en el Sur global" y "La angustia del precariado: trabajo y solidaridad en el capitalismo racial". El autor presenta el concepto de precariado a partir de la teoría marxiana de las clases sociales, a saber, la definición de superpoblación relativa, entendida como la fracción más baja y explotada del proletariado urbano. En el contexto de las relaciones sociales de producción del posfordismo financiarizado en el Sur global, el análisis de Braga sobre las posibilidades de lucha y acción colectiva del precariado abre nuevas posibilidades para investigar la acción política del proletariado precario frente al modo de regulación neoliberal. A partir de una comparación con autores que también analizan el precariado, como Guy Standing y Robert Castel, intentamos distinguir el concepto de Braga en el análisis del precariado. La conclusión es que el abordaje teórico de Ruy Braga ofrece contribuciones significativas para la comprensión de las transformaciones del mundo del trabajo en el capitalismo contemporáneo, especialmente en América Latina y Brasil, en un contexto de desempleo, retirada de derechos laborales, plataformización e intensificación de la superexplotación del trabajo.

Palabras clave: *Precariado; Neoliberalismo; Clase obrera; Postfordismo*

Introdução

As transformações no capitalismo, observadas desde meados da década de 1970, inauguraram uma revolução técnico-científica, com implicações na organização do trabalho e na conformação da classe trabalhadora. O modelo fordista, predominante durante boa parte de século XX, foi colocado em xeque: mudanças associadas ao avanço da agenda neoliberal em países centrais – que, através de governos como os de Margaret Thatcher, no Reino Unido; de Ronald Reagan, nos Estados Unidos; e de Helmut Kuhl, na Alemanha – realizaram uma ofensiva contra o Estado de Bem-Estar social, em uma agenda de retirada de direitos sociais e trabalhistas.

Um dos principais fenômenos foi a migração do capital e do emprego das economias centrais, que compõem a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para regiões de economias emergentes, especialmente no leste do continente asiático. A mudança significativa de parques industriais para países da periferia, como China e Índia, no que Standing (2020) chama de surgimento da “Chíndia”, alteraram a relação entre capital e trabalho em escala global, com desdobramentos na morfologia da classe trabalhadora.

Na década de 1980, quando as transformações no mundo do trabalho começaram a ser sentidas com mais intensidade nos países de capitalismo central, a Sociologia do Trabalho francesa buscou caracterizar

a massa de trabalhadores temporários e flexíveis que passavam a ocupar cada vez mais espaço no mercado de trabalho.

Um importante expoente desta escola, o sociólogo Robert Castel (1997) confrontou a tese do fim do trabalho, identificando uma mudança profunda das relações laborais e o declínio da sociedade salarial. O desmonte da sociedade fordista, com o aumento do desemprego e a precarização das relações de trabalho, produziu uma massa de trabalhadores sem acesso a empregos formais e estáveis, restando-os apenas ocupações precárias e intermitentes, produzindo um cenário de insegurança e incerteza, uma metamorfose da questão social.

Originadas no centro do sistema capitalista, as mudanças avançaram com o processo de globalização, repercutindo nas economias periféricas subordinadas ao novo processo de acumulação. O conceito de precariado, como uma tentativa de definição do “proletariado precarizado” sob as novas condições de trabalho emergentes na transição do século XX para o século XXI, se popularizou na França na década de 1990, como tentativa de definição do contingente dos trabalhadores temporários (Braga, 2012).

No Brasil, as metamorfoses no mundo do trabalho também foram objeto de estudos e reflexões teóricas. Como exemplo, Ricardo Antunes (2001, 2002) analisou as transformações sociotécnicas produzidas pelo processo de acumulação capitalista e suas implicações na classe trabalhadora; e Giovanni Alves (2000), que investigou as mudanças decorrentes do processo de re-

estruturação produtiva na organização do trabalho e do movimento sindical brasileiro.

Após a crise da globalização capitalista de 2007-2008, novas reflexões sobre o mundo do trabalho foram elaboradas. Concomitante ao processo de transição para uma nova etapa da revolução tecnológica-informacional, identificada pela Indústria 4.0, reformas trabalhistas foram elaboradas em mais de 100 países, produzindo uma desregulamentação ainda maior das leis de proteção ao trabalho e intensificando a precarização.

Segundo Adascalitei e Morano (2015), entre 2008 e 2014, 111 países realizaram reformas nas legislações que regulam o trabalho, sendo que 56% delas acarretaram maior desregulamentação. No Brasil, a reforma trabalhista ocorreu em 2017, durante o Governo Temer, e resultou na alteração de mais de 100 artigos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), seguindo a tendência das modificações que ocorreram na maioria dos países do mundo (Neto, 2021).

A partir de tais mudanças, o conceito de “precariado” foi atualizado através do autor britânico Guy Standing, autor de *O precariado: a nova classe perigosa*, lançado em 2011. Essa classe é definida pelo autor como uma classe social sem garantias no emprego, com insegurança e instabilidade em relação à renda e sem uma identidade coletiva baseada nas relações de trabalho.

No Brasil, o debate sobre o precariado também ganhou força na década de 2010. Autores como Alves (2013), Druck (2011) e Linhart (2014) utilizaram desta categoria para interpretar a nova configuração do

mundo do trabalho na realidade brasileira. Esses estudos foram desenvolvidos num cenário no qual, após um período de crescimento econômico e geração de empregos durante o ciclo de governos petistas, a imensa massa de trabalhadores incorporada ao mercado de trabalho se deparava com empregos de baixos salários e com pouca qualificação (Braga, 2015).

Na análise sobre o precariado brasileiro, destaca-se a elaboração teórica do sociólogo paulista Ruy Braga, que escreveu quatro importantes obras sobre o tema: *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*, publicado em 2012; *A pulsão plebeia: trabalho, precariedade e rebeliões sociais*, de 2015; *A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global*, de 2017; e a recente *A angústia do precariado*, lançada em 2023. Conjunto de obras com inovadoras elaborações sobre o precariado, a partir de um referencial marxista e de uma perspectiva do Sul global.

O objetivo deste artigo é situar e analisar as contribuições teóricas de Braga para pensar a categoria do precariado. A partir do uso da revisão bibliográfica como metodologia de pesquisa, procuramos compreender como o autor define o conceito, através de uma leitura inovadora do papel do precariado na luta de classes no capitalismo contemporâneo, em especial da realidade latino-americana e brasileira.

O artigo é dividido em três seções, além dessa introdução e das considerações finais. Na primeira seção, situamos a nova morfologia no mundo do trabalho e o debate sobre classes sociais a partir do referencial

marxiano na teoria de Braga. Na segunda seção, analisamos as contribuições de Karl Polanyi e das teorias do Sul global sobre a sua produção. Na terceira e última seção, procuramos identificar a definição do conceito de precariado do sociólogo paulista.

A teoria marxiana como base da elaboração teórica de Ruy Braga sobre as classes sociais

A partir do referencial marxiano, Braga contrapõe as teses de Castel e Standing sobre a origem e a posição do precariado na sociedade de classes, que identificavam “a particularidade da cidadania fordista com a totalidade da relação salarial” (Braga, 2012, p. 17). O autor identifica o precariado como um desdobramento do processo de acumulação capitalista, que, ao aumentar a produção e o desenvolvimento tecnológico, forma uma população excedente que se depara com o desemprego e o trabalho precário.

A formulação do autor sobre classes sociais retoma Marx (2017), que, em sua análise crítica sobre a economia política, abordou ainda que, sucintamente, as classes sociais no capitalismo identificando os assalariados, os capitalistas e os proprietários fundiários, enquanto as três grandes classes na sociedade moderna capitalista. Essas classes possuem respectivamente o salário, o lucro e a renda da terra como fontes de rendimento.

O pensador alemão colocava a questão: “o que faz com que assalariados, capitalistas e proprietários da terra constituam

as três grandes classes sociais?” (Marx, 2017, p. 948). E apontava que a resposta deveria ser buscada nos rendimentos e nas fontes de rendimentos dos grupos sociais, ou seja, se vivem do capital, do trabalho ou da propriedade fundiária. Essas elaborações, em seu maior grau de abstração, também incorporavam reflexões sobre a definição de frações e grupos que compõem uma classe:

Sob essa ótica, no entanto, médicos e funcionários públicos, por exemplo, também formariam duas classes, porquanto pertencem a dois grupos sociais distintos, nos quais os rendimentos dos membros de cada um deles provêm da mesma fonte. O mesmo valeria para a fragmentação infinita dos interesses e das posições em que a divisão social do trabalho separa tanto os trabalhadores quanto os capitalistas e os proprietários fundiários; estes últimos, por exemplo em viticultores, agricultores, donos de bosques, donos de minas e donos de pesqueiros (Marx, 2017, p. 948).

Marx refletiu sobre o capitalismo inglês da década de 1860 e não pretendia com isso uma chave teórica supra histórica, ou meramente histórico-filosófica. O modelo de análise marxiano toma a luta de classes como o motor da história, procurando analisar de forma concreta a relação de exploração em cada realidade social determinada (Miliband, 1999).

Em sua obra *A política do precariado*, Braga (2012) retoma a contribuição marxiana para refletir sobre o trabalho precarizado no século XXI. Ele identifica que Marx constatou que o próprio processo de acumulação capitalista produz, de forma despótica,

um excedente de trabalhadores necessário para o modo de produção capitalista; portanto, a formação de uma população excedente está diretamente relacionada ao aumento da ocupação industrial.

Para o autor, a população excedente de trabalhadores é composta por quatro diferentes frações. A primeira é de uma população flutuante, com trabalhadores que ingressam e são demitidos nas empresas constantemente; a segunda é integrada pela população latente, que conta com trabalhadores não ligados diretamente à produção e a juventude, contingentes que aguardam um espaço no setor industrial e que geralmente estão ligados a atividades rurais e tradicionais; a terceira é a população estagnada, parcela dos trabalhadores que ocupam atividades com baixa remuneração e em condições de total precariedade, garantindo apenas a subsistência; e a quarta é a população pauperizada, de moradores de rua, inválidos e idosos, que não conseguem mais inserção no trabalho (Braga, 2012). Tais definições são fundamentais para a delimitação do conceito de precariado de Braga, que o entende como parte constitutiva do proletariado, não compondo as classes médias e o lumpensinato.

A compreensão de Braga sobre o precariado parte da análise sobre o processo de acumulação capitalista. Para Marx (2009), a lei geral da acumulação capitalista define que a ampliação quantitativa do capital se realiza a partir da mudança qualitativa da sua composição, com o acréscimo da parte do capital constante em detrimento do capital variável.

O desenvolvimento das forças produtivas e as mudanças na composição orgânica do capital ocorrem paralelamente à sua centralização pela transformação técnica do capital, o que leva criação do trabalho excedente:

Mas a verdade é que a acumulação capitalista sempre produz, e na proporção da sua energia e de sua extensão, uma população trabalhadora supérflua relativamente, isto é que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente (Marx, 2009, p. 733).

Segundo Marx (2009), os trabalhadores excedentes são produtos necessários do processo de acumulação capitalista. Essa massa constitui um exército industrial de reserva subordinado aos interesses do capital. A volatilidade da indústria capitalista moderna consiste em empurrar permanentemente parcelas da classe trabalhadora para subempregos e para o desemprego. O capital condena segmentos dos trabalhadores a uma “ociosidade forçada”, enquanto pressiona os trabalhadores empregados ao trabalho excessivo, ainda mais sujeitos às imposições do capital.

Outro elemento da composição do precariado destacado por Braga é que sua existência é constitutiva da relação salarial, uma condição de existência do proletariado assalariado. Se o pacto fordista nos estados de bem-estar social no Norte global contemplou trabalhadores homens, brancos, adultos, nacionais e sindicalizados, ele não atingiu as frações do proletariado mais exploradas composta

por mulheres, jovens, negros e imigrantes. A relação de exploração foi ampliada no contexto pós-fordista, e se expressou numa fração de trabalhadores sub-remunerados, submetidos a relações de trabalho sem garantias sociais e trabalhistas e limitados em suas ações coletivas, como a sindicalização (Braga, 2012).

O exposto aproxima a caracterização do precariado de Braga da definição de Marx sobre a superpopulação relativa do século XIX:

Vimos que o desenvolvimento do modo capitalista de produção e da força produtiva do trabalho, causa e efeito ao mesmo tempo da acumulação, capacita o capitalista a pôr em ação maior quantidade de trabalho com o mesmo dispêndio de capital variável, explorando mais, extensiva ou intensivamente, as forças de trabalho individuais. Vimos também que ele compra mais forças de trabalho com o mesmo capital, ao substituir progressivamente trabalhadores qualificados por trabalhadores menos hábeis, mão-de-obra amadurecida por mão-de-obra incipiente, a força de trabalho masculina pela feminina, a adulta pela dos jovens ou crianças (Marx, 2009, p. 739).

Braga (2012), ao remeter o debate sobre superpopulação relativa para o contexto latino-americano no final do século XX, faz referência às elaborações do cientista político argentino José Nun (2000), que contribuiu para atualização e contextualização da teoria marxista sobre as classes sociais a partir América Latina. Durante a década de 1960, Nun criou a tese de massa marginal, para se referir aos trabalhadores que não eram absorvidos pelos setores produ-

tivos da economia, indo na contracorrente de visões otimistas sobre o pleno emprego.

Ele buscou dialogar com o conceito de Marx de população relativa, problematizando-o a partir de três razões. A primeira era o fato de que Marx escreveu sua obra no período do capitalismo industrial, em sua fase concorrencial, quando pequenos empresários, com produções em menor escala, eram predominantes. No século XX, o que predomina é o capital monopolista, uma nova etapa de acumulação na qual se intensificam o uso da ciência e da tecnologia, colocando em outro patamar a exigência por qualificação dos trabalhadores, que já não podem ser substituídos tão facilmente. Esse fator é combinado à crescente influência dos sindicatos de massa e da criação de leis de seguridade e proteção social, principalmente relacionados ao Estado Social, nos países de capitalismo central. A segunda razão era relativa ao avanço da internacionalização do capital, envolvendo o centro e a periferia do sistema. E a terceira razão dizia respeito às profundas mudanças nas ocupações e no perfil da classe trabalhadora, em comparação com os tempos de Marx:

No entanto, como já se disse em referência à Inglaterra, se há até poucas décadas o trabalhador típico era, com efeito, um operário industrial, chefe de família, com emprego estável e remuneração satisfatória, hoje ele tende a ser cada vez mais uma mulher sem cônjuge que sustenta a família com um emprego temporário e mal remunerado no setor de serviços. Seja como for, o certo é que a indústria declinou claramente como empregadora de

mão-de-obra em face de um generalizado processo de expansão do setor terciário, tanto público quanto privado (Nun, 2000, p. 48).

Para Nun, a sobreposição de diversos processos de acumulação acarretou na pluralidade interna da superpopulação relativa, que apresenta diferentes funcionalidades. Para o pensador argentino, ao contrário da superpopulação relativa, funcional ao sistema capitalista, a massa marginal consiste em um segmento não funcional, composto por desempregados, que se encontram fora da esfera de contratação das grandes empresas monopolistas.

Braga diverge dessa compreensão ao entender que o precariado é parte do proletariado, mas submetido a situações muito degradantes de trabalho. Uma fração da classe com menos qualificação, que convive com alta taxa de rotatividade, entrando e saindo rápida e constantemente do mercado de trabalho e transitando constantemente da formalidade para a informalidade e vice-versa.

O precariado analisado a partir do Sul global

A primeira década do século XXI foi marcada pela grave crise da economia capitalista, que ocorreu em 2007-2008 com a implosão da bolha imobiliária nos Estados Unidos da América, no centro da economia capitalista mundial e com consequências diretas no sistema financeiro internacional. Segundo Braga (2017), o que ocorreu foi um marco para uma grande transformação:

“da globalização da crise passamos à crise da globalização” (Braga, 2017, p. 21).

Essa crise que teve como um de seus desdobramentos a busca do capital financeiro pelo Estado como um suporte de estabilização do sistema. O fundo público foi utilizado para cobrir os rombos produzidos pela quebra de bancos e seguradoras. Parecia que, após décadas de hegemonia neoliberal, a intervenção do Estado na economia voltaria a se impor. Tal ilusão não durou muito, pois os recursos foram destinados para socorrer as grandes corporações, com o aprofundamento de políticas de austeridade e ajuste fiscal e a continuidade do neoliberalismo, aliado à intensificação da exploração da classe trabalhadora, o que ampliou as contradições e os conflitos no capitalismo.

Braga retomou a formulação de Karl Polanyi (2000) como referência para pensar as transformações em curso. O sociólogo austríaco, que foi contemporâneo dos autores liberais da denominada Escola Austríaca, interpretou o capitalismo da primeira metade do século XX a partir da perspectiva socialista. Sua obra, *A grande transformação: as origens de nossa época*, lançada em 1944, versa sobre o ruir das bases que sustentaram a civilização capitalista durante o século XIX.

Segundo Polanyi (2000), quatro instituições que sustentaram o sistema entraram em crise no início do século XX. A primeira foi o sistema de equilíbrio de poder entre as nações europeias, que garantiu um século sem conflitos prolongados no continente, entre 1815 e 1914; a segunda foi o padrão

internacional do ouro; a terceira, o mercado autorregulável; e, a quarta, o Estado liberal.

O livre mercado, base da instituionalidade construída até o século XX, entrou em crise. A noção de um mercado autorregulável consistia numa utopia, pois tal instituição levaria ao aniquilamento das bases humanas e naturais da sociedade. Para se proteger destes riscos, as sociedades criaram medidas de autoproteção social, num contra movimento à universalização do sistema de mercado. Daí o intervencionismo como contrapartida de proteção dos seres humanos e da natureza contra as consequências devastadoras do mercado autorregulado, uma proteção da própria organização do capitalismo.

Polanyi (2000) identificou o duplo movimento entre a economia liberal e o intervencionismo e sua relação com as classes sociais. Por um lado, o liberalismo econômico e seu objetivo de criar uma ordem baseada no livre mercado, sustentado nas classes comerciais, e, por outro, o protecionismo social, que buscava preservar o homem, a natureza e a organização produtiva, a partir de instrumentos de intervenção, sustentados pelas classes média, trabalhadora e fundiária.

A grande transformação ocorreu com a sociedade de mercado desintegrando-se nos anos 1930, com medidas adotadas pela sociedade como a autoproteção às ações do livre mercado. A primazia da sociedade sobre o mercado apresentou-se de variadas formas: democrática, aristocrática, constitucionalista e autoritária. A previsão de Polanyi era de que o mercado não seria

mais autorregulável e, consequentemente, o trabalho não seria mais subjugado.

A crise da sociedade fordista e do Estado de bem-estar social contrariaram a tese de Polanyi, a derrubada das proteções ao trabalho criou o que Braga denominou de “o pesadelo de Polanyi”. Braga (2017) comprehende que a transição no final do século XX, com o fechamento do ciclo de crescimento econômico, do estado de bem-estar social e da inclusão das massas, principalmente nas economias centrais, encerraram o período de intervencionismo e de proteção social. A combinação da crise do fordismo, que eclodiu na década de 1970, com hegemonia neoliberal, consolidada a partir da década de 1980, promoveu uma grande transformação às avessas, com o domínio do mercado autorregulado e a desproteção dos direitos sociais e trabalhistas.

Segundo Harvey (2008), a transformação econômica e política do capitalismo implicou em mudanças radicais em diversas esferas da vida social. O trabalho, o consumo, o poder do Estado e os arranjos geopolíticos foram profundamente alterados, mas com a continuidade da busca pelo lucro como base de organização da vida econômica. A partir de 1973, com o choque do petróleo como evento histórico mais emblemático, ocorreu uma “transição no regime de acumulação e no modo de regulação social e política a ele associado” (Harvey, 2008, p. 117).

O modelo de expansão capitalista fordista-keynesiano entrou em colapso. A crise da sociedade baseada na produção e no consumo em massa teve implicações

para além das fábricas, com desdobramentos gerenciais, psicológicos, estéticos e políticos, reconfigurando as bases da sociedade salarial. Foi o fim do ciclo que durou do pós-guerra até a década de 1970 que se sustentou sobre as bases do fordismo na organização da produção; do keynesianismo na orientação da economia e da internacionalização do capital para as economias emergentes no contexto de descolonização de África e Ásia.

O que resultou na debacle de sociedades até então organizadas em torno de processos estáveis de transformações tecnológicas, do aumento do poder dos sindicatos e de um pacto social corporativo que se relacionavam diretamente às políticas de intervenção estatal. Na busca pela garantia da estabilidade do crescimento capitalista, o Estado manejou políticas econômicas de cunho fiscal e monetário, permitindo um elevado grau de investimento público em áreas sociais, com o crescimento da produção e do consumo, implicando em uma situação próxima do pleno emprego nos países centrais.

O planejamento estatal e as pressões dos movimentos sindicais promoveram políticas de bem-estar social em áreas, como: habitação, saúde, transporte e segurança social, assegurando acordos salariais e direitos para os trabalhadores da produção, mas o “paraíso” do fordismo não foi para todos. No Sul global, a festa não foi completa:

Nem todos eram atingidos pelos benefícios do fordismo, havendo na verdade sinais abundantes de insatisfação mesmo no apogeu do sistema. Para começar, a negociação

fordista de salários estava confinada a certos setores da economia e a certas nações-Estado em que o crescimento estável da demanda podia ser acompanhado por investimentos de larga escala na tecnologia de produção em massa. Outros setores de produção de alto risco ainda dependiam de baixos salários e de fraça garantia de emprego. E mesmo os setores fordistas podiam recorrer a uma base não-fordista de subcontratação (Harvey, 2008, p. 132).

O desmantelamento da classe trabalhadora fordista com a crise da sociedade salarial afetou a periferia de forma distinta dos países do Norte global. No caso da América Latina, em países de economia dependente, a indústria capitalista se instalou de forma tardia e subordinada em relação ao centro do sistema capitalista. O modelo fordista, de caráter periférico, foi organizado em bases de superexploração do trabalho, combinando extração de mais-valia relativa e absoluta em altos níveis para a acumulação de capital (Antunes, 2011).

O fordismo periférico se posicionou como uma mediação histórica no sistema mundial de trocas mercantis, entre países capitalistas centrais e países capitalistas subdesenvolvidos. Nesse sistema social, não havia espaço para os postos de trabalho com maior qualificação na indústria, que permaneceram concentrados nos países centrais.

Nos países da periferia, não foi permitido o aumento do poder aquisitivo da massa dos trabalhadores, ficando restrito às camadas médias. Para a classe trabalhadora, não houve acesso a ganhos salariais e a um estado de bem-estar social pleno. Os

ganhos de produtividade não foram repassados aos salários, e os trabalhadores tiveram de conviver com inflação alta, desvalorização salarial e uma alta rotatividade nos postos de trabalho, o que acarretou numa massa que compunha o exército industrial de reserva, convivendo com a semiproletarização e o subemprego, que serviam para reprimir as demandas da classe trabalhadora.

Apesar disso, o fenômeno da precarização também ocorreu para segmentos da classe trabalhadora no Norte global. Em seu estudo mais recente, Braga (2023) desloca o foco para o processo de expropriação que ocorre nas relações sociais de produção e reprodução do Norte. O autor comprehende que “ampliando a ideia de expropriação do Sul, somos capazes de perceber que o regime de acumulação no Norte cria sistematicamente seu próprio “Sul” a fim de transformá-lo em “objeto” de expropriação” (Braga, 2023, p. 29).

Braga (2023) complexifica sua análise sobre a crise do fordismo nos países de capitalismo central, a partir da contribuição do sociólogo brasileiro Chico de Oliveira, que proporciona uma chave teórica que permite a compreensão do processo de modernização na produção combinado à permanência do atraso em áreas rurais, em sociedades semiperiféricas, que também pode ser utilizada para entender as relações de exploração no Norte global:

Suspeitamos que, ao combinar a reprodução social como condição da reprodução capitalista com a expropriação política como condição da exploração econômica, Chico não

apenas criou uma chave interpretativa capaz de decifrar os enigmas de uma sociedade capitalista semiperiférica como lançou luz sobre alguns traços constitutivos do capitalismo enquanto tal (Braga, 2023, p. 32).

Com o avanço da mercantilização decorrente da globalização, da hegemonia neoliberal e das metamorfoses no mundo do trabalho evidenciaram uma nova configuração do sistema capitalista internacional. Os violentos protestos de Seattle (EUA), desencadeados em novembro de 1999, em oposição à terceira conferência ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), abriram um novo ciclo de mobilizações e de organização antiglobalização.

As contradições do capitalismo no pós-fordismo financeirizado provocaram mudanças que afetaram os trabalhadores em escala global e que ficaram evidentes no aumento da presença feminina na composição da força de trabalho, na ampliação da flexibilização e no crescimento do trabalho informal, unificando elementos para uma retomada da internacionalização das lutas dos trabalhadores. Na Sociologia, o Sul global, como um campo epistemológico, ganhou força para pensar estes fenômenos a partir das perspectivas da periferia de um sistema capitalista profundamente hierarquizado e estratificado, aporte fundamental para compreender a análise de Braga sobre o precariado.

O aporte teórico de Braga expressa sua capacidade de elaboração a partir de uma perspectiva não eurocêntrica, com uma nova definição conceitual oriunda do Sul global. O autor dialoga com as escolas

francesas da Sociologia, de onde emergiu o conceito nos anos 1990, e com Standing, que retomou o debate a partir da realidade inglesa do século XXI, mas superando as perspectivas que emanam do Norte global. Tal retomada se deu ao aportar novos elementos teóricos, para a análise das classes sociais e da luta de classes, estabelecendo uma concepção que situa o precariado enquanto fração da classe trabalhadora, revelando seu potencial insurgente, numa conjuntura marcada pelo avanço do projeto neoliberal, que acarretou em desestruturação e perda de capacidade mobilizadora dos movimentos sindicais.

A originalidade da produção de Braga rompe com as teses de que não pode haver produção teórica a partir da periferia, contrariando a visão de Costa (2010) de que a Sociologia brasileira não tem a capacidade de criar reflexões que repercutam e tenham relevância nos debates teóricos que ocorrem no interior da disciplina na atualidade, e que apenas conformariam formulações teóricas por adição.

Essa tese se situa numa perspectiva emanada de interpretações que entendem que as produções nacionais não têm capacidade de formular teoria, mas apenas pensamento, ou seja, conseguiram somente produzir conhecimentos fragmentários e contingentes sem atingir um nível de coerência, abrangência e abstração que caracteriza a teoria. Segundo Lynch (2013), essa perspectiva, parte de uma noção de subordinação e insuficiência das elaborações brasileiras:

A hipótese que pretendo aqui explorar é a de que, no Brasil, suas elites sempre consideraram seus produtos intelectuais mais ou menos inferiores àqueles desenvolvidos na Europa e nos Estados Unidos, em consequência de uma percepção mais ampla do caráter periférico do seu país (Lynch, 2013, p. 730-731).

Braga, em suas obras, demonstra que é possível elaborar teoria a partir da periferia, ao situar seus estudos sobre o trabalho global, e avançar na investigação das ações políticas de trabalhadores precários, no contexto de avanço das políticas neoliberais. Ao formular uma nova categoria sobre o precariado a partir do Sul global, que não deve ser confundido como a posição de países e economias da perspectiva geográfica, o autor contribui de forma significativa para os estudos sobre a formação e organização do precariado no cenário de crise da globalização capitalista.

Sobre o Sul global, Santos (2018) o define como as regiões periféricas e semi-periféricas e os países do sistema mundo que foram definidos como Terceiro Mundo, no contexto posterior à Segunda Guerra Mundial. Para Prashad (2012), a noção de Sul global pode ser definida a partir de alguns princípios básicos não relacionados ao espaço geográfico, mas a uma relação de lutas e protestos contra o neoliberalismo, articulados em torno de quatro eixos: distribuição mais justa da renda e da riqueza; autonomia do capital privado; direito ao bem-estar social e justiça social.

O ‘Sul global’ passou a designar esta concatenação de protestos contra o roubo dos bens comuns, contra o

roubo da dignidade e dos direitos humanos, contra o enfraquecimento das instituições democráticas e das promessas da modernidade. O Sul global é isto: um mundo de protesto, um turbilhão de atividade criativa. Estes protestos produziram uma abertura que não tem uma direção política facilmente definível. Alguns deles voltam-se para trás, refugiando-se em unidades imaginadas do passado ou no reino divino. Outros são meramente defensivos, procurando sobreviver no presente. E ainda outros consideram o presente intolerável e empurram-nos para o futuro (Prashad, 2012, p. 18, tradução livre)¹.

O Sul global aparece na obra de Braga “como uma metáfora da espoliação social” (Braga, 2017, p. 30), que agrega tanto os processos de exploração nos contextos nacionais, coordenados pelo capital financeiro e quanto as mobilizações e lutas por projetos de transformação política e social. Em sua obra *A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global*, Braga (2017) analisa os desdobramentos do neoliberalismo, da precarização do trabalho e das lutas sociais no Sul global a partir de três estudos de caso, tomando países situados em diferentes regiões do globo: Portugal, Brasil e África do Sul.

A análise do sociólogo paulista sobre as

economias e sociedades afetadas pela insatisfação social do precariado passa por uma tentativa de síntese entre os aportes teóricos de Karl Polanyi e Karl Marx. O primeiro, com sua contribuição sobre o pêndulo entre períodos de mercantilização e de proteção social, atravessados pela luta dos trabalhadores, e o segundo com o aporte sobre o avanço processual das lutas passivas para as lutas ofensivas dos trabalhadores contra a exploração do capital.

A síntese, portanto, requer a compreensão das relações entre mercantilização e exploração do trabalho. Para Braga, a aproximação das duas análises teóricas passa por identificar como característica mais relevante da acumulação capitalista na contemporaneidade “a permanente transição da centralidade da acumulação por exploração econômica para a centralidade da mercantilização do trabalho, da terra e do dinheiro e vice-versa” (Braga, 2017, p. 246).

O autor mobiliza a categoria de acumulação por espoliação, elaborada por Harvey (2004), na busca por compreender o neoliberalismo, as transformações do trabalho e as resistências no Sul global. A categoria leva à compreensão de dois aspectos da acumulação capitalista: um é baseado na exploração do trabalho assa-

¹ “The “global South” has come to refer to this concatenation of protests against the theft of the commons, against the theft of human dignity and rights, against the undermining of democratic institutions and the promises of modernity. The global South is this: a world of protest, a whirlwind of creative activity. These protests have produced an opening that has no easily definable political direction. Some of them turn backwards, taking refuge in imagined unities of the past or in the divine realm. Others are merely defensive, seeking to survive in the present. And yet others find the present intolerable, and nudge us into the future” (Prashad, 2012, p. 18).

lariado, predominante nos locais onde se extraí o mais-valor, e outro é sustentado na espoliação, através da violência de setores que não foram plenamente mercantilizados na economia.

Através dessa categoria, ele comprehende as políticas neoliberais e suas consequências na desorganização e desestruturação dos sistemas de proteção social erigidos no contexto das sociedades salariais fordistas. Mercantilização e exploração são formas combinadas e complementares no processo de acumulação capitalista. No Sul global, o neoliberalismo implementa, através do Estado, políticas que ampliam a mercantilização da vida e da produção, priorizando o mercado autorregulado em detrimento dos direitos e ampliando as contradições e as bases sociais do protesto.

A luta de classes, no conflito entre capital e trabalho, é associada às novas dinâmicas da luta de classes, o que remete a uma reconstrução da teoria marxista sobre a classe operária, incorporando setores que não estão no centro das análises das lutas sociais, como o precariado, composto por operadores de telemarketing, trabalhadores do setor de serviços, trabalhadores na limpeza urbana, empregadas domésticas, motoristas etc.

A partir da evolução da crise da globalização de forma desigual e combinada é que Braga analisa os efeitos das políticas neoliberais, de cortes de direitos e políticas de ajuste fiscal e austeridade nos países do Sul global, situando o precariado e as insurgências plebeias protagonizadas por estes setores flutuantes da classe trabalhadora a

partir de cada realidade nacional.

O precariado em Ruy Braga

Braga desenvolveu, durante a década de 2010, uma trilogia de livros nos quais procurou desenvolver uma teoria do precariado, analisando as novas configurações e metamorfoses da classe trabalhadora na sociedade pós-fordista financeirizada, de capitalismo periférico e tendo como foco de análise o Sul global, em especial a realidade brasileira.

O autor publicou, em 2012, *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista* – no qual estabelece um profundo diálogo com a Sociologia do Trabalho –, estruturada na Universidade de São Paulo (USP), tendo por objeto de análise a formação da classe operária no principal centro econômico do país. Utilizando da pesquisa etnográfica, o autor buscou compreender as origens históricas do classismo prático da classe operária brasileira, as mudanças que essa prática política sofreu entre as décadas de 1950 e 1980 e como elas proporcionaram uma dominação social estável, no final do século XX e início do século XXI, com a hegemonia da burocracia lulista no movimento sindical.

Tomando as contradições da formação do precariado brasileiro e suas transformações contemporâneas, Braga (2012) leva em consideração as dinâmicas internas que a classe e as frações de classe desenvolveram como práticas sociais e as influências externas que receberam, oriundas da institucionalidade e de suas

formas de regulação das relações entre capital e trabalho.

A segunda obra é *A pulsão plebeia: trabalho, precariedade e rebeliões sociais*, publicada em 2015, que consiste em uma coletânea de artigos produzidos pelo autor e divulgados em diferentes meios como revistas, blogs e jornais, o que revela o compromisso de Braga (2015) com a Sociologia Pública e sua relação com os movimentos sociais. No livro, o sociólogo paulista analisa

[...] certas dimensões da relação entre as metamorfoses do trabalho na globalização capitalista, o aprofundamento qualitativo do ritmo e do escopo da precarização do modo de vida dos trabalhadores e o início de um novo ciclo de rebeliões no chamado Sul global (Braga, 2015, p. 11).

Ainda que a obra anterior não tenha tido a preocupação do autor em demonstrar uma tese, mas sim de publicar artigos que refletiam sobre a conjuntura e o ressurgimento, do que ele denomina um “instinto social reformista” após a crise de 2008. É interessante notar que a expressão “plebeia”, utilizada no título pelo autor, fazia parte de um alargamento da análise sobre a ação social, levando em consideração as movimentações para além da classe trabalhadora, contemplando segmentos da pequena burguesia, principalmente os mais jovens, que também foram atingidos pelo processo da crise e da precarização do trabalho provocado pela sociedade neoliberal (Braga, 2015).

Essa obra se destaca pela utilização da

categoria de precariado, apresentada em sua obra de 2012, como base para a análise da rebelião da juventude trabalhadora brasileira nas jornadas de junho de 2013 e de processos de explosão social no Sul global, tomando as experiências de mobilização social do precariado em países como Portugal e África do Sul, o que foi aprofundado no seu seguinte livro.

Sua terceira obra, de 2017, é *A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global*, no qual analisa as relações entre a constituição e a ação coletiva da classe trabalhadora, através de sua fração mais precarizada, compreendendo como as lutas sociais modificam a regulação classista em países como Portugal, Brasil e África do Sul. Identificando como o neoliberalismo reestrutura as sociedades nacionais, nos âmbitos da política e da economia.

O estudo de caso envolve países que viveram esperanças democratizantes a partir de lutas sociais que levaram a novas Constituições, como a Revolução dos Cravos, em Portugal, de 1974, a redemocratização do Brasil, nos anos 1980, e o fim do Apartheid na África do Sul, nos anos 1990, processos entendidos pelo autor como “revoluções passivas”, que ocorreram com a emergência de democracias que foram absorvidas pelos interesses dos mercados e da mercantilização do trabalho. Com a financeirização econômica, tais países produziram uma massa de trabalhadores qualificados, mas sem empregos, e, com o fechamento de fábricas e postos de trabalho nas economias centrais e nos países semiperiféricos, ampliou-se o contin-

gente de trabalhadores em condições de trabalho precário, sub-remunerado e em situação de insegurança.

O crescimento do precariado no Sul global tensionou as formas de regulação criadas pelos estados nacionais e a influência dos sindicatos como espaços de negociação e absorção dos conflitos, ampliando os conflitos sociais sem soluções no contexto de acumulação periférica, pós-fordista e financeirizada.

Braga (2017) investigou os limites das promessas de uma cidadania salarial, no contexto de retirada de direitos, através de políticas neoliberais adotadas no avanço da mercantilização do trabalho, que se impõem de maneira mais intensa nos países do Sul global. Os desdobramentos nas relações entre o precariado e os sindicatos, no contexto da crise da globalização, acentuada após a crise econômica de 2007-2008, são objeto da sua análise sobre a rebeldia do precariado.

Sua obra mais recente *A angústia do precariado: trabalho e solidariedade no capitalismo racial*, publicada em 2023, é fruto de uma pesquisa desenvolvida durante dois anos na Universidade Estadual da Pensilvânia, nos Estados Unidos, período no qual ele organizou um estudo etnográfico sobre trabalhadores precários do Norte global. O livro tem forte inspiração thompsoniana, no qual Braga foca “... na relação entre a formação da classe trabalhadora americana, a reprodução do capitalismo racial e a emergência de movimentos sociais impulsionados por grupos subalternos racializados” (Purdy, 2023, p. 20).

Seu objeto de estudo foram as pequenas comunidades rurais na região dos Montes Apalaches, nos Estados Unidos, onde localizam-se populações de brancos pobres, no contexto de avanço das políticas neoliberais, principalmente após 2008. Braga (2023) identificou a reconstrução e a ressignificação das formas de luta e de identidades coletivas dos trabalhadores estadunidenses, que, no contexto e crise da globalização neoliberal e da pandemia, presenciaram as comunidades branca e negra vivenciando as mesmas condições de precariedade, que historicamente era a realidade da população racializada. Essa situação criou as condições, no capitalismo racial, de possibilidades de articulação e unidade entre os subalternos, em novas perspectivas de lutas do movimento trabalhista nos EUA.

Na delimitação da categoria, Braga estabelece um debate profícuo com Standing (2020) ao analisar as relações entre as formas de atuação dos trabalhadores precários no contexto da nova regulação neoliberal. Ele ressalta a obra do economista inglês como um livro de grande impacto para as pesquisas sobre o mundo do trabalho, traduzindo os dilemas e o espírito de uma época, ao tratar sobre o contingente de trabalhadores sem direitos trabalhistas, sem identidade coletiva e submetidos a incertezas de rendimentos e ocupações.

Apesar disso, ele problematiza as definições do autor britânico, que partiu da realidade dos países de capitalismo avançado para elaboração da sua teoria. Braga problematiza essa definição se posicio-

nando a partir da perspectiva do Sul global. Uma divergência entre os autores diz respeito à noção de Standing de que o precariado não é parte integrante da classe trabalhadora, ao considerá-lo como uma nova classe social, de novo tipo, produto da globalização e da desregulamentação do trabalho. É uma classe composta por pessoas sem acesso a direitos e segurança social, longe do que a cidadania salarial fordista contemplou para as massas dos trabalhadores. Braga opõe-se a tal definição, primeiramente ao resgatar o pensamento de Marx, para o qual a precariedade é parte constitutiva da relação salarial e por entender que a precarização é resultado do aprofundamento da taxa de exploração da força de trabalho, aliada à retirada de direitos e garantias sociais.

Para Braga, o precariado é parte integrante da classe trabalhadora, compondo uma fração do proletariado que é submetida às condições de maior exploração da classe trabalhadora, o que atinge principalmente negros, mulheres, jovens e imigrantes. Esse grupo seria formado pela superpopulação relativa, da qual se excluem a classe média, o lumpesinato e os segmentos pauperizados da população, que para Braga não compõem o precariado.

Outro ponto de divergência entre os autores diz respeito à construção da subjetividade e do projeto político do precariado. Para o autor britânico, o precariado é considerado uma classe perigosa, no sentido de ser desvinculada de organizações coletivas, distanciada dos sindicatos, envolta em relações totalmente flexíveis e incertas e

frustradas de trabalho, o que a tornaria vulnerável a se converter em movimentos de extrema direita, de base neofascista. Braga questiona tal análise que sinalizava para uma postura de ressentimento e contra os sindicatos pelo precariado europeu.

Standing também aponta em sua obra que a substituição da agenda de lutas sindicais pela pauta da Renda Básica Universal é fator de confluência do precariado em busca de alguma estabilidade, com segurança econômica e mobilidade social. Essa ideia é criticada por Braga, que entende que esse horizonte político acaba por limitar as perspectivas de auto-organização do precariado e das possibilidades mais totalizantes de participação política, limitando a práxis desta fração da classe trabalhadora a reformas políticas.

Um aspecto importante da definição do precariado diz respeito à subjetividade e ação política desta fração da classe trabalhadora. A ideia contrapõe o conceito de subproletariado de Paul Singer (1981), criado nos anos 1970, que o definia como o contingente de trabalhadores urbanos em ocupações sem qualificação ou semiqualificadas, submetidos a condições subalternas de contratação e concentrando-se em áreas como a indústria da construção civil e de serviços, englobando segmentos do lumpemproletariado. Na definição de Singer, com relação à participação política, o subproletariado não reuniria condições de organizar a luta coletiva a partir de mobilizações.

O conceito de precariado, em Braga, não contempla as franjas das populações

pauperizadas e do lumpensinato, e não descarta as possibilidades de ação coletiva organizada dos segmentos sem maior qualificação profissional submetidos aos salários mais baixos, que compõem a fração mais precarizada da classe trabalhadora.

Tal definição também o afasta das elaborações de Souza (2010), que construiu uma abordagem teórica para analisar o processo de acumulação financeira no capitalismo pós-fordista no Brasil, através da qual cunhou o conceito de batalhadores brasileiros. Tal conceito engloba micro-empresários, trabalhadores profissionais e segmentos da superpopulação relativa, que avançaram em seus padrões de consumo e perspectivas de mobilidade social durante os governos petistas e que teriam sua coesão garantida pela hegemonia lulista, com pouca propensão à auto-organização e à mobilização coletiva. Apesar disso, tal elaboração perdeu força interpretativa para a realidade brasileira, tendo em vista os acontecimentos no país durante a década de 2010. Os eventos de junho de 2013, o golpe de Estado de 2016 e a ascensão da extrema direita, inclusive com adesão de setores que compõem o contingente do que Souza caracteriza como os batalhadores brasileiros, revelou os limites da suposta coesão em torno de Lula e de sua figura que “apresentaria as características ideias do profeta exemplar” (Souza, 2010, p. 253), termo que o autor resgata de Max Weber para pensar a realidade brasileira.

Em contraponto, o conceito de precariado de Braga posiciona esse contingente de trabalhadores e trabalhadoras em relação

aos seguintes aspectos: 1) sua posição na produção, a partir do referencial marxista; 2) de suas pautas reivindicatórias em relação ao Estado e governos, tomando as contribuições de Polany; e 3) da reconfiguração das suas identidades e formas organizativas de agitação, analisada com o referencial de E. P. Thompson. Isso revela um potencial explicativo muito mais completo e abrangente para pensar as transformações provocadas pelo neoliberalismo na configuração das classes sociais e as suas possibilidades de emancipação.

Essa categoria mostra sua vitalidade e abrangência ao servir para a análise das lutas dos mineiros na África do Sul, dos trabalhadores de call-center no Brasil, de jovens trabalhadores desempregados em Portugal, de trabalhadores racializados do setor de serviços e de trabalhadores brancos das indústrias em pequenas cidades rurais dos Estados Unidos. O potencial insurgente e emancipatório do precariado demonstrado nas pesquisas de Braga, tanto no Sul quanto no Norte global, revela a capacidade explicativa e a universalidade do seu conceito.

O estudo de Braga (2017) sobre as lutas sociais do proletariado precarizado no Brasil, em Portugal e na África do Sul apontam para o potencial e a diversidade de formas de organização política desta fração da classe, compreendendo o avanço das lutas políticas do precariado e suas implicações no movimento sindical, que impulsionaram movimentos de emancipação e de lutas pela proteção social, contra a ofensiva do capital na mercantilização

do trabalho, da terra e do dinheiro, contra a financeirização, a desregulamentação e a redução do papel do Estado no que diz respeito às políticas sociais.

Duas questões embasam a análise de Braga no estudo comparativo sobre as lutas sociais protagonizadas pelo proletariado precarizado. A primeira enfoca as relações estabelecidas entre os movimentos organizados pelo precariado e as formas de ação coletiva tradicionais dos trabalhadores, como os sindicatos. A segunda busca identificar as ligações entre a precarização do emprego e a perda de direitos dos trabalhadores no cenário de crise da globalização como elementos impulsionadores das lutas e revoltas no mundo atual.

No momento em que o capital financeiro, por meio de suas agências de rating e de seus fluxos de investimento, dita aos Estados enfraquecidos em sua capacidade de proteger o trabalho os termos de seus gastos, os novos movimentos sociais impulsionados pelo precariado global tendem a se aglutinar em torno da defesa de uma agenda autenticamente universalista dos direitos sociais. No presente e no futuro, esse continua sendo o verdadeiro embrião de qualquer projeto internacionalista operário, exatamente por ser capaz de articular as forças da proteção e da emancipação contrárias às ameaças originadas pela terceira onda da mercantilização. E a evolução desse projeto, devido a seu peso social cada dia maior, depende da capacidade de o precariado global superar suas limitações estratégicas e internacionalizar sua experiência política (Braga, 2017, p. 252).

Ruy Braga critica o conceito de precariado elaborado pela Sociologia do Trabalho

europeia, buscando uma nova definição, apoiando-se em dois significados. Um, de cunho realista, que analisa como o precariado, enquanto segmento da classe trabalhadora com baixa qualificação e submetido a uma insegurança muito grande no trabalho, insere-se profissionalmente; e o outro é de base construtivista, no qual busca entender a consciência de classe do precariado na realidade brasileira, no cenário de capitalismo periférico, através de sua práxis política, dos primórdios do fordismo até a contemporaneidade.

A crise da sociedade salarial observada na Europa, que atingiu um setor da classe trabalhadora (masculina, branca, nacional e sindicalizada) que eram cobertos pelas políticas de bem-estar social, também afetou a classe trabalhadora no contexto do Sul global. Apesar disso, no capitalismo periférico e semiperiférico, a precarização do trabalho acompanhou todo o processo de industrialização, sendo um elemento constitutivo do modelo fordista periférico: “No Brasil, a precariedade da reprodução da força de trabalho é uma característica estrutural do modelo do fordismo periférico que continua presente até hoje” (Braga, 2015, p. 27).

Ressignificando o conceito de precariado para a realidade do Sul global, Braga aborda como a reprodução do capitalismo tardio e periférico no Brasil criou as condições para a inquietação social, expressão política do precariado, no momento de acumulação pós-fordista e no modo de regulação lulista. Ao resgatar a trajetória do precariado brasileiro, o autor utiliza a Etno-

grafia, construindo uma revisitação arqueológica da composição do proletariado precarizado, retomando suas origens no desenvolvimento fordista periférico tardio até o capitalismo financeirizado pós-fordista. Braga parte da análise do processo de industrialização de São Paulo, no qual a base do precariado foi composta por trabalhadores imigrantes, principalmente de nordestinos, até chegar ao período da hegemonia lulista, na qual o precariado se expandiu através do trabalho terceirizado e precário, em ocupações com baixos salários e alta rotatividade.

Tomando a análise das relações sociais de produção para compreender o capitalismo e a luta de classes no Brasil, Braga se propõe a atualizar a problematização de base marxista sobre a regulação dos conflitos de classe. Na história do capitalismo brasileiro, o autor identifica quatro momentos de regulação, tomando o processo de industrialização como referência. O primeiro foi o modo de regulação populista, desenvolvido a partir dos anos 1940, substituído pela regulação autoritária após 1964. A transição dos anos 1980 trouxe a regulação neoliberal como hegemonic e no decorrer dos anos 2000, e o que predominou foi o modo de regulação lulista. É nos marcos de referência das lógicas e políticas institucionais que Braga procura situar a composição e as lutas do precariado brasileiro.

Como não poderia deixar de ser, a política do precariado assumiu diferentes formas desde os tempos do taylorismo primitivo. Reconhecendo-as, procuramos destacar também sua característica comum: a

de ser uma prática alimentada por um classismo em estado prático, ou seja, uma relação política baseada em interesses materiais enraizados na estrutura de classes, ainda que carente de recursos organizativos, ideológicos e políticos. Tendo em vista os estreitos limites impostos pelo modelo de desenvolvimento periférico às concessões trabalhistas, assim como a existência de condições sempre precárias de reprodução, essa prática vê-se obrigada a politizar rapidamente suas reivindicações, radicalizando suas iniciativas (Braga, 2012, p. 37).

Tal impulso de revolta plebeia coloca o precariado como agente das lutas sociais, com participação em movimentos de organização da classe trabalhadora ao longo da história brasileira. Na interpretação de Braga, isso se manteve, no período de regulação lulista, identificado muitas vezes pela passividade da classe trabalhadora durante o regime de conciliação, no contexto de acumulação financeirizada e de atuação de uma burocracia sindical que ocupou espaços importantes nos governos petistas.

Considerações finais

A produção teórica de Braga e suas reflexões sobre o precariado trazem contribuições importantes para o debate sobre a transição da sociedade do modelo fordista periférico para o pós-fordismo financeirizado na sociedade brasileira. Partindo dos debates sobre o precariado fomentados no Norte global, Braga construiu uma sociologia do precariado com base na teoria marxista sobre a constituição das classes sociais na sociedade capitalista, incre-

mentando ao debate sobre a exploração as questões relacionadas a mercantilização do trabalho, da terra e do dinheiro, com base em Karl Polanyi.

O autor complexificou seus estudos sobre o precariado ao analisar as transformações que ocorrem na classe trabalhadora estadunidense, que tem sido profundamente afetada pelas reformas impostas pelo neoliberalismo. Braga comprehende que o Norte produz seu Sul global, ao incorporar massas trabalhadoras em relações sociais capitalistas que combinam a exploração econômica e a expropriação política.

Através da análise do capitalismo racial, dialogando com autores do marxismo negro, em especial W. E. B. Du Bois, o sociólogo paulista utilizou a sua categoria de precariado na investigação sobre as formas de ação coletiva que aproximam trabalhadores negros e brancos no EUA, que, ao terem suas condições de vida pioradas, articulam-se em lutas comuns, visando a superação do regime racializado de acumulação.

Grupos subalternos que revelam o potencial de criar padrões de agitação e mobilização trabalhista, expressando sua capacidade como agente da insurgência, que consegue refazer identidades coletivas, no contexto de grandes transformações sociais como a crise da globalização capitalista e da pandemia, como a experiência do movimento Black Lives Matter, que articulou trabalhadores brancos e racializados numa agenda comum.

Braga entende o precariado como parte do proletariado submetida às condições

mais degradantes de trabalho como a informalidade e a transitoriedade no mercado de trabalho, o que gera inseguranças e incertezas. O autor delimita bem as “fronteiras” do conceito de precariado, ao não o considerar como uma nova classe, e diferencia-se de Standing, dissociando os conceitos de subproletariado e de batalhadores, também se afastando de Singer e de Souza. Em Braga, o precariado não inclui as classes médias, pequenos e médios empresários, setores pauperizados ou o lumpemproletariado.

O autor não comprehende o precariado enquanto classe perigosa, base de apoio ao neofascismo, contrapondo-se à concepção de Standing, e se afasta da noção dos proletários precarizados como uma fração acomodada e passiva da classe trabalhadora, avessa à organização e ação coletiva.

É a partir da perspectiva do Sul global que Braga fundamenta suas teses, ao analisar os desdobramentos do neoliberalismo e da precarização nas rebeliões e insurgências plebeias em países como Portugal, África do Sul e Brasil. O autor conseguiu identificar as relações dialéticas de conflito e parceria entre as novas formas de luta do precariado com o sindicalismo tradicional, num cenário de mudanças das lutas sociais. Em sua última obra, Braga complexifica a categoria ao estudar o precariado no Norte global, incorporando debates relacionados ao capitalismo racial e as novas articulações organizativas dos grupos subalternos num país de capitalismo avançado. O autor, ao utilizar a categoria precariado para pes-

quisar distintas realidades de países capitalistas, apresenta uma fundamentação consistente que permite compreender de forma consistente as atuais transformações da classe trabalhadora globalmente.

Braga também elaborou uma importante arqueologia do precariado, ao analisar na realidade nacional sua composição de classe, a construção de sua subjetividade política e as relações estabelecidas entre o precariado e as formas de regulação, no processo de reprodução do capital. O autor revela que o precariado é parte constitutiva da classe trabalhadora brasileira desde suas origens, do taylorismo primitivo até o presente. Ainda que a sua análise sobre a formação da classe trabalhadora limite-se ao contexto de São Paulo, ele oferece ca-

tegorias importantes para pensar sobre o precariado em outros contextos regionais, a partir das especificidades da formação do capitalismo no Brasil.

A sociologia do precariado de Braga tem muito a contribuir para as pesquisas sobre o cenário de precarização e lutas sociais na atualidade. Com o aprofundamento da precarização através da plataformização do trabalho, relacionados ao contexto de mudanças da nova etapa da revolução científico-tecnológica, o conceito de precariado contribui para o estudo sobre as novas formas de relação laboral num cenário de desemprego estrutural e superexploração, com os trabalhadores submetidos a relações cada vez mais frágeis e flexíveis no mundo do trabalho.



Referências Bibliográficas

- Adascalitei, D., & Morano, C. P. (2015). Labour market reforms since the crisis: drivers and consequences. International Labour Office.
- Alves, G. (2000). O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e a crise do sindicalismo. Boitempo.
- Alves, G. (2013). O que é o precariado? Blog da Boitempo. www.blogdabotempo.com.br/2013/07/22/o-que-e-o-precariado/
- Antunes, R. (2001). Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. Boitempo.
- Antunes, R. (2002). Adeus ao trabalho? ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho (8a ed). Cortez.
- Antunes, R. (2011). O continente do labor. Boitempo.
- Braga, R. (2012). A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista. Boitempo.
- Braga, R. (2015). A pulsão plebeia: trabalho, precariedade e rebeliões sociais. Alameda.
- Braga, R. (2017). A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no sul global. Boitempo.
- Braga, R. (2023). A angústia do precariado: trabalho e solidariedade no capitalismo racial. Boitempo.
- Castel, R. (1997). Las metamorfosis de la cuestión social: Una crónica del salarido. Paidós.
- Costa, S. (2010). Teoria por adição. In Martins, H. T. S. (Org.). Horizontes das

Ciências Sociais: Sociologia (pp. 25-51). Anpocs.

- Harvey, D. (2004). *O novo imperialismo* (2a ed.). Edições Loyola.
- Harvey, D. (2008). *Condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança social* (17a ed.). Edições Loyola.
- Linhart, D. (2014). *Modernização e precarização da vida no trabalho*. In Antunes, R. (Org.). *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil III* (pp. 45-54). Boitempo.
- Lynch, C. E. C. (2013). Por que pensamento e não teoria? A imaginação político-social brasileira e o fantasma da condição periférica (1880-1970). *Dados*, 56(4), 727-767. DOI <https://doi.org/10.1590/S0011-52582013000400001>
- Marx, K. (2009). *O capital: crítica da economia política: livro I* (23a ed.). Civilização Brasileira.
- Marx, K. (2017). *O capital: crítica da economia política: livro III: o processo global de produção capitalista*. Boitempo.
- Miliband, R. (1999). *Análise de classes*. In Giddens, A., & Turner, J. (Orgs.). *Teoria so-*

cial hoje

- (pp. 471-502). Unesp.
- Neto, S. B. (2021). Prefácio. In Krein, J. D. (Org.). *O Trabalho pós-reforma trabalhista (2017): vol. 1* (pp. 09-17). Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho.
 - Nun, J. (2000). O futuro do emprego e a tese da massa marginal. *Novos Estudos CEBRAP*, 56:43-62.
 - Polanyi, K. (2000). *A grande transformação: as origens de nossa época* (2a ed.). Campos.
 - Prashad, V. (2012). *The poorer nations: a possible history of the Global South*. Verso.
 - Purdy, S. (2023). Prefácio. In Braga, R. *A angústia do precariado: trabalho e solidariedade no capitalismo racial* (pp. 19-25). Boitempo.
 - Singer, P. (1981). *Dominação e desigualdade: estrutura de classes e repartição da renda no Brasil*. Paz e Terra.
 - Souza, J. (2010). *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Editora UFMG.
 - Standing, G. (2020). *O precariado: a nova classe perigosa*. Autêntica.